



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS**  
**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL E URBANO - PPDRU**  
**MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL**

**POLYANA ALMEIDA SIMÕES**

**OTIMIZAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DO VALE DO**  
**JQUIRIÇÁ ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DO MODELO DE**  
**CLUSTER**

Salvador  
2006

**POLYANA ALMEIDA SIMÕES**

**OTIMIZAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DO VALE DO  
JIQUIRIÇÁ ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DO MODELO DE  
CLUSTER**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Antônio Santos Silva

Salvador  
2006

TERMO DE APROVAÇÃO  
POLYANA ALMEIDA SIMÕES

OTIMIZAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DO VALE DO JQUIRIÇÁ ATRAVÉS DA  
APLICAÇÃO DO MODELO DE CLUSTER

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Análise Regional, Universidade Salvador - UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Jorge Antônio Santos Silva – Orientador \_\_\_\_\_  
Doutor em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, USP, Brasil  
Universidade Salvador - UNIFACS

Carolina Andrade Spínola \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia, Universidade de Barcelona, Espanha  
Faculdades Jorge Amado - FJA

Regina Celeste de Almeida Souza \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia, Universidade de Rouen, França  
Universidade Salvador - UNIFACS

Salvador, de de 2006.

A Italva e Almir Simões, meus pais, pela minha vida, pela minha criação e por mais esta oportunidade.

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, pela dádiva da vida.

Ao professor Jorge Antônio, meu orientador, pela paciência, incentivo e confiança.

Às professoras Carolina Spinola e Regina Souza, orientadoras anteriores, pelo trabalho realizado em conjunto.

À minha eterna mestra Denise Vogel, por ter aberto as portas do planejamento turístico, por ter me ensinado e me guiado sempre com muito carinho e atenção.

Aos professores do Mestrado em Análise Regional, à secretária Márcia Stradmann e aos colegas de turma, pelas contribuições, em especial a Cristiane Mello, Fátima Ventura, Natália Neves, Silvania Magliano, Maria Cândida Mousinho, Karen Sasaki, Roberta Lourenço, por toda a força e conselhos durante as fases mais difíceis que enfrentei.

À minha irmã Luciana Simões, mestra, pelo seu desprendimento e sua disponibilidade irrestrita no apoio a esta dissertação.

À memória do meu tio Tavares, filósofo e doutor, grande incentivador e orientador dos meus primeiros passos nesta dissertação.

A todos os meus amigos que me apoiaram, aconselharam e compreenderam minha ausência durante estes três últimos anos, em especial ao amigo Marcelo Andrade, por ter sido a pessoa que me incentivou a minha inscrição neste Mestrado.

À bibliotecária Roseli Andrade e a Regina Santiago, pelo dedicado trabalho de normatização.

Aos prefeitos e dirigentes dos municípios pesquisados, pela disponibilidade e atenção.

A minha família e aos que convivem comigo dentro de casa, pela paciência no dia-a-dia, pela compreensão, estímulo e amor, fundamentais para a conquista deste projeto de vida. Almir, Italva, Mãe-Mira, Luciana, Cristiana, Lucas, Catarina, Tiago, Maria, Pedro, Sr. Adilson e minha prima e vizinha Camila, esta dissertação é nossa. Com muito amor, agradeço a Rodrigo, meu namorado, pelo companheirismo, amor, amizade, abdicção, incentivo e apoio nestes últimos meses que representaram a fase mais intensa e complicada de todo o Mestrado.

Por último e de coração, agradeço à minha madrinha e segunda mãe, Miraltina (Mãe-Mira), pelo amor incondicional e por aturar as minhas horas mais difíceis.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

Cora Coralina

## RESUMO

Averiguar a possibilidade da otimização do potencial turístico de uma região conduz à análise de algumas das grandes linhas do pensamento econômico-desenvolvimentista, que servem de bases teóricas para a construção de modelos multiorganizacionais voltados para o desenvolvimento regional do turismo, na tentativa de compreender o sentido das aglomerações industriais e de serviços dentro de um contexto endógeno e sustentável. A ênfase desta avaliação crítica baseou-se nas premissas traçadas pela teoria do *cluster* econômico de Michael Porter, abordando questões como a competitividade e a cooperação entre empresas, que permitiram uma compreensão maior sobre a articulação interativa de instituições públicas, privadas, não-governamentais e da sociedade, com o objetivo comum de propiciar o desenvolvimento local sustentado. A análise e conceituação de quatro modelos de gestão integrada, incluindo o *cluster*, também consideraram a projeção destes à atividade turística e ao cenário socioeconômico e político dos municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra, localizados no Vale do Jiquiriçá - Bahia. O objetivo principal da pesquisa que fundamenta esta dissertação foi fazer uma análise da viabilidade da formação de um *cluster* turístico localizado geograficamente no perímetro dos municípios considerados e, a partir desta análise, verificar se, de fato, existe ou poderá vir a existir a aplicação deste modelo como base para a otimização do potencial turístico e da gestão participativa local. A dinâmica organizacional do cluster ajudaria na criação de políticas deliberativas e ações estratégicas capazes de modificar o perfil do turismo no Vale do Jiquiriçá. A experiência do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) ratifica a existência, em certo nível, da interação entre atores e da articulação com a comunidade local. Entretanto, quando o assunto é turismo, os municípios apresentam alguns entraves nos processos de planejamento e de implementação de ações e projetos integrados. A pesquisa indicou que a região possui grande potencial para a atividade turística, que, na verdade, já é praticada de forma incipiente e indiscriminada. Em função do diagnóstico, o estudo desenvolvido confirmou a falta de recursos financeiros e administrativos para que se possa investir na melhoria da infra-estrutura básica, de acesso e de equipamentos turísticos. A indicação da gestão através de uma possível constituição de *cluster* na região apresenta-se como a melhor solução para a consolidação do Vale do Jiquiriçá como destino turístico competitivo.

**Palavras-chave:** Turismo; Cluster; Desenvolvimento local; Sustentabilidade; Vale do Jiquiriçá - Bahia.

## ABSTRACT

To investigate the possibility of a regional touristy potential optimization leads to the investigation of some great studies about the economic development thought, which supplies the building of multiorganizational models focused on tourism regional development, trying to understand the sense of industrial and service agglomerations within a sustainable and endogenous context. The stress of this critical evaluation was based on suppositions described by Michael Porter's economic cluster theory, pointing out questions, such as competitiveness and cooperation between companies that provided a higher understanding about private, public, non-governmental and society interactive linkages, and propitiating a local and sustainable development. The analysis and conception of four cooperative management models, including the cluster one, also considered its projection to tourism activity and to political, social and economical outlook from Laje, Mutuípe, Jiquiriçá and Ubaíra, cities situated at Jiquiriçá Valley in Bahia. The main goal that justify this dissertation was to draw an analysis of a touristy cluster's arrangement viability, geographically located inside the boundaries of the cities taken into consideration and, from this analysis on, finding out if the application of this model as a support to the touristy potential optimization and to the local shared administration, actually exists or if it can still become a reality. The clusters organizational dynamic would help on the elaboration of deliberative policies and strategic procedures able to change the touristy features at Jiquiriçá Valley. The experience of the Jiquiriçá Valley Inter-city Organization (CIVJ) confirms, in a distinct level, the existence of an interaction between actors and also of a linkage with the local society. However, when the subject matter is tourism, the cities show some obstacles on planning processes and on connected actions and projects accomplishment. The research denoted a huge potential to tourism activity that is already experienced indiscriminately and inceptively. Because of the diagnostic, the developed study could confirm the lack of financial and administration resources in order to invest on basic structures, including roads and tourism equipments. The indications of a management practiced through a possible establishment of a regional cluster seem to be the best solution to the Jiquiriçá Valley's consolidation as a competitive touristy destiny.

**Keywords:** Tourism, Cluster, Local development, Sustainability, Jiquiriçá Valley - Bahia.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução de um Processo de Formação de um Cluster	82
Figura 2 - Estrutura de um Cluster	84
Figura 3 - Evolução do Número de Associados do Cluster, 2002 – 2005	91
Figura 4 - Redes de Informações Participativas do Consórcio	97
Figura 5 - Estrutura Organizacional do Consórcio	99
Figura 6 - Atores Envolvidos no Consórcio	100
Figura 7 - Mapa Temático das Rodovias do Vale do Jiquiriçá	106
Figura 8 - Mapa de Localização da Bacia do Vale do Jiquiriçá	107
Figura 9 - Mapa dos Municípios que integram a Bacia do Jiquiriçá	107
Figura 10 - Mapa da Microrregião Econômica Recôncavo Sul	108
Figura 11 - Zonas Turísticas da Bahia	111
Figura 12 – Zonas Turísticas da Bahia – Prodetur II	113
Figura 13 - Rotas Turísticas nos Municípios da Bacia do Rio Jiquiriçá	113
Figura 14 - Mapa das Regiões Fitoecológicas	114
Figura 15 - Mapa da Localização do Município de Laje	116
Figura 16 - Mapa da Localização do Município de Mutuípe	123
Figura 17 - Mapa da Localização do Município de Jiquiriçá	129
Figura 18 - Mapa da Localização do Município de Ubaíra	134
Figura 19 – Origem dos Turistas	141
Figura 20 – Município de Hospedagem	141
Figura 21 – Faixa Etária dos Turistas	142
Figura 22 – Renda Média dos Turistas	142
Figura 23 – Fatores Motivacionais da Viagem	143
Figura 24 – Meios de Hospedagem Utilizados	144
Figura 25 – Permanência Média dos Turistas	144

Figura 26 – Opinião dos Turistas em relação à Visitas Anteriores	145
Figura 27 – Expectativa dos Turistas em relação à Visitas Anteriores	145
Figura 28 – Atividades de Lazer Praticadas pelos Turistas	146
Figura 29 – Cultivos Observados pelos Turistas	147
Figura 30 – Avaliação geral dos Atrativos, Equipamentos e Serviços do Vale do Jiquiriçá, segundo os Turistas	148
Figura 31 – Número de Leitos por Município Pesquisado	150

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Conceitos de Desenvolvimento	65
Quadro 2 – Avaliação do Consórcio Vale do Jiquiriçá	164

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características Demográficas e Sociais da População	109
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH_M) segundo Municípios Bahia, 1991 / 2000	117
Tabela 3 – População Total e por Gênero do Município de Laje	118
Tabela 4 - População residente de 10 anos ou mais de idade, total e não alfabetizada, e taxa de analfabetismo, segundo os municípios – Bahia, 1991-2000	119
Tabela 5 - Lavouras Permanentes - Quantidade Produzida no Município de Laje – 1990-2002	120
Tabela 6 - Lavouras Temporárias – Quantidade Produzida no Município de Laje – 1990-2002	121
Tabela 7 - Pecuária – Efetivo de Rebanhos (Nº de Cabeças) no Município de Laje – 1990-2002	121
Tabela 8 – População Total e por Gênero do Município de Mutuípe	124
Tabela 9 - Lavouras Permanentes - Quantidade Produzida no Município de Mutuípe – 1990-2002	126
Tabela 10 - Lavouras Temporárias - Quantidade Produzida no Município de Mutuípe – 1990-2002	126
Tabela 11 - Pecuária – Efetivo de Rebanhos (Nº de Cabeças) no Município de Mutuípe– 1990-2002	127
Tabela 12 - População Total e por Gênero do Município de Jiquiriçá	130
Tabela 13 - Lavouras Permanentes - Quantidade Produzida no Município de Jiquiriçá – 1990-2002	132
Tabela 14 - Lavouras Temporárias - Quantidade Produzida no Município de Jiquiriçá – 1990-2002	132
Tabela 15 - Pecuária – Efetivo de Rebanhos (Nº de Cabeças) no Município de Jiquiriçá – 1990-2002	132
Tabela 16 - População Total e por Gênero do Município de Ubaíra	135

Tabela 17 - Lavouras Permanentes - Quantidade Produzida no Município de Ubaíra – 1990-2002	137
Tabela 18 - Lavouras Temporárias - Quantidade Produzida no Município de Ubaíra – 1990-2002	134
Tabela 19 - Pecuária – Efetivo de Rebanhos (Nº de Cabeças) no Município de Ubaíra – 1990-2002	138

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ABAV–BA</b>	Associação Brasileira de Agências de Viagens - Secção Bahia
<b>ABES</b>	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária
<b>ABIH–BA</b>	Associação Brasileira da Indústria Hoteleira - Secção Bahia
<b>ABLA</b>	Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis
<b>ABRASEL</b>	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
<b>ADVB–BA</b>	Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - Secção Bahia
<b>ANA</b>	Agência Nacional de Águas
<b>APL</b>	Arranjo Produtivo Local
<b>APMI</b>	Associação de Proteção a Maternidade e Infância
<b>BAHIATURSA</b>	Empresa de Turismo da Bahia S/A
<b>CEPLAC</b>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
<b>CIVJ</b>	Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá
<b>CME</b>	Conselho Municipal de Educação
<b>CRA</b>	Centro de Recursos Ambientais
<b>CRT</b>	Conselho Regional de Turismo
<b>CTI - CD</b>	Comissão do Turismo Integrado da Costa do Dendê
<b>DLIS</b>	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
<b>DRS</b>	Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos

<b>EMTURSA</b>	Empresa de Turismo S/A
<b>FACTOR</b>	Faculdade de Turismo da Bahia
<b>FGV – RJ</b>	Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro
<b>FLEM</b>	Fundação Luis Eduardo Magalhães
<b>FTC</b>	Faculdade de Tecnologia e Ciência
<b>FTE</b>	Faculdade de Tecnologia Empresarial
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>JUCEB</b>	Junta Comercial do Estado da Bahia
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MH</b>	Meio de Hospedagem
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNB</b>	Produto Nacional Bruto
<b>PNMT</b>	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PROMO</b>	Centro Internacional de Negócios da Bahia

<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PSF</b>	Programa de Saúde Familiar
<b>RATT</b>	Rapel, Acampamento, Trilha e Turismo
<b>RETUR</b>	Revista Eletrônica de Turismo
<b>SCT</b>	Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SEI</b>	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
<b>SINDETUR-BA</b>	Sindicato das Empresas de Turismo - Secção Bahia
<b>SISTUR</b>	Sistema de Turismo
<b>SM</b>	Salário Mínimo
<b>TAM</b>	Táxi Aéreo Marília
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia
<b>UNIFACS</b>	Universidade Salvador
<b>UNYAHNA</b>	Associação Educacional Unyahna S/C
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>VIVO</b>	Grupos Portugal Telecom e Telefônica Móviles



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>2 BASES TEÓRICAS DE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	<b>25</b>
2.1 ALFRED MARSHAL – A TEORIA DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS	26
2.2 FRANÇOIS PERROUX – A TEORIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO	31
2.3 MANUEL CASTELLS – A TEORIA DAS REDES	38
<b>2.3.1 A Sociedade em Rede</b>	<b>39</b>
2.4 MICHAEL PORTER – A TEORIA DO CLUSTER ECONÔMICO	45
<b>2.4.1 O Debate da Competitividade</b>	<b>46</b>
<b>2.4.2 A Vantagem Competitiva</b>	<b>48</b>
<b>2.4.3 As Estratégias Competitivas</b>	<b>49</b>
<b>2.4.4 Determinantes da Vantagem Competitiva</b>	<b>51</b>
<b>2.4.5 A Vantagem Competitiva nos Serviços</b>	<b>53</b>
<b>2.4.6 Cluster: Um Novo Olhar sobre a Aglomeração de Atividades Econômicas</b>	<b>54</b>
<b>3 DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E ENDOGENEIZAÇÃO: A TRÍADE PÓS-MODERNA</b>	<b>57</b>
3.1 DESENVOLVIMENTO	57
<b>3.1.1 O Desenvolvimento como Crescimento Econômico</b>	<b>58</b>
<b>3.1.2 O Desenvolvimento como Utopia</b>	<b>59</b>
<b>3.1.3 Óbices ao Desenvolvimento</b>	<b>61</b>
<b>3.1.4 Desenvolvimento X Renda Estratégica</b>	<b>62</b>
<b>3.1.5 Pré-formulando o Conceito de Desenvolvimento</b>	<b>64</b>
3.2 SUSTENTABILIDADE	66
<b>3.2.1 Teorias sobre a Sustentabilidade</b>	<b>68</b>
3.3 ENDOGENEIZAÇÃO	71
<b>4 TURISMO E MODELOS MULTIORGANIZACIONAIS: CONCEITUAÇÕES, SIMILITUDES E APLICAÇÕES</b>	<b>76</b>
4.1 MODELOS DE GESTÃO INTEGRADA	76
<b>4.1.1 Rede</b>	<b>77</b>
<b>4.1.1.1 Redes e Turismo</b>	<b>80</b>
<b>4.1.2 Cluster</b>	<b>81</b>
<b>4.1.2.1 Interação entre poder público e privado</b>	<b>84</b>
<b>4.1.2.2 Clusters e Turismo</b>	<b>86</b>
<b>4.1.2.3 O Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia</b>	<b>87</b>
<b>4.1.2.4 Cluster X Redes</b>	<b>92</b>
<b>4.1.3 Arranjo Produtivo Local (APL)</b>	<b>93</b>
<b>4.1.4 Consórcio</b>	<b>95</b>
<b>4.1.4.1 O Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ)</b>	<b>96</b>

<b>5 A REGIÃO DO VALE DO JIQUIRIÇÁ E SEU POTENCIAL TURÍSTICO PARA A BAHIA</b>	105
5.1 DIAGNÓSTICO DO VALE DO JIQUIRIÇÁ	105
5.1.1 Contextualização: a Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá - Bahia	105
5.1.2 Aspectos Socioeconômicos	108
5.1.3 Aspectos Turísticos	110
5.1.4 Aspectos Ambientais	114
5.2 DIAGNÓSTICO DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS	116
5.2.1 Laje	116
5.2.2 Mutuípe	122
5.2.3 Jiquiriçá	129
5.2.4 Ubaíra	136
5.3 A PESQUISA DE CAMPO	139
5.3.1 Análise dos Resultados	140
5.3.1.1 Pesquisa com os Turistas	140
5.3.1.2 Pesquisa com os Proprietários de Meios de Hospedagem	149
5.3.1.3 Pesquisa com Prefeitos, Gestores e Dirigentes	151
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	158
<b>REFERÊNCIAS</b>	166
<b>REFERÊNCIAS DA INTERNET</b>	170
<b>APÊNDICE A - Relação dos Atrativos e Equipamentos Turísticos do Município de Laje</b>	173
<b>APÊNDICE B - Relação dos Atrativos e Equipamentos Turísticos dos Municípios de Mutuípe</b>	175
<b>APÊNDICE C - Relação dos Atrativos e Equipamentos Turísticos do Município de Jiquiriçá</b>	179
<b>APÊNDICE D - Relação dos Atrativos e Equipamentos Turísticos dos Municípios de Ubaíra</b>	182
<b>APÊNDICE E - Questionário de pesquisa - Turistas</b>	184
<b>APÊNDICE F - Questionário de pesquisa - Meios de Hospedagem</b>	189
<b>APÊNDICE G - Questionário para Prefeitos, Gestores e Dirigentes</b>	193
<b>APÊNDICE H – Lista de Pessoas Entrevistadas</b>	195
<b>ANEXO A – Folder Promocional do Turismo em Mutuípe-Ba</b>	196
<b>ANEXO B – Hotel Vale do Jiquiriçá</b>	198
<b>ANEXO C – Jornal A Tarde, Caderno Municípios – 05/12/2005</b>	200
<b>ANEXO D – Mapa das Zonas Rurais de Mutuípe</b>	201

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do turismo, sobretudo na década de 1990, foi determinante para a implantação de infra-estrutura básica, infra-estrutura de acesso, equipamentos turísticos e melhoria dos serviços nos destinos do estado da Bahia, atentando, também, para a questão da sustentabilidade e da qualidade dos produtos e serviços turísticos.

A partir do surgimento do Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia, a idéia do cluster turístico é difundida no Estado, visando, nesse contexto interativo, a propagação do turismo como fator de desenvolvimento local. O desenvolvimento endógeno via turismo na Bahia necessitava ser devidamente enquadrado por um plano integrado e multidimensional, que ressaltasse as suas interações, positivas e negativas, com o desenvolvimento econômico, com a sociedade e com o meio ambiente.

A adoção do modelo de cluster como alternativa para o desenvolvimento regional sustentável do Vale do Jiquiriçá poderá promover a integração dos setores público e privado, reduzindo os custos operacionais e desenvolvendo novos produtos e serviços que incrementem e dinamizem a economia local, como a união de empresas relacionadas à atividade turística da região, promovendo modalidades de turismo focadas no meio rural.

O presente trabalho consiste em estudar a viabilidade da aplicação desse modelo de cluster a uma região turística específica, no caso, o Vale do Jiquiriçá, na Bahia. O universo trabalhado compreende quatro dos vinte e cinco municípios que, segundo o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ), compõem a região do Vale do Jiquiriçá. São eles: Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra. Os municípios escolhidos como objeto de estudo situam-se às margens da BR-420 e do Rio Jiquiriçá, possuem características socioeconômicas e geográficas similares e grande potencial, principalmente no âmbito rural, para a atividade turística.

O objetivo principal desta dissertação é compreender o turismo desenvolvido no Vale do Jiquiriçá - Ba, assim como seus impactos, nos âmbitos social, político, econômico, ambiental e cultural, verificando a viabilidade de adoção do modelo de cluster econômico como uma estratégia de desenvolvimento local. Faz-se necessário também verificar o potencial turístico da Região do Vale do Jiquiriçá; diagnosticar a infra-estrutura básica e de acesso aos municípios em foco; analisar a esfera político-institucional da atividade turística nos municípios estudados; analisar a atividade turística sob a ótica das suas relações ambientais; identificar as relações de concorrência e cooperação entre os componentes das cadeias produtivas associadas ao turismo na região.

A escolha do Vale do Jiquiriçá como objeto de estudo desta dissertação de mestrado não foi aleatória: a Bahia possui somente um forte destino turístico consolidado no interior, que é a Chapada Diamantina. Os outros grandes destinos localizam-se ao longo do litoral, calcados no binômio sol e praia, já tão saturados no Brasil e no exterior. O turista está em busca de novas culturas e de interação social com a comunidade e os costumes locais. Outro fator favorável para esta região é a sua posição geográfica, relativamente próxima à capital, permitindo que uma futura solidificação turística facilite o desenvolvimento da atividade no local.

O Vale do Jiquiriçá possui visível potencial para a atividade turística, apesar de uma grande desarticulação político-espacial entre os municípios que o compõem. O modelo de cluster surge como uma esperança de transformação para esse conjunto de municípios situados em uma região com potencial turístico até então relegada a um segundo plano na esfera estadual. Essa região é detentora de inúmeras fazendas e cachoeiras, de espaço geográfico e social favorável ao desenvolvimento do turismo rural, pedagógico e do turismo ecológico. A situação econômica e social desfavorável não oculta a oferta diferencial e técnica<sup>1</sup> do Vale do Jiquiriçá, mas é necessária maior atenção das políticas turísticas estaduais, assim como a criação de uma imagem própria para a região. Os municípios e os empresários locais não têm condições de, sozinhos, competirem com destinos turísticos consolidados e equipamentos de turismo rural mais próximos de Salvador.

---

<sup>1</sup> De acordo com o modelo de Sistema de Turismo (SISTUR) proposto por Beni (2000), Oferta Diferencial caracteriza-se pelos recursos turísticos naturais, culturais e artificiais, como por exemplo, uma cachoeira, as tradições gastronômicas locais e uma igreja - patrimônio edificado construído pelo homem -, respectivamente. Já a Oferta Técnica são os serviços, como transportes, agências de viagens e operadoras turísticas.

Sob esta perspectiva, o modelo de pensamento e gestão sob uma configuração de cluster apresenta-se como uma alternativa para o desenvolvimento endógeno sustentável e para o estímulo do turismo na região, integrando setores, compartilhando as necessidades da população local e dos turistas, permeando a questão do poder, entre outras linhas de ação de caráter sustentável, tomando como base as cadeias produtivas horizontais, ou seja, não hierárquicas, onde os conceitos de competitividade e de cooperação são trabalhados em conjunto e ao mesmo tempo.

Como ferramenta facilitadora da adoção deste modelo de cluster turístico para a região, pode-se mencionar o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá, que se constitui em uma associação civil suprapartidária e sem fins lucrativos, em forma de rede, visando a ação integrada, facilitando e agilizando a articulação, participação e a comunicação entre prefeituras, instâncias governamentais, comunidades e entidades privadas, somando capacidades financeira e técnico-administrativa, evitando a superposição de ações e a pulverização dos recursos.

O investimento em turismo pode se constituir em uma oportunidade de fomentar o crescimento planejado e sustentável do Vale do Jiquiriçá através da aliança estratégica dos seus agentes em forma de cluster. Para tal, faz-se necessário aprofundar-se em alguns aspectos das teorias socioeconômicas e político-ambientais, até chegar à proposição dos modelos multiorganizacionais como forma de promoção do desenvolvimento turístico local sustentável.

A problemática desta pesquisa consiste em avaliar, diante das características da realidade socioeconômica e cultural e político-institucional do Vale do Jiquiriçá, se é ou não possível promover o desenvolvimento turístico regional, em base sustentável, tendo como modelo a configuração de cluster turístico. Para auxiliar na busca de uma resposta que traduza a realidade do turismo nos municípios abordados, levantam-se as seguintes hipóteses:

a) Hipótese Básica:

O Vale do Jiquiriçá reúne condições espaciais, culturais, naturais, econômicas e institucionais, capazes de viabilizar a formação de um cluster de turismo rural que possibilite o desenvolvimento endógeno da região.

b) Hipóteses Secundárias:

- Os impactos do turismo na economia local ainda são bastante incipientes.
- A estrutura político-desenvolvimentista em forma de rede representada pelo Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá, pode vir a contribuir bastante no fomento da atividade turística local e conseqüentemente para o desenvolvimento regional sustentável.
- Não existe articulação entre os componentes da oferta turística técnica, assim como entre estes agentes e os representantes da esfera político-administrativa dos municípios da região.

Tendo em vista o conteúdo apresentado, esta dissertação tem por objetivo compreender o turismo desenvolvido no Vale do Jiquiriçá – seus impactos nos âmbitos social, político, econômico, ambiental e cultural – e verificar a viabilidade da adoção do modelo de cluster econômico como uma estratégia de desenvolvimento local. Para tanto, faz-se necessário:

- diagnosticar a infra-estrutura básica e de acesso dos municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra;
- verificar o potencial turístico da Região do Vale do Jiquiriçá;
- analisar a esfera político-institucional da atividade turística nos municípios estudados;
- analisar a atividade turística sob a ótica das suas relações ambientais.
- identificar as relações de concorrência e cooperação entre os componentes das cadeias produtoras relacionadas ao turismo na região;

Nesta dissertação, utiliza-se o método de pesquisa indutivo, inferindo e verificando, a partir de dados diversos, a formação de cluster turístico como solução para o desenvolvimento local dos municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra.

Empregam-se como métodos de procedimento, concomitantemente, a abordagem histórico-comparativa e o método estatístico. O primeiro para investigar os acontecimentos, processos e instituições do passado verificando sua influência na sociedade atual. Pesquisando suas raízes para compreender sua natureza e função, utiliza-se o processo de desenvolvimento das aglomerações como base de desenvolvimento local até o atual período técnico e científico, enfatizando, neste processo, a atividade turística. O segundo para apresentar conclusões e relações dos fenômenos e ainda para obter generalizações sobre a sua natureza, ocorrência ou significado.

No desenvolvimento da metodologia se percorreu as etapas descritas a seguir. As pesquisas realizadas tiveram um cunho quali-quantitativo, com exame crítico na procura de fatos e princípios em um procedimento formal e com um tratamento científico para se conhecer a realidade e descobrir verdades sobre o desenvolvimento, história e cultura do turismo no Vale do Jiquiriçá, bem como facilitar a identificação das possíveis áreas voltadas para o desenvolvimento do turismo local e a viabilidade da sua constituição em forma de *cluster*.

Para a realização deste estudo, foram coletados dados secundários, através de pesquisa indireta – bibliográfica e documental –, voltados para a análise das aglomerações, dos modelos multiorganizacionais aplicáveis ao turismo e dos municípios em questão.

Para tanto, realizaram-se diversas visitas a essas cidades para a busca dos dados primários relacionados ao desenvolvimento do turismo nos âmbitos econômico, cultural e social através de pesquisas diretas com turistas, meios de hospedagem e com os grupos de maior relevância das cidades – prefeitos, líderes comunitários, associações, empresários da área de comércio e serviços, etc.

A pesquisa fundamenta-se na teoria de Cluster Econômico de Michael Porter, tomada como base para o entendimento e aplicação deste modelo na atividade turística. Entretanto, para analisar o cluster proposto por Porter (1999a), é necessária, como exposto no Capítulo 2, a compreensão de outras teorias que lhe servem de suporte: os distritos industriais Marshallianos, a teoria dos pólos de desenvolvimento de Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977), e o conceito de redes definido por Castells (1999), pois todos representam aglomerações de empresas similares aos clusters, o que facilitará o entendimento das suas diferenças e aplicações.

O Capítulo 3 versa sobre a questão do desenvolvimento sustentável endógeno, analisando diferentes conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e endogeneização, diante de um mundo globalizado, em que se tenta criar bases desenvolvimentistas a partir do local.

No Capítulo 4 serão apresentados e comparados os modelos de gestão integrada de rede, cluster, arranjo produtivo local e consórcio, assim como suas aplicações no turismo. Para o entendimento da atividade turística e sua formação baseada nesses modelos

multiorganizacionais, assim como o seu papel no desenvolvimento regional, a base será a visão de Garrido (2002).

No quinto capítulo se aborda o Vale do Jiquiriçá e suas relações com o turismo e com o desenvolvimento local sustentável. Serão apresentados, nesse capítulo, os resultados da pesquisa realizada em campo e as respostas para as dúvidas sobre a existência e aplicação, ou não, de um cluster turístico como um modelo potencializador do desenvolvimento local. E por último, o Capítulo 6 contém as considerações finais.



## **2 BASES TEÓRICAS DE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Nesta dissertação se tomará como fundamento a teoria de Cluster Econômico de Michael Porter, que fornecerá o embasamento para a compreensão e aplicação deste modelo na atividade turística. Entretanto, para se analisar o cluster proposto por Porter (1999a), torna-se necessário a compreensão de outras teorias que lhe servem de suporte, como os distritos industriais propostos por Alfred Marshall e a teoria dos pólos de crescimento de François Perroux. Faz-se necessário também a análise do conceito de redes definido por Manuel Castells, articulando a interação de empresas como na configuração de clusters, para entender suas diferenças e aplicações.

Alfred Marshall foi o pioneiro nos estudos referentes aos aglomerados de empresas. Em sua teoria original, Marshall (1982) imaginou uma região com estrutura econômica baseada em pequenas empresas do mesmo ramo de negócios ou de ramo similar, onde mão-de-obra especializada, insumos e prestação de serviços estão facilmente disponíveis e onde as inovações rapidamente se tornam conhecidas. Economias de escala são pouco relevantes, o que limita o tamanho dos negócios. O que faz esse distrito tão especial, na visão de Marshall (1982), é a natureza e a qualidade do mercado de trabalho local, altamente flexível.

Perroux define desenvolvimento econômico através dos pólos industriais:

O desenvolvimento econômico foi definido por Perroux como a mudança estrutural provocada no espaço econômico pela expansão desses núcleos de indústrias dinâmicas. Os pólos de crescimento industrial iniciaram o processo que seria, em seguida, difundido ao resto da economia por efeitos multiplicadores e aglomerados sobre o investimento, a renda e o emprego, incluindo a multiplicação de pequenas empresas. (ALMEIDA, 2002, p. 255).

Castells (1999, p. 497) analisa as redes através de uma ótica que transcende a econômica, ele afirma que “redes constituem a nova morfologia social das nossas sociedades, e a difusão lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”.

Baseando-se nas teorias acima citadas, Porter (1999) cria o conceito de Cluster Econômico, o qual servirá como base para os estudos de desenvolvimento turístico-econômico e regional aqui propostos, significando

aglomerados de atividades produtivas afins, localizadas em um determinado espaço geográfico e desenvolvidas por empresas autônomas de pequeno, médio e até de grande porte, intensamente articuladas, constituindo ambiente de negócios onde prevalecem relações de recíproca confiança entre as diferentes partes envolvidas. (PORTER, 1999 apud LUCCHESI, 2002, p.6).

Uma vez compreendido todo o referencial teórico, se analisa na seqüência o tema principal desta dissertação: o desenvolvimento regional do Vale do Jiquiriçá através da possível formação ou existência de um cluster turístico.

## 2.1 ALFRED MARSHALL – A TEORIA DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS

O filósofo, matemático e fundador da Escola de Economia de *Cambridge*, Alfred Marshall foi absolutamente um marco na história da economia britânica e mundial. Seu trabalho para atribuir expressões escritas adequadas para o conhecimento tornou-se notável, através das suas teorias e grandes obras publicadas, dentre elas, *Principles of Economics* (1890), sua obra prima e acontecimento marcante na história do pensamento econômico – o início da idade moderna da Economia. Era a obra de maior influência sobre as questões econômicas, chegando a ser considerada por muitos anos a bíblia da economia britânica, introduzindo muitos conceitos de caráter doméstico, familiar. Outras quatro grandes publicações deste autor foram: *Economics of Industry* (1879); *Elements of Economics of Industry* (1892); *Industry and Trade* (1919) e *Money, Credit and Commerce* (1923).

A ótica econômica de Marshall (1982) contemplava os aspectos do comportamento humano e do meio social. Segundo Strauch,<sup>2</sup> Marshall (1982) veio da filosofia para a economia por preocupações ético-sociais. Sua contribuição, porém, foi além da reabilitação e humanização da economia política, ele foi o precursor da Econometria, influenciando, de forma hegemônica, gerações de economistas. Seu método consistia na utilização da matemática como via de investigação para a exposição lógica das teorias econômicas. Dentre as raízes do pensamento marshalliano destacam-se o utilitarismo de Bentham e as idéias evolucionistas de Darwin. “[...] daí um certo “darwinismo social” [...] em que a competição

---

<sup>2</sup> Otolmy Strauch é escritor do ensaio bibliográfico sobre Marshall na apresentação da versão traduzida para o português dos Princípios de Economia pela Editora Abril Cultural, 1982.

(ou concorrência) seria a força motriz do progresso econômico para a seleção dos mais aptos”, (MARSHALL, 1982, p. 21).

“Os Princípios” denota uma visão microeconômica do regime capitalista de produção e é a partir desta prerrogativa que se baseia a análise dos Distritos Industriais, foco principal do pensamento marshalliano para a compreensão desta dissertação.

No que tange à possibilidade de novos arranjos econômicos, Marshall (1982) defendia que o conhecimento seria expandido à medida que novas experiências com métodos de organização e cooperação empresarial fossem executadas. Segundo ele, “O conhecimento é a nossa mais potente máquina de produção.” (MARSHALL, 1982, p. 135).

Marshall (1982) trata, através dos distritos industriais, da problemática da concentração geográfica das indústrias e propõe que um espaço para o crescimento de pequenas empresas fosse recriado pelo desenvolvimento das grandes, permitindo que empresas de diferentes dimensões pudessem complementar-se ao invés de competir. Desta forma, pode-se afirmar que os distritos industriais ingleses eram constituídos por aglomerações de grandes, pequenas e médias empresas inter-relacionadas em microrregiões geográficas, produzindo bens em larga escala tanto para o mercado interno como para o mercado externo, principalmente.

As empresas dessa estrutura produtiva concorriam entre si, mas também se ajudavam, por exemplo, ao atrair fornecedores, ao formar um mercado de trabalho especializado, ao respeitar e divulgar um mesmo padrão de qualidade e até cooperando em certos esforços de inovação. Além da dimensão ligada à eficiência produtiva e comercial que constitui o cerne da própria noção de competitividade, passa a ser fundamental a compreensão da atuação dos aspectos cooperativistas, que visam uma ação conjunta planejada, levando à eficiência coletiva. A rivalidade é uma característica entre os produtores, mas não os impede de unir forças para ultrapassar barreiras em comum no tocante a questões de infra-estrutura ou acesso a mercados, por exemplo. Esta dinâmica entre competição e cooperação consiste numa das características mais marcantes e peculiares dos distritos industriais.

Este modelo de base territorial servia como unidade de estudo do processo de industrialização e desenvolvimento econômico, sendo considerado, até os dias atuais, como alicerce para a compreensão de novos modelos de gestão integrada. São os distritos industriais caracterizados como um modelo de base para a teoria do desenvolvimento regional,

enfatizando a importância da localização industrial para os avanços mais modernos com relação à divisão do trabalho e à administração de empresas.

São muitas as diversas causas que levaram à localização de indústrias, mas as principais foram as condições físicas, tais como a natureza do clima e do solo, a existência de minas e de pedreiras nas proximidades, ou um fácil acesso por terra ou por mar. (MARSHALL, 1982, p. 232).

Além das condições físicas, cabe ressaltar que o patrocínio das cortes e o know-how dos artesãos imigrantes tiveram relevante importância quanto à localização e ao desenvolvimento das indústrias inglesas, demonstrando que as vantagens naturais de uma determinada área prevista para a localização industrial não são exclusivas, pois a determinação das localidades também está sujeita a influências históricas, religiosas e político-econômicas regionais.

Uma vez instalada, a indústria localizada oferece um mercado constante para a mão-de-obra e incita o surgimento de atividades subsidiárias - fornecedoras de instrumentos e matéria-prima - nas redondezas. O desenvolvimento de diferentes indústrias em um mesmo espaço atenua as depressões e crises umas das outras. Pela primeira vez fala-se em forças sociais cooperando com as econômicas, fato claramente exemplificado por Marshall (1982) através das indústrias têxteis de algumas cidades manufatureiras da Inglaterra, onde, segundo o autor:

As vantagens da variedade de empregos [também por conta das indústrias de caráter supletivo] se combinam com as da localização das indústrias, e isto constitui a causa principal do seu crescimento. Mas, por outro lado, o valor que o centro de uma grande cidade tem para fins comerciais, permite que se exija pelo terreno um preço muito mais elevado do que ele valeria para uma fábrica, mesmo quando se leva em consideração essa combinação de vantagens. E há uma concorrência semelhante entre os empregados do comércio e os operários em relação à moradia, e o resultado é que as fábricas se situam atualmente nos subúrbios das grandes cidades, ou em seus distritos industriais, e nunca nas próprias cidades. (MARSHALL, 1982, p. 235).

Marshall (1982) denominou de economias externas todos os ganhos obtidos no mercado com a formação dos distritos - inclusive e principalmente a questão do conhecimento - independentemente das ações das empresas. Tal conceito de externalidade foi introduzido com o objetivo de avaliar as vantagens de eficiência e competitividade que pequenas empresas conquistam uma vez agrupadas, aumentando a produção e reduzindo os custos dos produtos. Também devem ser consideradas como economias externas, as empresas subsidiárias que brotam nos arredores dos distritos.

Outro fator que influenciou positivamente no crescimento econômico e industrial da Inglaterra foi o incremento das telecomunicações e dos transportes que, por sua vez, permitiu

o aumento da tendência da concentração de determinadas indústrias em determinadas localidades e da emigração de operários especializados para mais perto dos consumidores de seus produtos. Desta forma, com fretes barateados devido à abertura de estradas de ferro e com uma política livre-cambista, a Inglaterra aumentou sua importação de matérias-primas, ao mesmo passo que exportou empresários e operários especializados que serviram de pioneiros no processo de industrialização de outros países.

É o início da socialização das informações e da globalização da indústria via circulação do conhecimento. É também a importância dos laços não econômicos na comunidade local enaltecendo os recursos humanos; é a alocação eficiente dos recursos no nível das unidades microeconômicas; é a fusão de muitas empresas da mesma indústria ou comércio em uma única entidade gigantesca, concebendo um modelo de concorrência cooperativista e valorizando o pequeno empresário. São as forças modernas atuando em conjunto e influenciando na determinação da posição geográfica da indústria. Enfim, são homens e máquinas em busca da atmosfera perfeita para a efetivação de um mesmo objetivo: o desenvolvimento econômico local e regional.

Tende-se a criar, no distrito, uma osmose perfeita entre as empresas e a comunidade local, cujo sistema de valores e de pensamentos relativamente homogêneo, de alguma maneira, condiciona os principais aspectos da vida. O distrito conduz a uma divisão do trabalho cada vez mais acentuada, oferecendo uma grande variedade de atividades profissionais e englobando, dentro do seu sistema de valores, o mercado, a família, a igreja, a escola, as autoridades e organizações políticas e sindicais locais, além de entidades públicas, privadas, culturais e sociais. Apesar do conflito de interesses existente, os diferentes atores devem buscar respeitar o mesmo sistema de valores, focalizando exclusivamente o interesse superior da comunidade.

A origem e o desenvolvimento do distrito industrial não resultam, pois, unicamente da convergência localizada de certos traços sócio-culturais próprios de determinada comunidade (sistema de valores, comportamento e instituições), de características históricas e naturais particulares de uma zona geográfica (orografia, vias de comunicação e centros de trocas, modo de urbanização, etc.) e de especificidades técnicas inerentes a determinado processo produtivo (processos decomponíveis, séries limitadas, etc); são igualmente fruto de um processo de interação dinâmica (círculo virtuoso) entre a divisão e a integração do trabalho praticadas no distrito; a procura permanente de novos mercados para a sua produção e a constituição de uma rede de sólidas relações com os mercados externos. (BENKO; LIPIETZ, 1994, p. 25).

Verificam-se, num distrito industrial, relações endógenas, à medida que a estrutura deste distrito apresenta-se como uma rede de interdependências sociais, culturais e

econômicas locais; e relações exógenas, através da influência de mercados externos, no que diz respeito a novas tecnologias e ao consumo.

Cabe ressaltar que a concepção da realidade como um conjunto de partes interdependentes deve levar em conta a dimensão social e territorial em que a empresa está imersa. Neste caso, segundo Sforzi (1982 apud GUTIERREZ, 1999, p. 24) “[...] *el organismo industrial es tanto el elemento aislado (la empresa) como el conjunto de elementos que lo comprenden sectorial (la industria) e territorialmente (el lugar).*”

Assim sendo, o processo localizado de produção não se orienta apenas por meio da produção de mercadorias, mas através também das condições materiais e humanas necessárias para sua própria reprodução como organismo social.

A indústria moderna aparece seguida da liberdade econômica e da autoconfiança de novas tecnologias. Esta liberdade permite que cada empresa defina que rumo seguir e como agir diante do mercado e dos seus concorrentes, que, mesmo em um momento de alta competitividade, tendem a agrupar-se em benefício de objetivos comuns. Surge então uma nova e moderna política de vizinhança cooperativa, menos egoísta e mais altruísta. “É a deliberação e não o egoísmo a característica da era moderna.” (MARSHALL, 1982, p. 26).

Ainda na análise marshalliana sobre o modernismo industrial inglês, conhecimento e organização são bases fundamentais para a compreensão do ambiente empresarial capitalista da época. Ambos enraizavam-se como novos fatores de produção e desenvolvimento, nos âmbitos público e privado, agregando valor à tríade tradicional constituída por capital, trabalho e recursos naturais. Nesse cenário, as inovações aparecem cada vez mais vinculadas às organizações e às instituições locais, ocorrendo, naquele momento através de processos historicamente determinados.

Enfim, os distritos industriais, na visão de Marshall, representam, na Inglaterra do século XIX, a idéia de caminhos de desenvolvimento econômico a partir de características próprias de cada região, constituindo, deste modo, um fenômeno socioeconômico, cultural, histórico e geográfico. Seguindo o raciocínio de Marshall, surge, mais de meio século depois, a Teoria dos Pólos de Crescimento de François Perroux, uma forma mais atualizada, subjetiva e inovadora de abordar as aglomerações industriais.

## 2.2 FRANÇOIS PERROUX – A TEORIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO

O conceito de “pólo de crescimento” e a teoria que dela se derivou foram originalmente concebidos como ferramentas úteis à descrição e explicação da dinâmica do crescimento econômico das economias capitalistas modernas. François Perroux introduziu a idéia de pólo, adaptada à economia regional, em 1955, quando este conceito se consolidou e se difundiu através da publicação “*Note sur la notion de pôle de croissance*”. Considerado como o formulador original da noção de pólo, Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977) parte de um dado de observação para derivar o que viria a ser posteriormente denominado como “teoria dos pólos de crescimento”, a qual seria:

O fato, rude mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia. (SCHWARTZMAN, 1977, p.146).

Deste modo, o crescimento consiste num processo essencialmente “polarizado”, na medida em que as forças que o induzem operam no sentido de reunir atividades em torno de sucessivos centros de inovação, resultando desequilíbrios entre setores industriais e, conseqüentemente, entre as regiões nas quais estes se localizam. Ou seja, o crescimento do pólo é localizado e desequilibrado.

É importante ressaltar aqui a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico:

A diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico deve ser encontrada no predomínio dos aspectos quantitativos do primeiro conceito, indicando expansão do sistema sem apresentar, contudo, mudanças estruturais, enquanto que no segundo caso há o predomínio de elementos qualitativos, revelando a difusão do bem-estar, com mudanças no sistema econômico social. (SILVA, 1976, p. 6).

O conhecimento dos recursos naturais, humanos e estruturais, ou seja, o conjunto de atividades e empresas localizadas geograficamente na região, constitui um dos fatores de crescimento mais importantes, mas é a intensidade das relações técnicas e comerciais entre empresas o verdadeiro fator capaz de desencadear o crescimento regional.

A teoria de Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977) deve ser mencionada como um poderoso instrumento analítico também da questão da localização industrial, apesar de ser vista a princípio como uma teoria mais voltada para o crescimento econômico, cuja base pautava-se na dinâmica da interdependência industrial e das relações intersetoriais. A

proposta é, basicamente, a de um modelo de crescimento econômico setorial desequilibrado e que só posteriormente foi considerado em suas repercussões espaciais.

A concentração regional é inevitável. Certas regiões possuem características especiais como, por exemplo, uma geografia apropriada ou recursos naturais abundantes, que lhes propiciam um desenvolvimento maior em determinadas áreas em detrimento de outras, seja este processo espontâneo ou planejado.

A noção de pólo formulada por Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977) insere-se no contexto de um espaço econômico abstratamente considerado e que é concebido como sendo um campo de forças representadas por centros de inovação. O espaço econômico abstrato proposto por Perroux apresenta os seguintes aspectos: a) o espaço como área de planejamento da unidade de decisão; b) o espaço como campo de forças atuantes sobre as unidades de decisão; c) o espaço como campo de objetos homogêneos (SCHWARTZMAN, 1977).

Antes de Perroux introduzir a noção de espaço abstrato, era difícil conceituar que um fenômeno observado no espaço setorial poderia ser submetido a políticas de dimensões geográficas e vice-versa. A visão topológica do espaço permite integrar com mais facilidade os planos das diferentes unidades de decisão, porque favorece a atitude de acordo entre partes distintas (SCHWARTZMAN, 1977).

O conceito de pólo de crescimento é a conseqüência lógica destes tipos de espaços perrouxianos. O espaço econômico, considerado como campo de forças, conduz à noção de pólo, que se caracteriza, por sua vez, como um vetor de forças econômicas.

Para atingir níveis de renda mais elevados, uma economia deve promover, a priori, no seu próprio âmbito interno, um ou vários centros regionais de forças econômicas. Durante o desenvolvimento do pólo surge a necessidade da emergência dos “pontos de desenvolvimento” – o que aponta para a desigualdade internacional e inter-regional do crescimento como condição inevitável do próprio processo de desenvolvimento - ou, como denomina Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977), Pólos de Crescimento, termo utilizado para evidenciar a liderança do desenvolvimento regional e setorial em expansão no tocante a um grande conjunto de empresas em estado de intercâmbios intensivos - fluxos correntes de bens e serviços.



A idéia é estimular, sob políticas apropriadas, certos centros urbanos, de modo que estes se tornem pólos de crescimento e impulsionem o desenvolvimento econômico local. Vale aqui ressaltar que o espaço de que fala Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977) não é geográfico, mas um espaço econômico e, como observado, um espaço econômico abstratamente considerado.

Uma vez que o pólo de crescimento se define em termos do espaço econômico, a ação espontânea e geograficamente concentrada - “pontos de crescimento” - não deve ser considerada, haja vista o sentido genuinamente econômico e funcional apontado por Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977), que toma como premissa o conceito topológico de espaço abstrato do matemático francês *Maurice Fréchet* para fundamentar o seu pensamento.

Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977, p.162-163) define as entidades econômicas como “eixos das coordenadas de um espaço econômico multidimensional, onde os pontos representam certas combinações de fluxos de bens e serviços.” No entanto, em 1961, ele descreve o pólo de crescimento como “um conjunto de unidades motrizes que criam efeitos de encadeamentos sobre outros conjuntos, definidos no espaço econômico e geográfico” (PERROUX, 1961 apud SCHWARTZMAN, 1977, p.163), introduzindo a concepção de indústria motriz em “*La firme motrice dans la région motrice*”<sup>3</sup>. Segundo Paelinck (1965 apud SCHWARTZMAN, 1977, p.167),

A empresa motriz vai exercer sua influência sobre a região de duas maneiras. Por um lado através de uma avaliação sobre o fluxo, tanto os existentes como os futuros, ou seja, neste último caso, sobre as previsões com base nas quais as empresas dominantes vão trabalhar. Por outro lado, sua influência se fará sentir pelas conseqüências das inovações técnicas da empresa dominante sobre as rendas reais disponíveis, sobre as técnicas da fabricação e sobre os custos intermediários das outras empresas que utilizam os produtos da empresa principal.

A teoria dos *pólos de crescimento* proposta por Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977) tem como base um modelo de crescimento econômico setorial desequilibrado. O crescimento econômico seria uma função do crescimento do setor industrial, particularmente destas indústrias inovadoras e propulsoras - indústrias motrizes -, apresentando as mais elevadas taxas de crescimento econômico. Estas indústrias exercem efeitos de “arraste” sobre outros conjuntos dos espaços econômicos e geográficos. Conseqüentemente, o setor dinâmico atrai novas indústrias fornecedoras e compradoras de insumos, formando um “complexo industrial” caracterizado por um elevado grau de

---

<sup>3</sup> Citada na obra *Theorie et Politique de L'Expansion Regionale*. Bruxelas, 1961.

concentração industrial e populacional e ainda pela elevada interdependência existente entre as indústrias. Assim, a noção de pólo é concebida como instrumento conceitual para representar o processo através do qual as atividades econômicas surgem e se expandem, ou estacionam e desaparecem.

É notável a semelhança do conceito de pólo de crescimento com os conceitos dos outros autores da corrente de crescimento desequilibrado, a exemplo de Albert Hirschman<sup>4</sup>. No entanto, a abordagem do pólo de crescimento de Perroux é mais claramente associada à economia regional, tanto porque ele analisa sistemas de centros urbanos, quanto pelo fato de que dele se origina uma estratégia de desenvolvimento econômico relativamente simples. Também se destacam por estabelecer questões analíticas tais como o problema do desenvolvimento nacional, implicando polarização nos diferentes espaços topológicos, como também a questão das inter-relações entre estes espaços, nos casos em que a polarização ocorre. Aumenta-se desta forma a utilidade potencial da economia como instrumento na determinação de políticas.

Baseado nos conceitos de economias externas e aglomeração formulados por Marshall (1982), Perroux afirma que o processo de desenvolvimento de uma firma ou de uma indústria propulsora é denominado polarização. Segundo Lasuén (1976), o sentido dos termos pólo e polarização é ambíguo. Ele afirma que, para Perroux:

[...] “polo” es mas bién una protuberância que emerge de una superficie homogénea, que un punto extremo. Consecuentemente para él pueden existir más de dos pólos al mismo tiempo. Por “polarización”, Perroux, entiende el proceso de creación y crecimiento de un polo. (LASUÉN, 1976, p. 207).

De acordo com Perroux, o pólo designa uma concentração de geradores de crescimento; “polarização”, então, representa o processo através do qual atividades econômicas são criadas e se expandem, assim como representam também o processo oposto de estagnação e declínio delas. Já na definição de autores anglo-saxões, “polarização” determina o processo através do qual o mais forte de dois pólos em oposição tende a atrair os elementos inerentes ao espaço intermediário real que os separa. São as diferenças entre estas duas interpretações e os níveis distintos de abstração em que cada uma delas atua que serão ignoradas, ou confundidas, na passagem da noção de pólo para a “teoria dos pólos”. Esta passagem se realiza, a princípio, através da identificação, por Perroux, dos elementos

---

<sup>4</sup> Hirschman deu grande ênfase aos efeitos de encadeamento no processo de desenvolvimento. Ele “introduziu os conceitos de encadeamentos para trás e para frente, que permitem a articulação dos elos entre as diversas atividades que integram a estrutura produtiva de determinada economia, conformando suas diversas cadeias produtivas ou cadeias de valor.” (SILVA, 2004b).

responsáveis pelo funcionamento dos pólos de crescimento, tais como a ação empresarial inovadora que caracteriza as “indústrias motrizes”. Segundo ele, essas indústrias induzem o surgimento dos pólos e caracterizam-se por realizar a separação dos fatores da produção, gerar a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompor tecnicamente as tarefas e a mecanização. Ainda sobre este tipo de indústria, o autor complementa:

Elas apresentam, durante períodos determinados, taxas de crescimento de seu próprio produto mais elevadas que a taxa média de crescimento do produto industrial e do produto da economia nacional. [...] [Todavia], aos progressos técnicos que tais indústrias experimentaram na sua fase inicial, normalmente se seguem, por algum tempo, menores progressos. A procura do produto torna-se menos elástica. A especulação, caso tenha sido acentuada na fase de lançamento, extinguir-se-á ou diminuirá, deslocando-se. (PERROUX, 1955 apud SCHWARTZMAN, 1977, p. 147-148).

O crescimento econômico é próprio de áreas favorecidas de variadas circunstâncias, onde surge uma indústria motriz. Como reflexo da ação desta indústria, o crescimento se propaga beneficiando as regiões polarizadas que a circunda. Em geral, a indústria motriz, ao adquirir matérias-primas, ao atrair mão-de-obra e ao produzir um produto ou uma gama de produtos, dinamiza a vida regional, provocando a atração de outras indústrias, criando aglomeração de população que estimulará o desenvolvimento de atividades primárias e a formação de atividades terciárias proporcionais às necessidades da população que a cerca e que se instala em sua área de influência.

Perroux elabora a sua teoria de crescimento, que chamará também de teoria de desenvolvimento, fundamentando-se na idéia de interdependência industrial e no efeito de “dominação” exercido pela grande empresa, apta para inovação.

[...] à medida em que nos afastamos da cidade central, as relações sociais e comerciais entre as áreas por nós atingidas e a referida cidade se tornam progressivamente mais fracas, enquanto já se vai sentindo a influência de uma outra cidade [...] Será importante indicar que as cidades e regiões urbanas se nos apresentam como que em ordem hierárquica, as cidades maiores “dominando” as menores, por prestarem um número maior de serviços a uma área mais ampla. (PERROUX, 1955 apud SCHWARTZMAN, 1977, p. 149).

No processo de desenvolvimento e de crescimento, segundo Perroux, a grande empresa pode exercer influência sobre as demais por dois caminhos: o da previsão e o da inovação.

A empresa pode fazer uma previsão correta ou incorreta sobre as variações da procura global e se adapta a esta previsão. Por outro lado, ela inova, isto é, varia os seus coeficientes de produção. A produção total da empresa motriz aumenta de acordo com a previsão do

aumento da demanda futura, conseqüentemente um aumento da atividade da empresa dominante induzirá o aumento da atividade e das rendas produzidas na região.

O desenvolvimento se dá através dos efeitos diretos e indiretos das inovações. De acordo com Perroux, a ação da grande empresa pela inovação se processa então pela introdução de “variáveis diferentes e (ou) suplementares, no horizonte econômico e nos projetos dos agentes e grupos de agentes dinâmicos: tem um efeito desestabilizante.” O autor complementa:

A inovação bem sucedida, graças a alguns agentes, constitui exemplo para outros e suscita imitações, que são elas próprias criativas. [...] As inovações que ocorrem no funcionamento da economia provocam inovações na estrutura da economia; mais precisamente, mudanças nas características técnicas e econômicas das funções suscitam mudanças nas características jurídicas e políticas das instituições. (PERROUX, 1955 apud SCHWARTZMAN, 1977, p. 151).

A teoria de Perroux baseia-se tanto no conceito de Joseph Schumpeter sobre “ondas de inovação”, quanto nos estudos de Albert Hirschman sobre o papel no crescimento polarizado das conexões interindustriais (*linkages*). A partir desta ótica, pode-se resumir a teoria dos pólos da seguinte forma: da noção de pólo num espaço econômico abstratamente considerado se passa à sua concretização através do papel exercido pelas indústrias motrizes. Dos efeitos dinamizadores por estas difundidas, através das conexões interindustriais, se passa ao crescimento polarizado.

Como abordado anteriormente, a dinâmica dos pólos está vinculada à idéia da existência de fortes conexões interindustriais garantidas pelo dinamismo de uma *indústria principal*. Para compreender as peculiaridades desta indústria, é importante retomar uma distinção feita por Perroux entre *indústria-chave* e *indústria-motriz*. A indústria-chave induz, na economia nacional, um acréscimo global de vendas muito maior que as suas próprias vendas. Ela é aquela que se caracteriza pela utilização, para sua produção final, de uma alta taxa de insumos intermediários provenientes de outras indústrias, a expansão destas últimas sendo função das atividades da indústria-chave - *backward linkages*. Indústrias que fabricam matéria-prima, energia e indústrias relacionadas aos transportes tendem a tornar-se indústrias-chaves. Já a indústria motriz é aquela caracterizada pela produção dos bens intermediários indispensáveis ao produto final de outras indústrias a jusante - *forward linkages*; se por um lado sua expansão depende das atividades dos produtores do bem final para os quais ela produz os insumos, por outro lado, o dinamismo de tais produtores é induzido pela indústria

motriz por conta da capacidade que ela tem de a eles transmitir “ondas” sucessivas de inovações.

[...] nenhuma indústria, por si mesma, pode ser considerada uma indústria motriz. Para ser motriz uma indústria-chave, como, por exemplo, uma siderúrgica ou alguma indústria química importante, deve preencher certos requisitos de funcionamento, o que nos leva a considerar as condições sob as quais uma empresa produz, efetivamente, um efeito de encadeamento sobre as atividades econômicas de uma região. (PAELINCK, 1965 apud SCHWARTZMAN, 1977, p.169).

Então, quando se fala em “indústria principal” entende-se que, na criação efetiva de um pólo, ela existe apenas quando a indústria-chave é ao mesmo tempo uma indústria-motriz.

Em torno de uma indústria com alta capacidade indutora é possível verificar o desenvolvimento de outras indústrias, num mesmo espaço geográfico, criando-se uma estrutura de interdependência entre elas. Mas se não há sincronia das funções de indústrias-chave e indústria-motriz, como definidas anteriormente, tal estrutura pode formar um complexo industrial, mas não um pólo.

O complexo industrial é caracterizado pela presença de uma indústria-chave; um regime não-concorrencial e pelo fato da aglomeração territorial. Segundo Hermansen, embora tal complexo possa representar um avanço real, “ele só funcionará como verdadeiro pólo de desenvolvimento se ele encerrar um centro dinâmico capaz de gerar e transmitir inovações que estimulem a emergência de novas indústrias e de novas seqüências de interdependências” (HERMANSEN, 1970 apud SPINOLA, 2003, p.6). Em síntese, todo pólo presume a existência de um complexo industrial, mas nem todo complexo industrial constitui um pólo.

No tocante ao crescimento dos pólos e das economias nacionais, Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977, p. 155) afirma que:

A economia nacional em crescimento não mais se apresenta, unicamente, como um território politicamente organizado sobre o qual vive uma população, nem como um aprovisionamento de fatores de produção, cuja mobilidade cessa nas fronteiras. Ela se nos oferece como uma combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, pólos de indústrias e de atividades geograficamente aglomerados) e de conjuntos relativamente passivos (indústrias movidas, regiões dependentes dos pólos geograficamente aglomerados). Os primeiros transmitem aos últimos os fenômenos de crescimento.

Os pólos de desenvolvimento, portanto, podem ser considerados como vetores para o crescimento e desenvolvimento de uma nação, mas também apresentam dissonâncias e obstáculos com relação ao seu crescimento. A ausência de uma rede urbana e as deficiências de vias de transportes e comunicação dificultam a formação dos pólos, pois a expansão deste

depende da qualidade e da quantidade dos equipamentos industriais e de serviços que possui como também da estrutura de transporte e comunicação que dispuser.

Uma vez compreendido os conceitos de distritos industriais e pólos de crescimento, assim como suas relações com o crescimento econômico e o desenvolvimento regional, dado a indispensável interconectividade dos seus elementos constituintes, numa estrutura em redes, passa-se a analisar a teoria sobre redes na visão de Manuel Castells.

### 2.3 MANUEL CASTELLS – A TEORIA DAS REDES

As novas tecnologias da comunicação e da informação têm um papel fundamental na atual configuração da globalização e do mundo de capitalismo integrado em que se viva. Elas são o alicerce para a confirmação moderna do papel das redes. A nova sociedade já foi definida como uma "Sociedade em Rede", com o termo *redes* sendo assim nomeado por Manuel Castells <sup>5</sup>:

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e da experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social. (CASTELLS, 1999, p. 497).

Portanto, como afirma o autor, essas redes não são uma "invenção" da modernidade, mas uma necessidade que atravessa os tempos e a história das sociedades. Porém, somente após a década de 1950, com as novas técnicas de comunicação de massa, em especial com o advento da televisão, é que tanto os homens de ciência como os usuários das redes passaram a discutir e avaliar os usos ideológicos e políticos sociais destas.

O autor define rede como “um conjunto de nós interconectados”, e cada nó “um ponto onde a curva se entrecorta.” (CASTELLS, 1999, p. 498). Por definição, uma rede não tem centro e ainda que alguns nós possam ser mais importantes que outros todos dependem dos demais na medida em que estão em rede.

---

<sup>5</sup> Manuel Castells nasceu na Espanha, em 1942, e desde 1979 é catedrático de Sociologia e Planejamento Urbano e Regional na Universidade da Califórnia, *Berkeley*. Foi também professor na *École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales* (Escola Prática de Estudos Avançados em Ciências Sociais) em Paris, catedrático e diretor do Instituto de Sociologia de Novas Tecnologias da Universidade Autônoma de Madri, professor do Conselho Superior de Pesquisas Científicas em Barcelona e professor visitante em 15 universidades da América Latina. Sua atenção está sempre focada no desenvolvimento tecnológico da sociedade. Publicou 20 livros em várias línguas, entre eles a trilogia "A era da informação; economia, sociedade e cultura"; volume 1 "Sociedade em rede"; volume 2 "O poder da identidade" e volume 3 "Fim de milênio".

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e da invalidação do tempo. Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder. (CASTELLS, 1999, p. 498).

O aprofundamento do conceito de redes, assim como suas funções e relações com o desenvolvimento regional, serão apresentados no Capítulo 4 desta dissertação. Cabe, aqui, analisar a ótica de Castells (1999) no tocante ao processo de inserção deste modelo no contexto socioeconômico, político, cultural e tecnológico mundial, das indústrias e empresas, na segunda metade do século XX.

### 2.3.1 A Sociedade em Rede

"A sociedade em rede" de Castells (1999) busca esclarecer a dinâmica econômica e social da nova era da informação. Baseado em suas pesquisas, Castells (1999) procura formular uma teoria que respalde os efeitos fundamentais da tecnologia da informação no mundo contemporâneo. Sua análise busca identificar uma nova estrutura social influenciada pelos sistemas de redes interligados, uma sociedade globalizada e centrada no uso e na aplicação da informação. Para tanto, o autor aborda questões como: modos de desenvolvimento e modos de produção relacionados ao informacionalismo, industrialismo, capitalismo e estatismo; o ser na sociedade informacional; a revolução da tecnologia da informação; a economia informacional e o processo de globalização; *a empresa em rede - a cultura, as instituições e as organizações da economia informacional* – principal base Castellana para a compreensão e análise deste estudo de modelos de gestão integrada; a cultura da virtualidade real – a integração da comunicação eletrônica, o fim da audiência de massa e o surgimento de redes interativas; e, por fim, a questão do espaço de fluxos, analisando o novo espaço industrial e apresentando a teoria social de espaço e a teoria do espaço de fluxos.

O *paradigma econômico e tecnológico da informação* constitui um novo modo de desenvolvimento que não substitui, mas define os traços da sociedade capitalista do final do século XX. Com base nesta prerrogativa, uma nova estrutura social, marcada pela presença e funcionamento de um *sistema de redes interligadas*, foi analisada por Castells (1999).

São cinco as características que constituem a essência do paradigma das tecnologias de informação e juntas elas representam a base material da sociedade “informacional”:

- 1<sup>a</sup>) o fato de a informação constituir a matéria-prima deste novo paradigma apresenta-se como a primeira característica. Trata-se de tecnologias que agem sobre a informação e não apenas a informação agir sobre a tecnologia, como aconteceu nas anteriores revoluções tecnológicas;
- 2<sup>a</sup>) a segunda característica refere-se ao caráter infiltrador dos efeitos das novas tecnologias. Sendo a informação parte integral da atividade humana, todos os processos da nossa existência individual e coletiva são diretamente influenciados, ainda que não determinados, pelo novo ambiente tecnológico;
- 3<sup>a</sup>) a terceira prende-se à lógica de rede de qualquer sistema ou tipo de conexão que utilize estas novas tecnologias de informação. Este tipo de configuração - rede - pode agora ser implementado em todos os tipos de processos e organizações, graças às tecnologias de informação disponíveis;
- 4<sup>a</sup>) a quarta, ainda que relacionada com a anterior, é de uma característica distinta, que tem a ver com a flexibilidade em que assenta o paradigma das tecnologias de informação. Não só os processos são reversíveis, como as organizações e instituições podem ser modificadas. O que caracteriza e distingue a configuração associada ao novo paradigma tecnológico é a sua capacidade de se re-configurar - uma característica decisiva numa sociedade em constante mudança;
- 5<sup>a</sup>) por último, a quinta característica desta revolução tecnológica prende-se à crescente convergência de um conjunto de tecnologias específicas num sistema altamente integrado, no qual as trajetórias tecnológicas individuais se tornam indistintas.

Do ponto de vista do sistema tecnológico, cada elemento apenas faz sentido com os outros. Deste modo, microeletrônica, telecomunicações e informática encontram-se agora todas integradas em sistemas de informação. Esta convergência tecnológica cada vez mais se estende à interdependência entre a biologia e a microeletrônica.

Castells (1999) assegura que a tecnologia da informação, por si só, não pode ser responsabilizada pelos modelos e processos desenvolvidos nos setores de trabalho. Variáveis



contextuais e interdependentes trançam uma complexa teia onde cada variável tem um peso relativo.

Decisões administrativas, sistemas de relações industriais, ambientes culturais e institucionais e políticas governamentais são fontes básicas das práticas de trabalho e da organização da produção, [em] que o impacto da tecnologia só pode ser entendido em uma complexa interação no bojo de um sistema social abrangendo todos esses elementos. [...] Assim, o novo paradigma informacional de trabalho e mão-de-obra não é um modelo simples, mas uma colcha confusa, tecida pela interação histórica entre transformação tecnológica, política de relações industriais e ação social conflituosa. (CASTELLS, 1999, p. 262).

A introdução da tecnologia vem transformando o mercado e o processo de trabalho, desde a revolução industrial até os dias de hoje, através da mecanização e da automação, que, uma vez consolidada, acabará com as atividades repetitivas e de rotina. A tradicional linha de montagem do modelo administrativo Taylorista / Fordista tende a desaparecer, embora ainda seja necessária e venha a ser, por longo período, a sua utilização pelo setor industrial de países subdesenvolvidos.

O novo paradigma tecnológico mudou a dinâmica da economia industrial, criando uma economia global e promovendo uma nova onda de concorrência. Esta concorrência, disputada pelas empresas, mas condicionada pelos Estados, traduziu-se em profundas transformações tecnológicas, tanto em processos como em produtos, que tornaram algumas empresas, setores e áreas mais produtivos.

A economia informacional se insere ao mesmo tempo em diversos contextos culturais e, nas organizações, se insere a partir das lógicas organizacionais de produção e distribuição dirigidas ao mercado consumidor. Na transição do industrialismo para o informacionalismo<sup>6</sup>, após a exaustão do sistema de produção em massa, existiram diferentes trajetórias tecnológicas organizacionais, devido aos diferentes contextos culturais das organizações, até servir de uma nova espécie de paradigma organizacional. Várias tendências organizacionais evoluíram do processo de reestruturação capitalista e transição industrial, a exemplo, a passagem da produção em massa para a produção flexível. Quando a economia se diversificou, o sistema de produção em massa tornou-se obsoleto e dispendioso, surgiu uma produção personalizada para atender à demanda de quantidade, qualidade e diversificação, ocorrendo a flexibilização de produtos e processos produtivos.

---

<sup>6</sup> O *informacionalismo*, sendo diferente do *industrialismo*, não se lhe opõe; pode até dizer-se que o transformou. O que realmente mudou foi a capacidade tecnológica de processar símbolos (conhecimento e informação). (DIAS; CORREIA, 1999).

Castells (1999) levanta a questão da crise da grande empresa em decorrência da flexibilidade das pequenas. Ele afirma que a grande empresa sofre a crise da produção padronizada em massa, uma vez que continua a concentrar uma proporção crescente de capital e de mercados em todas as economias. Em contrapartida, as empresas de pequeno e médio porte, em geral, continuam sob o controle financeiro, comercial e tecnológico das grandes. Como exemplo, pode-se citar as pequenas empresas italianas que experimentaram fusões e passaram para o controle de grandes empresas, ou elas mesmas se tornaram grandes, como foi o caso da Benetton, ou não acompanharam o ritmo da concorrência e continuaram pequenas e fragmentadas.

As organizações passavam, nessa época, por processos de transformação. O declínio da grande empresa verticalmente integrada como modelo organizacional, segundo Piore e Sabel (apud CASTELLS, 1999, p.177), deveu-se à expansão e conquista dos mercados internacionais pelos conglomerados empresariais, contando com a crescente demanda de um mundo que se industrializa rapidamente. Esta visão, por eles chamada de “Keynesianismo multinacional”, contribuiu para que as empresas modificassem suas estruturas organizacionais e algumas das mudanças implicaram o uso crescente da subcontratação de pequenas e médias empresas, cuja vitalidade e flexibilidade possibilitaram ganhos de produtividade e eficiência às grandes empresas. A lógica organizacional de Castells (1999) favorecia as empresas de pequeno e médio porte, pois foram elas as que mais se adaptaram ao sistema produtivo flexível da economia informacional, aliado ao controle das grandes empresas.

Assim, da convergência e interação entre a crise organizacional e a mudança tecnológica da qual resultaram as tecnologias de informação, emergiu uma nova forma organizacional característica da economia informacional global: a empresa em rede.

A razão pela qual a empresa em rede é a forma organizacional da economia informacional deve-se ao fato de ser a única capaz de lidar com as características dessa “nova economia”. Portanto, as empresas bem sucedidas são aquelas capazes de gerar conhecimento e processar informação de forma eficiente; de se adaptar à geometria variável da economia global; de serem suficientemente flexíveis para adaptar os seus meios à mudança dos objetivos e de inovar, uma vez que a inovação se torna a principal arma competitiva. A questão da competitividade será mais bem compreendida através da análise de Michael Porter, a seguir, neste mesmo capítulo.

Esses aspectos correspondem às características do novo sistema econômico. Neste sentido, pode-se dizer que a empresa em rede materializa a cultura da economia informacional e global. Pela primeira vez na história, a unidade básica da organização econômica não é um sujeito - individual ou coletivo: a unidade é a rede, formada por uma variedade de sujeitos e organizações e em permanente adaptação ao ambiente e estruturas de mercado. É necessário que a rede tenha uma dimensão cultural própria, sob pena de a atividade econômica ocorrer num vácuo sociocultural.

A organização de empresas em rede favorece ainda o trabalho terceirizado, possibilitando a subcontratação de trabalhadores, passando o trabalho a ser executado em qualquer lugar, gerando maior adaptação frente às mudanças ocorridas no mercado de trabalho. Há maior flexibilização em relação aos salários, local de produção, postos de trabalho com funcionários multifuncionais e menor estabilidade contratual.

Muitas vezes, todas essas formas são reunidas em uma estratégia voltada para os próprios interesses, visando apresentar como inevitável aquilo que, sem dúvida, é uma decisão empresarial ou política. Mas é verdade que as tendências tecnológicas atuais promovem todas as formas de flexibilidade, de modo que na ausência de acordos específicos sobre a estabilização de uma ou de várias dimensões do trabalho, o sistema evoluirá para uma flexibilidade generalizada multifacetada em relação a trabalhadores e condições de trabalho. (CASTELLS, 1999, p. 293).

Nos anos 1990, o modelo corporativo de empresa horizontal e redes globais apresentava, segundo Castells (1999), sete tendências principais: organização em torno do processo e não da tarefa; hierarquia horizontal; gerenciamento em equipe; medida de desempenho da equipe; recompensa com base no desempenho da equipe; maximização dos contatos com fornecedores e clientes; informação e treinamento de todos os funcionários - processo contínuo.

A transformação organizacional aconteceu antes da transformação tecnológica e a sua prática foi intensificada pelas novas tecnologias de informação. Assim sendo, a integração em rede tornou-se a chave da flexibilidade organizacional e do desempenho empresarial.

No intuito de fundamentar a história das interações entre empresas, Castells (1999) analisou a tipologia das empresas do Leste Asiático, que têm como unidade social básica a família e não o indivíduo. A organização econômica do Japão, China e Coreia é a mais bem-sucedida da concorrência internacional nas três últimas décadas do século XX e baseia-se em redes de empresas formais e informais.

Deve-se considerar que algumas características inerentes à história e cultura destes países, assim como as trajetórias históricas das suas instituições são fatores fundamentais para a diferenciação e o sucesso daquelas empresas dentro da conjuntura econômica mundial. Os requisitos estruturais do paradigma informacional e as formas de concorrência na economia global também são características relevantes e contribuintes para a compreensão do desenvolvimento em cada um destes países.

A diferença fundamental entre as três culturas está no papel do Estado, tanto historicamente como no processo de industrialização. Todavia, em todos os casos, o Estado assumiu o lugar da sociedade civil. Castells (1999) mostra a correspondência entre as características da intervenção estatal, em cada contexto do Leste Asiático, e as várias formas de organização empresarial em redes, revelando as fontes culturais e institucionais destas formas de organização, tanto em suas características comuns como nas grandes diferenças.

A análise das redes de empresas do Leste Asiático mostra tanto a produção institucional e cultural de formas organizacionais, quanto os limites da teoria de organizações controladas pelo mercado, baseada na experiência anglo-saxônica. O processo de desenvolvimento capitalista da região baseia-se em redes externas à empresa. O surgimento destas redes internacionais de empresas e subunidades empresariais revela a empresa *multinacional* como a expressão organizacional da nova economia global.

Conforme afirma Castells (1999, p.210), “as empresas multinacionais não estão apenas participando de redes, mas estão elas próprias cada vez mais organizadas em redes descentralizadas”, configurando “uma rede interorganizacional” ou “uma rede que está inserida em uma rede externa” (GHOSHAL; BARTLETT, 1993 apud CASTELLS, 1999, p. 210-211). Ele defende:

Minha hipótese é que, conforme o processo de globalização progride, as formas organizacionais evoluem de empresas multinacionais a redes internacionais, na verdade, passando por cima das chamadas “transnacionais”, que pertencem mais ao mundo de representação mítica (ou formação de imagem para benefício próprio por parte de consultores administrativos) do que às realidades institucionais da economia internacional. (CASTELLS, 1999, p. 210).

Nesse cenário multinacional, o informacionalismo desponta como um novo modelo de desenvolvimento que altera, mas não substitui o modo predominante de produção; surge para ensinar a empresa em rede a viver nesta cultura holística virtual.

Todas estas transformações demandam a interação entre empresa e Estado em um processo de inovação não somente tecnológica, mas essencialmente social. As estratégias que se fazem necessárias dependem da capacidade de inovação própria – tecnológica e social – e de conhecimento de um determinado local. É o domínio das técnicas mais produtivas que capacita uma firma a competir com sucesso em meio à agitação e a constante mutação do espaço empresarial moderno e da sociedade, caracterizando a causa efetiva do seu grau de competitividade.

Castells (1999, p.105-106) citando Cohen (1985), explica que a competitividade é um conceito de difícil compreensão e, na verdade, controverso, pois,

[...] tem diferentes sentidos para as empresas e para a economia nacional. A competitividade de uma nação é o grau que ela pode, sob condições de mercados livres e justas, produzir bens e serviços que atendam às exigências dos mercados internacionais, e, ao mesmo tempo, aumentem a renda real dos seus cidadãos.

A seguir, na visão de Michael Porter, (1993) e de forma mais abrangente, abordar-se-á o tema da competitividade, associando-a não a vantagens casuais ou oportunistas, mas ao alcance de níveis de produtividade que garantam vantagens sustentáveis e duradouras. Os processos de inovação e modernização caracterizam os recursos para a constante atualização da “vantagem competitiva”, que também se abordará nesta dissertação, especificamente ao se analisar no Capítulo 4 a configuração do cluster como uma alternativa de modelo multiorganizacional relacionado ao turismo.

## 2.4 MICHAEL PORTER – A TEORIA DO CLUSTER ECONÔMICO

Estudioso mundialmente reconhecido, Michael Porter é formado em Engenharia Mecânica e Aeroespacial por Harvard, mas foi nos seus estudos posteriores de doutorado em Economia Empresarial que a sua trajetória como grande estrategista econômico-administrativo se consolidou. Porter trabalhou como conselheiro na área de estratégia em muitas empresas norte-americanas e internacionais, conquistando um papel ativo na política econômica de alguns países.

Nos últimos vinte anos, o trabalho de Michael Porter definiu os fundamentos da competição e da estratégia competitiva, formulando conceitos e basicamente apontando a análise de indústrias em torno de cinco forças competitivas. Sua pesquisa considera a relação entre competitividade, sociedade e ambiente natural.

Em *The Competitive Advantage of Nations* (1990), Porter estendeu essa análise às nações, lançando o seu modelo do diamante da competitividade, descrevendo como é possível impulsionar toda a economia de um país através de empresas competitivas e apontando a necessidade de um novo paradigma. Sua pesquisa o levou a condição de requisitado consultor em diversos países, pois poucos como ele sabem entrelaçar a teoria econômica da gestão e a sua prática, preparando indivíduos, empresas e nações para competir e vencer neste novo tempo de economia livre e globalizada.

Além do livro acima destacado, que é considerado sua principal obra, Michael Porter também publicou outros 16 livros e mais de 125 artigos, incluindo os *best sellers* *Competitive Strategy* (1980); *Competitive Advantage* (1985) e *On Competition* (1998).

O foco principal desta dissertação, ao analisar alguns teóricos da economia e, particularmente, Michael Porter, é a compreensão da evolução do pensamento do desenvolvimento industrial e empresarial, e mais recentemente de serviços, até chegar à abordagem da teoria do cluster econômico como o mais novo meio de atingir o desenvolvimento econômico regional. Mas, antes de chegar a este ponto, faz-se necessário entender e debater alguns pensamentos porterianos que antecedem ao conceito de cluster. Por este motivo, se analisa em seguida novos paradigmas referentes a questões importantes como competitividade, vantagem competitiva, estratégia competitiva e agrupamentos de indústrias, sendo esta última, base fundamental para a concepção de cluster.

#### **2.4.1 O Debate da Competitividade**

Muitas explicações acerca da competitividade das nações surgem no cenário atual seguidas de contradições que estão sendo debatidas no intuito de melhor compreender o que é “ser competitivo”. A inexistência de uma teoria que seja comumente aceita faz surgir a necessidade de se criar um novo paradigma que melhor esclareça as relações econômicas, comerciais, espaciais e culturais entre os países. Porter (1993) aparece neste panorama como idealizador da *Teoria da Vantagem Competitiva*, destacando a localização geográfica e a identidade nacional como fatores positivos neste ambiente de competição global. Segundo Porter (1993), uma nova teoria deve ir além da vantagem comparativa, chegando à vantagem competitiva de uma nação.

Nessa ciranda, que envolve também conhecimento, informação e tecnologia, a dimensão local e a importância do país-sede no processo de criação e estruturação de vantagens competitivas devem ser valorizadas perante o espaço globalizado atual.

A competitividade é entendida de várias formas, desde o âmbito macroeconômico até à esfera ambiental. Para alguns, ela é função de mão-de-obra farta e barata. Para outros, a competitividade se reflete nos recursos naturais que uma nação possui, mesmo observando que, em alguns países como a Coreia, o Reino Unido e a Alemanha, as regiões menos favorecidas pela natureza são as que mais avançam (PORTER, 1993).

Ainda referem-se à competitividade nacional, no âmbito das diferentes práticas administrativas levadas a efeito pelas nações, por exemplo, a estrutura administrativa familiar nos países do Leste Asiático, já observada, anteriormente, sob a análise de Castells (1999). Segundo Porter (1993, p.5-6):

As numerosas e conflitantes explicações da competitividade mostram um problema ainda mais fundamental. Ou seja, exatamente o que é uma nação competitiva, em primeiro lugar? Será competitiva a nação na qual todas as empresas ou indústrias são competitivas? Se assim for, nenhuma se aproxima do conceito. [...] Será competitiva a nação com uma grande e positiva balança comercial? A Suíça tem uma balança comercial mais ou menos equilibrada e a Itália tem uma cronicamente deficitária, mas ambos os países vêm desfrutando uma renda nacional de acentuado crescimento. [...] A busca de uma explicação convincente tanto para a prosperidade do país como das empresas tem de começar pela pergunta certa. Devemos abandonar toda a idéia de nação competitiva como expressão dotada de grande significado para a prosperidade econômica.

O padrão de vida de um país está intimamente relacionado à questão da produtividade nas indústrias em que as suas empresas competem. Quanto maior a eficiência e a qualidade empregadas no sentido de atingir um patamar produtivo elevado, melhor se dará o desenvolvimento de uma nação e maior será a sua renda *per capita*. Tal patamar auxilia diretamente na busca da vantagem competitiva em determinadas áreas, visto que o “bem-estar” de um país-sede exerce relevante influência nos índices de crescimento da produtividade.

O autor defende, com veemência, que a produtividade nacional é o principal determinante, a longo prazo, do padrão de vida de um país e que também consiste no único conceito significativo de competitividade em nível nacional. É necessário que as empresas obtenham níveis de produtividade satisfatórios para que a economia de um país cresça e torne-se cada vez mais competitiva. Porter (1993) observa que nenhuma nação é capaz de ser competitiva em todos os aspectos, pois dispõe de recursos humanos, entre outros, limitados.

Apesar disso, cada uma delas se desenvolve na medida em que esses recursos são aplicados de forma multiplicadora e nos usos mais produtivos possíveis.

Explicar a “competitividade” a nível nacional é, portanto, responder à pergunta errada. O que devemos compreender, em lugar disso, são os determinantes da produtividade e o ritmo do crescimento dessa produtividade. Para encontrar as respostas devemos focalizar não a economia como um todo, mas *indústrias específicas e segmentos da indústria*. (PORTER, 1993, p. 9-10).

De acordo com Ferreira (1999) competir significa disputar, concorrer, rivalizar. Contudo, entende-se, até então, que a competitividade caracteriza-se por um processo dinâmico e em evolução, que abrange diferentes tecnologias, produtos e mercados e que está estritamente vinculada à era da informação, utilizando ferramentas como conhecimento e inovação em prol do crescimento da produtividade, numa interminável busca de vantagens essenciais que fomentem empresas, indústrias e que atinjam o sucesso competitivo de uma nação. No entanto, para que este objetivo seja realizado de forma eficaz, é necessário que, com o passar do tempo, as empresas busquem transformar estas vantagens essenciais em vantagens mais competitivas, ao invés de meramente comparativas.

#### **2.4.2 A Vantagem Competitiva**

A vantagem competitiva equivale aos meios que as firmas devem utilizar para conquistar, manter e garantir um padrão de qualidade em seus produtos e serviços e maior eficiência na sua produtividade, seja ela traduzida em redução de custos, em produtos diferenciados ou em investimentos inovadores. Estar um passo a frente faz toda a diferença dentro da atmosfera holística da competição.

A formação de alianças entre empresas é considerada por Porter (1993) como fundamental para subsidiar as nações com vantagens genuinamente competitivas. Apesar da internacionalização de empresas consistir em uma prática cada vez mais comum, o autor considera que estruturá-las e agrupá-las em bases locais é a melhor forma de produzir vantagens competitivas. Para ratificar o seu pensamento, Porter (1993, p.20) afirma que:

A vantagem competitiva é criada e mantida através de um processo altamente localizado. Diferenças nas estruturas econômicas, valores, culturas, instituições e histórias nacionais contribuem profundamente para o sucesso competitivo. O papel do país sede parece ser tão forte quanto sempre foi, e mais ainda. Embora a globalização da competição possa, aparentemente, tornar a nação menos importante, em lugar disso parece fazê-la mais importante. [...] A presença da sede num país também estimula as maiores influências positivas sobre outras indústrias domésticas correlatas e leva a outros benefícios para a competição na economia da nação [...].



Portanto, as nações que possuem o maior número de indústrias e empresas cujas sedes estejam localizadas dentro do próprio país têm maior chance de êxito econômico, haja vista que a sede é o sustentáculo das vantagens competitivas.

As empresas bem-sucedidas concentram-se, com freqüência, em determinadas cidades ou estados dentro de um país, entretanto, existem outras questões intrínsecas à função da localização que trazem à tona um conceito mais amplo de vantagem competitiva. Como o ambiente no entorno de uma empresa condiciona, através do tempo, o seu sucesso competitivo? Por que algumas empresas prosperam e outras não? Segundo Porter (1993), parte do ambiente de uma empresa é a sua localização geográfica, com tudo o que isso significa em termos de história, custos e demanda. A origem dos clientes também é um fato que deve ser considerado para a compreensão da questão da localização como vantagem competitiva.

O fato é que o atual conhecimento sobre vantagem competitiva ainda é insuficiente para que se estabeleçam fórmulas que determinem, ou não, o êxito competitivo de uma empresa ou de uma nação. Desta forma, cabe aos governos nacionais influenciar as empresas na sua forma de competir, fixando metas de produtividade, incentivando-as e lutando pelos seus verdadeiros determinantes. Tudo isso será alcançado através da definição e implantação de *estratégias competitivas*.

### **2.4.3 As Estratégias Competitivas**

A indústria é o palco da sorte ou revés da vantagem competitiva. O ambiente lucrativo e ao mesmo tempo sustentável que ela almeja, consolidar-se-á conforme o desempenho das suas estratégias competitivas. Avaliando, minuciosamente, a estrutura de uma indústria, assim como sua trajetória no contexto econômico local e global, é provável que essas estratégias surjam como instrumentos essenciais ao fomento da competitividade. Michael Porter (1993) aponta cinco forças competitivas como responsáveis pela lucratividade e competição nas indústrias.

Em qualquer indústria, seja interna ou internacional, a natureza da competição está materializada em cinco forças competitivas: (1) a ameaça de novas empresas, (2) a ameaça de novos produtos ou serviços, (3) o poder de barganha dos fornecedores, (4) o poder de barganha dos compradores e (5) a rivalidade entre competidores existentes. [...] O poder de cada uma das forças competitivas é uma função da estrutura da indústria ou das características econômicas e técnicas a ela subjacentes. (PORTER, 1993, p. 45-46).

Ressalta-se que as indústrias são distintas e possuem suas próprias particularidades, principalmente no tocante à sua estrutura. Entretanto, manter uma produtividade acima da dos concorrentes, utilizando-se de menos insumos na produção de mercadorias e obtendo, desta forma, uma vantagem competitiva sustentável, é um desafio comum que cada indústria enfrenta a longo prazo.

A estratégia orienta a empresa na realização das suas atividades individuais e na organização da sua cadeia de valores<sup>7</sup>. Ela também implica a realização de parcerias entre lideranças públicas, iniciativa privada e sociedade, que se tornam elementos fundamentais para o desenvolvimento local. Estas *ligações* compõem um sistema interdependente, tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo de uma empresa, conectando diferentes atividades ali desempenhadas e criando relações de interdependência com fornecedores e com os atores acima citados.

Todo este sistema conectivo reflete a competitividade da empresa diante do mercado global, dando suporte para o estabelecimento de estratégias que, por sua vez, sustentam as vantagens competitivas criadas pela empresa com o apoio da inovação. As inovações influem na vantagem competitiva, na medida em que os concorrentes ignoram a maneira de competir de uma empresa ou simplesmente não são capazes de reagir à dinâmica de competição do mercado.

Voltando-se à questão da localização, Porter (1993, p.66) tece uma relação desta com o nível de competição e a dimensão de escala da estratégia a adotar:

Uma estratégia global é aquela em que uma empresa vende produtos em muitos países e usa uma abordagem mundial integrada para isso. O fato de ser uma multinacional não implica, por si só, uma estratégia global, se a multinacional tem subsidiárias autônomas que operam independentemente em cada país. [...] Numa estratégia global, a empresa vende em muitos, senão todos, países que representam mercados significativos para os seus produtos. Isso cria escalas para reduzir custos de pesquisa e desenvolvimento e permitir o uso de tecnologia de produção avançada. A questão passa a ser como localizar e administrar a cadeia de valores para vender mundialmente.

Observa-se também que a localização das atividades na cadeia de valores de uma empresa está mais relacionada com o comprador – comercialização, distribuição, assistência

---

<sup>7</sup> Para Porter, a cadeia de valores representa o agrupamento de atividades desempenhadas na competição dentro de determinadas indústrias em duas categorias: atividades primárias (logística de entrada, operações, logística de saída, marketing e vendas, serviços de pós-venda) e atividades de apoio tais como compras, desenvolvimento de tecnologia, administração de recursos humanos e infra-estrutura da empresa – finanças, planejamento, etc. (PORTER, 1993).

pós-venda, etc. –, priorizando então a localização do próprio comprador, ou seja, a empresa volta-se cada vez mais para o ambiente local.

Desse modo, a estratégia competitiva consiste em um dos *determinantes* da vantagem competitiva.

#### **2.4.4 Determinantes da Vantagem Competitiva**

Algumas formas pelas quais as empresas podem criar vantagem competitiva nas indústrias globais propiciam, segundo Porter (1999), a base necessária para o entendimento do papel da nação sede neste processo.

Um bom exemplo refere-se à natureza da competição e às fontes da vantagem competitiva, que variam de indústria para indústria. Além disso, determinadas atividades na cadeia de valores de uma empresa são realizadas fora do seu país sede.

Outro exemplo é quando a empresa inova, aprimora e avança tanto em tecnologia e novos métodos de produção quanto na área de comercialização dos seus produtos. Deste modo, as empresas alcançam e conservam vantagens competitivas na competição internacional. Ainda cabe aqui dizer que essas empresas são as primeiras que apontam a necessidade de um novo mercado ou até mesmo o potencial de uma nova tecnologia, modificando às vezes, até de forma radical a sua estrutura, entretanto elas criam neste momento uma nova chance de otimizar a sua posição competitiva.

Diante destes fatos, Porter (1993) apresenta quatro características como determinantes da vantagem competitiva nacional, que moldam o princípio que batizou de “Diamante da Competitividade”<sup>8</sup>, no intuito de compreender por que razões um país obtém êxito internacional numa determinada indústria.

A resposta está em quatro amplos atributos que modelam o ambiente no qual as empresas competem e que promovem (ou impedem) a criação da vantagem competitiva: 1. *Condições de fatores* – A posição do país nos fatores de produção, como trabalho especializado ou infra-estrutura, necessários à competição em determinada indústria. 2. *Condições de demanda* – A natureza da demanda interna para os produtos ou serviços da indústria. 3. *Indústrias correlatas e de apoio*. A presença ou ausência, no país, de indústrias abastecedoras e indústrias correlatas que sejam internacionalmente competitivas. 4. *Estratégia, estrutura e rivalidade das*

---

<sup>8</sup> Expressão utilizada por Porter para referir-se aos determinantes da vantagem competitiva como um sistema. O modelo de diamante, dentro da perspectiva da vantagem competitiva das nações, ajuda a compreender a posição da competitividade de uma nação face à competição global. O modelo pode também ser usado para as principais regiões geográficas de um país (PORTER, 1993).

*empresas* – As condições que, no país, governam a maneira pela qual as empresas são criadas, organizadas e dirigidas, mais a natureza da rivalidade interna. (PORTER, 1993, p. 87).

Tais determinantes, individualmente e de forma sistêmica, viabilizam a disponibilidade de recursos e a competência, imprescindíveis na criação da vantagem em uma indústria.

É válido lembrar que, apesar de ser função do “diamante” capacitar as empresas a se adequarem com êxito às mudanças na indústria de um país, essas mesmas empresas, ao progredirem, ironicamente, correm o risco de perder suas vantagens competitivas. Para assegurar a vantagem competitiva e o sucesso das indústrias, um país deve sempre sustentar as condições do “diamante”, apoiando e estimulando o investimento e a inovação.

O estabelecimento de políticas governamentais é de suma importância na formação da vantagem competitiva nacional. Cabe ao governo agir como um catalisador, incentivando as companhias a elevar o seu desempenho e estimulando tanto a demanda quanto a concorrência local. As esferas estadual e municipal têm um papel cada vez maior na constituição de políticas públicas voltadas para o fomento da competitividade de empresas locais.

Como efeito do modelo do “diamante” – sistema de determinantes na vantagem competitiva – surgem ligações entre as indústrias competitivas de um país, que acabam, naturalmente, articulando-se em grupos.

No tocante à questão da aglomeração industrial, Porter (1993, p.178-179) afirma que:

O papel importante da interação entre os determinantes significa que a probabilidade de conseguir e manter a vantagem numa indústria depende, em parte, da eficiência com que as interações funcionam num país. [...] A natureza sistêmica do “diamante” promove o agrupamento das indústrias competitivas.

E complementa, constatando que “quanto mais indústrias são submetidas à competição internacional na economia, mais acentuado se tornará o movimento no sentido do agrupamento”, (PORTER, 1993, p.183). Assim sendo, a concentração geográfica de empresas, clientes, fornecedores e instituições também tem seu papel específico na dinâmica das aglomerações e na sistematização da vantagem competitiva.

A questão geográfica novamente é analisada por Porter (1993) como essencial para a dinâmica dos determinantes dentro do contexto da competitividade. Segundo o autor, “muitos dos determinantes da vantagem são mais semelhantes dentro de uma nação do que entre nações.” (PORTER, 1993, p.189), esta afirmação explicita a importância da nação como base

para a construção e o desenvolvimento de determinantes, estratégias e, finalmente, de vantagens competitivas.

As vantagens competitivas serão alcançadas, a partir do momento em que as bases nacionais de uma empresa percebam as necessidades de produtos e processos e aceitem e sustentem a acumulação mais rápida possível de bens e métodos especializados. Os fatores de produção – *inputs* –, necessários para a competição, são comuns a qualquer país: trabalho, terra cultivável, recursos naturais, capital e infra-estrutura. Nota-se que os principais insumos para a vantagem competitiva não são herdados, porém criados dentro do país através de processos distintos entre países e entre indústrias (PORTER, 1993).

Não somente os bens manufaturados competem internacionalmente. Há algum tempo os serviços vêm representando grande parcela do desempenho competitivo na maioria das economias nacionais.

#### **2.4.5 A Vantagem Competitiva nos Serviços**

Na sua análise, Porter (1993) aborda o setor terciário como uma força competitiva que vem crescendo paulatinamente e motivando a competição entre economias internacionais. A globalização e o advento de novas tecnologias, a partir da Revolução Industrial, influenciaram no desenvolvimento de serviços como finanças, transportes e comunicações, passando a exigir qualidade e aumentando tanto a demanda quanto a oferta de produtos e serviços no mundo inteiro. O setor terciário passa a ser, então, um artifício bastante significativo para o desenvolvimento da economia de uma nação, haja vista que se constitui de atividades modernas e em crescimento rápido. O turismo é um bom exemplo de como os serviços podem também gerar divisas para um país.

É válido se observar que os mesmos determinantes da vantagem competitiva nacional de manufatura aplicam-se às “indústrias de serviços”, dentre eles, as indústrias correlatas e de apoio, que, para Porter (1993, p.308), estimulam as “indústrias de serviços” através da vantagem competitiva nacional.

A vantagem nacional em bens manufaturados complementares ou outros serviços provoca a demanda em certas indústrias de serviços. A presença de uma indústria internacionalmente competitiva num país tem um efeito tríplice para a vantagem nacional em indústrias de serviços correlatas: proporciona compradores sofisticados internamente, cria base externa de demanda e estimula serviços correlatos.

Indústrias de apoio que lidem com tecnologia e informação são particularmente importantes para a atual gama de serviços oferecidos pelo setor terciário.

As “indústrias de serviços” capacitam, modernizam e apóiam outras indústrias. Elas são, na sua totalidade, componentes de grupos que se encontram, com frequência, concentrados geograficamente, participando de forma expressiva do processo de agrupamento, que, por sua vez, passa a ser contemplado como peça-chave na criação de uma vantagem competitiva. A necessidade desta vantagem competitiva nas “indústrias de serviços” relaciona-se diretamente com o crescimento da produtividade nacional. Certamente a sua ausência acarretaria entraves ao desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, ao desenvolvimento sócio-ambiental inserido nesse contexto.

Como visto, tanto as indústrias de manufatura quanto as de serviços contribuem de forma expressiva para o crescimento e desenvolvimento de um país. Torna-se necessário, portanto, analisar, como os determinantes das vantagens e as estratégias competitivas de cada grupo podem atuar em conjunto e, conseqüentemente, como a vantagem competitiva pode ser otimizada através da influência mútua dessas indústrias na economia nacional e local.

#### **2.4.6 Cluster: um novo olhar sobre a aglomeração de atividades econômicas**

Os aglomerados constituem um importante modelo espacial e multiorganizacional, que influencia e acentua a competição, “capaz de se tornar um meio intrinsecamente mais eficiente e eficaz de reunir insumos – desde que existam fornecedores locais.” (PORTER, 1999b, p. 227).

Em sua obra “Competição” Porter (1999b), percebe um novo contexto nas aglomerações industriais e de serviços: competitividade e concorrência caminhando em paralelo e viabilizando ações sinérgicas em benefício do desenvolvimento de uma nação. Baseando-se nos Distritos Industriais preconizados por Marshall (1982), em fins do século XIX, nos Pólos de Crescimento resgatado por Perroux na década de 1950, assim como em outras teorias que abordam a questão dos agrupamentos locais, Porter (1999b) preza, do mesmo modo, a questão da proximidade geográfica entre empresas como fator positivo para o progresso das relações econômicas internacionais e intranacionais. Sob essa ótica das relações nos aglomerados, o autor destaca a importância da interação entre os poderes de todos os âmbitos na gestão local, incluindo a comunidade como força participativa e as instituições de ensino como força provedora de tecnologia e informação.

À idéia desse agrupamento de entidades das esferas pública, privada e popular em prol do desenvolvimento local dá-se o nome de “cluster” que, literalmente, quer dizer “cacho” ou “agrupamento”. Segundo Porter (1999b, p.209-210), criador deste conceito que vem sendo estruturado desde a década de 1970 – a partir das teorias de localização industrial, crescimento e inovação – e efetivamente difundido no início da década de 1990, cluster significa:

[...] concentrações geográficas de empresas inter-relacionadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas em setores correlatos e outras instituições específicas (universidades, órgãos de normatização e associações comerciais), que competem mas também cooperam entre si.

Ainda, segundo o autor, “o aglomerado proporciona um foro construtivo e eficiente para o diálogo entre empresas correlatas e seus fornecedores, governo e outras instituições de destaque.” (PORTER, 1999b, p. 218). Desta forma, integrando-se os setores público e privado, reduzem-se os custos operacionais e desenvolvem-se novos produtos e serviços que incrementam e dinamizam a economia.

A base do cluster é horizontal, ou seja, não-hierárquica, onde os conceitos de competitividade e de cooperação são trabalhados em conjunto e ao mesmo tempo. As alianças proporcionam uma crescente produtividade em todas as empresas, à medida que é criado um encadeamento de ações interligadas. Os clusters são sinérgicos, diluem custos, somam esforços, otimizam investimentos e potencializam resultados.

O fato de concorrer e cooperar concomitantemente faz com que empresas de um mesmo setor potencializem e promovam a troca de tecnologias e informações, estimulando o processo produtivo de pequenas a grandes empresas como resultado da interação. O cooperativismo pode acontecer de tal forma, que um grupo de pequenas empresas pode subdividir entre si diferentes estágios do processo de produção.

As empresas, em geral, não se agrupam de modo consciente e deliberado, sob normas contratuais, mas sim, de forma mais ou menos involuntária, competindo em agrupamentos – motivadas pelo aproveitamento das economias de aglomeração e das vantagens territoriais, os quais tendem a comportar-se como um todo, mantendo um equilíbrio dinâmico entre a cooperação e a concorrência. (RODRIGUÉZ DOMINGUÉZ, 2001 apud SILVA, 2004a, p. 381).

Enfatizando o grande valor que a concentração de indústrias e empresas assume como vantagem competitiva e igualmente como fonte geradora de novas políticas governamentais, Silva (2004a, p.156) acrescenta que: “Porter (1999) destaca que a presença dos agrupamentos

sugere que boa parte da vantagem competitiva se situa fora da empresa ou do setor, residindo na localização das unidades de negócios, ou seja, na concentração geográfica das indústrias.”

Como aglomerações territoriais de competências em determinadas áreas industriais e de conhecimento, os clusters fizeram-se presentes, num primeiro momento, nos países considerados desenvolvidos e detentores da alta tecnologia. Apenas recentemente esta teoria está sendo difundida e aplicada nos países em desenvolvimento, porém às vezes de forma inócua e ineficaz, o que não quer dizer que esses países não tenham condições de competir, mesmo possuindo agrupamentos insuficientes, embrionários e deficientes.

Os aglomerados ocorrem em muitos tipos de setores, em campos maiores ou menores e mesmo em alguns negócios locais, como restaurantes, revendedores de carros e antiquários. Estão presentes em economias grandes e pequenas, em áreas rurais e urbanas e em vários níveis geográficos (por exemplo, países, estados, regiões metropolitanas e cidades). Encontram-se em economias avançadas e em desenvolvimento, embora os existentes em economias avançadas tendam a ser muito mais desenvolvidos. (PORTER, 1999b, p. 216).

A necessidade de políticas públicas que fomentem e desenvolvam os clusters nesses países é visível, urgente e, ainda, peculiar para cada país, haja vista os processos históricos e culturais específicos de cada um. Caso não ocorra o intercâmbio e a sinergia entre as esferas do poder, as empresas, os fornecedores e os clientes, qualquer aplicação do modelo porteriano de cluster se tornará uma vã tentativa.

No entanto – e como se contemplará no próximo capítulo –, as carências e dificuldades não cessam o esforço na corrida para atingir o objetivo maior de uma nação: o desenvolvimento sustentável, sobretudo porque o aumento da competitividade possibilita efetivamente a sustentabilidade. É válido se acrescentar que, baseando-se na visão de Porter aqui analisada, é possível redefinir tal objetivo, visando alcançar e consolidar, através das aglomerações e da ação integrada, o desenvolvimento *local* sustentado.



### **3 DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E ENDOGENEIZAÇÃO: A TRÍADE PÓS-MODERNA**

Neste capítulo serão analisados os conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e endogeneização, sendo os primeiros na visão pós-industrial de Veiga (2005) e o último baseado na ótica do desenvolvimento regional e local de Vázquez Barquero (2001), segundo suas obras, respectivamente, “*Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI*” e “*Desenvolvimento Endógeno em tempos de Globalização.*” A compreensão desses conceitos através de um aspecto mais crítico permitirá que, no decorrer desta dissertação, se realize uma análise na qual se possa aliar e interagir a questão do desenvolvimento sustentável da atividade turística com o processo de desenvolvimento econômico endógeno, relacionando-os ao contexto do Vale do Jiquiriçá.

#### **3.1 DESENVOLVIMENTO**

Para a compreensão da proposta econômica que se revela através da concepção de “desenvolvimento sustentável”, é necessário que se faça um estudo integrado e aprofundado do que é o desenvolvimento e de que maneira ele pode ser entendido dentro da perspectiva de sustentabilidade.

Durante muitos anos, os estudiosos sobre a matéria faziam uma interpretação do conceito de desenvolvimento necessariamente vinculado à concepção econômica. Muitos adotavam uma interpretação cartesiana do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, limitando-o à mensuração de indicadores como, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB).

Os que não tinham argumentos sobre a problemática que se impunha com a discussão sobre o conceito esquivavam-se de emitir opiniões positivas a respeito, pois, para não transgredir a moldura econômica do desenvolvimento e fugir da problemática evidenciada,

optavam por afirmar que o desenvolvimento não passava de uma mera ilusão, uma manipulação ideológica e, assim, declaravam-se alheios à discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

A utilização do conceito de crescimento econômico como sinônimo do que deva ser propriamente desenvolvimento, portanto, ao contrário do que pensavam os economistas, acabou por limitar e comprometer os múltiplos aspectos do conceito.

Veiga (2005), descreve sob uma perspectiva histórica o conceito funcional que a palavra “desenvolvimento” assumiu, tornando-se oportuno e indispensável apresentá-lo, sobretudo para o entendimento da visão crítica à dos economistas que optaram por uma espécie de “caminho do meio” entre as duas alternativas já comentadas.

### **3.1.1 O Desenvolvimento como Crescimento Econômico**

Até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que também haviam se tornado ricas pela industrialização. Já os países pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado, permaneceram subdesenvolvidos.

O intenso debate internacional sobre o sentido do termo desenvolvimento iniciou-se com o processo diferenciado de desenvolvimento nos diversos países, o que motivou a Organização das Nações Unidas (ONU) a adotar, dentre as linhas gerais da sua filosofia, a preocupação não só com a busca da paz, reflexo do período pós 2ª Guerra Mundial, mas, também, com questões relativas à promoção do desenvolvimento das nações.

Quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o "*Índice de Desenvolvimento Humano*" (IDH) para evitar o uso exclusivo da riqueza econômica como critério de aferição, ficou inapropriado se continuar a insistir na simples identificação do desenvolvimento com o crescimento<sup>9</sup>, pois as evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados, a exemplo do Brasil, não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais, sociais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos – a começar pelo acesso à saúde e à educação. O índice de

---

<sup>9</sup> Para maiores esclarecimentos vide *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005*, disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. (PNDU, 2006)..

desenvolvimento divulgado anualmente pela ONU não se resume à renda *per capita*, o que esclarece consideravelmente as controvérsias sobre a questão.

Se, até o final do século XX, os manuais responsáveis por transmitir às novas gerações o modelo da ciência econômica convencional tratavam, sem constrangimento, desenvolvimento e crescimento econômico como simples sinônimos, depois que o IDH começou a se afirmar mundialmente como um indicador de desenvolvimento, eles já não tinham o mesmo poder de persuasão, pois se tornou difícil para os autores daquelas obras sustentarem a semelhança entre esses conceitos, num momento em que ficou comprovado que a noção de desenvolvimento já ultrapassara a órbita econômica.

A resposta a esta mudança de paradigma provocou reações inusitadas. Um grupo significativo de autores tentou banir o termo desenvolvimento, gerando uma verdadeira afronta às disciplinas filiadas à chamada “Economia do Desenvolvimento”<sup>10</sup>. O argumento utilizado, um tanto quanto medíocre, defendia que o economista precisava saber apenas os conceitos de macroeconomia e microeconomia, duas disciplinas voltadas ao crescimento econômico, e não à idéia muito mais ampla de desenvolvimento.

De maneira salutar, embora sem solucionar efetivamente o problema, alguns autores, a exemplo de Charles I. Jones<sup>11</sup> (2000 apud VEIGA, 2005), conseguiram evitar a exclusão da idéia de desenvolvimento, buscando uma maneira de conservá-la como uma espécie de complemento, apresentando uma visão mais abrangente das teorias do crescimento econômico.

### 3.1.2 O Desenvolvimento como Utopia

A noção de desenvolvimento como utopia parte do pressuposto de que o desenvolvimento não consegue proporcionar um grau de mobilidade capaz de transformar a economia de um país a ponto de elevá-lo ao patamar de mais desenvolvido. O economista e sociólogo italiano Giovanni Arrighi (1997) teve grande responsabilidade pela difusão desta

---

<sup>10</sup> Importante notar que, atualmente, essas disciplinas não foram inteiramente eliminadas dos currículos dos cursos de economia, mas permanecem apenas toleradas como formações complementares, a exemplo da Sociologia, do Direito e às vezes até da História.

<sup>11</sup> O autor, logo no início da sua obra, quando se propõe a expor os dados objetivos sobre o "crescimento econômico e o desenvolvimento", anuncia que só utilizará a renda *per capita*, sem enfatizar informações como expectativa de vida, mortalidade infantil ou outros indicadores de qualidade de vida. Justifica a sua atitude com dois argumentos: a) a renda *per capita* é um bom indicador do desenvolvimento, porque está altamente correlacionada com outros indicadores de qualidade de vida; b) as teorias que serão apresentadas no restante do livro foram todas formuladas em termos de renda per capita (JONES, 2000 apud VEIGA, 2005).

teoria no Brasil, com a publicação de uma coletânea de artigos sobre a ilusão do desenvolvimento.

Para este autor, o ponto crucial reside na possibilidade de algum tipo de mobilidade dentro da rígida hierarquia da economia capitalista mundial, estruturada em três níveis ou camadas: um pequeno “núcleo orgânico”, constituído por países centrais; uma extensa periferia, composta pelos países mais pobres, e um nível intermediário, a “semiperiferia”, composta das nações consideradas “emergentes”.

Dentro desta sua perspectiva, o autor demonstra, sem dificuldades, que são irrisórias as chances de transposição da pobreza periférica para a modesta riqueza dos semiperiféricos, e destes para a riqueza oligárquica do núcleo orgânico. Em outros termos, embora não esteja afastada a possibilidade de mobilidade, é altamente improvável que o “núcleo orgânico”, por exemplo, absorva os países da “semiperiferia”.

Para demonstrar a rigidez e a repetição desse "padrão trimodal", Arrighi (1997) analisa a distribuição da população mundial em razão do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, no período 1938-1983. Ele constatou que foi insignificante qualquer mobilidade ascendente na hierarquia de riqueza da economia capitalista mundial naquele período e, embora não seja consistente a metodologia adotada para tentar demonstrar esta impossibilidade de mudanças substantivas na hierarquia das nações niveladas pelo PNB *per capita*, ele estabeleceu uma simples equivalência entre desenvolvimento e riqueza, reforçando a idéia mais comum entre os economistas convencionais e, como conseqüência, negando a equiparação entre desenvolvimento e industrialização<sup>12</sup>.

Em suma, a essência deste pensamento, que é considerado por muitos como utópico, é que o desenvolvimento, nesse sentido, é uma ilusão. Ou seja, o acúmulo de riqueza e o avanço econômico por parte de um número significativo de países não ocorre de modo a propiciar, em algum momento, seu ingresso no núcleo orgânico<sup>13</sup>. Segundo Veiga (2005, p. 22),

---

<sup>12</sup> O autor mostra-se contraditório, pois, ao criticar os que adotam a "industrialização" como equivalente de "desenvolvimento", ele mesmo se trai com o seguinte raciocínio: "a industrialização é geralmente buscada não como um fim em si mesmo, mas como um meio na busca de riqueza, ou de poder ou de bem-estar, ou de uma combinação disso [...] *Mutatis mutandis*, a riqueza também pode não ser buscada como um fim em si mesma, mas como um meio para obter outras coisas que ele talvez incluía nas noções de "bem-estar", "poder" ou "uma combinação [disso]" (VEIGA, 2005).

<sup>13</sup> Existem argumentações bem mais articuladas e persuasivas nas obras de outros autores, seguidores dessa cética corrente de pensamento: dois diplomatas, o peruano Oswaldo de Rivero e o iraniano Majid Rahnama, e o professor suíço Gilbert Rist. Apesar de seguir a mesma linha de raciocínio, nenhum deles comete o simplismo de usar o PNB *per capita* para medir o desenvolvimento.

Se esse fosse o principal sentido da noção de desenvolvimento, ele estaria coberto de razão. Mas ninguém é obrigado a aceitar tão simplória definição do desenvolvimento. Além disso, não há sequer muita lógica em afirmar que o desenvolvimento não passa de ilusão, porque até aqui foram muito raros os saltos da semiperiferia para o centro. Mesmo que se admitisse o pressuposto de que o desenvolvimento poderia ser aferido pelo PNB *per capita*, essa constatação autorizaria, no máximo, a conclusão de que o processo de desenvolvimento só pode ser muito lento e demorado.

No mesmo sentido, observa-se o pensamento crítico de Rivero (2002 apud VEIGA, 2005, p. 22-23), ao afirmar que:

São os gurus do mito do desenvolvimento que têm uma visão quantitativa do mundo. Ignoram os processos qualitativos histórico-culturais, o progresso não-linear da sociedade, as abordagens éticas, e até prescindem dos impactos ecológicos. Confundem crescimento econômico com o desenvolvimento de uma modernidade capitalista que não existe nos países pobres. Com tal perspectiva, eles só percebem fenômenos econômicos secundários, como o crescimento do PIB, o comportamento das exportações, ou a evolução do mercado acionário, mas não reparam nas profundas disfunções qualitativas estruturais, culturais, sociais e ecológicas que prenunciam a inviabilidade dos "quase-Estados-nação" subdesenvolvidos.

Não obstante, as dificuldades enfrentadas, quantitativa e qualitativamente, principalmente por países em desenvolvimento, não constitui uma ilusão, ao contrário, como se observará a seguir, traduzem-se numa combinação de entraves econômicos, sociais, ambientais e tecnológicos ao desenvolvimento.

### 3.1.3 Óbices ao Desenvolvimento

Ao analisar o processo de desenvolvimento de países com níveis de desenvolvimento diferentes, é possível encontrar algumas características comuns nos países que estão no mesmo grau de desenvolvimento.

De acordo com Veiga (2005), um estudo realizado por Rivero (2002) revela que, enquanto nos estados modernos e industrializados a identidade nacional precedeu a consolidação da autoridade estatal, refletindo, acima de tudo, o surgimento de uma burguesia e de um mercado de dimensão extraterritorial, nos países ditos em desenvolvimento esta seqüência se inverteu. A autoridade política, concebida pelo conceito de Estado, emergiu desde a independência e antes que surgisse a Nação. Antecipou-se ao desenvolvimento de uma verdadeira burguesia e de uma economia capitalista nacional unificadora. Por isso, diz Rivero (2002 apud VEIGA, 2005, p. 23), que os "pretensos países em desenvolvimento nasceram do entusiasmo pela livre determinação, mas não da prosperidade burguesa e do progresso científico tecnológico". Ainda segundo o autor,

A demanda mundial de produtos e serviços de alta tecnologia sempre aumenta 15% ao ano, enquanto a de matérias-primas não chega aos 3% e a de produtos com baixo grau de transformação não passa de 4% ao ano. E os preços reais das matérias-primas, que já caíram para níveis inferiores aos da depressão de 1932, continuarão a declinar no século XXI. Pior: os preços de produtos manufaturados com baixo ou médio conteúdo tecnológico - como têxteis, roupas, manufaturas de madeira, químicos, maquinário e equipamentos de transportes - caíram 1% ao ano desde 1970, mostrando uma tendência perversa semelhante à apresentada pelas matérias-primas. (RIVERO, 2002 apud VEIGA, 2005, p. 23-24).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a principal causa da inviabilidade econômica na grande maioria dos países "em desenvolvimento" atende pelo nome de "miséria científico-tecnológica". Rivero (2002 apud VEIGA, 2005, p. 24). ainda acrescenta que "quando o vírus da miséria científico-tecnológica coincide com outro vírus de inviabilidade – o da explosão demográfica urbana –, então o não-desenvolvimento é quase inevitável." Portanto, de acordo com VEIGA (2005, p.24), "esta combinação viral, [por assim dizer], de exportação de bens com baixo valor agregado e explosão demográfica é grande produtora de pobreza." Isto porque as poucas receitas que poderão ser geradas no futuro pelos preços instáveis e pouco rentáveis de minerais, metais, produtos agrícolas, madeiras, têxteis e outros produtos pouco intensivos em tecnologia não poderão assegurar recursos suficientes para a criação de empregos e para a satisfação das necessidades de populações que crescem demais nas cidades subdesenvolvidas. É justamente a incapacidade de transferir recursos do mercado mundial para crescentes populações urbanas que, na visão do autor, impede os países de se desenvolverem. Veiga (2005, p.24) conclui que,

A única saída para os países vítimas dos efeitos *darwinianos* da tecnologia e do mercado global é reduzir sua taxa de nascimentos e, ao mesmo tempo, modernizar sua produção para torná-la mais intensiva em tecnologia. Esse processo, no entanto, é complexo e provavelmente se estenderá por duas décadas, durante as quais será preciso sobreviver, evitando terremotos sóciopolíticos.

Para tal, torna-se indispensável o alcance do equilíbrio entre crescimento demográfico e recursos vitais como água, energia e alimentos, de modo a estabilizar o ambiente sociopolítico e, conseqüentemente, viabilizar o processo de modernização. Assim, sob esta perspectiva, é possível otimizar a promoção do desenvolvimento local, seja numa sociedade, numa nação ou num conjunto delas.

### **3.1.4 Desenvolvimento X Renda Estratégica**

Um outro fator indicativo do desenvolvimento das nações diz respeito à renda estratégica, que se caracteriza pelo capital que uma nação consegue acumular através de

recursos externos. Existem algumas alternativas para um país gerar renda estratégica como, por exemplo, aliar-se a países considerados como superpotências em momentos históricos definidores para a política mundial, obtendo ajuda de investimentos estrangeiros. Mas o que, na verdade, consolida o desenvolvimento é de fato o crescimento econômico interno porque, em termos políticos, não existe tratamento especial para os países periféricos em detrimento dos países desenvolvidos, tendo que se competir, neste aspecto, em igualdade de condições.

Neste contexto, apenas poucos países "em desenvolvimento" conseguem rendas estratégicas, por terem o privilégio de exportar produtos de relevância econômica global, como o petróleo ou gêneros alimentícios típicos.

Enfim, o que se propõe com a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento, que não esteja necessariamente limitado à noção de crescimento econômico e rendimento estratégico, é justamente a necessidade de resgatar outras potencialidades que não somente a riqueza quantitativamente definida. E, nas palavras de Veiga (2005, p.27), “por mais convincentes que possam ser alguns destes esforços de desconstrução da idéia de desenvolvimento, nunca chegam a apontar para uma verdadeira alternativa ao desejo coletivo de evolução e progresso que lhes é intrínseco.”

É incontestável o fato de que as economias periféricas nunca se tornarão o “núcleo orgânico” composto pelas nações desenvolvidas, a menos que estas, além de se paralisarem no tempo, percam os seus recursos econômicos desenvolvidos até então<sup>14</sup>.

Baseando-se na visão de Rivero (2002 apud VEIGA, 2005), acredita-se que a busca maior consiste em manter a sobrevivência das nações e não a sua riqueza, pois é preciso estabelecer metas em prol do equilíbrio físico e social de países onde haja explosão demográfica e indícios espantosos de insegurança com relação aos recursos básicos para a sobrevivência.

O desenvolvimento, sob este prisma, perpassa por aumentar a disponibilidade dos recursos vitais, a fim de estabilizar o crescimento urbano no futuro, fortalecendo a idéia da

---

<sup>14</sup> Celso Furtado, há mais de 30 anos, já alertava, em livro intitulado “O mito do desenvolvimento econômico”, que é irrefutável o fato de que as economias periféricas nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o centro do sistema capitalista (VEIGA, 2005).

necessidade das nações em firmar uma espécie de “Pacto de Sobrevivência”, ainda que seja preciso sacrificar valores ideológicos e o próprio conceito de estado e de soberania<sup>15</sup>.

### 3.1.5 Pré-formulando o Conceito de Desenvolvimento

O fenômeno do desenvolvimento engloba conceitos extra-econômicos, que acabam por caracterizá-lo, segundo Veiga (2005), como “exceção histórica e não regra geral”. Para este autor, “ele não é o resultado espontâneo da livre interação das forças de mercado. Os mercados são tão somente uma entre as várias instituições que participam do processo de desenvolvimento”, (VEIGA, 2005, p. 80).

Após rejeitar as duas respostas mais triviais, que conectam o desenvolvimento ao crescimento ou à ilusão, Veiga (2005) cita alguns julgamentos sobre o que se deve considerar como conceito de desenvolvimento, conforme o Quadro 1 (p. 65).

Uma opinião equilibrada é a de Sachs (2000 apud VEIGA, 2005), que critica as duas correntes extremas do debate internacional sobre a distinção entre desenvolvimento e crescimento, antes mesmo de expor sua própria visão, abstendo-se de impulsos enganosos oriundos do “otimismo ingênuo e do pessimismo estéril” que envolve o tema. Entretanto, Veiga (2005) aponta Celso Furtado como o melhor idealizador do que vem a ser o conceito de desenvolvimento. Vale salientar que as teorias apresentadas no Capítulo 2 desta dissertação são também percepções de desenvolvimento, no caso, sob o enfoque econômico.

Adotar-se-á, para esta dissertação, o conceito de “desenvolvimento” como descreve Furtado (2004 apud VEIGA, 2005) no Quadro 1 (p. 65). Denota-se então que, para o alcance do crescimento econômico de um país, deve-se antes priorizar as questões políticas e sociais, melhorando a condição de vida da população e, desta forma, efetivar o desenvolvimento em si. Além disso, atrelado ao desenvolvimento, estão o uso e a gestão dos recursos naturais, ou seja, a interação entre meio antrópico e meio ambiente, garantindo ao desenvolvimento o adjetivo sustentável, em outras palavras, possível, durável e realizável. A abordagem deste assunto pressupõe uma maior compreensão do conceito de sustentabilidade.

---

<sup>15</sup> Um grande exemplo de desenvolvimento atrelado à idéia de sustentabilidade é o da União Européia, quando países com tamanha diversidade cultural e ideológica e de diferentes níveis de crescimento renunciaram a determinados valores face à necessidade de reunir esforços na busca do desenvolvimento em diferentes dimensões, não apenas a econômica.



<b>Pós - Modernistas</b>	A renúncia à idéia de desenvolvimento deve-se ao fato de ter funcionado como armadilha ideológica inventada para perpetuar as assimétricas relações entre as minorias dominantes e as maiorias dominadas, nos países e entre países. Essa corrente se propõe a passar a um estágio de pós-desenvolvimento, sem explicar o seu concreto conteúdo operacional.
<b>Fundamentalistas</b>	A teoria fundamentalista sustenta a idéia de que o desenvolvimento consiste em algo redundante. Para eles, o desenvolvimento viria como decorrência natural do crescimento econômico, graças ao efeito cascata ( <i>trickle-down effect</i> ), não havendo necessidade real de uma teoria do desenvolvimento. <sup>16</sup>
<b>Ignacy Sachs</b>	Numa análise extremamente positiva, este autor acredita que o desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca da auto-realização e da felicidade, mediante esforços coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo gasto em atividades não econômicas. Para tanto, os aspectos qualitativos são essenciais. Maneiras viáveis de produzir meios de vida não podem depender de esforços excessivos e extenuantes por parte de seus produtores, de empregos mal remunerados exercidos em condições insalubres, da prestação inadequada de serviços públicos e de padrões subumanos de moradia.
<b>PNUD (Mark Brown)</b>	O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. E, ultimamente, o Relatório do Desenvolvimento Humano tem insistido que essa é uma idéia tão política quanto econômica. Vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia. A menos que as pessoas pobres e marginalizadas possam influenciar ações políticas de âmbitos local e nacional, não é provável que obtenham acesso equitativo ao emprego, escolas, hospitais, justiça, segurança e a outros serviços básicos. <sup>17</sup> (BROWN, 2004 apud VEIGA, 2005).
<b>Celso Furtado</b>	O <i>crescimento econômico</i> , tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o <i>desenvolvimento</i> se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004 apud VEIGA, 2005).

<sup>16</sup> A crítica do autor à opinião fundamentalista do desenvolvimento é incisiva: “Essa teoria do efeito cascata seria totalmente inaceitável do ponto de vista ético, até mesmo se funcionasse na prática, o que não é o caso. Num mundo de terríveis desigualdades, é um absurdo pretender que os ricos precisem se tornar ainda mais ricos para permitir que os necessitados se tornem um pouco menos necessitados. Faz-se urgente, portanto, a reaproximação entre a ética, a economia e a política.” (VEIGA, 2005, p.82).

<sup>17</sup> Mark Malloch Brown é o atual administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2006).

### Quadro 1 - Conceitos de Desenvolvimento

Fonte: Adaptado de Veiga (2005, p.79-82).

Nota: Elaboração nossa.

## 3.2 SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento socioeconômico de um ambiente, seja ele um país, uma região ou uma zona, só é possível ser alcançado quando as atividades e os sistemas de produção alcançam também a sua sustentabilidade. E, se hoje partimos da premissa de que o conceito de desenvolvimento não está apenas restrito às questões econômicas, decerto, é preciso focalizar outros fatores de interação que contribuem, ou ao menos deveriam contribuir, para o desenvolvimento efetivo de um ambiente.

A necessidade do aumento da disponibilidade de recursos, anteriormente mencionada, como medida capaz de manter o equilíbrio físico e social dos países e estabelecer o abordado “Pacto da Sobrevivência”, traduz a necessidade mundial em pensar o desenvolvimento sob a orientação da sustentabilidade.

Mas o que seria, neste contexto, o desenvolvimento sustentável? Trata-se de propor uma política de crescimento econômico atrelada a outras dimensões do desenvolvimento, cuja preocupação maior revela-se na busca da manutenção dos espaços físicos, dos recursos naturais, da acessibilidade indiscriminada a estes recursos, dentre outros fatores, em prol da coexistência saudável da atividade humana e do meio ambiente. Eis o principal desafio das sociedades contemporâneas<sup>18</sup>.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu no final do século XX, pela constatação de que o desenvolvimento econômico precisava levar em conta também o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações humanas em nível global, o que implicaria, por exemplo, a gestão racional e equilibrada dos recursos minerais e ecológicos do planeta (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987)<sup>19</sup>.

O que fez surgir esta expressão foi o debate – principalmente americano, na década de 1960 – que confrontou "crescimento econômico" e "preservação ambiental", inteiramente

---

<sup>18</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o processo de institucionalização do "desenvolvimento sustentável", conferir a primeira parte do livro de Nobre e Amazonas (2002).

<sup>19</sup> Registro histórico retirado do link: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio\\_Brundtland](http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_Brundtland). Acesso em: 7 fev. 2006 (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987).

impregnado por um temor à explosão demográfica, acumulada com o perigo de uma guerra nuclear ou da precipitação provocada pelos testes nucleares (VEIGA, 2005).

A idéia deste conceito exigiu dos estudiosos a reflexão sobre como o homem deveria gastar os recursos naturais de acordo com a capacidade de renovação destes recursos, de modo a evitar o seu esgotamento.

No ano de 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento publicou um documento conhecido como “Relatório de *Brundtland*”, que traduziu a preocupação da ONU em compatibilizar a noção de desenvolvimento sustentável com os padrões de produção e consumo vigentes, no intuito de conter os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. Esta iniciativa indicava, já naquela época, uma reação ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e também reproduzido pelos países em desenvolvimento.

Com o advento da formalização de um documento pelos países que participaram da *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, em 1992, no Rio de Janeiro, firmou-se um compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável, como forma de buscar o equilíbrio entre tecnologia, desenvolvimento e meio-ambiente, a fim de resguardar para as futuras gerações um ambiente saudável – a “*Agenda 21*” (AGENDA..., 1992)<sup>20</sup>.

A proteção do meio ambiente, portanto, foi declaradamente assumida como parte do processo de desenvolvimento de um país, não se podendo abrir mão do equilíbrio social e da qualidade de vida, diante do acúmulo de riquezas que o crescimento econômico possa gerar.

O desenvolvimento sustentável não rejeita a necessidade de produção de riquezas, ao contrário, promove-a dentro de uma concepção equitativa e social, e ainda preocupa-se com a garantia da manutenção dessa produção para as gerações futuras.

Trata-se de uma mudança de concepção que exige certo grau de racionalidade e, embora alguns estudiosos acreditem não haver dilema entre conservação ambiental e

---

<sup>20</sup> A “Agenda 21” foi um documento, fruto da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (também conhecida como Eco-92 ou Rio-92), realizada em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, firmada pelos 179 países participantes e que representa a necessidade de transformar a sociedade industrial em prol do equilíbrio comum, promovendo a qualidade num processo de crescimento quantitativo. Para maiores informações, acessar <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio\\_Brundtland](http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_Brundtland)>. (AGENDA..., 1992).

crescimento econômico, sendo plenamente possível combinar esses dois aspectos<sup>21</sup>, os debates internacionais reconhecem a necessária conciliação destas duas preocupações. Todavia, foi com certa diversidade de posicionamentos que o conceito de desenvolvimento sustentável se consolidou ao longo do tempo.

### 3.2.1 Teorias sobre a Sustentabilidade

Os estudiosos mais otimistas – também intitulados pela doutrina como *Panglossianos* – buscam respaldar a relação entre o crescimento e o meio ambiente com dados estatísticos que tomam por base a renda *per capita* em relação a variáveis que dizem respeito à conservação ambiental. Eles acreditam que as inovações tecnológicas acabarão por superar qualquer impasse que venha a colocar em xeque a continuidade do crescimento econômico.

Em 1995, a conceituada revista *The Quarterly Journal of Economics* divulgou a análise realizada por Gene M. Grossman e Alan B. Krueger que, ao examinarem a relação entre o comportamento da renda *per capita* e quatro tipos de indicadores de deterioração ambiental – poluição atmosférica urbana, oxigenação de bacias hidrográficas, e duas de suas contaminações, fecal e por metais pesados – concluíram que as fases de desgracia e recuperação ambiental estariam separadas por um ponto de mutação que se situaria em torno de 8 mil dólares de renda *per capita* (VEIGA, 2005)

A tônica desses estudiosos, contudo, já foi desmistificada, uma vez que são diversas as formas de crescimento e a maneira como elas ocorrem, não cabendo a aplicação de uma relação de análise tão linear como esta<sup>22</sup>. Além do mais, já existem indicadores de credibilidade que revelam as tragédias ambientais de países riquíssimos, além de experimentos realizados com variáveis ambientais globais (GHA; MURTHY, 2003 apud VEIGA, 2005).

Seguindo uma outra linha de raciocínio, tem-se, ainda, um grupo de estudiosos que assumem uma postura fatalista da situação. Desde 1971, Nicholas Georgescu-Roegen,

<sup>21</sup> À respeito, Veiga (2005, p.77) afirma que “não há qualquer evidência científica sobre as condições em que poderia ocorrer tal conciliação e as posições dos economistas podem variar de “A” a “Z” justamente porque ainda não é possível demonstrar uma das duas possibilidades extremas da polêmica.”

<sup>22</sup> Simon Kuznets (1955 apud VEIGA, 2005, p.110), seguindo esta linha otimista, chegou a acreditar na possibilidade de elaboração de uma lei capaz de reger a relação entre o crescimento do PIB e a desigualdade de renda, tomando como base os dados estatísticos, já ultrapassados, do período pós-Segunda Guerra Mundial. No entanto, para a sua frustração, as estatísticas sobre um grande número de países revelaram que, nos últimos cinquenta anos, as relações entre crescimento e desigualdade foram das mais heterogêneas. Há tudo quanto é tipo de curva, até em “U” invertido.

baseando-se nos movimentos de Entropia do Universo, alertou para o fato de que as atividades econômicas gradualmente transformam energia em formas de calor tão difusas que são inutilizáveis. A energia está sempre passando, de forma irreversível e irrevogável, da condição de disponível para não disponível. Assim, segundo Georgescu (1973 apud VEIGA, 2005), em algum momento do futuro, a humanidade deverá apoiar a continuidade de seu desenvolvimento na retração, isto é, com o decréscimo do produto. O oposto do sucedido nos últimos dez mil anos.

Para esta corrente cética, os impactos entre o crescimento e o meio ambiente só seriam evitados quando se chegasse a uma “condição estacionária”, que não significaria simplesmente a falta de crescimento, mas o equilíbrio entre os dois fatores, o que exigiria uma preocupação com a qualidade (VEIGA, 2005).

Georgescu (1973 apud VEIGA, 2005) defendia a premissa de que a economia precisa ser absorvida pela ecologia, por considerar que a termodinâmica é muito mais pertinente para a primeira do que a mecânica. Para ele não existe necessidade de integrar o ambiente no modelo analítico do processo. Com isso, ele acabou criando um embate com o paradigma que une todas as correntes do pensamento econômico, da mais convencional à mais heterodoxa, e da mais conservadora à mais radical, pois a noção de desenvolvimento humano não pode ser compatível com a diminuição da expectativa de vida como propunha.

Daly (apud VEIGA, 2005), principal representante desta teoria, defende, de maneira mais amena, que na situação de "condição estacionária" a economia continuaria a melhorar em termos qualitativos, substituindo, por exemplo, energia fóssil por energia limpa. Nessas sociedades mais avançadas seria abolida a obsessão pelo crescimento do produto, o que ele considera uma verdadeira “mania”. Veiga (2005, p.113) afirma que:

[...] A hipotética conciliação entre o crescimento econômico moderno e a conservação da natureza não é algo que possa ocorrer no curto prazo, e muito menos de forma isolada, em certas atividades, ou em locais específicos. Por isso, nada pode ser mais bisonho do que chamar de "sustentável" esta ou aquela proeza. Para que a utilização desse adjetivo não seja tão abusiva, é fundamental que seus usuários rompam com a ingenuidade e se informem sobre as respostas disponíveis para a pergunta o que é sustentabilidade?

Em 1987, Robert M. Solow dedicou significativa contribuição à Teoria do Crescimento Econômico, enfrentando a discussão sobre o conceito de sustentabilidade, num período coincidente com o alvoroço gerado pelo Relatório de *Brundtland*.

De acordo com Solow (1987 apud VEIGA, 2005), a natureza não constitui um sério obstáculo à expansão, pois qualquer elemento da natureza que se mostre limitador ao processo produtivo, em algum momento acabará sendo substituído, haja vista que o progresso científico-tecnológico sempre conseguirá introduzir as alterações necessárias que substituam a possível escassez, mediante inovações com base em outros elementos. Por isso os recursos naturais podem, no máximo, criar obstáculos relativos e passageiros, já que serão indefinidamente superados por invenções.

É importante ressaltar o fato de que Solow (1987 apud VEIGA, 2005), não se esquivou à preocupação de manutenção do meio ambiente para as futuras gerações. No dizer de Veiga (2005, p.123), a noção de sustentabilidade para Solow (1987) é muito útil, pois

A humanidade precisa evitar tudo o que possa ocorrer em detrimento de seus descendentes. Não apenas dos mais diretos, mas também dos mais distantes. Só que isto significa, em seu ponto de vista, a preservação da capacidade produtiva para um futuro indefinido, pela ilimitada substituição dos recursos não renováveis. O que exigirá, evidentemente, mudanças importantes na maneira de se medir o desempenho das economias, isto é, dos sistemas públicos de contabilidade, sejam eles nacionais, regionais ou locais.<sup>23</sup>

Depois da análise sucinta de algumas das teorias sobre o desenvolvimento sustentável o que se pode abstrair é que, sem dúvida, a preocupação com a utilização equilibrada dos recursos deve ser uma constante em qualquer processo de desenvolvimento que um ambiente venha a sofrer. A noção de sustentabilidade é vital e imprescindível, pois é a maneira consciente de se alcançar o desenvolvimento de uma sociedade em mais dimensões que não somente a econômica.

Como visto, trata-se de um aspecto que não deve ser encarado como empecilho ao desenvolvimento econômico e tecnológico, ao contrário, um elemento integrado a este procedimento, que exige uma mudança de postura política e social que nasça dos órgãos públicos, assim como dos membros da sociedade.

O implemento de uma política estratégica de desenvolvimento econômico e social contínua, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, de cuja qualidade depende a continuidade da atividade humana e do desenvolvimento, por si só não é capaz de instaurar uma nova cultura de sustentabilidade. É preciso que as instituições privadas, as associações,

---

<sup>23</sup> A Teoria de Solow é vista como de sustentabilidade “fraca” por priorizar no seu discurso um forte otimismo tecnológico. Segundo Amazonas (2002 apud VEIGA, 2005, p.98), “é uma visão na qual a idéia de desenvolvimento sustentável acaba sendo absorvida e reduzida a crescimento econômico.”

as Organizações Não-Governamentais (ONG's) e o cidadão também incorporem esta perspectiva à sua identidade.

Dentro deste panorama de desenvolvimento sustentável, portanto, é que se encontram as bases para a fundamentação da proposta defendida e desenvolvida nesta dissertação, a fim de alavancar, por meio de uma contribuição acadêmica e prática, a gestão e o aproveitamento regional sustentável do turismo. Uma vez compreendida a questão da sustentabilidade, passa-se para outro aspecto tão importante quanto este: o desenvolvimento endógeno.

### 3.3 ENDOGENEIZAÇÃO

Antes mesmo de partir para as questões específicas de como aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável ao potencial turístico da região do Vale do Jiquiriçá, analisando as esferas socioeconômica e político-institucional que envolvem a atividade turística, bem como as suas relações ambientais, faz-se indispensável a análise do processo de desenvolvimento local, também considerado como processo de “endogeneização”.

Levando em consideração que cada região e/ou localidade possui potencialidades específicas, recursos ambientais, culturais, humanos e econômicos próprios e, naturalmente, muitos destes recursos e potencialidades são inexplorados ou explorados de maneira precária e incorreta, o processo de desenvolvimento exige que se canalizem as atenções para o que, na essência, compõe o sistema produtivo, a fim de melhor dimensionar o desenvolvimento local a favor da população.

Mas como reunir esforços, de ordem pública e privada, em benefício do desenvolvimento destes ambientes específicos e de que maneira este processo pode contribuir para o desenvolvimento da economia local?

O primeiro passo, já detectado neste estudo, trata de situar o desenvolvimento num contexto macroeconômico, abrangendo outras esferas que não somente a econômica, pois a noção de desenvolvimento sustentável pressupõe, antes de mais nada, a busca pela qualidade de vida.

Feito isto, para além da necessidade de serem detectadas as potencialidades e deficiências regionais, é importante fomentar o processo de endogeneização na comunidade e junto aos possíveis atores envolvidos. Por isso, alguns questionamentos prévios são

importantes, a saber: como se comporta a economia perante o desenvolvimento da região? Quais as entidades sociais que atuam em prol do desenvolvimento? Elas perseguem a idéia de sustentabilidade? Os agentes políticos auxiliam neste processo? De que maneira? Como seria possível aprimorar o desenvolvimento local?

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>24</sup> define “local” como um espaço possuidor de uma identidade, de uma dinâmica própria e de especificidades que mantêm as relações de interdependência com áreas mais vastas (ZAPATA, 2003).

Segundo Amaral Filho (2001, p.262), o conceito de desenvolvimento endógeno regional pode ser entendido como:

[...] um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

O desenvolvimento local ou endógeno simboliza um processo de desenvolvimento que se origina no interior e se dá por fatores internos (DICIONÁRIO HOUAISS, 2005). Isto envolve o amadurecimento de conceitos vinculados à concepção política e social. Neste sentido, o desenvolvimento econômico como um todo deve ser entendido como um processo endógeno de evolução, ou seja, se desenvolve através dos seus próprios recursos, tais como elementos geográficos, culturais, invenções e todos os demais recursos que derivem da *polis*, retirando destes os mecanismos capazes de favorecer o desenvolvimento sustentável.

É inegável que o processo de globalização em muito contribuiu para que novos espaços produtivos surgissem, exigindo medidas cada vez mais dinâmicas e eficazes perante os desafios impostos e estratégias capazes de suportar o mercado competitivo.

É nesse entorno de transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais que surge a teoria do desenvolvimento endógeno, configurando uma interpretação adequada para a análise e um instrumento útil para a atuação em tempos de globalização. (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 1).

---

<sup>24</sup> A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um órgão internacional e inter-governamental que reúne os países mais industrializados. Por meio da OCDE, os representantes se reúnem para trocar informações e alinhar políticas com o objetivo de potencializar seu crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento de todos os demais países membros. Para maiores informações acessar: <http://www.oecd.org/home/>>. (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2005).



O desenvolvimento endógeno exige, portanto, a potencialização dos recursos existentes em determinada localidade, visando, acima de tudo, agregar valor econômico sem que seja necessário agredir o meio ambiente. Os meios tecnológicos porventura utilizados não podem ir de encontro a esta forma de promoção, por isso a sociedade deve estar consciente de que as atividades desenvolvidas não podem visar única e exclusivamente o aumento do capital de giro e o acúmulo de riqueza, pois pensar em nível local significa, num amplo contexto, a preservação em nível global.

Também é muito importante que a administração pública, no uso de suas atribuições, desenvolva políticas de investimento capazes de estimular o potencial da região e, acima de tudo, fomente direta e indiretamente as empresas e demais entidades para que também realizem atividades neste sentido. A otimização dos potenciais turísticos é um excelente exemplo de incentivo ao desenvolvimento endógeno, como será abordado posteriormente.

Ao mesmo tempo, o trabalho de incentivo à sociedade civil é fundamental para a manutenção do processo de endogeneização, pois além de envolver a comunidade com os recursos sócio-culturais contribui para a formação de indivíduos conscientes, participativos e de agentes transformadores e disseminadores da concepção sustentável para as gerações futuras.

Trata-se, acima de tudo, de construir, através de um processo educativo, um verdadeiro legado cultural rumo à auto-sustentabilidade econômica local. Sem contar que os efeitos mediatos deste processo, como criação de novas oportunidades de emprego, incentivo à criação de pequenas e médias empresas e de empresas familiares, conservação do meio ambiente, desenvolvimento turístico, dentre outros, dinamizam e estimulam significativamente a sociedade.

Por conseguinte, pode-se dizer que o processo de endogeneização propicia uma repercussão diferenciada das outras medidas de desenvolvimento realizadas por gestores públicos porque envolve a participação de todos os agentes locais, dando mais autonomia ao processo. No tocante à ótica econômica deste processo, é válido salientar que,

Na teoria macroeconômica, o conceito de desenvolvimento endógeno está associado ao surgimento da *teoria do crescimento endógeno*, a qual vem romper radicalmente com a teoria tradicional do crescimento. O ponto central dessa ruptura está no fato de se substituir, no plano macroeconômico, o axioma dos rendimentos constantes em benefício dos rendimentos crescentes. Essa ruptura, entretanto, dá-se de forma limitada, na medida em que ocorre apenas no nível macroeconômico; no nível

microeconômico, as funções de produção individuais permanecem com rendimentos não crescentes. (CARVALHO; SANTOS, 2003, p. 4).

A compatibilização desses dois níveis econômicos induz os estudiosos a recorrerem às *externalidades marshallianas*<sup>25</sup>, o que, ainda sob a perspectiva do autor acima mencionado, os fatores considerados exógenos na determinação do crescimento, como capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento, dentre outros, passam a ser encarados como endógenos, dividindo com os fatores tradicionais, tais como força de trabalho e capital, a composição da função de produção agregada. Nesta perspectiva, em nível regional, abre-se uma série de possibilidades de ações, voltadas para a promoção do desenvolvimento.

O que se pode extrair desta teoria, em termos práticos é que, no tocante à endogeneização, ela possibilitou que economistas admitissem a existência de rendimentos crescentes, possíveis de serem provocados por outros fatores de produção, que não os tradicionais fatores de capital físico e força de trabalho.

Isto fez com que o processo de desenvolvimento local assumisse um conceito comum entre os economistas e que pudesse ser analisado tomando por base os fatores de produção e suas influências sobre os rendimentos crescentes e o crescimento sustentado, que, de alguma maneira, pudesse motivar o aumento da produção, o produto total, a distribuição de renda e o crescimento econômico de um modo geral.

No caso do desenvolvimento regional em localidades do interior pode-se destacar que, por força da organização industrial e do processo de globalização, estas regiões sofrem um processo distinto do que se revela no contexto globalizado, pois, enquanto o mercado se volta para a extroversão das suas relações, ampliando os vínculos comerciais e interagindo com outros órgãos, instituições ou sistemas, em sentido contrário, as pequenas localidades se voltam para o processo de endogeneização, buscando a sustentabilidade através de mecanismos próprios de desenvolvimento (AMARAL FILHO, 2001).

Em suma, diante da exposição feita neste capítulo, busca-se evidenciar, através do processo de desenvolvimento endógeno sustentável, a qualidade de vida da população, envolvendo uma maior participação das estruturas de poder aptas a implementar políticas capazes de promover o desenvolvimento com autonomia e independência. Do mesmo modo, interpreta-se a aceitação do meio ambiente como um elemento do desenvolvimento e que,

---

<sup>25</sup> Conceito já analisado no Capítulo 2 desta dissertação.

para a sua manutenção, faz-se necessário a instituição de novos paradigmas éticos que apontem para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e contribuam para a prosperidade e realização humana nas esferas local e regional.

O desenvolvimento endógeno propõe uma forma alternativa de desenvolvimento e é estabelecido a partir de um sistema produtivo local, aproveitando, sobretudo, suas potencialidades socioeconômicas intrínsecas. Como visto, a teoria dos clusters e o conceito de desenvolvimento endógeno caminham juntos e, em algumas regiões potenciais, consistem em pontos-chave para a formação natural de configurações sistêmicas que sirvam de base para o desenvolvimento local sustentável, também através do turismo. Para uma maior compreensão deste tema, se conceituará e analisará, no próximo capítulo, a atividade turística e os modelos multiorganizacionais a ela relacionados.

## **4 TURISMO E MODELOS MULTIORGANIZACIONAIS: CONCEITUAÇÕES, SIMILITUDES E APLICAÇÕES**

Neste capítulo, apresentam-se quatro dos principais modelos multiorganizacionais, quais sejam, redes, clusters, arranjos produtivos locais e consórcios, relacionando-os entre si e com a atividade turística, apontando semelhanças e diferenças, além de aspectos positivos e negativos da aplicação de cada um deles ao turismo.

### **4.1 MODELOS DE GESTÃO INTEGRADA**

A análise do desenvolvimento local sob a perspectiva da gestão integrada denota a inserção do pensamento associativista, moldado basicamente na articulação entre instituições públicas, privadas, ONG's e comunidade. No tocante ao turismo, faz-se necessário atualmente visualizar esta atividade de forma mais especializada, contrapondo-se ao turismo fordista, que foi praticado após o ano de 1950 pela classe média e que se baseava na idéia do tempo livre e das férias remuneradas como fatores propulsores de turismo “em massa”, em que pacotes padronizados promoviam uma “*standartização*” da atividade turística.

O novo modelo “pós-fordista” caracteriza-se por uma série de conceitos, tais como: a crise da “*standartização*”, a intromissão do turismo em novas esferas sociais, a redefinição da autenticidade no turismo, a renovação tecnológica e a universalização do turismo. Entretanto, da situação que emerge com o fim do modelo fordista, novos cenários foram criados,

expressando a tensão que marca o turismo no presente: reconversão das áreas industriais em declínio, para fins turísticos; estratégias de reconversão dos destinos turísticos consolidados e crescente procura de estratégias turísticas de sustentabilidade.

Todas estas mudanças, iniciadas desde a década de 1970 com o “boom” do turismo, criaram um perfil diferenciado do turista, agora mais exigente, consciente e que busca fugir da padronização característica da era anterior. Qualidade e integração entre setores e atores são imprescindíveis para o desenvolvimento de novos modelos de gestão.

Neste sentido, a dinâmica organizacional de *Modelos de Gestão Integrada*, com seus objetivos e desafios subsidia a compreensão do “caminho das pedras” que está sendo traçado para o alcance do desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado e para a criação de políticas e ações deliberadas e estratégicas que poderão modificar e qualificar o perfil do turismo na Bahia.

Desde fins do século XIX pode-se observar a idéia de aglomeração de indústrias e empresas como base para o desenvolvimento econômico local. A partir das bases teóricas analisadas nos primeiros capítulos desta dissertação, pode-se verificar a formação de conceitos atuais no âmbito da gestão organizacional, tais como rede, cluster, arranjo produtivo local e consórcio. O presente capítulo aborda aspectos históricos, conceitos, similaridades e disparidades entre estes novos modelos organizacionais de pensamento, planejamento e gestão, assim como suas possíveis aplicações à atividade turística, em prol do desenvolvimento local sustentável.

#### **4.1.1 Rede**

O termo rede deriva do latim “*rete*”, que significa entrelaçamento entre fios, cordas, cordéis, etc. No senso comum, rede pode significar cilada, armadilha; instrumento de proteção, de sustentação em determinadas profissões ou até mesmo um marco divisório de espaço. No setor técnico-operacional, rede denota a idéia de fluxo, de circulação, de comunicação, de transporte, de água e esgoto (LOIOLA; MOURA, 1996). Na Geografia, as redes urbanas indicam níveis de interdependência e de fluxos entre as cidades.

Como tratado no Capítulo 2 desta dissertação, através da análise de Castells (1999), as redes são estruturas abertas, organizadas horizontalmente e não necessariamente pretendem substituir ou se contrapor às estruturas piramidais mais comuns entre empresas. Não existe

uma relação de hierarquia entre os componentes da rede, já que cada um é responsável somente pela sua própria ação, desconcentrando assim o poder de decisão.

As redes se caracterizam pelo poder de expandir e interagir e, atualmente, são munidas de alta tecnologia, inovação e informação, que transitam por sua cadeia horizontal, provendo um maior padrão competitivo para as empresas assim organizadas<sup>26</sup>. Redes são espaços de interação, participação e pluralidade, mas o que há de novo nos modos de abordar as redes? Para Loiola e Moura (1996),

A interação de atores e organizações, enquanto rede, parece funcionar como uma tentativa de ampliar o leque dos parceiros a fim de viabilizar interesses e projetos comuns. Significa, portanto, um rompimento com os princípios-chave das instituições burocráticas, através da preservação de heterogeneidade entre os parceiros e da busca da flexibilidade de funcionamento, privilegiando as relações de cooperação, sem contudo eliminar os conflitos e a competição. (LOIOLA; MOURA, 1996, p. 60).

Ainda segundo as autoras, as redes apresentam duas características básicas: a interação de atores e/ou organizações formais com as informais e a regularidade nestas interações. A abordagem em rede, quando utilizada como instrumento de análise, parece contribuir para a superação das limitações sistêmicas das organizações, porque abre a possibilidade de percepção entre os atores e os agentes em suas interações e propósitos e, portanto, em uma dinâmica processual (LOIOLA; MOURA, 1996).

Reforçando o fato das ligações inter-empresariais observa-se a visão de Weber, na qual as relações de trocas dos mercados tendem a dar lugar às relações associativas, através de acordos para aumentar a sua competitividade, assegurar transações e compromissos antagônicos, firmando, desta forma, a oposição de interesses e a concorrência pelas melhores possibilidades (WEBER, 1994 apud LOIOLA; MOURA, 1996).

É de suma importância a participação da sociedade civil na constituição das redes empresariais. De acordo com Machado e Machado (1999 apud MELO, 2002, p. 3), “[...] *las redes son instituciones escuela en las que sus integrantes aprenden a convivir en paz y democracia, no obstante las naturales diferencias de pensamientos y objetivos.*”

Apesar da difusão de experiências na formação de redes, em nível global, ter ocorrido a partir dos anos 1990, cabe aqui ressaltar-se algumas regiões pioneiras na formação destas “ilhas de prosperidade”: as regiões do centro-norte da Itália (Emilia Romagna, Vêneto e

---

<sup>26</sup> Vide conceitos abordados por Castells no Capítulo 2 desta dissertação.

Lombardia); Portugal; Vale do Silício nos EUA; *Jutland* na Dinamarca; *Baden Württemberg* no sul da Alemanha e os “*keiretzu*” no Japão (AMATO NETO, 2000).

O sucesso das alianças estratégicas entre empresas e comunidade em forma de redes nestes locais pode ser considerado fator de grande influência para o desenvolvimento e a propagação do modelo de redes em todo o mundo. Segundo Amato Neto (2000), a cooperação inter-empresarial pode viabilizar o atendimento de uma série de necessidades das empresas, que seriam de difícil satisfação nos casos de empresas que atuam isoladamente. Dentre estas necessidades, destacam-se:

[1] Combinar competência e utilizar *know-how* de outras empresas; [2] dividir o ônus de realizar pesquisas tecnológicas, compartilhando o desenvolvimento e os conhecimentos adquiridos; [3] partilhar riscos e custos de explorar novas oportunidades, realizando experiências em conjunto; [4] oferecer uma linha de produtos de qualidade superior e mais diversificada; [5] exercer uma pressão maior no mercado, aumentando a força competitiva em benefício ao cliente; [6] compartilhar recursos, com especial destaque aos que estão sendo subutilizados; [7] fortalecer o poder de compra e [8] obter mais força para atuar nos mercados internacionais. (AMATO NETO, 2000, p. 42).

Segundo Ribaut ( 1995 apud AMATO NETO, 2000, p.47),

A *sociedade de empresas*, também chamada de *redes de empresas*, consiste em um tipo de agrupamento de empresas cujo objetivo principal é o de fortalecer as atividades de cada um dos participantes da rede, sem que, necessariamente, tenham laços financeiros entre si. Atuando em redes, as empresas podem complementar-se umas as outras, tanto nos aspectos técnicos (meios produtivos), como mercadológicos (redes de distribuição). Por outro lado ainda, a constituição de uma rede de empresas pode ter por objetivo, por exemplo, a criação de uma central de compras comum às empresas da rede. Trata-se, pois, de um modo de associação por afinidade de natureza informal e que deixa cada uma das empresas responsável por seu próprio desenvolvimento.

Ainda segundo Amato Neto (2000), na formação de redes *interfirmas* podem-se identificar três variáveis determinantes, quais sejam: *a diferenciação, a interdependência interfirmas e a flexibilidade*. A *diferenciação*, quando relacionada a uma rede, pode prover seus benefícios inovadores a todos os seus participantes; o mesmo não ocorre para uma firma isolada, dado que a diferenciação pode, neste caso, gerar elevação em seu custo. Já a *interdependência interfirmas* traduz-se por um mecanismo que efetivamente prediz a formação de redes e por isso mesmo é adotado como uma unidade organizacional. Finalmente, a *flexibilidade*, entendida aqui tanto no *aspecto inovador e produtivo* como no próprio *aspecto organizacional*, é uma das maiores propriedades das redes, já que algumas podem auto arranjar-se de acordo com suas contingências.

Pelo próprio fato de se traduzirem em idéias e, na prática, em organizações, os conceitos de redes de empresas ou teias organizacionais confundem-se na literatura corrente,

podendo ainda ser considerados como formas especiais de alianças estratégicas entre empresas/organizações. Weber apresenta o conceito de rede social, que corresponde à situação

[...] na qual duas ou mais pessoas estão engajadas em conduzir uma ação onde cada um considera o comportamento do outro de uma maneira significativa, sendo orientado nesses termos. [Concluindo que redes] [...] nada mais são do que um conjunto de relacionamentos sociais que se reproduzem e apresentam padrões persistentes ao longo do tempo. (WEBER, 1997 apud GARRIDO, 2002, p.119).

Numa rede não há subordinados, as decisões são tomadas em conjunto e as informações circulam livremente. As redes constituem-se em um sistema aberto, dinâmico e inovador perfeitamente aplicável nas economias capitalistas e introduzem o conceito de “concentração descentralizada” (CASTELLS, 1999), modificando desta forma a postura administrativa e a visão de muitos empresários dentro desse novo contexto de globalização socioeconômica e cultural.

#### **4.1.1.1 Redes e Turismo**

Voltando-se para a questão do turismo, as redes de cooperação configuram-se como uma estratégia organizacional, que auxilia os atores das diversas áreas afins, com focos diferenciados, mas propósitos comuns à todas as cadeias de valor associadas à atividade turística – hotéis, pousadas, restaurantes, comércio, serviços etc. – no sentido de criar uma infra-estrutura em suas organizações almejando consolidar um destino turístico e ofertar seus produtos e serviços adicionais a clientes potenciais, de forma planejada e organizada, com a qualidade que é exigida pelos consumidores do serviços turísticos.

Um dos fundamentos da rede é o livre acesso à informação. Com base nesta premissa, foram criados sistemas universais voltados para a eficiência, eficácia e integração de setores dentro do turismo, como a hotelaria, as empresas aéreas, as agências de viagens e as operadoras turísticas. O perfil do novo turista “pós-fordista” exige modernidade e tecnologia no lugar certo e na hora certa. Sistemas em rede como AMADEUS<sup>27</sup>, *Club Med*, *Sofitel*, *Star Alliance*, entre outros, garantem a qualidade do produto turístico. Este *pool* entre hotéis, companhias aéreas e operadoras locais promove uma ampla gama de oferta e, conseqüentemente, a criação de produtos turísticos personalizados.

---

<sup>27</sup> AMADEUS – Sistema global de distribuição e provedor de tecnologia da informação, que lidera o marketing, vendas e distribuição dos produtos relativos ao setor de viagens e turismo. Disponibiliza uma rede e um banco de dados, considerado um dos maiores da Europa, estando conectado a mais de 56.000 agências de viagens e 8.500 lojas de companhias aéreas, em cerca de 200 mercados em todo o mundo (GARRIDO, 2002).



Como fator desfavorável da aplicação deste modelo tem-se o baixo nível de exigência para que firmas de qualidade duvidosa tenham acesso às redes de prestação de serviços turísticos. Não obstante, Garrido (2002, p.141) mantém uma postura otimista com relação à utilização do modelo de redes nas organizações turísticas.

As redes interorganizacionais podem exercer importante papel na gestão do turismo, tanto no estabelecimento de redes locais, quanto nas interconexões desses destinos com os principais agentes promotores e distribuidores do produto turístico nas regiões emissoras de fluxos de visitantes. Se é verdadeiro afirmar que o processo de globalização dos mercados dos produtos turísticos se constitui em ambiente cada vez mais propício à criação de redes interorganizacionais, é também factível dizer que essas mesmas redes podem reforçar o surgimento e a sustentabilidade de iniciativas de desenvolvimento regional endógeno, que se conectarão com o movimento global da sócioeconomia.

No item a seguir analisar-se-á o modelo organizacional de cluster, as similaridades e divergências com o modelo de redes, a sua aplicação ao turismo e o exemplo baiano do Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia como base para a visualização do que possa vir a ser um agrupamento turístico do Vale do Jiquiriçá.

#### 4.1.2 Cluster

Se antes Marshall (1982) falava dos distritos industriais, hoje Porter (1999b) inova com a sua visão integrada e sistêmica, formulando o conceito de cluster econômico, como tratado no Capítulo 2. Os clusters porterianos basicamente não diferem da publicação de Marshall (1982). No sentido econômico, para Porter (1999b, p.211), clusters são “[...] um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares”, ou seja, são aglomerados de atividades produtivas afins, localizadas em um determinado espaço geográfico onde exista relações de articulação entre empresas, instituições e sociedade. Segundo Garrido (2002, p.81), os clusters

surgem de um processo endógeno, espontâneo e são, de alguma maneira, estimulados por antecedentes culturais e históricos locais; isto é, a existência de tradição local em ações integradas e movimentos aglutinadores se constitui em diferencial facilitador para a ocorrência dos mesmos.

Esta mesma autora refere-se a Humphrey e Schmitz (1996) para avaliar as políticas de apoio aos aglomerados.

[...] Humphrey e Schmitz (1996, p.1-2) propõem que as políticas voltadas para o apoio aos *clusters* devem ter como foco o cliente, sobretudo de micro, pequenas e médias empresas, os interesses coletivos das firmas e os efeitos cumulativos decorrentes das duas condições anteriores. Esta perspectiva compõe o conceito denominado pelos autores como “Triple C – *customer-oriented, collective and*

*cummulative*” que significa orientado para o cliente, em ação coletiva e que produza efeito cumulativo [no âmbito das melhorias na competitividade. [...] Segundo Humphrey e Schmitz (1995, p. 2), os objetivos de políticas de apoio a *clusters* de micro, médias e pequenas empresas, ao seguirem essas premissas, podem desenvolver a capacidade de grupos de empresas desencadear processos de melhorias derivadas de relacionamentos com o mercado. Ao atingir esses objetivos, os grupos de empresas integradas deixam de depender do suporte externo, cujos recursos passarão a ser dirigidos para atender outros desafios. (GARRIDO, 2002, p. 83).

É de suma importância, dentro de um cluster, que os seus atores compreendam que a busca da eficiência coletiva não elimina a competição, ao contrário, as rivalidades existem embora este fato não impeça a existência de ações conjuntas na resolução de problemas comuns. O cluster é um *mix* de cooperação e competição que resulta em melhorias organizacionais e de produtos. Analisando este aspecto, Porter (1999a, p.102) afirma que a concorrência convive com a cooperação porque elas ocorrem em dimensões diferentes e envolvem participantes distintos. Pode-se ainda dizer que um cluster econômico se define como:

[...] um grupo econômico constituído por empresas em uma determinada região, líderes em seus ramos, apoiado por outras que fornecem produtos e serviços, ambas, sustentadas por organizações que oferecem profissionais qualificados, tecnologias de ponta, recursos financeiros, ambiente propício para os negócios e infra-estrutura física. Todas estas organizações interagem, ao proporcionarem umas às outras os produtos e serviços de que necessitam, estabelecendo, deste modo, relações que permitem produzir mais e melhor, a um custo menor. (LOPES NETO, 1998, p.13).

Na Figura 1, percebe-se com mais nitidez a articulação entre empresas e agentes de um cluster.

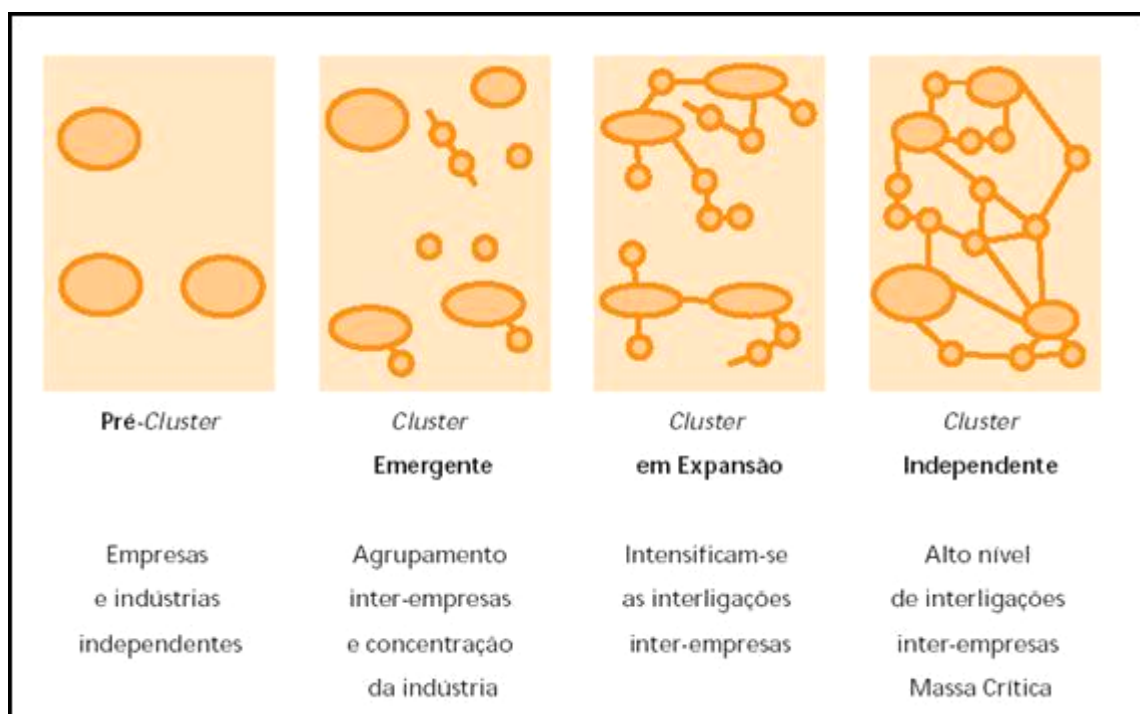


Figura 1 – Evolução de um Processo de Formação de um Cluster  
Fonte: Amorim (1998, p.27).

Por que é vantajoso para as empresas estarem localizadas em um cluster?

Os clusters são importantes para a concorrência, porque aumentam a produtividade, direcionam a trajetória da inovação e estimulam a formação de novos negócios, além disso, a concentração geográfica permite às empresas operar com maior produtividade na busca de insumos, como mão-de-obra especializada e fornecedores de máquinas e componentes, além de facilitar o acesso à informação e tecnologia.

O que acontece dentro das empresas é importante, mas os clusters mostram que o ambiente empresarial fora das empresas também desempenha um papel vital. Muitos clusters incluem instituições, governamentais ou não, como universidades, entidades normativas e associações comerciais. Estas instituições oferecem treinamento, informação, pesquisa e apoio técnico.

Os clusters provocam tanto a concorrência como a cooperação: as empresas continuam disputando o mesmo mercado, mas cooperam em aspectos que trazem ganhos mútuos, a exemplo de participação em feiras, consórcio de exportação, compartilhamento de fretes, tratamento de matéria-prima, etc., expandindo e reforçando o próprio cluster. Este modelo organizacional busca sempre valorizar o cidadão frente aos processos decisórios, incentivando a organização produtiva e viabilizando a distribuição de renda. Eles ainda aumentam a produtividade das empresas sediadas na região, indicando a direção e o ritmo da inovação, que sustentará o futuro crescimento da produtividade. A Figura 2 (p. 84) mostra a representação esquemática da estrutura de um cluster, assim pode-se ter uma visualização mais ampla dos vínculos estabelecidos por um cluster.

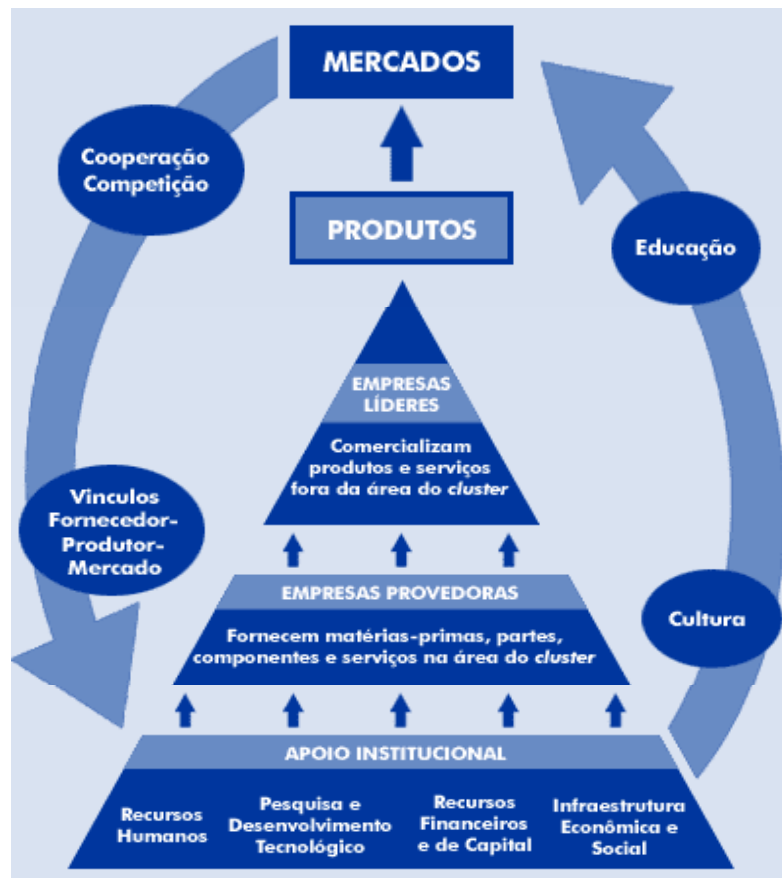


Figura 2 - Estrutura de um Cluster  
 Fonte: Amorim (1998, p.28).

Outro ponto a se destacar em um cluster é a questão da conexão dos poderes público e privado. Este fato decerto incrementa as relações sociais entre os atores de um cluster e promove a horizontalidade desta estrutura, que compete e coopera simultaneamente.

#### 4.1.2.1 Interação entre Poder Público e Privado

Na década de 1970, o modelo de gestão do desenvolvimento local era concentrado nas mãos de governos centrais. Aos gestores locais cabia seguir as diretrizes traçadas, com uma autonomia bastante reduzida para a tomada de decisão e proposição de ações que não fossem contempladas pelo projeto de desenvolvimento nacional. Somente na década de 1980 veio a ocorrer uma “onda de descentralização” (NUNES, 1996), decorrente da crise das instituições públicas, ou seja: um novo modelo organizacional aflora, em razão da decadência do modelo anterior de gestão. No Brasil, a partir da Constituição de 1988, o discurso do desenvolvimento local ganha espaço no cenário nacional e é encarado como um “processo endógeno de mobilização das energias sociais, em espaços de pequena escala, que implementam mudanças

capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população.” (BUARQUE, 2000 apud MELO, 2002, p. 2).

Alinhar interesses e atividades dos setores público e privado tem sido com certeza o ponto chave neste novo modelo de gestão integradora e de parcerias. A questão da descentralização do poder – entenda-se repasse de autonomia e poder decisório para autoridades menores – é fundamental para o dinamismo administrativo e para o estabelecimento das relações sociais entre os atores de um cluster.

O poder público mantém uma postura de subsídio e complementação à atividade do setor privado. Neste contexto, cabe ao governo incentivar, induzir e facilitar o desenvolvimento socioeconômico do Estado, visando: definir regras e estimular a competição; melhorar a disponibilidade, a qualidade e a eficiência dos insumos, da infra-estrutura e das instituições; estimular e promover o desenvolvimento dos membros do cluster; investir em tecnologia, em infra-estrutura básica, infra-estrutura de acesso e em equipamentos turísticos; sintonizar as iniciativas das instituições e empresas com os objetivos e diretrizes definidos no plano municipal, maximizando a sinergia das ações empreendidas; elaborar planos diretores e de turismo para o município; e finalmente, fiscalizar para que todas as ações tomadas sejam realizadas de forma sustentável.

À iniciativa privada cabe, basicamente, salvaguardar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, assim como procurar diversificá-los para atender a demandas específicas. Em parceria com o poder público, ela também colabora para a interiorização do turismo, criando pacotes integrados com o interior; contribui no fortalecimento dos laços entre turismo e cultura e no fomento das atividades do setor primário; e, ainda, cria cursos técnicos profissionalizantes, aproveitando a estrutura das universidades que oferecem, além do apoio técnico, conhecimento e tecnologia.

Um modelo organizacional sob a configuração de cluster promove a conscientização da cidadania empresarial no setor privado e estimula o envolvimento da comunidade no desenvolvimento e planejamento do turismo local, pregando a tomada de consciência desta atividade como fator de grande relevância socioeconômica, pois é certo que somente uma população consciente e participante é capaz de garantir a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento verdadeiramente focado no local.

#### 4.1.2.2 Clusters e Turismo

Considerando que o fenômeno turístico se caracteriza por compor-se de um aglomerado de elementos – hospedagem, alimentação, entretenimento, lazer, recreação, etc. – estruturados no entorno dos recursos naturais ou histórico-culturais e que, clusters econômicos são caracterizados, segundo Iglioni (2001, p. 111), “[...] pela concentração espacial e setorial de empresas, em que o desempenho dessas, pelo menos parcialmente, é explicado pela interdependência existente entre firmas”, pode-se inferir que um cluster turístico compreenda o conjunto de empresas privadas e instituições públicas que interagem em prol da atividade turística. Sob esta ótica, os atores do cluster aprenderão a utilizar a produção das fazendas, as paisagens, a cultura local, a hospitalidade e a diversidade culinária regional, como atrativos turísticos propriamente ditos.

Porter (1999a) menciona a formação e aplicação deste modelo para o setor de turismo, ao afirmar que:

[...] a satisfação do turista depende não apenas do apelo da atração primária do local, mas também da qualidade e eficiência das empresas correlatas – hotéis, restaurantes, centros comerciais e meios de transportes. Como os membros de um cluster são mutuamente dependentes, o bom desempenho de um pode aumentar o sucesso dos demais. (PORTER, 1999a p.105).

A aliança entre turismo e desenvolvimento ainda é promissora, haja vista que este duo vem sendo defendido e estudado desde o início da era do turismo fordista. O turismo constitui uma atividade multi-setorial e o modelo porteriano de cluster econômico, podendo ser aplicado também à atividade turística, vem agregar novos valores ao tripé sociedade, economia e cultura, sem esquecer as questões político-espaciais inerentes a uma região em desenvolvimento.

Integrando-se os setores público e privado, reduz-se o custo operacional e desenvolvem-se novos produtos e serviços que incrementam e dinamizam a economia. Os atores componentes do cluster provêm entretenimento, educação, informação, investigação e apoio técnico e promovem, em parceria, ganhos na produtividade e na qualidade do produto turístico. Pode-se observar toda esta reestruturação de valores, de relacionamento entre indivíduo e meio ambiente; toda esta nova forma de expressar poder e liderança e toda esta onda de inovação e criatividade na formação do Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia, que se analisará mais adiante. Outros exemplos de clusters turísticos, no Brasil, são:

o Cluster de Turismo de Bonito-MS; os projetos “Iniciativa pelo Nordeste” e “Cresce Minas: um projeto brasileiro”.

Dentre alguns aspectos relevantes para a indicação do modelo de cluster em turismo, cabe citar:

[1] Setor formado por um conjunto heterogêneo de micros, pequenas, médias e grandes empresas, que precisam atuar em cooperação para atingir o objetivo maior, que é o aperfeiçoamento do produto turístico; [2] a região de destino turístico pode ser, freqüentemente, vista como um cluster de entretenimento (turismo, cultura, lazer e esporte), a exemplo da proposta que está sendo formulada para a Bahia; [3] o padrão de crescimento do turismo mundial e o surgimento de novos produtos turísticos em todo o mundo impõem a necessidade de acompanhamento das vantagens competitivas, que poderão ser estruturadas e monitoradas a partir do modelo de cluster em destinos turísticos; [...] [4] diante da constatação de que o turismo envolve 52 atividades e ocupações profissionais, pode-se adotar o modelo de cluster para promover o ajustamento e a cooperação entre estas. (GARRIDO, 2002, p. 90).

Ainda de acordo com Garrido (2002, p.92), “o alcance da sustentabilidade será obtido através do equilíbrio dos fatores econômicos, socioculturais e ambientais, com vistas a garantir para gerações futuras a mesma qualidade da experiência das gerações atuais.”

Além das vantagens na aplicação do modelo de clusters ao turismo, citadas no decorrer deste capítulo, cabe ressaltar a importância no ganho e na melhoria da produtividade, que, conseqüentemente, motivará o aumento da competitividade. Dentre as desvantagens, destaca-se a superdependência econômica ancorada em um único padrão de atividade, no caso do destino turístico tender a depender apenas do turismo como atividade mobilizadora da economia local.

#### **4.1.2.3 O Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia**

No ano de 2000, o Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia foi criado com o intuito de planejar, direcionar e otimizar a atividade turística no âmbito dos seus mais diversos aspectos e impactos. Assim como era grande a necessidade de concentrar forças, enfrentar paradigmas, criar parcerias, somar esforços, captar investimentos e potencializar resultados, também era a vontade de promover uma cadeia sinérgica entre os setores econômico, político, social, cultural e ambiental.

A internet é o cluster das redes; a Bahia, do turismo. O Estado possui um dos maiores potenciais naturais do país, incluindo praias, chapadas, grutas, rios, cachoeiras e até a arquitetura que representa, em suas diversas formas, diferentes épocas da história do Brasil,

além da infra-estrutura hoteleira e gastronômica, tudo isso apimentado com o folclore e a cultura, indubitavelmente singulares, e com a hospitalidade e a alegria já tão características do povo baiano. Além de todos os diferenciais e serviços que o turismo pode oferecer, a Bahia conta com privilegiada posição geográfica e sua infra-estrutura de acesso – aeroportos, malha rodoviária e portos – permite, de forma eficaz, o deslocamento de pessoas e a conexão entre as principais zonas turísticas baianas<sup>28</sup>, assim como entre a Bahia e o mundo. Estes fatores são de grande relevância no que diz respeito ao desenvolvimento regional em si, pois este tem um alcance muito mais profundo do que simplesmente o desenvolvimento econômico.

Através da aplicação de um modelo organizacional, neste caso, o cluster, a Bahia concentra os setores de turismo, cultura, lazer, esportes, música, gastronomia e outros que se relacionam direta ou indiretamente à atividade turística. A aliança entre as instituições públicas, privadas, não-governamentais e a população é de grande relevância a partir do momento que “a união favorece o aumento da produtividade de todo o grupo, à medida que é criada uma seqüência de ações comerciais interligadas, onde todo mundo ganha”, (RIO BRANCO, 2001 apud MASCARENHAS, 2001, p.5).

O desafio do Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo é reposicionar a Bahia estrategicamente no *ranking* do turismo brasileiro, buscando otimizar o produto turístico baiano e segmentar o seu mercado consumidor.

O desenvolvimento endógeno via turismo na Bahia necessita ser devidamente enquadrado por um plano integrado e multidimensional, que ressalte as suas interações, positivas e negativas, com o desenvolvimento econômico e com o meio ambiente ecológico e social.

As estratégias para o desenvolvimento do turismo têm dado mais ênfase à quantidade de turistas, tentando aumentar os seus gastos *per capita* e o seu tempo de permanência, dando mais importância à sua despesa bruta do que à necessidade de tomar medidas para reter uma grande parte destes gastos. O crescente número de efeitos perdidos no setor turístico reflete

---

<sup>28</sup> A Bahia está dividida em dez zonas turísticas, quais sejam: (1) Bahia de Todos os Santos (Salvador e Recôncavo); (2) Costa dos Coqueiros (Linha Verde, Praia do Forte, Sauípe), (3) Costa do Dendê (Valença, Morro de São Paulo); (4) Costa do Cacau (Ilhéus); (5) Costa do Descobrimento (Porto Seguro); (6) Costa das Baleias (Caravelas, Abrolhos); (7) Chapada Diamantina (Lençóis; Rio de Contas) e as zonas mais recentes que estão sendo implementadas: (8) Caminhos do Oeste (Barreiras, Bom Jesus da Lapa); (9) Lagos do São Francisco (Juazeiro, Paulo Afonso) e (10) Vale do Jiquiriçá (dentre outras cidades, as que fazem parte do objeto desta pesquisa: Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra). Para maiores informações, acessar “Estratégia Turística da Bahia 2003-2020” Disponível em: [http://www.sct.ba.gov.br/estrategia\\_turistica.asp#](http://www.sct.ba.gov.br/estrategia_turistica.asp#) (BAHIA, 2006).



muitas vezes o estado de subdesenvolvimento de uma economia e a sua incapacidade de tirar vantagens das ligações intersetoriais para fornecer os *inputs* necessários à atividade turística.

Nesse contexto, não seria esta a nova proposta que o Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo está trazendo para a Bahia? Integrar setores, compartilhar as necessidades da população local e dos turistas, permear a questão do poder, entre outras linhas de ação de caráter sustentável?

Não somente a tão discutida questão de “geração de emprego e renda” motivam hoje o desenvolvimento do turismo. Existem outras preocupações que não as meramente econômicas como, por exemplo, o aumento da satisfação do visitante, a sua integração na vida social e econômica local, a proteção e o melhor aproveitamento dos recursos naturais e culturais, além da questão da segurança do destino turístico, tanto para os turistas quanto para os residentes, pois somente é possível falar em desenvolvimento uma vez que os benefícios do turismo possam ser revertidos em favor da população local.

Os objetivos do Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo são claros: após identificar os problemas e os desafios e criar um conselho de líderes, representado pelo governo, setor privado, ONG's e pelo meio acadêmico, de acordo com Souza (2001)<sup>29</sup>, o passo seguinte será a “segmentação do mercado, dividindo-o em nichos específicos para tentar formatar produtos de entretenimento para estes nichos, pois, hoje, oferecemos tudo para todos e essa estratégia não é eficaz.” (SOUZA, 2001 apud CAVALCANTE, 2001). Além disso, fazer com que a população adote uma nova postura com relação à importância do negócio do entretenimento, que mude a sua mentalidade, que passe a ter consciência sobre a sua parcela de responsabilidade perante o projeto.

De acordo com dados oficiais do Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia, seus principais objetivos são: (1) desenvolver e monitorar a implementação do novo posicionamento estratégico do turismo em todo o estado da Bahia; (2) promover e apoiar o turismo sustentável; (3) intensificar o relacionamento entre governo e iniciativa privada; (4) incentivar a iniciativa privada e a livre concorrência; e (5) mobilizar a sociedade no sentido de seu engajamento em educação, hospitalidade e no reconhecimento do turismo como fator econômico relevante.

---

<sup>29</sup> César Souza, diretor à época da empresa americana *Monitor Group*, contratada pelo Governo da Bahia para delinear o projeto de cluster que tem a responsabilidade de tornar o Estado o primeiro destino turístico do Brasil. A *Monitor Group* já realizou este tipo de trabalho em Portugal, Peru, Irlanda, alguns estados dos Estados Unidos.

Para consolidar a vocação natural da Bahia no negócio do entretenimento, também é necessário qualificar melhor a mão-de-obra, diferenciar os produtos baianos e “interiorizar” o turismo, criando novos circuitos para a integração do interior do Estado aos grandes pólos turísticos já existentes – Salvador, Ilhéus, Porto Seguro. Tudo isso voltado para o propósito de promover iniciativas que estimulem e agreguem valor ao produto Bahia.

Para tanto, o Cluster conta com o apoio da Secretaria da Cultura e Turismo (SCT), Empresa de Turismo da Bahia S/A (BAHIATURSA), Empresa de Turismo S/A (EMTURSA) e Fundação Luis Eduardo Magalhães (FLEM), além da sua própria força de trabalho, formada por: Associação Brasileira de Agências de Viagens – Secção Bahia (ABAV–BA), Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (ABLA), Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – Secção Bahia (ABIH–BA), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – Secção Bahia (ADVB–BA), Companhia da Informação, *Duetto* Eventos e Consultoria, Faculdade de Turismo da Bahia (Factor), Faculdade Jorge Amado, Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Faculdade de Tecnologia Empresarial (FTE), Grupo *Accor*; Grupo *Eva*; *Holiday Inn* Salvador, Nacional Iguatemi; Odebrecht; Pestana Hotéis; Praia do Forte Eco Resort; Prefeitura de Itaparica, Centro Internacional de Negócios da Bahia (PROMO), Rede Bahia; Salvador *Convention Bureau*, Sauípe S.A.; Sindicato das Empresas de Turismo no Estado da Bahia (SINDETUR – BA); *Superclubs Breezes*; Táxi Aéreo Marília (TAM), Associação Educacional Unyahna S/C (UNYAHNA), Universidade Salvador (UNIFACS) e Grupos Portugal Telecom e Telefônica Móviles (VIVO), dentre outros.

Segundo dados do próprio Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia observa-se uma crescente aderência de diversos atores de esferas distintas ligadas, direta ou indiretamente, ao turismo. Como se pode observar na Figura 3 (p.91), este vem sendo um ponto positivo no desenvolvimento do cluster baiano.

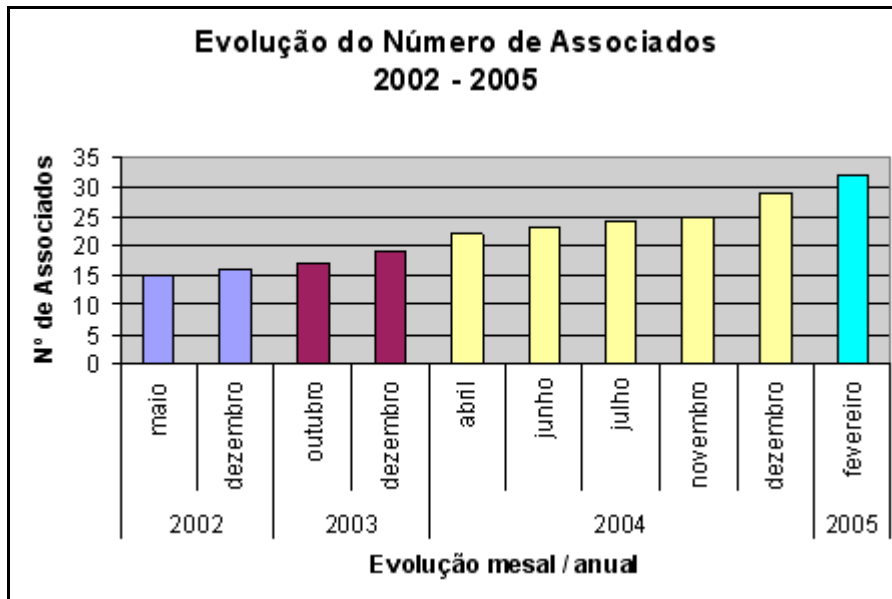


Figura 3 - Evolução do Número de Associados do Cluster, 2002–2005  
 Fonte: Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia (2005).

Dessa forma, incutindo um novo modo de pensamento nos atores envolvidos, dinamizando a comunicação entre os setores participantes, potencializando oportunidades, compartilhando informações e coordenando ações táticas, o Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia vai, aos poucos, caminhando para o estabelecimento de um novo marco na história da Bahia – assim como o ciclo da cana-de-açúcar, do café e do cacau, por que não o ciclo do entretenimento?

A principal estratégia é atrair turistas de alta renda, elevando a qualidade dos turistas que visitam a Bahia, através de ações focalizadas na segmentação do mercado e na potencialização dos setores de turismo, cultura e entretenimento.

O cluster proporciona vantagens tanto para as empresas quanto para a sociedade. Nas empresas, ele favorece o aumento da produtividade; o estímulo à formação de novos negócios de apoio; o apoio das universidades, entidades normativas e associações comerciais no que diz respeito às áreas de treinamento, informação e pesquisa; favorece uma relação positiva entre concorrência e cooperação. O cluster ainda beneficia a sociedade por meio da sua participação nos esforços direcionados ao turismo; da melhoria da educação, na medida em que a qualificação e capacitação de mão-de-obra exigem programas de incentivo e treinamento para elevar o nível e o perfil do setor; da qualidade de vida através do desenvolvimento sustentável local e da geração de empregos diretos e indiretos.

O Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia é um exemplo e um presságio do que se pode vir a desenvolver através de modelos multiorganizacionais em todo o Estado. Entretanto, algumas questões como, por exemplo, o alcance geográfico do Cluster – que abrange todo o estado da Bahia enquanto poderia envolver apenas uma região específica – e o modo como as políticas e ações vêm sido conduzidas – se realmente estão atendendo às propostas iniciais e se realmente a administração atual está dando suporte e continuidade ao trabalho proposto inicialmente, no ano 2000 – devem ser questionadas e revistas. Fatos como estes infelizmente denotam a não-funcionalidade do Cluster, assim como a incompatibilidade das suas propostas teóricas com a prática exercida dentro da atividade turística no Estado. No tocante a esta dissertação, reflete-se sob qual modelo melhor se adequa à concentração das empresas e negócios relacionados à atividade turística na região do Vale do Jiquiriçá.

#### **4.1.2.4 Clusters x Redes**

Tanto a concepção de clusters quanto a de redes contemplam um modelo inovador e criativo de gestão integrada e cooperativa pautada na descentralização de poderes. Apesar das similaridades são conceitos distintos e não devem ser confundidos. A relação básica para a compreensão destes conceitos é o tripé espaço geográfico, concentração de empresas e poder.

Ora, o que diferencia então clusters de redes, já que ambos partem do princípio da articulação de empresas, descentralização de poder e interação entre atores participantes?

O que distingue o cluster de uma rede de cooperação é, basicamente, a horizontalidade da rede, haja vista que o cluster possui, além de relações horizontais, relações verticais e até diagonais. A rede trabalha com empresas de mesmo porte e com o mesmo perfil, mas, sobretudo, de um mesmo ramo, sem limites geográficos. Os clusters são aglomerados de várias empresas, de vários setores e tamanhos, com diferentes ramos de atuação, mas que complementam a produção de um produto ou serviço, como é o caso do turismo. Ressalta Amato Neto (2000, p.53):

É importante frisar que os clusters são formados apenas quando ambos os aspectos setorial e geográfico estão concentrados; de outra forma, o que se tem é apenas a organização de produção em setores e uma geografia dispersa, não formando, portanto, um cluster.

Ainda segundo este autor, o fato de que os clusters combinam concentração setorial e geográfica pode levar determinada cidade ou região a um estado de certa vulnerabilidade, em face da mudança de paradigmas nos produtos e tecnologias empregadas. Este é o principal

argumento contra a concentração de cluster. Contudo, o que se observa é que os clusters têm melhor condição para sobreviver aos choques e à instabilidade do meio ambiente do que as empresas isoladas, em virtude da ação em conjunto e de sua alta capacidade de auto-reestruturação, intrínseca à sua própria forma organizacional em rede. Na opinião de Humphrey e Schmitz (1996 apud GARRIDO, 2002, p.121), os

[...] clusters não apresentam aspectos de eficiência coletiva, mas, no caso de redes de pequenas e médias empresas, mesmo sem a ocorrência do agrupamento geográfico, a eficiência coletiva é alcançada através de relacionamentos e acordos de cooperação. Neste último caso, há uma tendência à redução das economias externas, porém os ganhos com as parcerias são relevantes.

Entende-se que os modelos de redes e clusters, com suas poucas diferenças e inúmeras afinidades, são tipos de aglomerações aplicáveis e viáveis à gestão integrada de empresas de um mesmo ramo, como também da atividade turística. Uma vez explicados os modelos de redes e clusters, destaca-se a seguir a concepção de um arranjo produtivo local.

#### **4.1.3 Arranjo Produtivo Local (APL)**

A noção de cluster assemelha-se perfeitamente à idéia de arranjos produtivos locais. A maioria dos autores aborda ambas as terminologias para denotar aglomerações de empresas especializadas em produtos ou serviços com ênfase numa área geográfica limitada. O conceito de APL é inserido de forma integrada e mostra-se abrangente e complexo ao buscar elucidar os elos de encadeamento. Trivialmente, um arranjo produtivo é compreendido como uma aglomeração produtiva de pequenas e médias empresas de uma mesma atividade econômica, que cooperam e competem entre si.

Os objetivos são idênticos, todos focalizados no fomento do desempenho e competitividade das indústrias através do incentivo à inovação, no intuito de promover o desenvolvimento econômico e social sustentável. A especificidade dos arranjos produtivos faz com que uma política de promoção dos mesmos envolva, fundamentalmente, instituições públicas, privadas e atores locais, de modo a criar condições para a cooperação e para o desenvolvimento local.

O conceito de APL é atualmente utilizado como principal metodologia para avaliação da competitividade das regiões e também para auxiliar os governos locais na identificação de áreas prioritárias para intervenções e para a melhoria das condições de educação, saúde, infraestrutura, treinamento, tecnologia, etc.

O aumento da importância conferida às aglomerações produtivas vem se fazendo sentir, no mundo e no Brasil, marcadamente a partir da década de 1990, apesar de esta não ser uma abordagem necessariamente inédita. Os termos utilizados para designar tais aglomerações têm sido os mais variados – tais como pólos, *clusters*, distritos industriais, cadeias produtivas locais –, sendo também diversas as concepções que lhes estão subjacentes. Nos primeiros anos do novo século, a incorporação dessas noções já era clara no cenário nacional. Recentemente o termo *arranjos produtivos locais* difundiu-se de modo extremamente rápido, substituindo, na terminologia da grande maioria das agendas políticas, outros termos análogos. Essa uniformização de terminologias é percebida, pelos agentes de política, como representando uma significativa contribuição aos esforços de coordenação e de articulação de suas ações e, deste modo, como favorecendo sua maior efetividade. Nota-se a disposição dos diferentes organismos e instâncias em contribuir e participar dos esforços de integração e coordenação de suas iniciativas, apesar de diferentes estágios de implementação das ações em cada um deles. Cabe, porém, um alerta para que a adoção generalizada do termo APL corresponda de fato a uma mudança de abordagem, e não apenas à manutenção de antigas visões sob novas roupagens para acompanhar uma moda ou mesmo garantir recursos públicos e espaços políticos. Isto significa que a adesão ao uso do termo APLs não deve representar uma mera mudança de terminologia, mas sim a incorporação de um novo conceito e de uma nova abordagem, de modo a se alcançarem, de fato, os benefícios dessa incorporação. A vantagem em se adotar um novo conceito no âmbito da formulação de políticas reside justamente no que este pode contribuir na compreensão e implementação de novas formas de intervenção. Ou seja, a adoção do termo APLs terá sentido na medida em que contribua para a obtenção de melhores resultados, do ponto de vista das políticas de desenvolvimento do país. (LEMOS; ALBAGLI; SZAPIRO, 2004, p. 54-55).

Os APLs constituem um meio de potencializar as ações de políticas públicas e representam uma alternativa funcional para as empresas que buscam dinâmicas produtivas e tecnológicas. A analogia do termo APL com o termo cluster – e outros, pode ser observada na afirmação de Gorayeb (2002, p.24-25):

A denominação referente às aglomerações setoriais de PEs<sup>30</sup> não é homogênea na literatura e nos programas públicos de desenvolvimento regional e industrial, englobando diversas designações, entre as quais: sistemas de pequenas empresas (GAROFOLI, 1994), sistemas produtivos descentralizados (COSTA, 2001), sistemas produtivos localizados (VIDAL, 2000), arranjos locais de PEs (CASSIOLATO; LASTRES, 1999), modelo comunitário (SOUZA, 1995), *clusters* (vários autores), sistemas industriais locais (COURLET; PECQUER, 1991; COLLETIS, 1990), sistemas produtivos locais (GAROFOLI, 1993) e '*milieu innovateurs*' (CREVOISIER; MAILLAT, 1991; CAMAGNI, 1991) – últimas cinco citações apud HUMPHREY; SCHMITZ, (1995), *clusters* regionais e rede de inovação regional. (EUROPEAN COMMUNITIES, 2002).

Ainda sobre a questão da terminologia dos arranjos produtivos locais, ressalta-se igual opinião de Herreros, Pinho e Barros (2004, p.7)

Machado (2003, p.2) ao discutir a origem dos APL's afirma que diversos autores estudaram o fenômeno da concentração geográfica de empresas e, em sua tese sobre a dinâmica dos arranjos produtivos cita algumas denominações e seus autores, como as mais usuais, a saber: *cluster* (PORTER, 1990; 1999), sistemas industriais localizados (COURLET, 1993), distritos industriais (BRUSCO, 1982;

---

<sup>30</sup> Pequenas Empresas.

BAGNASCO, 2000; SCHMITZ, 1995), agrupamentos (CNI, 1998, apud TIRONI, 2001) e arranjo produtivo local. (BNDES, 2003).

Todas essas vertentes analíticas empregam, de forma intrínseca, conceitos da abordagem de sistema produtivo local, focalizando, enfim, o desenvolvimento endógeno sustentável. No Brasil existem algumas formações de arranjos produtivos locais, a exemplo: APL de Moda Íntima de Nova Friburgo – RJ; APL de Rochas Ornamentais de Santo Antônio de Pádua – RJ; APL Coureiro-Calçadista do Vale dos Sinos – RS, dentre outras.

Existem diferentes variações de arranjos produtivos locais. Cabe aos governos, federal, estadual e municipal, identificar essas variações e atuar de forma adequada para solucionar problemas específicos. A abordagem através de cluster possibilita a identificação de oportunidades de negócios e também a formulação de políticas de desenvolvimento local mais consistentes. Do ponto de vista das políticas públicas federais, é válido notar que quase todos os ministérios têm programas no Plano Plurianual (PPA) de apoio à APL's.

Admitindo-se então a similaridade entre os conceitos de cluster e APL, apresenta-se agora o último modelo multiorganizacional escolhido para análise nesta dissertação, o consórcio, a fim de fornecer o embasamento necessário para a análise da viabilidade de formação e implementação, ou não, de um cluster turístico no Vale do Jiquiriçá. De fato, este é o único modelo atualmente em vigência na gestão dos municípios do Vale do Jiquiriçá.

#### **4.1.4 Consórcio**

Do ponto de vista jurídico e etimológico, *consórcio* significa a união ou associação de dois ou mais entes da mesma natureza. O Consórcio Intermunicipal é um tipo de organização formada por grupos de municípios para a gestão de projetos de interesse comum.

[...] No âmbito das relações intermunicipais, nada mais apropriado do que a formação de entidades visando o estudo, o acompanhamento, o diagnóstico das soluções que, via de regra, envolvem municípios limítrofes e com problemas que se identificam numa ordem cada vez mais crescente, em função da forte demanda dos administrados [...]. (LIMA, 2000 apud MELO, 2002, p. 3).

É interessante notar que, de acordo com o artigo 18, da Constituição de 1988, os municípios fazem parte da Federação, gozando da mesma autonomia conferida à União e aos estados, assim sendo, nada os impede de conformarem um consórcio entre si.

Segundo Carvalho e Santos (apud MELO, 2002, p.3),

[...] o consórcio de municípios tem necessidade de criar uma pessoa jurídica privada, uma vez que os municípios são entidades estatais, políticas, e não poderiam agir em conjunto a não ser por intermédio de uma pessoa jurídica, e obviamente, uma pessoa jurídica privada.

É de suma importância lembrar que a legislação de um consórcio de empresas não se aplica à legislação de um consórcio intermunicipal. Os princípios básicos para a administração do consórcio devem ser os mesmos que regem a administração pública.

A formação dos consórcios intermunicipais pressupõe uma estrutura organizacional leve, eficiente, objetivando buscar a racionalidade dos recursos disponíveis e que propicie a participação popular. O mais importante neste processo é constatar que a união de recursos materiais e de pessoas produzirá um resultado de utilidade geral para todos, o que não ocorreria se os municípios atuassem isoladamente - é a lógica da cooperação.

Existem, no Brasil, alguns exemplos de consórcio intermunicipal, a saber: o Consórcio Tietê-Paraná, com 79 municípios, que propõe incorporar os rios Tietê e Paraná numa hidrovia, ou seja, um meio de transporte regional; o Consórcio do Rio Tibagi – MG, constituído em 1989 e abrangendo 42 municípios; e o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ), fundado em 1993 e composto por 25 municípios desta região localizada no Recôncavo Sul baiano. Este último consórcio equivale ao objeto de estudo desta dissertação, pois é através da análise de sua formação e desempenho que será possível sugerir o modelo multiorganizacional que melhor se encaixa no perfil do desenvolvimento regional endógeno e sustentável do turismo no Vale do Jiquiriçá. Ante o exposto, faz-se necessário analisar este tema, avaliando a composição, os objetivos e as ações promovidas pelo CIVJ, principalmente no tocante ao desenvolvimento da atividade turística local.

#### **4.1.4.1 O Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ)**

Com uma extensão de 275 km, o Rio Jiquiriçá recebe inúmeros afluentes que banham 25 municípios, dentre eles os quatro municípios destacados nesta dissertação: Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra. A principal atividade econômica do Vale do Jiquiriçá é a agricultura, ressaltando que a sua produção de maracujá representa grande parte da produção do Estado, sendo Jaguaquara um dos principais centros de horticultura da Bahia. A fruticultura é uma atividade nova, que se destaca como alternativa para o desenvolvimento da economia regional. Já a pecuária mostra-se como uma atividade pouco relevante na região, sendo os setores da indústria e do comércio ainda limitados. Nos municípios da região da Bacia do Rio Jiquiriçá o turismo apresenta alto potencial – turismo rural, turismo de aventura, o ecoturismo



e o turismo de eventos, principalmente as festas juninas. Um longo processo de insuficiência da atuação do poder público na implantação de infra-estrutura sanitária, bem como na disciplina e orientação do uso e ocupação do solo, reflete-se nos níveis atuais de degradação ambiental da bacia.

O Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) constitui-se numa associação civil suprapartidária e sem fins lucrativos, que visa a ação integrada, facilitando e agilizando a articulação, participação e a comunicação entre prefeituras, instâncias governamentais, comunidades e entidades privadas, somando capacidade financeira e técnica-administrativa, evitando a superposição de ações e a pulverização dos recursos (Figura 4).

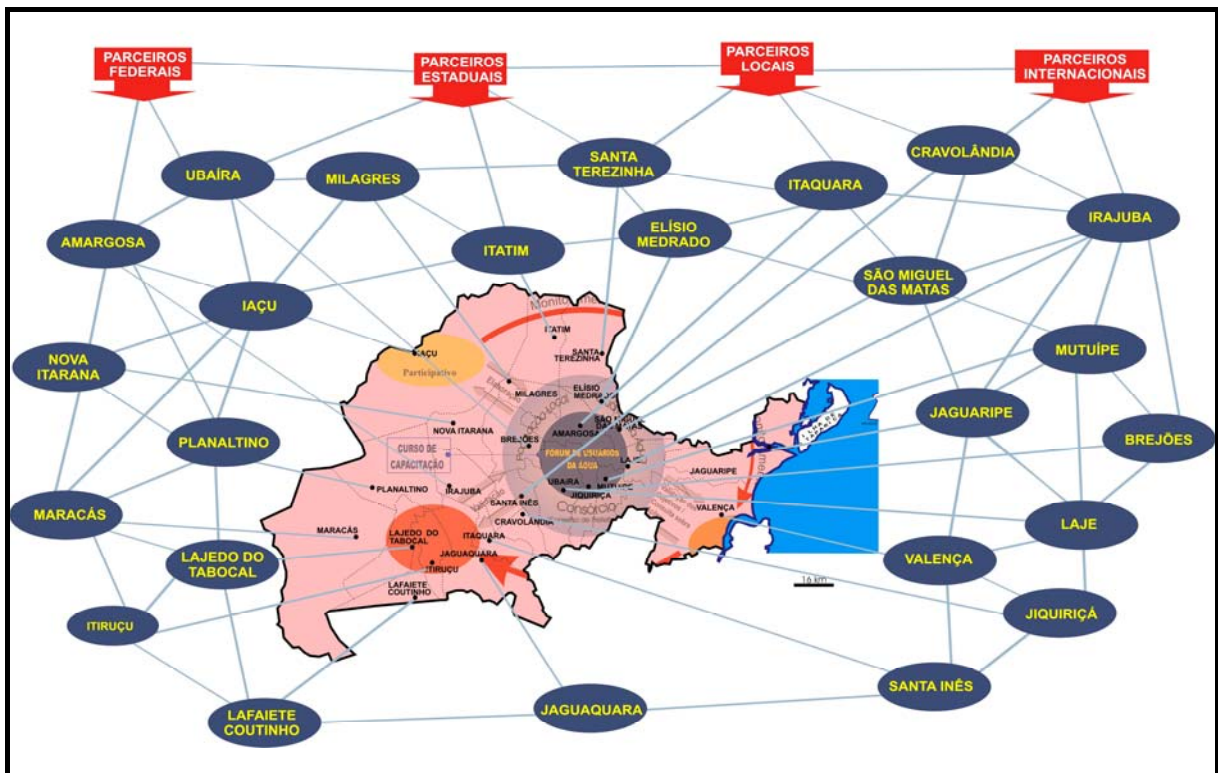


Figura 4 - Redes de Informações Participativas do Consórcio  
Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ, 2006).

O principal objetivo do CIVJ é a promoção do desenvolvimento sustentável integrado da Bacia do Rio Jiquiriçá, através do planejamento do uso de seus recursos hídricos e da gestão participativa, associando investimentos públicos e privados e aproximando população e instâncias governamentais.

Além disso, segundo Batista (2003, p.72),

**Planejar** e executar projetos e medidas conjuntas, visando o uso racional da água, a organização do Comitê e Agência de Águas, o planejamento urbano e rural e a melhoria das condições de infra-estrutura, sociais, culturais e econômicas; **Fortalecer** a capacidade gerencial dos municípios; **Incentivar** o engajamento da população no planejamento e na gestão; **Estimular** vocações econômicas locais (turismo, agroindústria); **Capacitar** agentes de desenvolvimento local; **Captar** recursos para projetos setoriais integrados; Integrar investimentos públicos aos privados, mediando e articulando as questões político-institucionais.

O CIVJ prioriza os projetos de sustentabilidade dos recursos hídricos da bacia, mas não deixa de ter a atividade turística como um dos seus alvos de ação. A implantação e consolidação dos *Fóruns Municipais dos Usuários da Água e do Desenvolvimento*<sup>31</sup> são os primeiros passos para a inclusão da comunidade na administração compartilhada e na formulação de políticas públicas locais. Para tal, o CIVJ conta com a parceria e apoio técnico e financeiro do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). De acordo com a coordenadora técnica do CIVJ, Helena Brasileiro, “o rio, efetivamente, é a senha visível entre passado e futuro, saudade e esperança” (BRASILEIRO, 2001 apud MELO 2002, p.5). A partir destas palavras pode-se perceber o valor incorpóreo que o Rio Jiquiriçá tem para a região e para a sua população, sem mencionar tudo o que ele efetivamente lhes proporciona. O CIVJ está estruturado segundo a Figura 5 (p. 99), ressaltando-se a existência de um Conselho Fiscal, formado por um grupo de três prefeitos, eleitos pelo Conselho de Prefeitos.

Segundo Moura (1997 apud MELO, 2002, p. 7), “[...] a experiência do CIVJ será analisada sob a perspectiva de rede, a partir dos seguintes critérios: funções da rede; atores e recursos envolvidos; processo de participação e nível de visibilidade”, portanto, percebe-se que as características do consórcio estão inseridas nos moldes definidos anteriormente, no item 4.1.1 desta dissertação.

Como funções principais da rede enfatizam-se a realização de um planejamento em nível regional, que harmonize as ações de forma holística – e não para cada município isoladamente – e a criação de um novo modelo de gestão local, fundamentado no desenvolvimento sustentável.

---

<sup>31</sup> Os membros dos fóruns municipais (de 20 a 35) representam os vários segmentos sociais dos Municípios – estudantes, agricultores, comerciantes, representantes de diversas religiões, do poder público, empresários, entre outros. De forma voluntária, se congregam para discutir as questões ambientais, sociais e políticas dos Municípios, propondo soluções para fortalecer a economia regional e local, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável com a gestão participativa que é a premissa do trabalho do Consórcio (BATISTA, 2003).

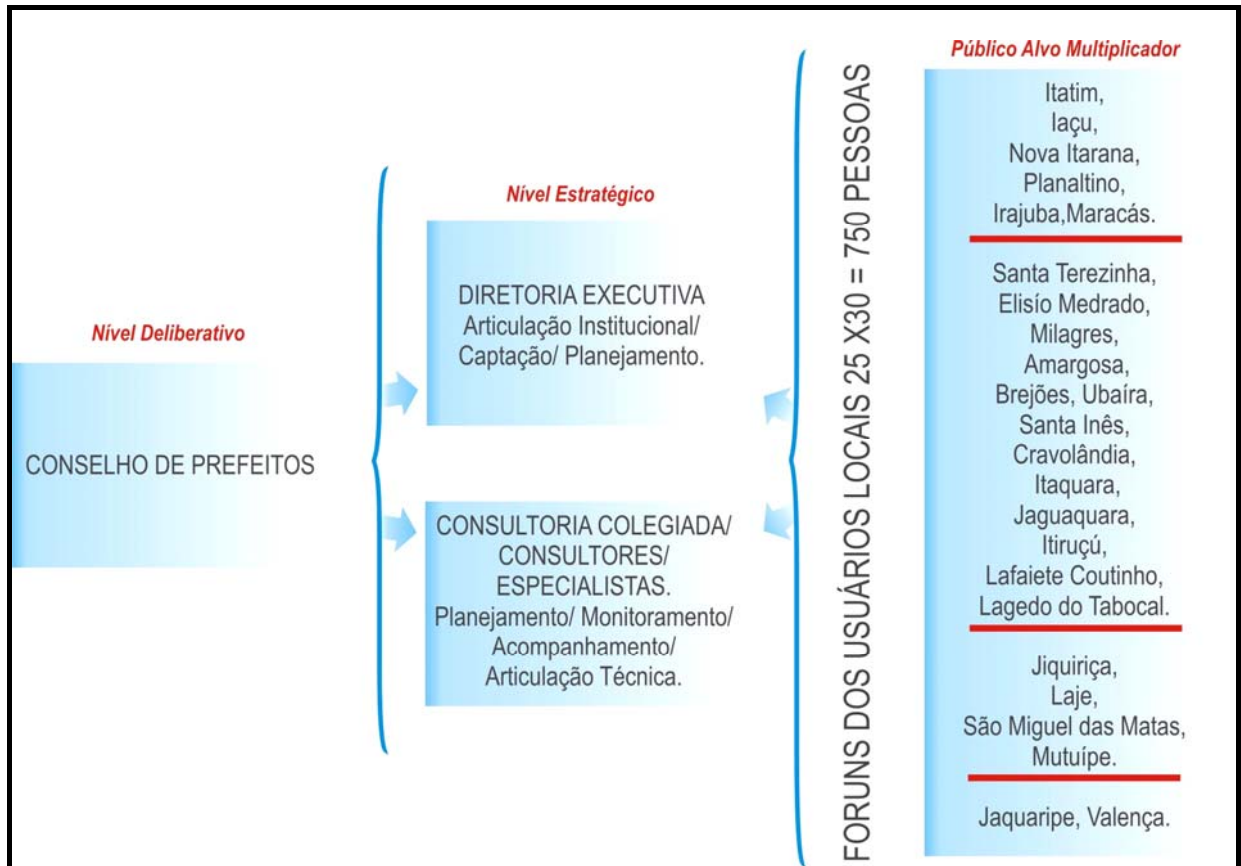


Figura 5 - Estrutura Organizacional do Consórcio

Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ, 2006)

No que tange à infra-estrutura, o CIVJ contempla obras de esgotamento sanitário, viabiliza a implementação do plano diretor de limpeza urbana e do plano de pesquisa para águas residuais, assim como administra, implementa e supervisiona todo o sistema de gestão de recursos hídricos. Para desenvolver essas ações, conta com a parceria de diversos atores de variados campos, como: SEBRAE, Caixa Econômica Federal, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) Agência Nacional de Águas (ANA), Centro de Recursos Ambientais (CRA), ONG francesa *Office International de L'eau*, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), Governo do Estado da Bahia, Prefeituras dos municípios consorciados, entre outros, como se pode observar na Figura 6 (p. 100).



Figura 6 - Atores Envolvidos no Consórcio

Fonte: Elaboração nossa.

No tocante à área político-institucional, o CIVJ possui um banco de dados atualizado, documentários em vídeo, *folders*, e implementou uma página na internet<sup>32</sup>. No meio social, promove projetos de educação ambiental, alfabetização de adultos e capacitação para gestores locais. No intuito de fomentar o desenvolvimento econômico, o consórcio incentiva o empreendedorismo agroindustrial e o turístico, que podem ser realizados isoladamente, ou em conjunto, por meio do agroturismo. Do mesmo modo, realizam projetos de desenvolvimento rural, estimulando a produção de energias renováveis, de polpa de frutas, flores, etc.

Além do Diagnóstico da Bacia, existem vinte projetos setoriais dirigidos para o desenvolvimento sustentável regional, quais sejam:

- a) Projeto Mão-de-Obra “Tecendo a rede de negócios para o artesanato na Bacia do Jiquiriçá”.
- b) Projeto “Mandioca: Pão Nosso de Cada Dia”.
- c) Planejamento Urbano e Ambiental na Região do Jiquiriçá.
- d) Programa de Geração de Emprego e Renda em Comunidades Rurais – “Projeto Caju Anão Precoce”.
- e) Geração de Emprego e Renda para Mulheres e Jovens Rurais da Bacia do Jiquiriçá.
- f) Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia.
- g) Termo para Elaboração e Revisão dos Planos Diretores Municipais.
- h) Arborização de Cidades e Áreas Verdes.

<sup>32</sup> Para maiores informações acessar o <<http://www.consorcio.org.br>>. (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO JIQUIRIÇÁ, 2006).

- i) Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água e Saneamento Rural.
- j) Capacitação Ambiental para os Fóruns da Água e do Desenvolvimento.
- k) Desenvolvimento Setorial de Turismo.
- l) Desenvolvimento Setorial de Agronegócios.
- m) Educação Ambiental Participativa na APA de Guaibim.
- n) Educação Ambiental Participativa na Microrregião do Estuário.
- o) Plano de Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos Urbanos.
- p) Programa de Recomposição Florestal na Bacia.
- q) Implantação dos Fóruns da Água e do Desenvolvimento.
- r) Sistema de Informação Participativa da Bacia do Jiquiriçá.
- s) Cadastro dos Usuários de Água Bruta da Bacia.
- t) Infra-estrutura dos arquivos do Consórcio do Jiquiriçá. (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO JIQUIRIÇÁ, 2006).

Todos os projetos citados, com exceção dos que compõem as letras b, m e n da relação, contemplam os municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra, salvo ainda o projeto “Tecendo a rede de negócios para o artesanato na Bacia do Jiquiriçá”, que abrange apenas o município de Laje. Este projeto, em especial, descortina o artesanato como um dos fatores de potencialização do turismo no Vale do Jiquiriçá, se constituindo um segmento favorável à formação de um futuro APL voltado para o turismo. Dentre os projetos em andamento, enfatizam-se aqueles voltados para o saneamento básico, despoluição e preservação da Bacia do Rio Jiquiriçá, assim como os focados na idéia de um ambiente regional favorável a novos negócios.

Já que o tema principal desta pesquisa envolve a atividade turística, é válido aqui ressaltar os objetivos e resultados esperados com os projetos “Desenvolvimento Setorial de Turismo”, que já está em execução, e “Desenvolvimento Setorial de Agronegócios”.

O primeiro encontra-se em fase de execução, financiado pelo SEBRAE. Seus objetivos consistem em atender às potencialidades turísticas de cada um dos 25 municípios que compõem a Bacia; elaborar um Plano de Desenvolvimento do Turismo da Região do Vale do Jiquiriçá; organizar os empreendedores locais vinculados ao setor de turismo, fortalecendo a cultura associativista; ampliar a divulgação dos eventos e roteiros turísticos da região em

nível estadual e nacional; criar condições para a melhoria da qualidade dos serviços de atendimento ao turista na região e elevar o fluxo turístico nos municípios da região, gerando como resultado o fortalecimento das empresas do setor. Uma vez alcançados esses objetivos, a região poderá contar com uma melhor qualidade de serviços, com o aumento do fluxo de turistas e do tempo de permanência nos municípios da região e, conseqüentemente, das receitas obtidas com a atividade turística. Ainda, e talvez o mais importante para a análise da possibilidade da formação de um cluster turístico, os municípios se beneficiarão com o fortalecimento das empresas relacionadas à atividade turística, tendo como efeito um avanço nas relações de organização e cooperação dos empresários locais que acreditam no desenvolvimento do turístico do Vale do Jiquiriçá.

O segundo projeto assinala objetivos análogos ao primeiro, relacionando-os à fruticultura, olericultura – agronegócios em geral – e, do mesmo modo, ao turismo e ao artesanato. Como resultados deste projeto, obter-se-á o desenvolvimento produtivo, competitivo, organizacional e cooperativista destas cadeias de produção e serviços, da mesma forma que se alcançará o aumento da comercialização dos produtos relacionados ao agronegócio e ao agroturismo, gerando lucro e encorajando as empresas a competirem nestes setores.

Como visto na Figura 6 (p.100), por trás desses projetos estão atores de diferentes esferas e instâncias políticas, administrativas, institucionais, ambientais, educacionais, econômicas e sociais. *A priori*, o financiamento destes projetos cabe ao Governo Federal, mas empresas privadas também podem participar do processo. A parceria com o terceiro setor é fundamental para a exportação de produtos como também para a captação de recursos. O Estado fornece apoio técnico, as universidades distribuem conhecimento e tecnologia e a comunidade garante a sustentabilidade social e ambiental neste processo de desenvolvimento endógeno. Ainda referindo-se à participação da população, ressalta-se:

O desafio de democratizar a gestão municipal através da participação popular na formulação, no controle e na decisão sobre as políticas, implica reverter uma situação histórica de apropriação privada do espaço público pelas elites que detêm o poder econômico. (VILLAS BOAS, 1992 apud MELO, 2002, p. 10).

No caso do CIVJ, pretende-se criar condições para uma gestão descentralizada e participativa. Observa-se, entretanto, que os projetos programados e implementados, até então, não envolveram efetivamente a participação dos atores locais dos diversos municípios. Não há evidências de que as populações das localidades tenham sido ao menos consultadas para criar e construir projetos em nível local.

Além disso, a estrutura organizacional já apresentada denota que o processo de relações entre os atores não vem seguindo a lógica ideal de rede. Pode-se dizer que se assemelha mais a um “mecanismo de exercício da influência sobre os decisores públicos visando assegurar a aprovação de leis e a implementação de projetos”, (MOURA, 1997 apud MELO, 2002, p. 10).

Uma das bases para o desenvolvimento local – a participação de atores locais – impõe a necessidade de criação de instituições e mecanismos de participação da sociedade, onde se tenha maior possibilidade de integração, diálogo e decisão. Como já visto, no consórcio esta participação se dá através dos *Fóruns de Usuários da Água e do Desenvolvimento*, espaço de atuação consciente da comunidade, reunindo também vereadores, movimentos populares, representantes de órgãos estaduais, ONG’s, empresários, associações, etc. “Uma política de incentivo à participação deve partir de uma capacitação prévia dos atores”, (NUNES, 1999 apud MELO, 2002, p.11). Esta capacitação assume grande importância na região em estudo, principalmente pelo fato da população ser constituída por muitos analfabetos.

Ações como cursos de capacitação já foram realizadas, abordando temas como água, gestão de recursos hídricos, saneamento, manejo e conservação do solo, agrotóxicos, matas ciliares e educação ambiental. Mas como difundir todo este trabalho?

A visibilidade pública da rede, no caso, do Consórcio, refere-se aos “tipos de instrumentos de difusão de informações utilizados e, dentro disso, à perspectiva em que se coloca a questão da publicidade”, (MOURA, 1997 apud MELO, 2002, p.12). Analisar a visibilidade do CIVJ significa verificar como esta instituição vem construindo sua imagem e como esta vem sendo percebida publicamente. Por se tratar de uma ação que envolve prefeituras e, portanto, questões políticas, a equipe do Consórcio teve um árduo trabalho para consolidar sua imagem de entidade suprapartidária, cuja função principal – o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Jiquiriçá – não tem relação com partidos políticos específicos, mas com a integração de forças.<sup>33</sup>

Atualmente, o nível de visibilidade do CIVJ é considerado satisfatório, com inúmeras parcerias e um projeto de consolidação da imagem institucional através do *folder*

---

<sup>33</sup> Através de pesquisa de campo, percebeu-se que é fato na região do Vale do Jiquiriçá – apesar de uma coisa não ter a ver com a outra – a força que o partidário exerce negativamente na tentativa de se implementar alguns tipos de políticas integradas.

promocional, da publicação da Revista e do Jornal do Vale, da divulgação virtual e da participação dos atores em congressos e seminários.

O desafio do Consórcio é implementar seus projetos num modelo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)<sup>34</sup>. Tanto os projetos em curso quanto aqueles ainda a serem executados apóiam-se nas reais necessidades e prioridades da população.

Tomando-se o conceito de rede adotado para fins desta dissertação, verifica-se que o CIVJ, enquanto articulação de prefeituras enquadra-se neste modelo, uma vez que os vinte e cinco municípios atuam em igualdade e com regularidade, apesar dos conflitos existentes, da dificuldade de lidar com partidos políticos distintos e com projetos diferenciados, de acordo com cada município ou sub-região. Todavia, em relação à gestão proposta de DLIS, ainda não se implementou, de fato, uma configuração de rede como modelo organizacional. Contudo, o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá vem obtendo bons resultados na articulação e otimização das iniciativas dispersas sobre a bacia.

Compreendidas então as similaridades, diferenças, vantagens e desvantagens entre os modelos multiorganizacionais aqui abordados e diante da semelhança entre os conceitos de rede e consórcio, assim como entre os de cluster e arranjo produtivo local, ambos tratados neste capítulo, apresenta-se em seguida uma perspectiva de aplicação desses conceitos no âmbito do turismo do Vale do Jiquiriçá e a subsequente análise do modelo que melhor se aplica à gestão local do turismo envolvendo os municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra.

Inicialmente se realiza o diagnóstico do Vale do Jiquiriçá como um todo, passando-se para uma análise mais detalhada dos quatro municípios estudados, visando uma melhor compreensão da dinâmica do turismo nesses municípios, o que será reforçado com a análise dos resultados da pesquisa de campo.

---

<sup>34</sup> Para informações adicionais da Rede DLIS acessar: <[http:// www.rededlis.org.br](http://www.rededlis.org.br)>. (REDE DLIS – DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 2005).



## **5 A REGIÃO DO VALE DO JIQUIRIÇÁ E SEU POTENCIAL TURÍSTICO PARA A BAHIA**

Visando a análise e avaliação do estudo de caso sobre a Otimização do Potencial Turístico do Vale do Jiquiriçá através da aplicação do modelo de cluster, este capítulo dedica-se ao conhecimento das características físicas, sociais, econômicas, políticas, ambientais e turísticas da região como um todo e, em particular, dos quatro municípios escolhidos para aplicação da pesquisa: Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra.

Abordar-se-á, também, o papel do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) como aglutinador dos poderes público, privado e das comunidades locais na busca do desenvolvimento econômico sustentável. Por fim, realizar-se-á a apresentação e análise dos dados colhidos na pesquisa de campo. Desta forma, pode-se melhor conhecer e avaliar a situação do desenvolvimento econômico e turístico na região.

### **5.1 DIAGNÓSTICO DO VALE DO JIQUIRIÇÁ**

#### **5.1.1 Contextualização: a Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá – Bahia**

O Vale do Jiquiriçá, localizado no Estado da Bahia, fica a aproximadamente 150km a sudoeste de Salvador, interligando-se entre si e com a capital através de uma infra-estrutura viária de cinco rodovias federais e dezesseis estaduais, além de contar com uma razoável malha de estradas municipais vicinais. Os municípios escolhidos como foco da pesquisa de campo – Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra – são cortados pela BR-420, que faz a ligação desses com a BR-101 (Figura 7, p. 106). Observa-se também uma outra opção de acesso aos municípios pesquisados via BR-116 – Feira de Santana –, conectando-se depois com a BR-553 e, desta forma, chegando à BR-420 no sentido oposto.

O Rio Jiquiriçá faz parte da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul – Região Administrativa da Água (RAA 2) –, está localizado na região centro-leste do estado da Bahia e é delimitado pelas coordenadas geográficas 12°30' e 14°15' de latitude sul e 38°45' e 40°25' de longitude oeste, fazendo limites ao norte e a oeste com a bacia do rio Paraguaçu, ao sul com a bacia do rio de Contas e a leste com o Oceano Atlântico. Trata-se da maior sub-bacia do Recôncavo Sul, pois ocupa uma área de 6.900km<sup>2</sup>, equivalente a 39,6% da área total de 17.400km<sup>2</sup> da bacia.

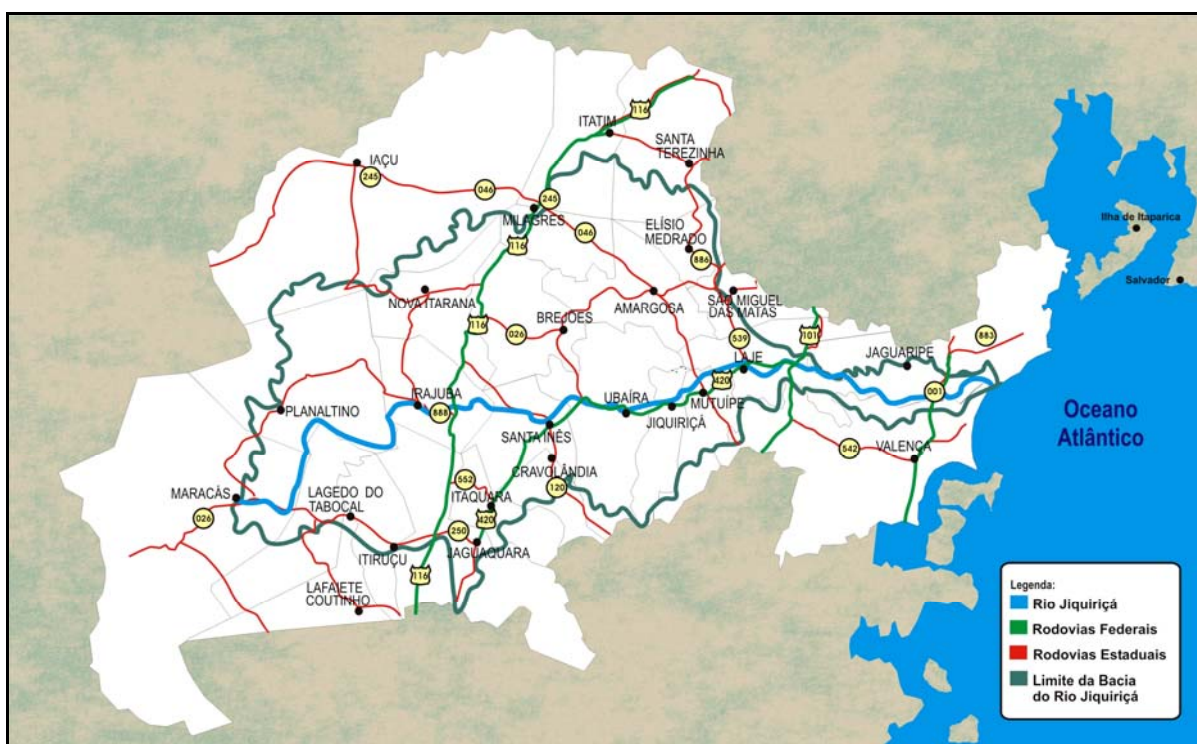


Figura 7 - Mapa Temático das Rodovias do Vale do Jiquiriçá  
Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ, 2006)

A nascente do Rio Jiquiriçá está situada no município de Maracás, seu estuário localiza-se ao sul da Baía de Todos os Santos e ao norte da foz do Rio Una. Através dos seus quase 275km de extensão, o Rio Jiquiriçá recebe inúmeros afluentes e exerce um importante significado para a região que o circunda. No passado, foi às suas margens que os tropeiros formaram os primeiros povoados que correspondem aos centros urbanos de hoje. No plano simbólico, o rio sempre foi um forte elemento de referência para as populações que para lá migraram, atraídas por suas riquezas naturais e pela fertilidade do solo por ele banhado.

Os municípios que compõem a Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá são: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Jaçu, Irajuba, Itaquara, Itatim, Itiruçu, Jaguaquara, Jaguaripe, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lagedo do Tabocal, Maracás,

Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, Santa Terezinha, São Miguel das Matas, Ubaíra e Valença.

Sob o aspecto geográfico, e como mencionado anteriormente, o Rio Jiquiriçá e seus afluentes constituem uma sub-bacia. Para uma melhor compreensão das figuras aqui apresentadas, será também empregado, de igual modo, o termo “Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá”.

As Figuras 8 e 9 referem-se, respectivamente, ao Mapa de Localização e ao Mapa dos Municípios que constituem a Bacia do Rio Jiquiriçá, este último indicando a relação dos territórios municipais com a bacia.

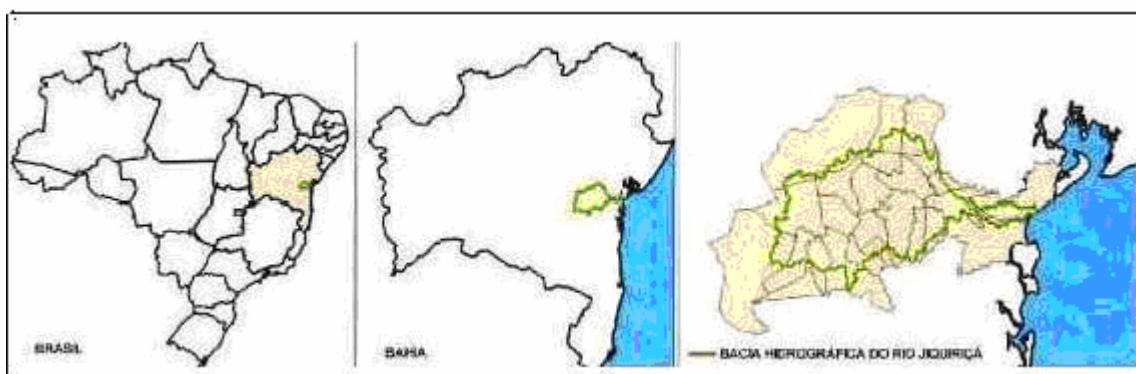


Figura 8 - Mapa de Localização da Bacia do Rio Jiquiriçá  
Fonte: Batista (2003)



Figura 9 - Mapa dos Municípios que integram a Bacia do Jiquiriçá.  
Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) (2006).

A delimitação do espaço físico-territorial adotada para os municípios em análise não se restringiu aos limites físicos da bacia hidrográfica, considerou integralmente os municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra pelas razões a seguir: dos 25 municípios pertencentes ao Vale do Jiquiriçá, esses quatro estão localizados na parte sul e à esquerda da BR-101; são cortados pelo Rio Jiquiriçá e pela BR-420, além de integrarem a Microrregião Econômica Recôncavo Sul (ver Figura 10), segundo a divisão da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2006a) e também a Rota das Cachoeiras, de acordo com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ). Vale ressaltar que dos 25 municípios que compõem o Vale do Jiquiriçá, 12 estão na Microrregião Econômica Recôncavo Sul, 11 na Microrregião Econômica Sudoeste, um na Microrregião Econômica Paraguaçu – Iaçú – e um na Microrregião Econômica Litoral Sul – Valença – de acordo com dados da SEI (2006). Os dados estatísticos para o Vale avaliarão, portanto, os 25 municípios.

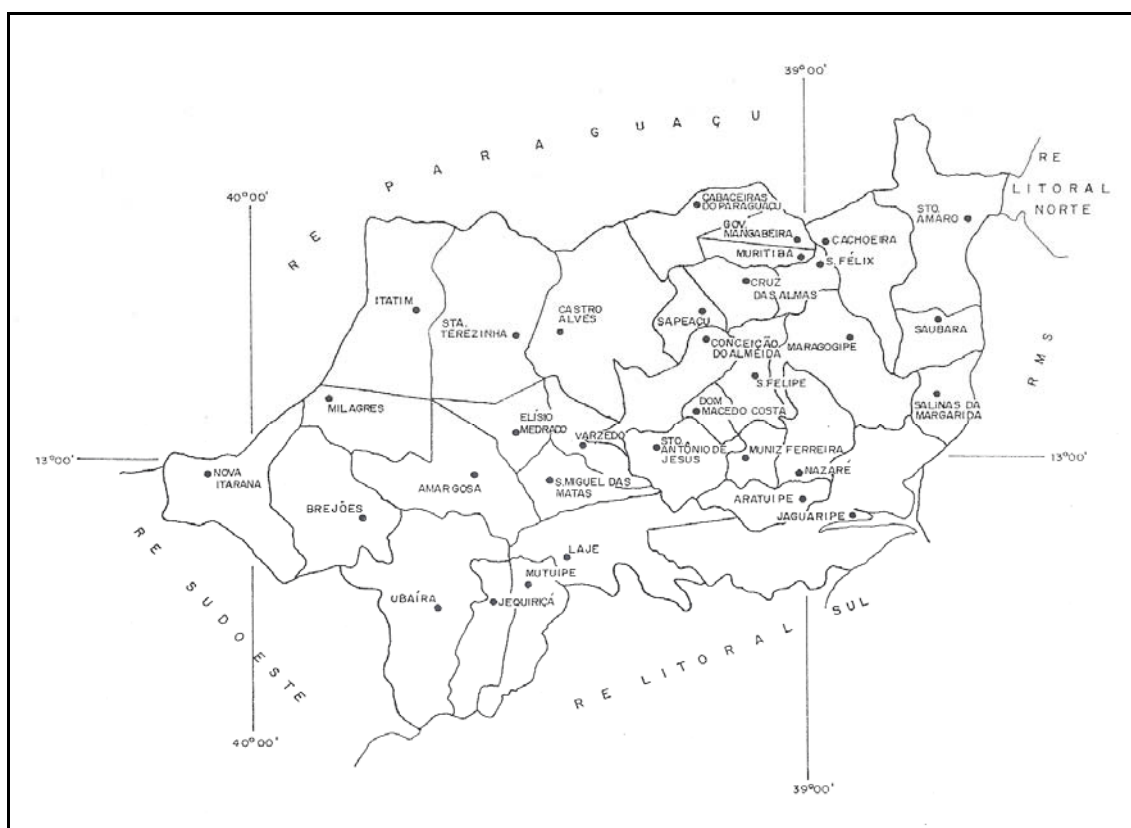


Figura 10 - Mapa da Microrregião Econômica Recôncavo Sul.  
Fonte: SEI (2006).

### 5.1.2 Aspectos Socioeconômicos

A população total dos 25 municípios que compõem a Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo

Demográfico de 2000, é de 440.420 pessoas, sendo 58% em áreas urbanas e 42% em zona rural (BATISTA, 2003, p. 10), distribuídas de forma irregular pelos 25 municípios de pequeno e médio porte, que compõem a região, cujas extensões<sup>35</sup> variam entre 160 e 2.443km<sup>2</sup>. Apenas oito municípios de todo o Vale - considerando Laje com 19.996 habitantes - superam o patamar dos 20.000 habitantes, dentre eles, Laje, Mutuípe e Ubaíra (SEI, 2003). Estes três municípios, juntamente com Jiquiriçá, apresentaram em 2003 uma densidade demográfica de 42,48 hab/km<sup>2</sup>, enquanto todos os 25 municípios do Vale do Jiquiriçá apresentaram densidade média de 25,94 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2002 apud SEI, 2005).

Tabela 1 - Características Demográficas e Sociais da População

Regiões Econômicas e Municípios	População Estimada	População Estimada	Área ( km <sup>2</sup> ) <sup>1</sup>	Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	
	2002	2003		2002	2003
Estado da Bahia	13.323.212	13.435.612	564.693	23,59	23,79
Vale do Jiquiriçá	449.927	453.526	17.484	25,73	25,94
Laje	19.871	19.996	498	39,89	40,15
Mutuípe	20.456	20.453	273	74,84	74,83
Jiquiriçá	14.033	14.216	236	59,40	60,17
Ubaíra	20.550	20.529	762	26,95	26,93
Total dos 4 Municípios	74.910	75.194	1.770	42,32	42,48

Fonte: IBGE (2002 apud SEI, 2005).

Nota: (1) Área divulgada pelo IBGE através da Resolução nº 5 de 10 de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 198, de 11 de outubro de 2002.

A situação socioeconômica desses municípios é muito precária, uma grande porção da sua população vive numa linha de pobreza que é evidenciada pelos dados censitários, os quais indicam que 9% dos responsáveis por domicílios não auferem nenhum rendimento e 78% têm rendimentos inferiores a dois salários mínimos (BATISTA, 2003, p. 10).

A população economicamente ativa está distribuída da seguinte forma: 73% em atividades agropecuárias, 11% em atividades industriais, 9% em atividades de serviços e 7% em atividades de comércio (SEBRAE BAHIA, 2006).

Os padrões de saúde e educação são baixos, sendo crítica a questão do analfabetismo – as taxas variam entre 24% de analfabetos na zona urbana e 36% na zona rural – e da saúde no meio rural. Com tristeza e como um desafio constata-se ainda, na Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá, a existência de 110.000 analfabetos adultos (BATISTA, 2003, p. 11).

<sup>35</sup> Área divulgada pelo IBGE através da Resolução nº 5 de 10 de outubro de 2002 publicada no DOU nº 198 de 11 de outubro de 2002, Seção 1, p. 48– 69 (SEI, 2006a).

O Rio Jiquiriçá é o principal elo do desenvolvimento econômico e cultural da região, destacando-se também como elemento de referência para as diversas comunidades que ali habitam. A agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas locais, sendo a maior parte voltada para a economia de subsistência. A indústria é de pouca contribuição para o produto regional e a área de serviços ainda muito pequena, apesar de ascendente. Destaca-se, nos últimos anos, o crescimento da atividade turística, devido ao patrimônio natural e cultural dos municípios do Vale do Jiquiriçá; um turismo diferenciado da massificação litorânea, a qual é comum no Nordeste do Brasil, principalmente na Bahia.

Os municípios do Vale do Jiquiriçá, por estarem situados no baixo sul baiano, dispõem de um clima extremamente favorável para o desenvolvimento da prática agrícola. O índice pluviométrico é, em média, de 2.500mm ao ano. Devido à sua vocação agrícola, um novo segmento foi implantado em algumas fazendas, a fruticultura exótica, com o cultivo de diferentes tipos de abacaxi, banana e jaca, dentre outros frutos. Esta nova perspectiva agrícola surge de forma tímida na região, ainda envolvida pela cultura cacaueteira e, em segundo plano, pela mandioca. Também nota-se o aumento de fazendas que estão investindo na produção de flores e o incremento da plantação de laranja no município de Laje.

Na região predomina a pecuária extensiva de gado de corte – bovinos –, mas, apesar disso, os municípios ainda importam carne de outras regiões fora do Vale, haja vista a enorme dificuldade em abater a sua própria produção. Registra-se, nos quatro municípios analisados, a criação de aves, suínos, ovinos, muares e, com menor expressividade, aparecem os asininos, caprinos e eqüinos.

### **5.1.3 Aspectos Turísticos**

A organização institucional da maioria dos municípios do Vale do Jiquiriçá é muito simples, limitando-se quase totalmente à prestação de serviços básicos de educação, saúde, limpeza pública, infra-estrutura e atividades afins. Poucos são os municípios com maior complexidade administrativa, que dispõem de um quadro funcional e de recursos financeiros em condições de atender às demais responsabilidades municipais, como é o caso do turismo.

É importante destacar também o turismo como uma das vocações econômicas dos municípios do Vale do Jiquiriçá. O potencial turístico da região deve-se, sobretudo, às suas belezas naturais, sendo viável a prática do ecoturismo, do turismo rural, de aventura, de saúde e de eventos – festas populares. No Baixo Jiquiriçá, destacam-se Valença, com seu pólo



turístico já consolidado – Guaibim e Morro de São Paulo – e Jaguaripe, com o turismo náutico. No Alto e Médio Jiquiriçá, onde situam-se Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra, as cachoeiras são os maiores atrativos, favorecendo a prática do turismo ecológico, ao lado de trilhas e cavalgadas, despontando também o turismo rural em fazendas e o turismo cultural.

O Vale do Jiquiriçá é uma das três novas rotas turísticas mapeadas pela Empresa de Turismo da Bahia S/A (BAHIATURSA), órgão oficial do turismo no Estado, em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), com o intuito de fomentar o turismo no interior da Bahia, de oferecer alternativas para quem já cansou do turismo de “sol e praia” e, conseqüentemente, de otimizar o desenvolvimento local sustentável. A Figura 11 demonstra as potencialidades do turismo no Estado.

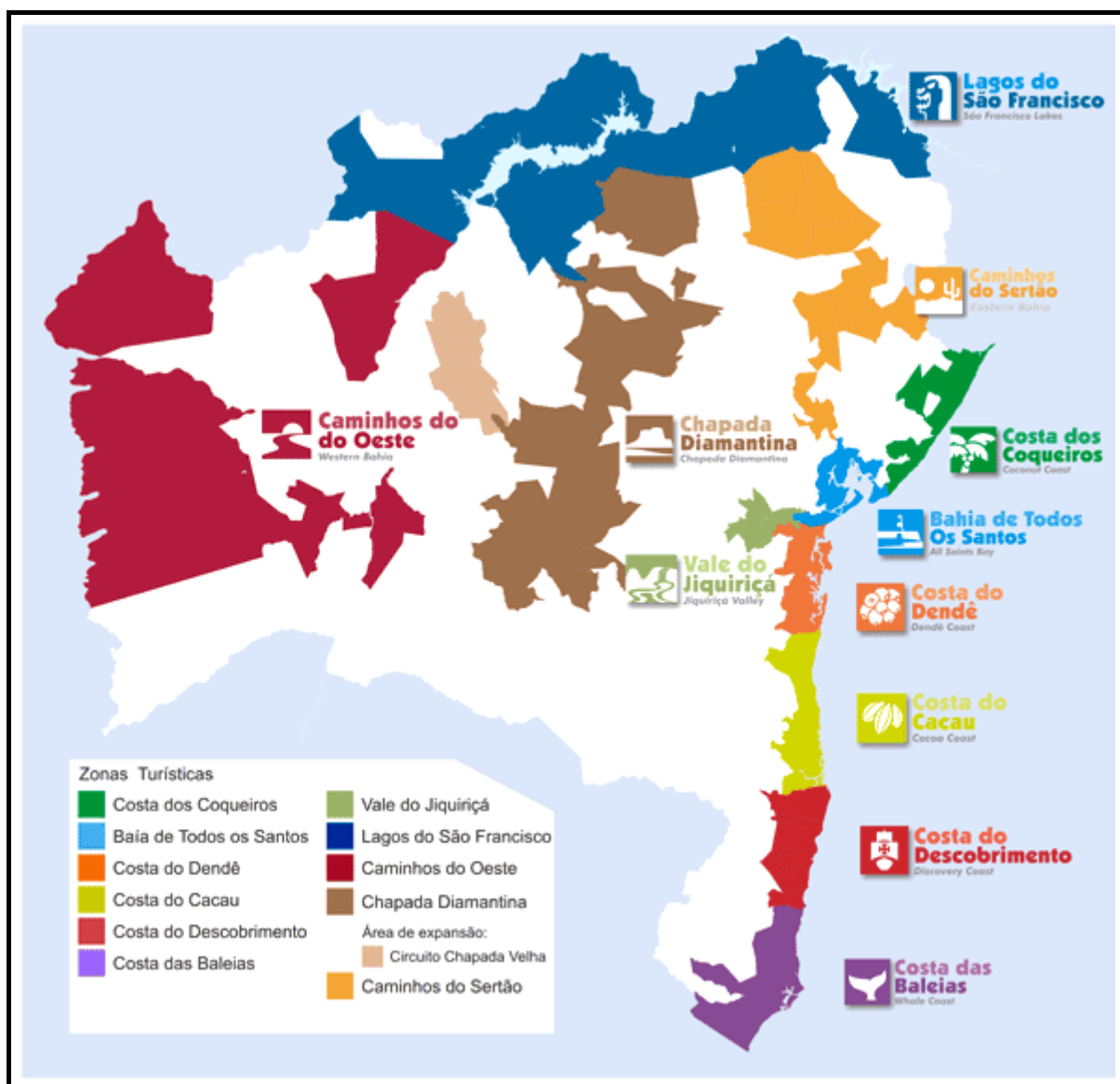


Figura 11 - Zonas Turísticas da Bahia

Fonte: BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) (2006).

Os benefícios trazidos pela atividade turística no Estado da Bahia no período de 1991-2002 estimularam o prosseguimento das ações traçadas no Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR-BA. Foi visando consolidar o turismo como atividade promotora da eficiência econômica, a equidade social e o respeito ao meio ambiente, que a Secretaria da Cultura e Turismo, em articulação com a iniciativa privada e representantes da sociedade civil, lançou a nova Estratégia Turística do Estado 2003-2020 intitulada “Século XXI: Consolidação do Turismo”. Essa estratégia proposta para o período 2003-2020, que se apóia nos mesmos princípios que nortearam o modelo proposto em 1991, visa direcionar as intervenções governamentais nas áreas de interesse turístico do Estado

As zonas turísticas permanecem de acordo com o PRODETUR/NE I, acrescidas das novas zonas: Caminhos do Sertão, Lagos do São Francisco, Caminhos do Oeste e Vale do Jiquiriçá. De acordo com o PRODETUR/NE II surge a configuração de pólos, agregando as zonas turísticas existentes, conforme mostrado na Figura 12 (p. 113). Já foram iniciadas as negociações junto ao BID e BNB para que as novas áreas acima sejam contempladas no PRODETUR II, tão logo se consolidem as ações previstas para as zonas turísticas integrantes da primeira fase do Programa.

A Figura 13 (p.113) apresenta as cinco rotas turísticas do Jiquiriçá, quais sejam: a) Rota da Aventura – abrange os municípios de Santa Terezinha e Elísio Medrado; b) Rota do Dendê – Valença e Jaguaripe; c) Rota do Sertão – Santa Inês, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Itiruçu, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Planaltino, Irajuba, Brejões, Nova Itarana, Iaçú e Itatim; d) Rota das Cachoeiras – composta pelos municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra e São Miguel das Matas; e e) Rota dos Romeiros – turismo religioso –, que compreende os municípios de Amargosa e Milagres. Cada rota possui características próprias e oferece passeios e atividades diversas, como a queda de asa delta, em Santa Terezinha, a produção frutífera e de mel do sertão, as águas das cachoeiras de Jiquiriçá e adjacências, as manifestações religiosas em Milagres e Amargosa, as festas juninas na maioria desses municípios e os encantos das praias e da história em Valença e Jaguaripe, portas de entrada da Bacia do Jiquiriçá.



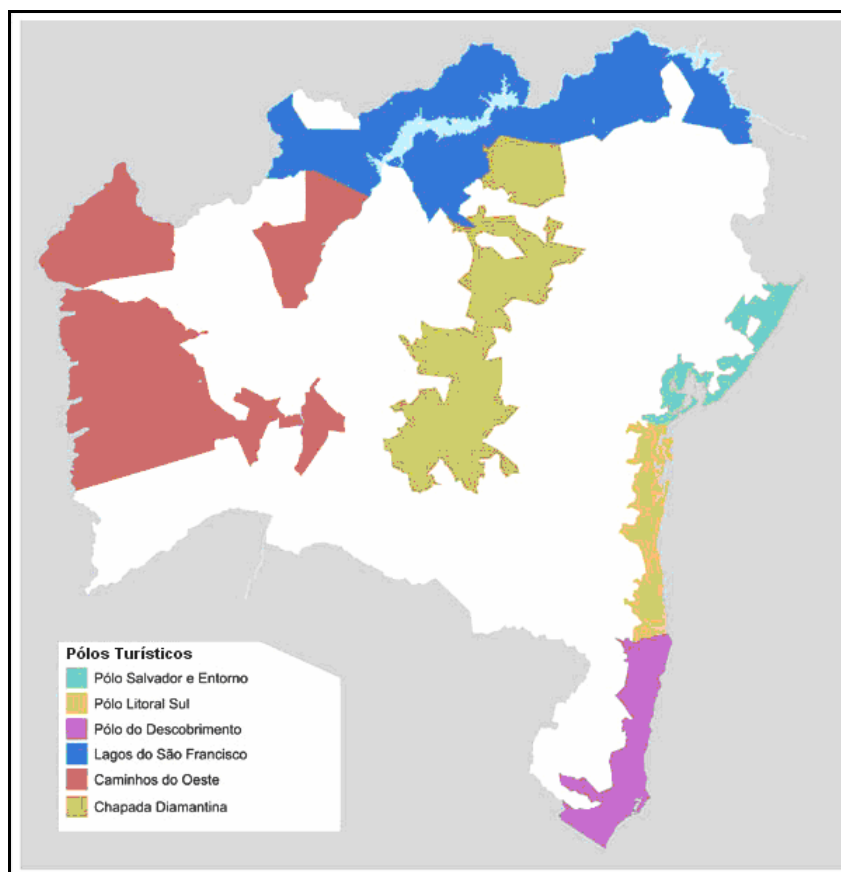


Figura 12 - Pólos Turísticos da Bahia – PRODETUR II  
 Fonte: BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) (2006).



Figura 13 - Rotas Turísticas nos Municípios da Bacia do Rio Jiquiriçá  
 Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) (2006).

Embora detenha tamanho potencial para o desenvolvimento de atividades do setor terciário, os municípios aqui analisados apresentam uma infra-estrutura turística extremamente carente, tanto no que concerne à oferta física em si, quanto no que diz respeito aos serviços prestados, em termos de disponibilidade e qualidade. Do ponto de vista cênico, a Bacia do Rio Jiquiriçá ostenta uma paisagem exuberante, onde fortes ondulações do terreno fazem um perfeito contraste com a sinuosidade do rio. Em contrapartida, constata-se uma crescente degradação dos recursos naturais pela ação antrópica e, em particular, a deterioração do próprio rio.

#### 5.1.4 Aspectos Ambientais

A Bacia do Rio Jiquiriçá atravessa quatro grandes regiões fitogeográficas distintas, são elas: a Estepe – Caatinga –, a Floresta Estacional, a Floresta Ombrófila Densa e as Formações Pioneiras caracterizadas por vegetação de influência marinha e flúvio-marinha; cada uma delas apresentando variações climáticas extremas para um espaço físico-territorial tão curto. Do semi-árido ao tropical úmido, a diversidade climática permite oscilações de oferta e demanda de recursos hídricos, como também determina feições geomorfológicas bem diversificadas, sejam elas naturais ou mesmo decorrentes da ação humana. A maior altitude atinge os 1.000m no entorno da sua nascente, contrastando intensamente com as baixadas litorâneas, com as culturas agrícolas praieiras e com o sertão castigado pelas estiagens. É válido ressaltar que dos 25 municípios da bacia, 17 estão inseridos no semi-árido (Figura 14).

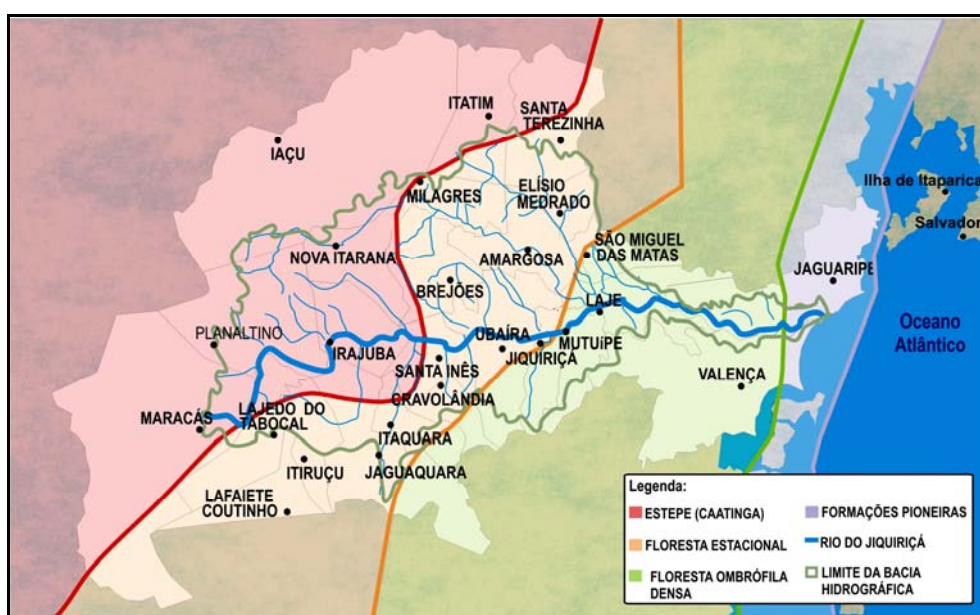


Figura 14 - Mapa das Regiões Fitoeológicas

Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) (2006).

A paisagem resultante das diferenças fitoclimáticas e de relevo apresenta-se, na bacia, de forma bastante diversificada. Esta variedade se reflete na organização de sua vida social e econômica, resultando numa imensa pluralidade cultural.

Os impactos ambientais que a Bacia do Rio Jiquiriçá vem sofrendo sobre o solo, a vegetação, a fauna e os recursos hídricos são de grande magnitude. Suas águas, outrora abundantes, parecem desaparecer a cada dia, deixando a região mais seca e menos exuberante. No Alto Jiquiriçá registra-se o uso de agroquímicos em inúmeras áreas, castigando o solo; os cursos d'água da bacia recebem hoje os efluentes não tratados de quase todas as cidades pelas quais atravessam, e são também o depositário de resíduos sólidos de atividades urbanas e rurais, tais como aquelas provenientes de matadouros e subprodutos de lavouras. Além disso, a maioria dos municípios capta água diretamente dos mananciais da bacia e utiliza a rede de drenagem pluvial para lançar seus esgotos sem tratamento.

Os municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Itaquara, Jaguaquara, Cravolândia, Maracás e Brejões já possuem um sistema de tratamento sanitário. Os municípios de Amargosa, Irajuba, São Miguel e Elísio Medrado encontram-se em processo de elaboração de projeto e captação de recursos. Os outros onze municípios dispõem inadequadamente os resíduos sólidos sobre as margens do Rio Jiquiriçá ou os descartam diretamente nos mananciais. A fossa séptica é uma solução adotada em boa parte da região, porém o mau uso e manutenção com a ligação direta na rede de drenagem têm poluído o rio e seus afluentes.

Pode-se considerar que o quadro ambiental do Vale do Jiquiriçá caracteriza-se por um desgaste crescente dos recursos naturais, com a conseqüente deterioração de seus ecossistemas, decorrente da utilização de processos agropecuários inadequados; dos desmatamentos, acarretando perda de biodiversidade; do processo adiantado de erosão e perda de solos; da reduzida disponibilidade de informação sobre o uso da água; da instabilidade e desequilíbrio na regulação do balanço hídrico; da economia extrativista; da ausência de planejamento urbano e municipal; da falta de infra-estrutura nos assentamentos urbanos e da fragmentação da administração pública. Apesar de toda a poluição e descaso com o meio ambiente, a região apresenta ainda remanescentes de Mata Atlântica, assim como vários mananciais com boa qualidade de água.

## 5.2 DIAGNÓSTICO DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

### 5.2.1 Laje

O município de Laje localiza-se na Zona Fisiográfica do Jequié, limitando-se com os municípios de São Miguel das Matas, Santo Antônio de Jesus, Aratuípe, Valença, Jaguaripe, Jiquiriçá, Ubaíra, Amargosa e Mutuípe (Figura 15). A sede municipal possui latitude 13°10'56 S, longitude 39°25'30 W e, segundo o IBGE (2006), altitude de 190m acima do nível do mar, situando-se a 228km de distância da capital do Estado. Seus distritos são: Engenheiro Pontes, Capão e Laje. A população total do município em 2003, era de 19.996 habitantes, ocupando uma área de 498km<sup>2</sup>, o que corresponde a uma densidade demográfica de 40,15 hab/km<sup>2</sup>, como se pode observar na Tabela 1 (p.109). O território de Laje representa 0,088% de todo o estado da Bahia.



Figura 15 - Mapa da Localização do Município de Laje  
Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) (2006).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulga todos os anos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto de que para dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a

qualidade da vida humana. A metodologia de cálculo do IDH envolve índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região (PNUD, 2000).

O Município de Laje ostenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.654 (PNUD, 2000), como verificado na Tabela 2. Percebe-se um crescimento de 24,57% com relação ao ano de 1991, o que indica uma melhoria significativa do município no tocante às características abordadas pelo PNUD – longevidade, educação e renda – alcançando, desta forma, o progresso. O aumento do IDH de Laje no ano 2000 ultrapassa, inclusive, a média do IDH de toda a região do Recôncavo Sul, fato verificado, dentre os quatro municípios analisados, apenas em Laje e Mutuípe. Vale notar que, em 1991, nenhum deles alcançou o IDH médio do Estado. No geral, os quatro municípios tiveram uma melhoria nos seus índices no ano 2000, ressaltando-se o município de Mutuípe, que passou da pior colocação na classificação do Estado, em 1991, para a melhor colocação em 2000. Não obstante, nenhum dos quatro municípios ultrapassa a média do IDH do Estado.

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH\_M) segundo os Municípios da Bahia, 1991 / 2000

Bahia / Recôncavo Sul / Municípios	1991		2000	
	IDH_M	Classificação no Estado	IDH_M	Classificação no Estado
Bahia	0,601	-	0,693	-
Recôncavo Sul	0,544	-	0,650	-
<b>Laje</b>	<b>0,525</b>	<b>160</b>	<b>0,654</b>	<b>97</b>
Mutuípe	0,504	243	0,657	84
Jiquiriçá	0,512	208	0,632	170
Ubaíra	0,508	230	0,624	200

Fonte: SEI, 2003.

Conta a tradição popular que uma enchente no Rio Jiquiriçá provocou a destruição total de um povoamento situado à sua margem direita, o que levou os habitantes a construírem, logo em seguida, uma capela em homenagem a Nossa Senhora das Dores, na margem esquerda do rio e abaixo da cachoeira do Estouro, mantendo-os protegidos de surpresas e rigores das enchentes periódicas. Por conta da existência de enormes lajedos nas proximidades do povoado, este foi denominado por Nova Laje.

Em virtude da construção dos trilhos da estrada de ferro de Nazaré, que alcançava o quilômetro 86, desde 1901, foi construída a estação de Laje, que impulsionou a povoação, o distrito de Nova Laje foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Aratuípe e

recebendo a denominação de Vila de Laje, por Lei Estadual, de 20 de julho de 1905. A sede foi elevada à categoria de cidade, por Decreto-Lei Estadual, de 30 de março de 1938.

A população de Laje cresceu progressivamente, principalmente na década de 1980, como mostra a Tabela 3. Observa-se um crescimento de 38,43% da população total entre os anos de 1970 e 2004.

Tabela 3 - População Total e por Gênero do Município de Laje

Gênero	Estimativa das Populações Residentes								Var. % 1970/2004
	1970	1980	1991	2000	2001	2002	2003	2004	
Feminino	7.436	7.967	9.035	9.573	--	--	--	--	--
Masculino	7.199	7.776	9.284	10.028	--	--	--	--	--
<b>Total</b>	<b>14.635</b>	<b>15.743</b>	<b>18.319</b>	<b>19.601</b>	<b>19.738</b>	<b>19.871</b>	<b>19.996</b>	<b>20.259</b>	<b>38,43%</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 (apud CNM, 2004).

Nota: Adaptação da autora.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação (MEC) (apud CNM, 2004), no ano de 2003 Laje contava com 18 escolas municipais e 01 privada voltadas para o Ensino Infantil; 41 escolas municipais, 02 estaduais e 01 privada voltadas para o Ensino Fundamental; 02 escolas estaduais voltadas para o Ensino Médio e 25 escolas municipais e 02 estaduais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Secretaria de Educação de Laje é um exemplo para toda a região. Consta que 19 escolas deste município estão inseridas no Projeto Amigos da Escola da Rede Globo, número muito acima do total de escolas de Mutuípe (2) e Ubaíra (1), também engajadas neste mesmo projeto, sendo que Jiquiriçá sequer faz parte do projeto. O curso de nível superior em Pedagogia – em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – já é uma realidade na cidade, atraindo também estudantes de municípios vizinhos e consolidando Laje como forte subpólo educacional. Observa-se que Santo Antônio de Jesus, apesar de não estar inserido no Vale do Jiquiriçá, provê a maior parte da Educação Superior daquela região. A Secretaria Municipal de Educação ainda promove cursos à distância em parceria com a FTC, a exemplo de Física, Química, Biologia, História e Letras. Estas ações reafirmam o crescimento da educação local e fomentam, como um todo, o desenvolvimento regional do Vale do Jiquiriçá. Nota-se expressiva queda do índice de analfabetismo em Laje nos últimos dez anos, como expõe a Tabela 4 (p.119), em 46,01 pontos percentuais.

Tabela 4 - População residente de 10 anos ou mais de idade, total e não alfabetizada, e taxa de analfabetismo, segundo os municípios – Bahia, 1991-2000

Municípios	1991			2000		
	Total	Não Alfabetizada	Taxa de Analfabetismo (%)	Total	Não Alfabetizada	Taxa de Analfabetismo (%)
Laje	13.053	6.767	51,8	15.386	891	5,8
Mutuípe	14.958	6.430	43,0	16.515	4.934	29,9
Jiquiriçá	8.347	3.854	46,2	10.831	3.473	32,1
Ubaíra	14.910	6.981	46,8	17.141	5.141	30,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (apud SEI, 2005).

Nota: Adaptação da autora.

Por meio da atuação conjunta de sua equipe pedagógica, a Secretaria Municipal de Educação aprimora e realiza vários projetos – festival de talentos –, leitura, jogos escolares, sexualidade, redação e desenho, entre outros – que têm como intuito principal dar oportunidade aos alunos de demonstrar e valorizar suas potencialidades. Os alunos têm o suporte de duas bibliotecas, uma pública e outra escolar, para a realização de atividades.

Além de tantos programas e ações, ainda existe o Conselho Municipal de Educação (CME), ativo desde o ano 2000, que é a representação da sociedade na gestão democrática do ensino. Seu objetivo maior consiste em coordenar e fiscalizar as atividades do ensino público e privado no âmbito do sistema municipal de ensino.

O Serviço Municipal de Saúde de Laje auxilia também os municípios vizinhos e é considerado o mais organizado da região, atendendo especialidades como urologia, endocrinologia, endoscopia digestiva, otorrinolaringologia, neurologia e dermatologia, especialidades das quais os municípios assistidos não dispõem nem em nível particular. Destaca-se o serviço de traumatologia, área carente na região, hoje com um atendimento de 95% de cirurgias ortopédicas. Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, o sistema é integrado por um hospital – Hospital Maternidade Otto Alencar –, com 42 leitos, uma policlínica, uma Unidade Básica de Saúde e seis Unidades de Saúde da Família, sendo uma na zona urbana e cinco na zona rural.

É interessante mencionar a existência da medicina popular através de terapias alternativas e a fabricação caseira de medicamentos como pomadas, sabão, xampu e chás diversos, a exemplo da pomada à base da folha de eucalipto, para a cura de bronquites e também a utilização do barro com fins de cura para algumas outras manifestações de doenças.



Percebe-se no município e em toda a região uma forte sincronia entre a medicina e a religião, caracterizada pelos famosos benzedores, que dizem curar com ladainhas e uso de ramos.

No que se refere às atividades econômicas, em Laje, é expressiva a produção de mandioca, acompanhada da produção de cana-de-açúcar e banana, ressaltando-se que também sempre se cultivou no município muita laranja (Tabelas 5 e 6 p. 120 e 121), apesar da queda dessa cultura em 90,7 pontos percentuais nos últimos anos. O cultivo de banana cresceu exorbitantemente entre os anos 1990 e 2002, aumentando sua produção em 4.837,5 pontos percentuais. A variação percentual também permite enxergar notável crescimento nos cultivos de cana-de-açúcar e abacaxi, respectivamente em 2.516,5 e 1.275,0 pontos percentuais. Entretanto, no tocante ao turismo, as fazendas que contemplam o cultivo da mandioca são os lugares mais prováveis para visita, haja vista que existem em todo o município de Laje 86 casas de farinha, 26 comunitárias e 60 particulares, ainda carentes de melhores condições básicas como saneamento e acesso para receber os turistas, mas com grande potencial para exploração sustentável desta atividade nas zonas rurais. A fabricação de doces, polpas e derivados de algumas frutas como, por exemplo, a banana e o maracujá, cultivos que fazem parte das lavouras permanentes, também devem ser levados em consideração com vistas a futuras ações voltadas para o desenvolvimento do turismo, via agroturismo e turismo rural, no município de Laje. A pecuária do município registra a criação de bovinos, suínos, muales e aves. Segundo os dados da Tabela 7 (p.121), observa-se a predominância da criação de aves e bovinos. Analisando a variação percentual, os suínos foram os que mais ascenderam, com um aumento de 75,7 pontos percentuais. Apesar de ter tido a menor variação percentual, 14,4%, a criação de bovinos ainda é muito importante para o município, mesmo este não tendo nenhuma infra-estrutura local para o abate.

**Tabela 5 - Lavouras Permanentes - Quantidade Produzida no Município de Laje – 1990-2002**

Lavoura	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var% 1990/2002
Banana (MC)	120	400	310	479	414	243	248	255	298	409	334	8.400	5.925	4.837,5
Cacau (A) (T)	720	1.008	1.429	1.427	1.303	1.049	1.036	743	714	722	734	742	335	-53,5
Laranja (MF)	4.500	4.186	4.590	3.840	5.600	1.200	1.120	1.050	2.520	2.380	2.496	640	420	-90,7
Mamão (MF)	--	48	72	--	--	72	60	100	140	1.360	1.925	2.500	920	--
Maracujá (MF)	--	160	400	2.240	2.400	280	140	360	480	9.060	9.960	2.112	1.790	--

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (apud CNM, 2004).

Notas: Unidade de medida: (MC) Mil Cachos; (A) Amêndoa; (T) Toneladas; (MF) Mil Frutos.

Adaptação da autora.



Tabela 6 - Lavouras Temporárias – Quantidade Produzida no Município de Laje – 1990-2002

Lavoura	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var% 1990/2002
Abacaxi (MF) (T)	32	10	20	--	--	50	37	50	160	320	360	400	440	1275,0
Cana de Açúcar (T)	3.325	3.500	3.500	4.500	4.650	1.900	2.150	2.450	2.750	6.800	12.240	10.920	8.700	2516,5
Mandioca (T)	13.200	63.360	66.000	63.360	65.800	19.325	21.096	22.508	27.225	83.805	78.893	78.780	57.438	335,0
Melancia (MF)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	15	20	48	60	--
Milho (G) (T)	20	144	156	32	42	44	18	15	22	38	62	53	55	175,0

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (apud CNM, 2004).

Notas: Unidade de medida: (MF) Mil Frutos; (T) Toneladas; (G) Grãos.

Adaptação da autora.

Tabela 7 - Pecuária – Efetivo de Rebanhos (Nº de Cabeças) no Município de Laje – 1990-2002

Pecuária	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var% 1990/2002
Bovinos	21.700	23.000	26.634	29.830	33.409	37.140	35.284	36.356	40.718	33.412	27.598	25.785	24.824	14,4
Galinhas	13.970	12.500	14.750	17.995	20.874	23.379	23.406	24.126	26.297	26.845	23.612	20.380	20.810	49,0
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	31.650	30.000	32.961	38.893	42.004	48.304	49.260	50.254	54.776	53.258	52.187	48.956	49.215	55,5
Muare	2.100	2.000	2.420	2.710	2.845	3.072	1.282	1.327	1.381	3.139	2.762	2.798	2.836	35,0
Suínos	3.250	3.250	4.152	4.736	5.165	5.926	6.122	6.721	7.387	6.086	5.616	5.635	5.712	75,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal (apud CNM, 2004).

Nota: Adaptação da autora.

Analisando algumas atividades do setor primário, pode-se perceber o quanto a atividade turística é abrangente, receptiva, permitindo interagir os diferentes setores da economia. Assim também ocorre com relação às atividades do setor secundário.

Conforme registros na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), Laje possui 23 indústrias, ocupando o 118º lugar na posição geral do estado da Bahia, e 180 estabelecimentos comerciais, mantendo a 190ª posição dentre os municípios baianos. A cidade dispõe de 01 agência bancária – Banco do Brasil –, 01 agência dos Correios, 01 delegacia, 01 rodoviária, 01 posto telefônico, 01 hotel, 01 posto de gasolina, 07 farmácias e 11 supermercados. Laje também oferece serviços como açougues, armazéns – normalmente de cacau –, autopeças, bares, butiques, casa lotérica, contabilidade, cursos de informática, curso de inglês, distribuidoras de gás de cozinha, funerária, laboratórios, lanchonetes, lojas de móveis e de materiais de construção, óticas, padarias, perfumaria, salão, sorveteria e vídeo locadora. A

maioria das atividades relacionadas a comércio e serviços contribui, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento e a consolidação do turismo.

Especificamente quanto à potencialidade turística do município, Laje também a demonstra através da força da religiosidade que cultiva, explícita em sua cultura e história. Áreas naturais como cachoeiras e pequenas quedas d'água do Rio Jiquiriçá ressaltam a beleza da região, que evidencia em sua paisagem suntuosa vegetação e contorno de lajedos. O percurso que vai do entroncamento de Laje até Mutuípe é, sem dúvida, o mais atraente e formoso de toda a região. Casarões do período imperial – século XIX – e do início do século XX fazem parte do seu patrimônio cultural. Atualmente o artesanato representa a maior expressão cultural do município de Laje, além de ser importante gerador de renda para a população local. Uma relação de atrativos e equipamentos turísticos de Laje pode ser encontrada no APÊNDICE A (p. 173). O turismo em Laje é bastante incipiente, principalmente por sua péssima oferta hoteleira, também pela ausência de articulação entre poder público, empresários e produtores locais, donos de fazendas e artesãos e pela falta de elaboração e implementação de ações voltadas especificamente para o fomento do turismo no município.

### **5.2.2 Mutuípe**

O município de Mutuípe é um dos mais importantes do Vale do Jiquiriçá, sendo considerado um dos centros polarizadores da região, pois mantém um grande fluxo de pessoas e mercadorias. Mutuípe limita-se com Laje, Jiquiriçá, Valença e Presidente Tancredo Neves. A sede municipal possui latitude 13°12'25 S, longitude 39°31'40 W e, segundo o IBGE (2002), altitude de 119m acima do nível do mar, situando-se a 241km de distância da capital do Estado (ver Figura 16, p.123). O município não apresenta distritos, ou seja, o território municipal corresponde apenas ao distrito sede, embora seja subdividido em várias localidades rurais, quais sejam: Água Fria, Araçá, Baixa Alegre, Boa Esperança, Bom Jesus, Boa Sorte, Cachoeirinha, Cachoeira Alta, Campo Grande, Canal Torto, Capela de São João, Capim, Córrego, Corte Peixoto, Duas Barras do Fojo, Fojo, Lagoa Verde, Massaranduba, Muquiba, Parafuso, Pastinho, Pau Seco, Ponte da Terra, Ribeirão, Roda D'água, Serra do Rato, dentre outras (ver ANEXO D, p.201).

Conforme demonstrado na Tabela 1 (p.109), a população total do município é de 20.453 habitantes, que ocupam uma área de 273km<sup>2</sup>, o que gera uma densidade demográfica

de 74,92 hab/km<sup>2</sup> (SEI, 2003). Seu território representa 0,048% de todo o Estado da Bahia. Mutuípe ostenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.657 (PNUD, 2000) e, como já analisado no subitem 5.2.1, este município, comparado com os outros três, possui a melhor posição no Estado – 84<sup>a</sup> – e o maior crescimento do IDH entre os anos 1990 e 2002.

A origem do município data de 1849, a partir da formação de uma pequena aldeia de índios Cariris, cuja área foi adquirida por escambo, em 1860, por Manoel João da Rocha, emergindo então o povoamento na sua fazenda, a Fazenda Mutum. A fertilidade do solo e a proximidade do Rio Jiquiriçá contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento inicial do arraial e seu avanço para o sudoeste baiano, assim como a chegada da linha férrea, em 1905, através dos trilhos da *Train Road* de Nazaré.



Figura 16 - Mapa da Localização do Município de Mutuípe  
Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) (2006).

Em 1914, Mutum sofreu inundações que destruíram a vila, criando obstáculos ao seu desenvolvimento. Cinco anos mais tarde, a localidade foi vitimada por uma epidemia de varíola, sanada através de melhorias sanitárias trazidas pelo Dr. Bartolomeu Chaves, um dos colaboradores na emancipação da cidade. Dentre outros progressos advindos neste período, destacam-se a construção da ponte de concreto sobre o Rio Jiquiriçá, a rodovia em direção a

Amargosa, a fundação do primeiro jornal local - O Clarim - e a instalação da usina hidrelétrica e do serviço telefônico.

A abundância da ave Mutum e da árvore de Ipê na região deu origem ao nome da cidade: Mutuípe. O município foi criado com território desmembrado do município de Jiquiriçá, com sede no distrito de Mutum e recebendo oficialmente do governo estadual de Góes Calmon a denominação de Mutuípe por força da Lei Estadual, de 26 de julho de 1926. A sede foi elevada à categoria de cidade através do Decreto-Lei Estadual, de 30 de março de 1938.

A decadência do café no mercado externo na década de 1930 provocou uma forte retração na economia do vale, com a transferência de capitais e a concentração de terras para a criação de gado. Em 1955, Mutuípe foi considerado o município brasileiro de maior progresso pela revista O Cruzeiro. A partir dos anos 1960 houve um crescimento desordenado no processo de urbanização, ocorrendo muitos conflitos por causa da ascensão e declínio da produção do cacau na Bahia. Com o fechamento da ferrovia, ainda naquela década, houve um retrocesso econômico visível em todo o Vale do Jiquiriçá. Para amenizar esta situação, já na década de 1970, surge a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), com o objetivo de retomar o nível de desenvolvimento atingido nos anos 1950, desta vez contando com a crescente e expressiva produção da lavoura cacaueira. Mesmo vivenciando uma fase otimista nos anos 1980, o cacau sofreu um processo de desvalorização na década de 1990, dando lugar ao crescimento do comércio e dos serviços.

A população de Mutuípe cresceu progressivamente até a década de 1990 e manteve-se estável, segundo dados do Censo Demográfico do ano 2000 (Tabela 8). Observa-se um crescimento de 36,23% da população total entre os anos de 1970 e 2004.

Tabela 8 – População Total e por Gênero do Município de Mutuípe

Gênero	Estimativas das Populações Residentes								Var. % 1970/2004
	1970	1980	1991	2000	2001	2002	2003	2004	
Feminina	7.708	8.846	10.353	10.325	--	--	--	--	--
Masculina	7.301	8.478	10.138	10.137	--	--	--	--	--
<b>Total</b>	<b>15.009</b>	<b>17.324</b>	<b>20.491</b>	<b>20.462</b>	<b>20.458</b>	<b>20.456</b>	<b>20.453</b>	<b>20.447</b>	<b>36,23</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

De acordo com dados da SEI (2005), Mutuípe possui 48 escolas municipais e 03 privadas voltadas para o Ensino Infantil; 51 escolas municipais (sendo 48 na zona rural), 04

estaduais e 03 privadas voltadas para o Ensino Fundamental; 02 escolas estaduais e 01 municipal voltada para o Ensino Médio. Cabe aqui ressaltar que o município vem estabelecendo parcerias com universidades particulares da Bahia.

O sistema de saúde mutuipense é integrado por um hospital – Hospital Maternidade Clélia Chaves Rebouças – com 60 leitos, uma policlínica, uma Unidade Básica de Saúde e uma clínica particular. O município mantém parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) na implantação e desenvolvimento do Programa de Saúde Familiar (PSF).

Como já citado para o município de Laje, assim como nos outros dois municípios objetos de estudo desta dissertação, em Mutuípe faz-se uso da medicina popular, especificamente com a fabricação caseira de chás e xaropes para asma, gripe e má digestão. Observa-se a existência de muitos benzedores e parteiras que ajudam, de maneira informal, na área de saúde das zonas urbana e rural do município.

De acordo com os dados apresentado na Tabela 9 (p. 126) referente às atividades econômicas, em Mutuípe a agricultura é basicamente voltada para a subsistência, sendo a maior parte da renda do setor primário consequência da cultura permanente de cacau e banana – 2,4 e 1,6 milhões, respectivamente (SEI, 2005). Como observado em toda a região, a cultura do cacau já está a algum tempo em declínio, em Mutuípe a sua produção decresceu em 91,6 pontos percentuais entre os anos de 1990 e 2002, enquanto o cultivo da banana aumentou a produção em 153,9 pontos percentuais, segunda maior variação percentual das lavouras do município, aparecendo logo depois da cultura do abacaxi, lavoura temporária que obteve crescimento de 311,0 pontos percentuais no período analisado. A laranja, o maracujá e o coco-da-baía são frutos que devem ser observados no município como culturas alternativas com possibilidade de crescimento, em detrimento da cultura do cacau. Outras lavouras temporárias que se destacam são as de mandioca e cana-de-açúcar, como apresentado na Tabela 10 (p.126) e, apesar do decréscimo em 74,9 e 98,7 pontos percentuais, respectivamente, essas culturas tiveram produção relevante durante a década de 1990.

A pecuária é caracterizada pela criação expressiva de gado para corte e aves, como demonstrado na Tabela 11 (p.127). Observa-se crescimento de mais de 100 pontos percentuais em quase todos os rebanhos – com exceção da criação de ovinos – entre os anos de 1990 e 2002, com destaque para a criação de galos, frangas, frangos e pintos, que aumentou o número de cabeças em 233,1 pontos percentuais e o efetivo de bovinos, em 185,3

pontos percentuais. O gado, neste município, é basicamente criado para o abate, mas a possibilidade da produção de leite e derivados, inclusive em fazendas que tenham condições de investir também na atividade turística, não está descartada.

Tabela 9 - Lavouras Permanentes - Quantidade Produzida no Município de Mutuípe – 1990-2002

Lavoura	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var% 1990/2002
Banana (MC)	1.920	2	2	250	270	196	210	236	264	315	300	6.200	4.875	153,9
Cacau (A) (T)	7.200	2.575	2.118	1.192	1.094	907	893	1.116	1.539	1.728	1.731	1.755	608	-91,6
Côco-da- baía (MF)	--	130	700	--	--	50	60	57	187	170	203	200	207	--
Laranja (MF)	6.300	2.366	3.150	--	--	1.040	960	980	1.680	1.750	1.820	480	540	-91,4
Maracujá (MF)	--	--	--	--	--	--	140	180	300	300	300	66	250	--

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (apud CNM, 2004).

Notas: Unidade de medida: (MC) Mil Cachos; (A) Amêndoa; (T) Toneladas; (MF) Mil Frutos.

Adaptação da autora.

Tabela 10 - Lavouras Temporárias - Quantidade Produzida no Município de Mutuípe – 1990-2002

Lavoura	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var% 1990/2002
Abacaxi (MF) (T)	73	20	40	--	--	25	50	63	160	240	240	260	300	311,0
Cana de Açúcar (T)	19.00 0	20.00 0	20.00 0	3.000	3.100	1.650	1.950	2.300	2.500	2.250	3.440	3.290	2.400	-98,7
Mandioca (T)	23.04 0	4.879	5.355	3.900	2.880	11.42 5	14.94 0	15.73 7	19.54 5	8.115	8.784	6.864	5.785	-74,9
Melancia (MF)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	24	20	64	75	--

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (apud CNM, 2004).

Notas: Unidade de medida: (MF) Mil Frutos; (T) Toneladas.

Adaptação da autora.

Tabela 11 - Pecuária – Efetivo de Rebanhos (Nº de Cabeças) no Município de Mutuípe – 1990-2002

Pecuária														Var%
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	1990/2002
Bovinos	6.880	7.500	9.210	13.354	15.757	17.647	18.172	18.904	21.172	18.554	19.315	19.542	19.627	185,3
Galinhas	4.100	4.000	4.880	5.856	6.558	7.542	7.748	8.956	10.030	9.614	8.478	8.750	8.820	115,1
Galos, Frangos, Frangos e Pintos	5.770	5.600	7.000	8.050	8.452	9.746	9.972	11.652	12.817	15.136	17.872	18.920	19.210	233,1
Ovinos	900	920	1.002	1.092	1.124	1.258	1.188	1.256	1.444	1.475	1.397	1.492	1.547	71,9
Suínos	1.505	1.500	1.777	2.109	2.296	2.632	2.720	3.069	3.445	3.646	4.195	3.975	4.037	168,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal (apud CNM, 2004).

Nota: Adaptação da autora.

Conforme registros na JUCEB, Mutuípe possui 30 indústrias – todas indústrias de transformação, com destaque para a Flor do Vale Indústria de Biscoitos Ltda –, estando em 111º lugar na posição geral do estado da Bahia, e 399 estabelecimentos comerciais, ocupando a 116ª posição dentre os municípios baianos (SEI, 2005). O município dispõe de 01 agência bancária – Banco do Brasil –, 01 agência dos Correios, 01 delegacia, 01 rodoviária, 01 posto telefônico, 02 hotéis, 02 pousadas, 05 praças, 02 rádios FM, 03 postos de gasolina, muitas farmácias e supermercados. O município também oferece serviços como açougues, armazéns, autopeças, bares, butiques, casa lotérica, contabilidade, cursos de informática, curso de inglês, distribuidoras de gás de cozinha, funerária, laboratórios, lanchonetes, lojas de móveis e de materiais de construção, óticas, padarias, perfumaria, salão, sorveteria, vídeo locadora e *lan houses*. A cidade tem um comércio extremamente diversificado e bastante procurado, devido também ao fato de que suas estradas se encontram em bom estado de conservação. Informações turísticas podem ser adquiridas na Prefeitura através de material publicitário.

O turismo ao lado da cultura, em Mutuípe, é de responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura do município. Em 1999 o município foi inserido no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e destacou-se frente aos outros municípios do Vale por ter recebido da EMBRATUR o selo de município com potencial turístico, chegando a participar, inclusive, da Comissão do Turismo Integrado da Costa do Dendê (CTI-CD). Pensando em fomentar a atividade turística foi desenvolvido um *folder* promocional (ver ANEXO A, p. 196), entretanto, o município não desenvolveu políticas e ações que o mantivessem na lista dos municípios escolhidos pelo Governo Federal para o desenvolvimento do turismo.

As cachoeiras e a paisagem bucólica são, sem dúvida, os maiores atrativos de Mutuípe. Além disso, existem muitas possibilidades para o desenvolvimento do turismo rural, o agroturismo e, porque não dizer, do turismo agro-cultural, ou seja, uma forma de assimilar a cultura de uma localidade, visitando áreas agroindustriais, conhecendo as manifestações culturais, vivendo o cotidiano das zonas rurais e interagindo com a população local..

Dentre as manifestações culturais encontradas no município citam-se as apresentações folclóricas do bumba-meu-boi, samba de roda, terno de reis e burrinha. Além disso, a tradicional festa de São João, em junho, com vários “arraiás” espalhados pela cidade e pelos povoados da zona rural. Ainda assim, percebe-se que com o passar do tempo ocorreu uma relativa perda da identidade cultural mutuipense, com a descaracterização do patrimônio, devido ao advento das novas tecnologias, à globalização e à inserção dos novos costumes da sociedade moderna. Estes percalços têm sido trabalhados através de projetos que resgatam e estimulam as tradições e hábitos locais, a exemplo das festas culturais e da produção artesanal de artigos regionais.

No tocante à prática turística no município, ressalta-se a existência de um grupo que pratica o turismo ecológico e de aventura, o Grupo Rapel, Acampamento, Trilha e Turismo (RATT). Mutuípe é o único dos municípios analisados nesta dissertação que possui uma formação deste gênero, voltada para a prática do turismo ordenado e sustentável. Este grupo trabalha informalmente em parceria com a prefeitura, conduzindo, inclusive, até o atual prefeito, Luis Carlos Cardoso da Silva, para conhecer sítios onde o acesso é altamente restrito por conta das péssimas condições das estradas vicinais e da própria dificuldade que o turismo de aventura impõe. A acessibilidade e a falta de educação ambiental ainda são considerados como pontos fracos do turismo no município. Uma relação de atrativos e equipamentos turísticos de Mutuípe pode ser encontrada no APÊNDICE B (p.175).

Como se pôde observar *in loco*, os equipamentos hoteleiros são melhores do que os do município de Laje, oferecendo também um maior número de leitos, mas, devido ao grande centro de comércio e serviços que a cidade possui, esta oferta poderia ser ainda maior. Dos quatro municípios analisados nesta dissertação, observa-se também que Mutuípe é o que possui maior gama de atrativos culturais. Dentre os eventos observados no APÊNDICE B (p.175), merece destaque a Cavalgada de Mutuípe, que vem crescendo a cada ano e, conseqüentemente, passando a atrair cada vez mais um maior número de turistas.



### 5.2.3 Jiquiriçá

O município de Jiquiriçá localiza-se também na Zona Fisiográfica do Jequié, limitando-se com os municípios de Mutuípe, Laje, Ubaíra e Cravolândia. A sede municipal possui latitude  $13^{\circ}16'29$  S, longitude  $39^{\circ}36'47$  W e, segundo o IBGE, altitude de 280m acima do nível do mar, situando-se a 252km de distância da capital do Estado. A população total do município é de 14.216 habitantes, que ocupam uma área de 236km<sup>2</sup>, o que gera uma densidade demográfica de 60,24 hab/km<sup>2</sup>. Seu território representa 0,042% de todo o Estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Jiquiriçá é de 0.632 (PNUD, 2000) e, como já analisado no subitem 5.2.1, o IDH deste município ocupa a 170ª posição no Estado, sendo que, em comparação apenas com os outros três municípios analisados, ocupa a terceira posição. Logo, infere-se que os aspectos relacionados à longevidade, educação e renda no município de Jiquiriçá ainda se encontram em níveis que devem ser bastante trabalhados e melhorados.



Figura 17 - Mapa da Localização do Município de Jiquiriçá  
Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) (2006).

Município criado com os territórios das freguesias de Santo Antônio de Jiquiriçá e Estiva, desmembrados de Valença, recebendo a denominação de Vila de Jiquiriçá, por Resolução Provincial, de 09 de maio de 1833, começou a ser povoado em 1860 por tropeiros que transportavam cargas de Vitória da Conquista para Nazaré, sendo a agricultura uma das

bases mais importantes para o seu povoamento. Em 1868, o município era incorporado pela Vila de São Vicente Ferrer D`Areia (atual Ubaíra), no entanto, o ato Estadual de 31 de janeiro de 1891 o restaurou, com sede na povoação de Velhas e com a denominação de Vila de Capela Nova de Jiquiriçá. O nome foi simplificado para Vila de Jiquiriçá em 1904 e hoje, denomina-se apenas Jiquiriçá. Em 1926 o distrito de Mutum foi desmembrado de Jiquiriçá e elevado à categoria de município (Mutuípe), passando a sede à categoria de cidade através do Decreto-Lei Estadual, de 30 de março de 1938. Em 1953 constituíram-se legalmente dois distritos: Velhinhas e Lagoa Verde.

Como patrimônio natural e cultural, o Rio Jiquiriçá é o maior marco do município, fundamental em sua história e a Cachoeira dos Prazeres é o maior atrativo turístico natural de toda a região do Vale do Jiquiriçá. Outras quedas d'água localizadas no rio Boqueirão tornam-se também pontos de atração do turismo.

Segundo dados do IBGE (2002), 9.050 habitantes vivem na zona rural e apenas 4.588 na zona urbana. Houve um aumento expressivo no crescimento populacional da década de 1970 até o ano de 2004 (ver Tabela 12). A população de Jiquiriçá cresceu 69,69 pontos percentuais durante esses anos, enquanto Laje e Mutuípe não alcançaram sequer 40 pontos percentuais. Percebe-se um equilíbrio constante entre os números que expressam as populações feminina e masculina deste município.

Tabela 12 - População Total e por Gênero do Município de Jiquiriçá

Gênero	Estimativas das Populações Residentes								Var. % 1970/2004
	1970	1980	1991	2000	2001	2002	2003	2004	
Feminina	4.359	4.683	5.813	6.646	--	--	--	--	--
Masculina	4.245	4.673	5.950	6.992	--	--	--	--	--
<b>Total</b>	<b>8.604</b>	<b>9.356</b>	<b>11.763</b>	<b>13.638</b>	<b>13.841</b>	<b>14.033</b>	<b>14.216</b>	<b>14.600</b>	<b>69,69</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (apud CNM, 2004).

De acordo com dados da SEI (2003), Jiquiriçá possui 23 escolas municipais e 01 privada voltadas para o Ensino Infantil; 25 escolas municipais, 03 estaduais e 01 privada voltadas para o Ensino Fundamental; 01 escola estadual voltada para o Ensino Médio e 02 escolas estaduais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A taxa de analfabetismo, em 2000, foi de 32,1%, como demonstrado na Tabela 3 (p.118), apresentando uma queda de 14,1 pontos percentuais com relação ao ano de 1991. Vale ressaltar que, segundo dados do PNUD (2000), quase metade dos analfabetos de Jiquiriçá têm acima de 25 anos de idade. Entretanto, existem projetos de alfabetização solidária, a exemplo do projeto de

educação voltado para os agentes comunitários, além disso, a prefeitura propicia cursos de capacitação de professores, semana pedagógica, oficina de leitura e possui um sistema de transporte escolar gratuito para as zonas urbana e rural.

O município de Jiquiriçá conta com um hospital – Hospital Julia Maia –, com um total de 28 leitos e 02 Unidades Básicas de Saúde (CNM, 2004). Dos quatro municípios abordados nesta dissertação, Jiquiriçá é o que apresenta maior deficiência na área de saúde, entretanto, nos últimos anos, percebe-se o aumento de clínicas particulares no município, que conta hoje com 04 estabelecimentos deste tipo.

Quanto às atividades econômicas no município de Jiquiriçá, a agricultura resume-se a produtos para consumo interno, tendo destaque os cultivos de banana, cana-de-açúcar e cacau, este último gerando um saldo de 3, 3 milhões para o município, mais do que em Laje e Mutuípe (SEI, 2004). De acordo com a variação percentual analisada nas Tabelas 13 e 14 (p. 132), os cultivos de banana, feijão e abacaxi foram os que tiveram o maior crescimento – 572,9; 246,7 e 228,8 pontos percentuais, respectivamente – destacando-se neste município a lavoura temporária do feijão, não observada em Laje e Mutuípe. Os cultivos de banana e abacaxi, apesar de apresentarem bons resultados para o município, ainda são considerados como pequenos resultados quando comparados ao crescimento destas mesmas lavouras no município de Laje. Algumas pequenas fábricas de polpa de frutas foram detectadas no município através da pesquisa de campo, o que demonstra um potencial para o agroturismo. Cabe aqui ressaltar que o cultivo da laranja apresenta um decréscimo de quase 100 pontos percentuais nos três municípios analisados até o momento.

De acordo com os dados da Tabela 15 (p. 132), na pecuária, Jiquiriçá registra criação expressiva de eqüinos e asininos rebanhos não observados em Laje e Mutuípe, ressaltando um crescimento de 47,2 pontos percentuais para os assininos, em contraste com a estagnação da variação dos eqüinos, que apresentou um crescimento de apenas 0,9 pontos percentuais. A variação percentual para a criação de bovinos e de galos, frangas, frangos e galinhas, como em Mutuípe, apresentou os melhores resultados, um aumento de 133,4 e 162,4 pontos percentuais, respectivamente.

Tabela 13 - Lavouras Permanentes - Quantidade Produzida no Município de Jiquiriçá – 1990-2002

Lavoura	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var% 1990/2002
Banana (MC)	720	6	5	150	170	185	192	210	275	146	205	6.720	4.845	572,9
Cacau (A) (T)	3.600	1.649	1.253	1.723	1.569	1.255	1.311	1.130	1.532	1.777	1.770	2.005	838	-76,7
Côco-da-baía (MF)	--	5	50	75	150	130	125	135	250	210	255	270	235	--
Laranja (MF)	13.950	88	1.800	--	--	960	960	910	1.540	1.470	1.495	400	390	-97,2
Maracujá (MF)	--	--	--	--	--	--	--	300	420	540	360	55	120	--

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (apud CNM, 2004).

Notas: Unidade de medida: (MC) Mil Cachos; (A) Amêndoa; (T) Toneladas; (MF) Mil Frutos.

Adaptação da autora.

Tabela 14 - Lavouras Temporárias - Quantidade Produzida no Município de Jiquiriçá – 1990-2002

Lavoura	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var% 1990/2002
Abacaxi (MF) (T)	73	20	40	--	--	25	38	50	160	200	200	200	240	228,8
Cana de Açúcar (T)	8.550	9.000	9.000	750	850	2.250	2.600	2.950	3.250	3.550	7.120	6.160	4.560	-46,7
Feijão (G) (T)	15	83	107	18	4	8	38	39	37	30	48	42	52	246,7
Mandioca (T)	6.000	1.620	1.800	3.500	3.600	10.687	11.712	12.346	15.150	5.595	3.966	4.000	3.614	-39,7
Melancia (MF)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	15	20	48	45	--

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (apud CNM, 2004).

Notas: Unidade de medida: (MF) Mil Frutos; (T) Toneladas; (G) Grãos.

Adaptação da autora.

Tabela 15 - Pecuária – Efetivo de Rebanhos (Nº de Cabeças) no Município de Jiquiriçá – 1990-2002

Pecuária	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var% 1990/2002
Asininos	1.070	1.000	1.158	1.308	1.464	1.612	1.648	1.718	889	1.678	1.592	1.560	1.575	-47,2
Bovinos	4.460	4.475	5.638	7.611	9.285	10.399	10.815	12.124	13.578	11.465	11.810	10.392	10.410	-133,4
Equinos	1.235	1.230	1.377	1.542	1.634	1.797	1.584	1.654	1.753	1.542	1.410	1.235	1.246	-0,9
Galinhas	7.400	7.200	7.830	11.353	12.374	13.858	14.276	14.998	16.047	13.676	12.482	10.750	10.862	-46,8
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	9.890	8.500	10.455	13.068	14.244	16.381	17.204	19.162	20.311	22.754	26.118	25.845	25.950	-162,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal (apud CNM, 2004).

Nota: Adaptação da autora.

Conforme registros na JUCEB, Jiquiriçá possui 28 indústrias, ocupando o 113º lugar na posição geral do estado da Bahia, e 119 estabelecimentos comerciais, o que a mantém na

217<sup>a</sup> posição dentre os municípios baianos. Seu parque hoteleiro registra 117 leitos (BAHIA, 1997). O município dispõe de 03 agências bancárias – Banco do Brasil, Bradesco via Banco Postal, anexo aos Correios e Caixa Econômica Federal, através da Loteria Federal –, 01 agência dos Correios, 01 delegacia, 01 rodoviária – precária, localizada na beira da rodovia –, 01 posto telefônico, 01 hotel, 02 pousadas, 01 pensão, 01 praça principal, onde se localiza a prefeitura, 01 mercado municipal com capacidade para 200 barraqueiros, 05 supermercados, 10 mercadinhos, 05 panificadoras, 06 farmácias, 06 casas de materiais de construção, 02 postos de gasolina, 08 butiques, 15 barbearias e salões de beleza, 02 sorveterias, 04 vídeo locadoras, armazéns, bares, serviço de contabilidade, funerária, oficinas e borracharias, serviços de fotografia, entre outros fornecedores e prestadores de serviços. Jiquiriçá apresenta um comércio pequeno com relação à Mutuípe, maior centro comercial da região.

As informações turísticas podem ser adquiridas no Setor Cultural da Prefeitura, que pertence à Secretaria de Educação. Além de cachoeiras e de outros atrativos naturais, que são o forte deste município, existem também atrativos históricos e culturais, a exemplo de casas de farinha, balneário, artesanato em potes, telhas, cipós e madeira, pinturas e manifestações folclóricas similares ao município de Mutuípe. O carnaval também tem vez no município de Jiquiriçá, misturando trios elétricos e a tradição dos antigos bailes de máscaras. Destaca-se a existência do Bloco do Cão, tradição peculiar, desde a década de 1940, que se caracteriza por reunir homens besuntados de óleo queimado e pó de carvão. Uma relação de outros atrativos e equipamentos turísticos de Jiquiriçá pode ser encontrada no APÊNDICE C (p.179).

O Hotel Vale do Jiquiriçá (ver ANEXO B, p. 198), é o maior de toda a região e fica localizado bem ao lado da Cachoeira dos Prazeres, abarcando, sem dúvida, o maior percentual das receitas geradas pela atividade turística nos quatro municípios analisados nesta dissertação. A dupla Hotel Vale do Jiquiriçá e Cachoeira dos Prazeres representa o principal núcleo do turismo no Vale do Jiquiriçá, entretanto, outros pequenos núcleos do turismo ecológico e rural devem ser diagnosticados e fomentados. Além disso, cabe aqui ressaltar que os municípios de Mutuípe e Jiquiriçá possuem, juntos, grande parte das cachoeiras da região e este fato mostra que a integração entre municípios para investimentos conjuntos em turismo torna-se cada vez mais necessária.

### 5.2.4 Ubaíra

Segundo divisão da SEI, o município de Ubaíra localiza-se na Microrregião Geográfica de Jequié, faz parte da Região Econômica Recôncavo Sul e destaca-se de Laje, Mutuípe e Jiquiriçá pois é o único dos quatro que está inserido na Região Semi-Árida da Bahia. Ubaíra limita-se com Laje, Jiquiriçá, Presidente Tancredo Neves, Venceslau Guimarães, Cravolândia, Santa Inês, Brejões e Amargosa. A sede municipal possui latitude 13°16'00 S, longitude 39°41'35 W e, segundo o IBGE, altitude de 324m acima do nível do mar, situando-se a 264km de distância da capital do Estado (ver Figura 18). Seus distritos são: Baixinha, Engenheiro França e Ubaíra.

A população total do município é de 20.595 habitantes, que ocupam uma área de 762km<sup>2</sup>, o que gera uma densidade demográfica de 27,03 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2002). Seu território representa 0,135% de todo o Estado da Bahia. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.624 (PNUD, 2000) coloca Ubaíra na 200ª posição em relação aos demais municípios do Estado e, conseqüentemente, na pior posição entre os quatro municípios analisados, como observado na Tabela 2 (p. 117). Este fato denota que o município necessita de investimentos imediatos para a melhoria nos campos da saúde, educação, habitação e em outros aspectos de infra-estrutura básica, que garantam o bem-estar da população e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano.

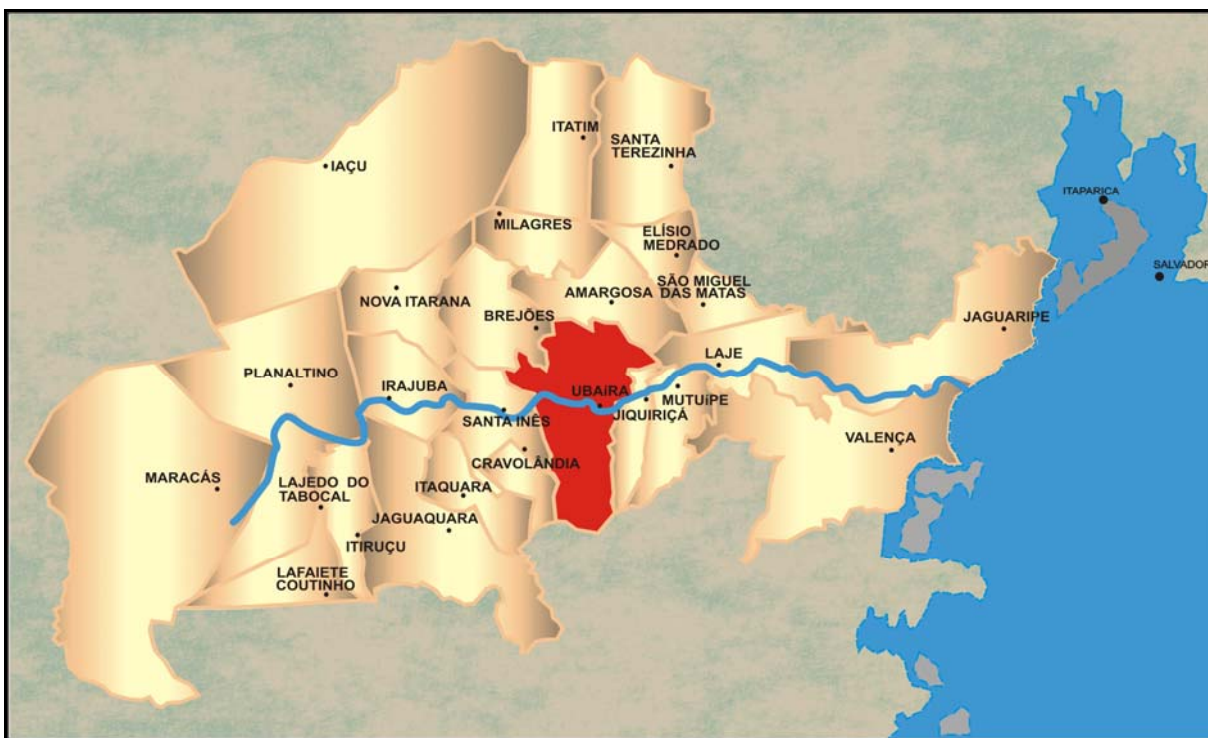


Figura 18 - Mapa da Localização do Município de Ubaíra

Fonte: BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) (2006).

Em 1790, João Gonçalves da Costa conquistou a aldeia denominada Santo Antônio do Catahende, às margens do Rio Jiquiriçá, que era frequentemente atacada por índios mongóis, anexando então este território à Vila de Valença – antigo território que constituía o atual município de Valença. Outro bandeirante, Francisco Souza Feio, tomou posse das terras doadas como sesmarias, fixando residência e contribuindo para a povoação local. A seca fez com que os moradores se estabelecessem na sede da Fazenda Areia, onde se dedicaram às lavouras e construíram as propriedades de Areia de Baixo e Areia de Cima – atual Ubaíra. A vila próxima, Santo Antônio do Tibiriçá, foi incorporada ao povoado de Areia, passando a se chamar Vila de Jiquiriçá (1868), mais tarde retornando ao antigo nome de Areia. Em sua emancipação, o município voltou a ser chamado de Vila de Jiquiriçá, como território desmembrado de Valença, por Resolução Provincial, de 09 de maio de 1833, sendo a sua sede transferida para a povoação de Areia, em 1868. Oito anos depois, recebeu o nome de São Vicente Ferrer d'Areia e, através de Ato Estadual, de 30 de junho de 1891, a sede foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Areia. Finalmente, em 1943, um decreto-lei estadual alterou a denominação para Ubaíra, que vem do tupi-guarani, significando “mel de pau”.

A população de Ubaíra registrou um pequeno decréscimo a partir da década de 1990 até o ano 2000, como se observa na Tabela 16. O município obteve um crescimento de 21,34 pontos percentuais com relação à população total, entre os anos de 1970 e 2004, contudo representa a menor variação percentual entre os municípios analisados.

Tabela 16 – População Total e por Gênero do Município de Ubaíra

Gênero	Estimativas das Populações Residentes								Var. % 1970/2004
	1970	1980	1991	2000	2001	2002	2003	2004	
Feminina	8.639	9.195	10.194	10.116	--	--	--	--	--
Masculina	8.244	9.011	10.615	10.479	--	--	--	--	--
<b>Total</b>	<b>16.883</b>	<b>18.206</b>	<b>20.809</b>	<b>20.595</b>	<b>20.549</b>	<b>20.550</b>	<b>20.529</b>	<b>20.485</b>	<b>21,34</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

De acordo com dados da SEI (2003), Ubaíra possui 55 escolas municipais e 02 privadas voltadas para o Ensino Infantil; 61 escolas municipais, 03 estaduais e 02 privadas voltadas para o Ensino Fundamental; 02 escolas estaduais e 01 municipal voltada para o Ensino Médio e 02 escolas estaduais e 11 municipais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O município de Ubaíra possui um hospital, num total de 88 leitos, onze Unidades Básicas de Saúde (maior número entre os municípios analisados), uma clínica particular e um laboratório, que atende também aos municípios de Jiquiriçá, Cravolândia, São Miguel das Matas e Santa Inês. Igualmente a Laje, o município de Ubaíra tem um bom respaldo na área de saúde. No tocante às terapias alternativas, verifica-se a existência de muitos benzedores no município.

Com relação às atividades econômicas do município de Ubaíra, nota-se que na agricultura a cultura permanente do cacau é a mais extensa e a que mais rende – 6,2 milhões de reais (SEI, 2004) –, apesar do decréscimo em 39,6 pontos percentuais da sua produção entre os anos de 1990 e 2002. A plantação de café aparece como novidade dentre os municípios analisados, auferindo uma expressividade razoável com relação às lavouras agrícolas do município, haja vista que decresceu sua produção em quase 60 pontos percentuais (Tabela 17, p.137). Apenas no município de Ubaíra observa-se uma queda em pontos percentuais do cultivo de banana, apresentando também a menor produção deste fruto em comparação com os outros municípios analisados.

A produção de maracujá em Ubaíra teve os melhores resultados, entre os anos de 1990 e 2002, em relação a todos os outros municípios. A lavoura temporária de mandioca merece destaque, perdendo apenas para Laje, embora tenha apresentado decréscimo de 89,1 pontos percentuais entre os anos já citados, maior decréscimo da variação em pontos percentuais de todas as lavouras do município de Ubaíra (Tabela 18, p. 137). Também merece enfoque a lavoura do feijão, que registra uma produção quase três vezes maior do que a do município de Jiquiriçá, no ano de 2002, ainda que apresente uma variação negativa de 35,3 pontos percentuais contra uma notável variação positiva de 246,7 pontos percentuais do município de Jiquiriçá. (Tabela 18, p. 137 e Tabela 14, p. 132, respectivamente).

A lavoura da cana-de-açúcar foi a única, dentre as lavouras permanentes e temporárias do município de Ubaíra, que obteve um resultado positivo na variação percentual entre os anos de 1990 e 2002, mesmo que sua produção não tenha tanta relevância em quantidade, quando comparada à dos outros municípios analisados durante o período referido. A produção de milho registra um decréscimo na variação de 7,7 pontos percentuais em Ubaíra, enquanto em Laje ela alcançou um aumento em 175,0 pontos percentuais. A lavoura de tomate aparece como novidade na produção agrícola dos quatro municípios analisados. Consta, no município, a fabricação de polpas de frutas em pequenas fábricas caseiras localizadas tanto na sede



quanto nas fazendas. Atualmente o município concentra uma expressiva população de pequenos produtores de flores, que se organizaram em uma associação, abrangendo todo o Vale do Jiquiriçá e já estão escoando sua produção para os grandes centros consumidores da Bahia, principalmente Salvador.

Na pecuária, destacam-se os rebanhos suínos e a criação de aves, como observado na Tabela 19 (p. 138) e comparados às tabelas de efetivos de rebanhos dos outros municípios (ver Tabelas 7, 11 e 15, p. 121, 127 e 132, respectivamente). Apesar do decréscimo na variação em 34,9 pontos percentuais, o número de cabeças dos suínos criados em Ubaíra chegou a registrar os maiores valores dentre os quatro municípios analisados no princípio da década de 1990. A variação percentual dos bovinos em Ubaíra é a mais baixa dos quatro municípios analisados.

Tabela 17 - Lavouras Permanentes - Quantidade Produzida no Município de Ubaíra – 1990-2002

Lavoura	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var. % 1990/2002
Banana (MC)	6.280	6.280	6.280	6.280	1.600	480	218	250	232	216	319	2.640	3.000	-52,2
Cacau (A) (T)	2.485	2.485	1.178	1.178	640	940	1.384	1.627	985	1.479	1.610	1.541	1.502	-39,6
Café (CO) (T)	1.412	1.790	1.738	782	720	348	348	400	110	404	400	640	576	-59,2
Côco-da- baía (MF)	--	--	--	--	--	10	--	15	9	9	11	10	15	--
Maracujá (MF)	--	--	--	340	2.720	5.440	5.440	8.160	5.440	6.936	14.400	960	1.440	--

Fonte: IBGE . Produção Agrícola Municipal (apud CNM, 2004)

Notas: Unidade de medida: (MC) Mil Cachos; (A) Amêndoa; (T) Toneladas; (CO) Côco; (MF) Mil Frutos.

Adaptação da autora.

Tabela 18 - Lavouras Temporárias - Quantidade Produzida no Município de Ubaíra – 1990-2002

Lavoura	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var. % 1990/2002
Cana de Açúcar (T)	2.500	2.500	2.500	--	2.100	2.660	2.660	3.150	3.150	3.920	3.920	3.920	3.920	-56,82
Feijão (G) (T)	204	40	67	109	124	126	126	246	130	71	131	182	132	-35,3
Mandioca (T)	96.000	107.536	58.512	52.000	18.500	2.210	2.210	11.310	7.900	11.484	7.500	13.050	10.440	-89,1
Milho (G) (T)	52	104	52	42	42	9	9	45	34	47	45	45	48	-7,7
Tomate (T)	4.200	4.200	4.200	900	900	300	450	900	2.700	2.760	900	1.050	1.050	-75,0

Fonte: IBGE . Produção Agrícola Municipal (apud CNM, 2004)

Notas: Unidade de medida: (T) Toneladas; (G) Grãos.

Adaptação da autora.

Tabela 19 - Pecuária – Efetivo de Rebanhos (Nº de Cabeças) no Município de Ubaíra – 1990-2002

Pecuária	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Var. % 1990/2002
Bovinos	13.145	13.539	13.945	5.578	6.738	6.940	7.148	7.362	7.582	7.809	8.043	8.284	14.578	10,9
Galinhas	18.106	21.727	24.551	9.820	11.098	12.538	14.167	16.008	18.089	20.440	23.097	25.406	26.099	44,2
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	21.251	25.501	28.477	11.391	12.872	14.545	16.435	18.571	20.985	23.713	26.795	29.742	30.278	42,5
Ovinos	999	1.099	1.208	483	531	584	642	706	776	854	939	1.032	1.033	3,4
Suínos	10.285	10.799	11.338	4.535	4.761	4.999	5.248	5.509	5.783	6.072	6.375	6.693	6.693	-34,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal (apud CNM, 2004).

Nota: Adaptação da autora.

Conforme registros na JUCEB, Ubaíra possui 60 indústrias de transformação – 83º lugar na posição geral do Estado da Bahia – e 412 estabelecimentos comerciais, ocupando a 113ª posição dentre os municípios baianos (BAHIA, 1997, p. 185). O município dispõe de 01 agência bancária – Banco do Brasil –, 01 agência dos Correios, 01 delegacia, 01 rodoviária, 01 posto telefônico, 01 hotel – o mais novo da região –, 03 pousadas, uma praça com coreto, postos de gasolina, farmácias, supermercados, armazéns, autopeças, bares, butiques, casa lotérica, contabilidade, funerária, laboratórios, lanchonetes, lojas de móveis e de materiais de construção, óticas, padarias, perfumaria, salão, sorveteria, dentre outros serviços. No setor de bens minerais, é produtor de granito.

O turismo em Ubaíra é de responsabilidade da Secretaria de Educação, Cultura e Lazer do município, que fornece também as informações turísticas. Dentre os meios de hospedagem destacam-se o Projeto Semente, sem dúvida um dos maiores atrativos do município, uma pousada no campo – Fazenda Três Lagoas – que tem como princípio básico, em sua filosofia, o crescimento e o desenvolvimento humano. Fundado por dois terapeutas, Antonio Presídio e Ana Richel, em 1995, o Projeto Semente atrai turistas de todo o Brasil e do estrangeiro, além de ser um ótimo sítio para colônia de férias de crianças e adolescentes.<sup>36</sup>

Uma lista de outros equipamentos e atrativos do município de Ubaíra encontra-se no APÊNDICE D (p.182). Vale aqui ressaltar que a festa de São João desta cidade, depois da de Amargosa, é a mais conhecida de todo o Vale do Jiquiriçá. Além de cachoeiras, Ubaíra conta com atrativos históricos e culturais, a exemplo de diferentes tipos de produções regionais e

<sup>36</sup> Para maiores informações acessar o site <<http://www.projetosemente.com.br>>. (PROJETO SEMENTE, 2006).

artesanatos, reunidos na Associação Cultural Prof<sup>a</sup>. Isaura, onde se encontram artigos como couro, artes plásticas, pinturas, licores, iogurtes caseiros, etc. A festa de São João neste município é a mais famosa dos quatro municípios analisados, atraindo muitos turistas, que acabam por utilizar-se de meios de hospedagem informais, como casas de parentes e amigos ou mesmo mediante o aluguel de casas, haja vista que nesta época do ano, junho, os 157 leitos oferecidos pelo mercado hoteleiro da cidade não comportam os visitantes. Este fato demonstra claramente a sazonalidade do turismo na região.

A partir do panorama aqui exposto sobre Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra, tem-se uma visão histórica, socioeconômica, cultural e turística, necessária para que se possa iniciar a apresentação da metodologia e da análise dos dados colhidos em pesquisa de campo, assim como a indicativa da viabilidade, ou não, de formação de uma estrutura de cluster ou arranjo produtivo nesses quatro municípios.

### 5.3 A PESQUISA DE CAMPO

Como já abordado no Capítulo 1, foram estudados quatro dos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá, quais sejam: Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra. Os municípios indicados como objeto deste estudo situam-se às margens da BR-420 e do Rio Jiquiriçá, além de possuírem oferta diferencial e oferta técnica semelhante.

Para as pesquisas diretas realizadas, foram utilizados questionários fechados aplicados para turistas (ver APÊNDICE E, p.184) e para os meios de hospedagem (ver APÊNDICE F, p. 189) com amostras não probabilísticas, além de entrevistas abertas e semi-estruturadas junto aos prefeitos, dirigentes e gestores de cada município (ver APÊNDICE G, p.193), com o objetivo de inventariar a oferta e a demanda turística, levantando também informações sobre a infra-estrutura e a gestão do turismo nos municípios. Ainda considerou-se a coleta informal de dados, realizada por meio de entrevistas com pessoas de relevância para o município.

No tocante aos questionários aplicados aos turistas, o critério utilizado para a amostragem neste caso foi o de “conveniência” (ANDERSON, 2002), com escolha por pontos de referência pré-estabelecidos para a aplicação dos mesmos durante o período de 14 a 29 de janeiro de 2006, em horários diversificados e de forma aleatória. Em outras palavras, não foi definida a amostra de um modo preciso, haja vista que o universo de turistas é indefinido. Além disso, vale ressaltar alguns fatores como a sazonalidade da população flutuante.

Dentre os pontos da pesquisa *in loco* estão as rodoviárias dos municípios, os hotéis e pousadas de maior expressividade e a Cachoeira dos Prazeres, principal atrativo turístico de toda a região do Vale do Jiquiriçá. Para as entrevistas foram escolhidas pessoas cujas respostas para as duas primeiras questões do questionário fossem aplicáveis, evitando desta forma confundir os verdadeiros turistas – aqueles que efetivamente pernoveram em algum dos quatro municípios analisados ou em municípios vizinhos – com visitantes e / ou população local. Ao longo do período citado, obteve-se um total de quarenta questionários aplicados com os turistas.

Salienta-se que 40 questionários foram tabulados em conjunto, refletindo o perfil do turismo receptivo dos quatro municípios analisados, considerando-se esse perfil como válido para a região do Vale do Jiquiriçá.

Não foi utilizada a estruturação por amostragem para os questionários aplicados nos meios de hospedagem, ao contrário, optou-se pela aplicação em todos os estabelecimentos dos quatro municípios analisados. Os resultados obtidos através dessas pesquisas diretas serão expostos e analisados no item a seguir.

### **5.3.1 Análise dos Resultados**

#### **5.3.1.1 Pesquisa com os Turistas**

Tomando-se por base as 40 entrevistas realizadas com os turistas no conjunto dos quatro municípios, através de escolha aleatória, serão apresentados os resultados de sua aplicação, cujo modelo pode ser observado no APÊNDICE E (p.184).

Com relação à origem dos turistas, 40% são de Salvador, 40% são de outras cidades da Bahia, incluindo o próprio vale do Jiquiriçá, e apenas 20% são de outros estados – dentre eles, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Não foram encontrados, durante o período da pesquisa, turistas estrangeiros (ver Figura 19, p. 141).

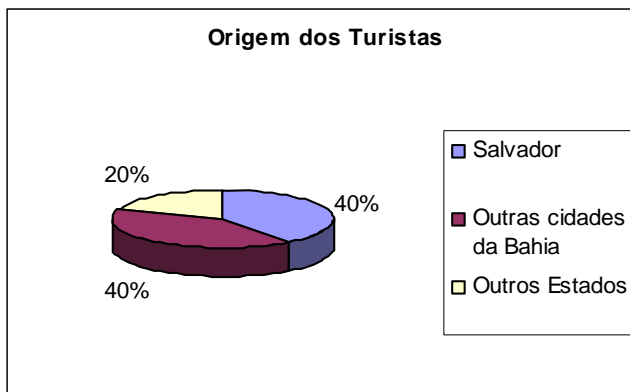


Figura 19 – Origem dos Turistas

Nota: Elaboração nossa.

A maioria dos turistas entrevistados, aproximadamente 43%, hospedaram-se no município de Jiquiriçá – provavelmente por conta da Cachoeira dos Prazeres e do Hotel do Vale, maior atrativo e hotel, respectivamente, da região -; 25% hospedaram-se em Mutuípe; 27% em Ubaíra e 5% em outros municípios do vale do Jiquiriçá. Nenhum turista hospedou-se no município de Laje, o que aponta que a infra-estrutura hoteleira deste município deve ser fomentada (Figura 20).

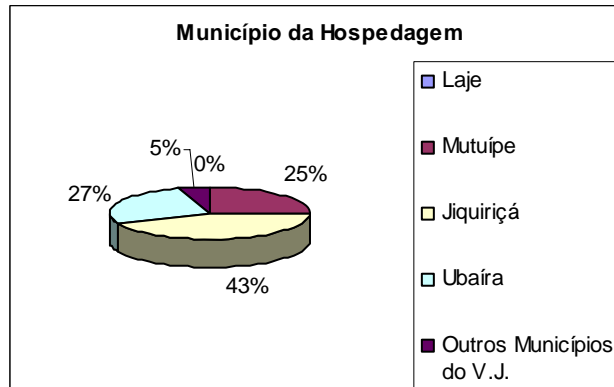


Figura 20 – Município de Hospedagem

Nota: Elaboração nossa.

Quanto ao gênero dos turistas, metade dos entrevistados pertence ao sexo masculino e a outra metade ao feminino, sendo que aproximadamente 33% dos entrevistados apresentam faixa etária de 26 a 35 anos; 30% têm entre 36 e 50 anos de idade; 22,5% têm de 18 a 25 anos; 10% de 51 a 65 anos e apenas 5% têm idade acima de 65 anos. A média de idade é de 37,3 anos, considerando-se a idade máxima de 90 anos. Segundo a ocupação principal dos entrevistados, 22,5% são militares, seguidos de 12,5% que são comerciantes, 12,5% profissionais liberais, 7,5% aposentados / pensionistas, 5% funcionários públicos, 2,5%

industriais, 2,5% industriários, 2,5% donas de casa, ressaltando-se que 32,5% dos entrevistados responderam que têm outra ocupação (Figura 21).

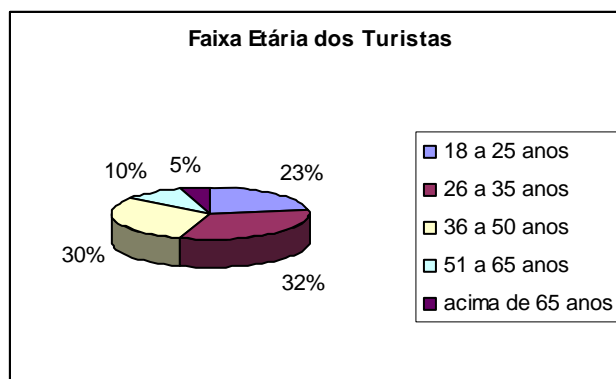


Figura 21 – Faixa Etária dos Turistas  
Nota: Elaboração nossa.

Verificou-se que 27% dos turistas ganham de 1 a 3 salários mínimos - SM; 24% não têm rendimento; 20% ganham de 5 a 10 SM; 13% ganham de 10 a 20 SM; 5% ganham mais de 20 SM e 8% dos entrevistados não responderam. Apenas 3% dos turistas ganham de 3 a 5 SM. A renda média é de 8,2 SM, considerando-se o salário máximo de 40 SM. Verifica-se que, a partir desse perfil, os municípios visitados atraem turistas de classes baixa e média, mas têm grande potencial para atrair turistas que tenham salários mais elevados, aumentando, desta forma, a possibilidade de que gastos mais expressivos sejam feitos, gerando renda para a região (Figura 22).

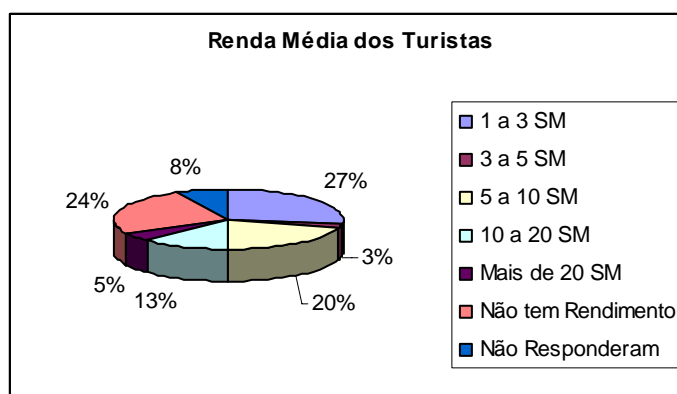


Figura 22 – Renda Média dos Turistas  
Nota: Elaboração nossa.

Dentre os fatores que motivaram esses turistas, a viagem a passeio foi o que mais se constatou, com um índice de aproximadamente 59%. Em seguida encontram-se os turistas que viajam a negócios / trabalho – 19%; 12% estavam visitando parentes e amigos; apenas 5% viajaram por conta de alguma festa ou acontecimento programado da região e 5% por motivos

de saúde. Nenhum deles viajou por motivos religiosos. Percebe-se que o turismo de lazer é a principal prática turística do Vale do Jiquiriçá, como também o turismo de negócios, fomentado pelo comércio da região, principalmente do município de Mutuípe, demonstrando que este nicho ainda não está sendo bem trabalhado (Figura 23).

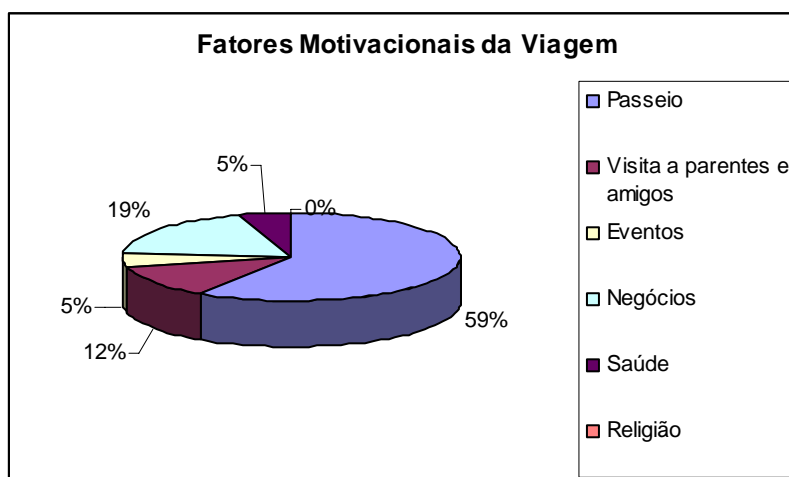


Figura 23 – Fatores Motivacionais da Viagem

Nota: Elaboração nossa.

Mais da metade das pessoas – 60% - viajou por conta própria, sem ajuda de uma agência de turismo. Verificou-se que aproximadamente 18% deles participavam de excursões, contudo ressalta-se que 22% dos entrevistados não responderam. No primeiro caso, os entrevistados viajaram acompanhados por 0 até 5 pessoas e o meio de transporte mais utilizado foi o carro próprio. No caso de excursões, constatou-se uma média de 16 pessoas viajando juntas em ônibus.

Com relação aos meios de hospedagem utilizados, 37% dos turistas hospedaram-se em pousadas; 22% em hotel; 20% em casa de parentes e amigos. Muitos turistas ainda se hospedam na casa de parentes e amigos, fato que aponta a necessidade do crescimento hoteleiro na região para satisfazer todos os tipos de turistas, incluindo os meios de hospedagem alternativos como camping e albergues, ainda inexistentes nos quatro municípios analisados (ver Figura 24, p. 144).

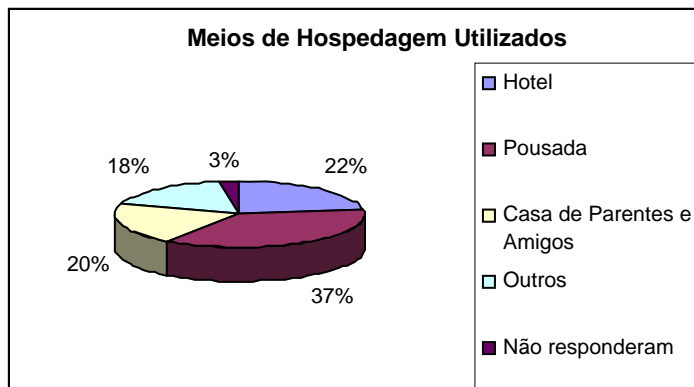


Figura 24 – Meios de Hospedagem Utilizados

Nota: Elaboração nossa.

A permanência média de 57% dos turistas é entre 1 a 2 dias nas cidades visitadas. Em compensação, outros 33% ficam na região por mais de 7 dias. Observa-se que apenas 5% permanecem de 3 a 4 dias e também 5% ficam de 5 a 6 dias. A permanência média geral foi de 3,6 dias, considerando-se a permanência máxima de 7 dias. A partir do cruzamento desses dados com os dados dos meios de hospedagem e de fatores motivacionais, pode-se inferir que a permanência acima de 7 dias talvez esteja relacionada também com aquelas pessoas que visitam parentes e amigos. Nota-se claramente que a região necessita de um melhor planejamento turístico para aumentar a permanência do visitante (Figura 25).

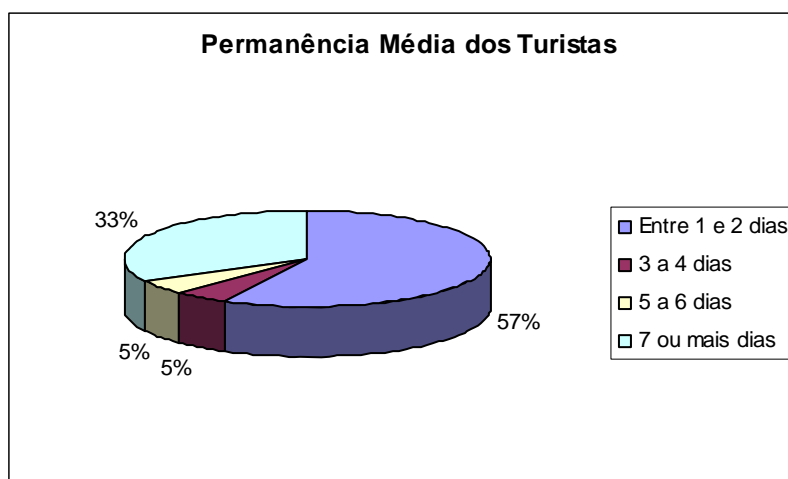


Figura 25 – Permanência Média dos Turistas

Nota: Elaboração nossa.

Quase 70% dos entrevistados já conheciam o Vale do Jiquiriçá, sendo que 40% desses entrevistados acham que esta área permanece igual desde a sua última visita e 27,5% acham que o ambiente melhorou; 32,5% não sabem ou não responderam e ninguém respondeu que o Vale do Jiquiriçá tenha piorado. Os municípios visitados corresponderam à expectativa de



aproximadamente 63% dos turistas; superaram a expectativa de 30% e decepcionaram 7% deles. No geral, esta análise reflete-se em pontos positivos para o turismo local (Figuras 26 e 27).

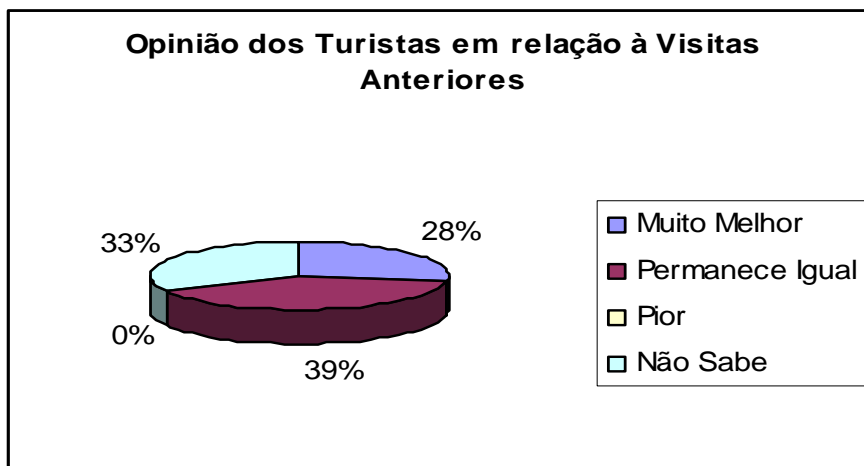


Figura 26 – Opinião dos Turistas em relação à Visitas Anteriores

Nota: Elaboração nossa.

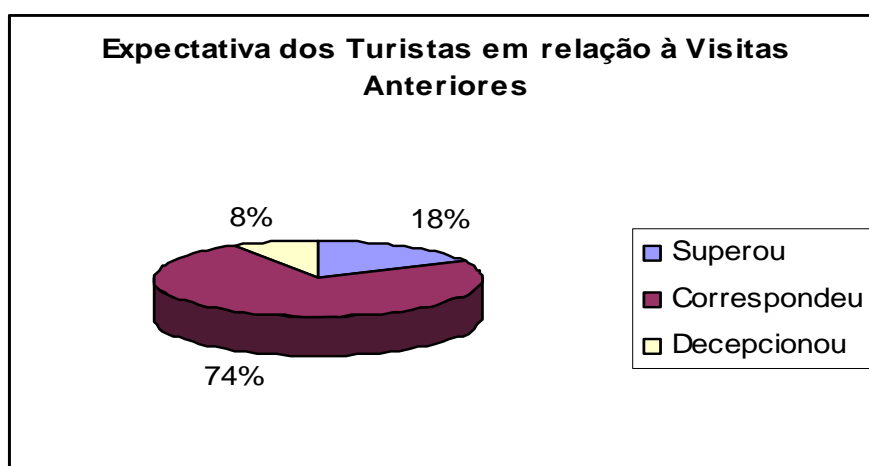


Figura 27 – Expectativa dos Turistas em relação à Visitas Anteriores

Nota: Elaboração nossa.

Dos pontos turísticos relacionados na questão 14 (p. 181-182), o mais visitado foi a Cachoeira dos Prazeres, em Jiquiriçá (75%), seguido da apreciação da paisagem e comércio no cais de Mutuípe (35%) e do Projeto Semente no município de Ubaíra (35%). A cachoeira da Fazenda Muritiba em Jiquiriçá, a Roda D'Água e a cachoeira Alta em Mutuípe, assim como a Igreja de São Vicente Ferrer e a Fazenda Boqueirão em Ubaíra, também foram pontos escolhidos para visitação por 10% dos turistas. Os pontos turísticos a seguir não foram visitados por nenhum dos 40 turistas: Igreja de São Benedito e Morro do Capão, em Laje; cachoeira Véu da Noiva e a cachoeira Tr s Saltos, em Mutuípe. Cabe aqui ressaltar que os acessos a estas cachoeiras de Mutuípe são restritos, normalmente realizados através de trilhas

– turismo ecológico e de aventura – com guias do grupo RATT (Rapel, Acampamento, Trilha e Turismo).

As atividades de lazer que os turistas mais praticaram foram, respectivamente, o banho de cachoeira – 53% -, a visita às fazendas – 23% - e as caminhadas ecológicas – 19%, o que confirma os pontos fortes do turismo no Vale do Jiquiriçá: turismo ecológico e turismo rural, com grande potencial para o agroturismo. Apenas 2% dos turistas fizeram passeios de charrete e 3% deles optaram por outras atividades de lazer. Ressalta-se que nenhum dos turistas participou de cavalgadas ou de festas populares, confirmando a falta de incentivo aos eventos na região (Figura 28).

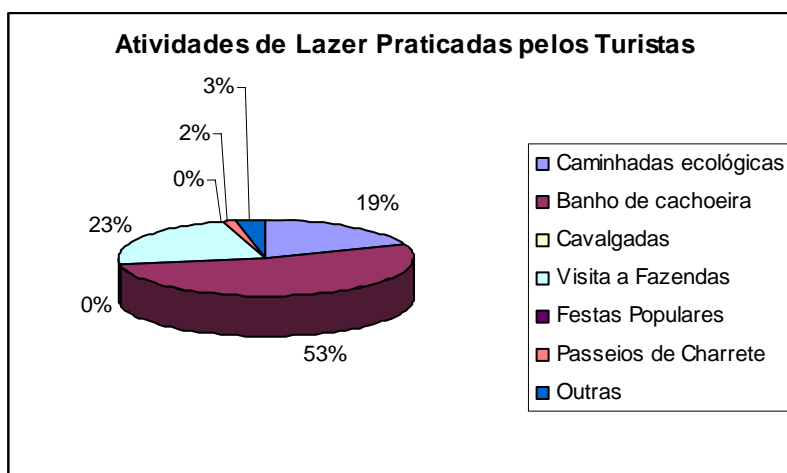


Figura 28 – Atividades de Lazer Praticadas pelos Turistas

Nota: Elaboração nossa.

Dentre os que visitaram fazendas, 39% dos turistas observaram o cultivo de cacau; 18% a bovinocultura; 13% a fruticultura; 10% a floricultura, 10% a mandiocultura; 7% a piscicultura e 3 % a equinocultura. Não foram indicados outros tipos de cultivos. A partir desses dados, nota-se que o cacau ainda é de grande relevância para a região, apesar da sua decadência nos últimos anos (ver Figura 29, p. 147).

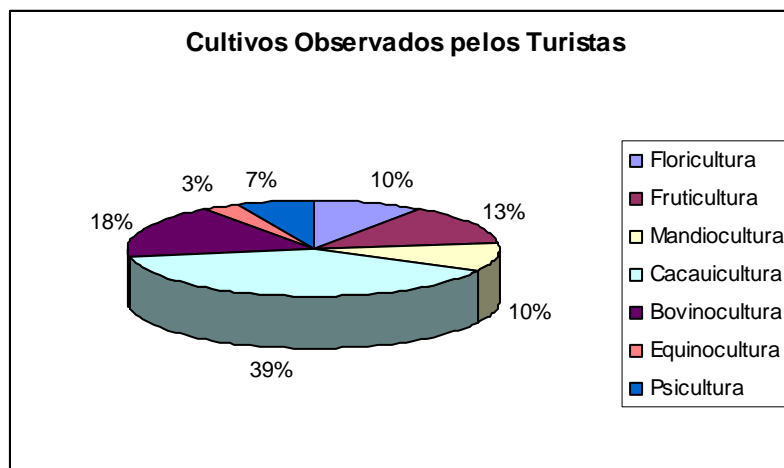


Figura 29 – Cultivos Observados pelos Turistas

Nota: Elaboração nossa.

Com relação aos atrativos, equipamentos e serviços – vide questão 17 (p. 187) – observa-se que foram considerados como “bom”, por todos os turistas, os atrativos naturais (100%) e, pela maioria dos turistas, a hospitalidade (92,5%), os meios de hospedagem (85%), os bares / restaurantes (57,5%) e a limpeza pública (57,5%). Dentre os atrativos e serviços considerados como “regular” destacam-se as vias de acesso (45%), a sinalização urbana (35%) e os passeios oferecidos (32,5%). O conceito “ruim” foi atribuído à sinalização turística (35%), guias de turismo (35%) e terminais rodoviários (32,5%). As informações turísticas foram consideradas, ao mesmo tempo, “bom”; “regular” e “ruim”, variando conforme a opinião dos turistas entrevistados. Uma grande parte deixou de responder esta questão por não saber ou simplesmente porque o item não se aplicava à realidade. A maioria não sabe sobre as manifestações populares da região (77,5%), os serviços de táxi e moto-táxi (77,5%) – este último muito comum nestes municípios devido à ausência de transporte urbano –, o artesanato (65%), as diversões noturnas (62,5%), terminal rodoviário (62,5%), transportes (60%), comunicações (55%), bancos (50%), guias de turismo (47,4%) e patrimônio histórico-cultural (47,5%). Apesar da pouca oferta quanto ao número de leitos, um dos pontos positivos na realização desta pesquisa foi observar que os meios de hospedagem, os serviços de alimentos e bebidas assim como os atrativos naturais da região satisfazem os turistas (Figura 30, p. 148).

Todos os turistas entrevistados pensam em voltar ao Vale do Jiquiriçá como também o recomendariam para outras pessoas.

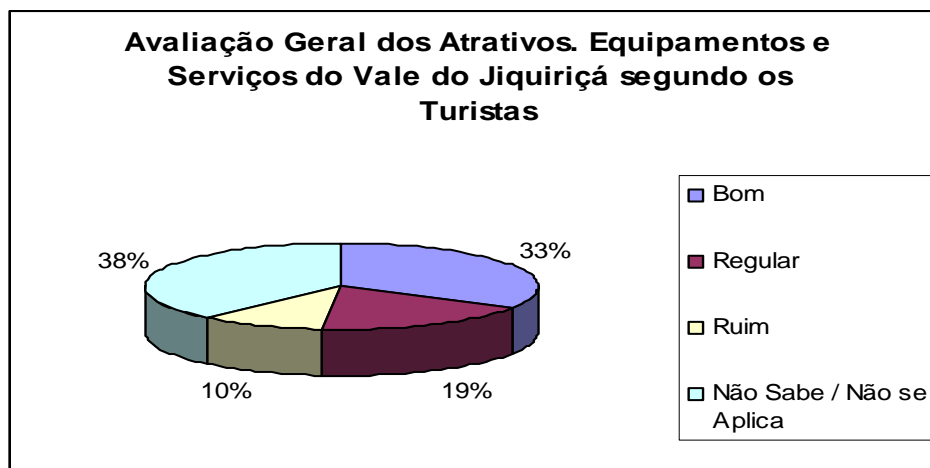


Figura 30 – Avaliação Geral dos Atrativos, Equipamentos e Serviços do Vale do Jiquiriçá, segundo os Turistas

Nota: Elaboração nossa.

Nas perguntas abertas do questionário, os entrevistados destacaram os seguintes aspectos positivos e negativos:

#### Positivos

- Aspectos naturais – 52,75%
- Hospitalidade – 15,75%
- Limpeza – 10,50%
- Artesanato – 5,25%
- Potencial para negócios – 5,25%
- Áreas de lazer – 5,25%
- Áreas rurais – 5,25%

#### Negativos

- Infra-estrutura básica – 35,29%
- Diversões noturnas – 11,77%
- Preservação ambiental – 11,77%
- Falta de investimentos para o turismo – 11,77%
- Nível de água baixo nas cachoeiras – 5,88%
- Falta de sinal para as operadoras de aparelhos celulares – 5,88%
- Exploração comercial exagerada da Cachoeira dos Prazeres – 5,88%
- Muita demanda nos fins de semana – 5,88%
- Péssima recepção para aparelhos celulares – 5,88%
- Comércio parado – 5,88%

### Sugestões

- Melhoria da infra-estrutura – 19,23%
- Segurança – policiamento diário nos pontos turísticos – 19,23%
- Criar mais opções de lazer à noite – 15,37%
- Projetos para otimizar o turismo local – 11,54%
- Projetos de conscientização e educação ambiental – 11,54%
- Maior divulgação dos pontos turísticos – 11,54%
- Abertura de mais bares e restaurantes – 3,85%
- Construção de casas populares – 3,85%
- Melhoria da sinalização – 3,85%

#### 5.3.1.2 Pesquisa com os Meios de Hospedagem (MHs)

O universo total de 13 meios de hospedagem, que compõem o parque hoteleiro dos quatro municípios analisados, está dividido, por município, da seguinte forma: Laje – 1 MH; Mutuípe – 4 MHs; Jiquiriçá – 4 MHs e Ubaíra – 4 MHs, totalizando, atualmente, 520 leitos, sendo que 32% dos leitos pertencem a Jiquiriçá; 30% a Ubaíra; 29% a Mutuípe e apenas 9% a Laje (Figura 31, p. 150). Analisando-se o parque hoteleiro da região, destacam-se dois meios de hospedagem: o Hotel Vale do Jiquiriçá, no município de Jiquiriçá, o mais antigo da região (ver ANEXO B, p. 198), que tem um alto padrão para receber, inclusive, turistas internacionais e o Projeto Semente, pousada localizada numa fazenda em Ubaíra, onde a filosofia do bem-estar e a educação ambiental são prioridades. É interessante notar a construção de novos hotéis voltados para o perfil dos “viajantes” ou turistas de negócios, como é o caso do Hotel Portal do Vale, em Mutuípe e Hotel Joabe, em Ubaíra. O município de Laje apresenta um único hotel, em péssimas condições. A seguir, será apresentado um perfil dos equipamentos de hospedagem dos municípios pesquisados.

Nenhum dos meios de hospedagem está oficialmente registrado em órgãos do Estado ou do Governo Federal, o que constata a falta de interação entre os setores público e privado. De acordo com os representantes dos hotéis e pousadas, os meses de fevereiro e junho – Carnaval e São João, respectivamente – correspondem aos períodos de alta temporada; os meses de janeiro, março, julho, agosto e dezembro foram considerados meses de baixa temporada e os demais – abril, maio, setembro, outubro e novembro – foram avaliados como meses de média temporada.

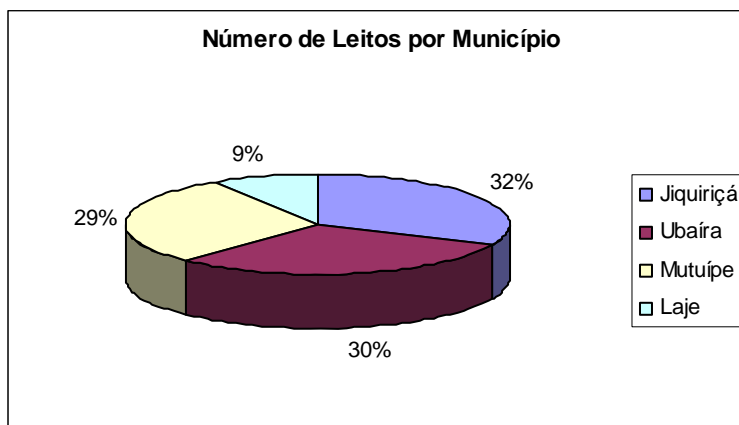


Figura 31 – Número de Leitos por Município Pesquisado

Nota: Elaboração nossa.

Os estabelecimentos possuem, na sua maioria, de 1 a 4 empregados fixos, contratando mão-de-obra temporária – de 1 a 4 empregados temporários – na alta temporada. Apenas o Hotel Vale do Jiquiriçá possui mais de 10 empregados fixos e contrata de 5 a 9 empregados temporários na alta temporada e de 1 a 4 na média temporada.

A média registrada por mês nesses meios de hospedagem é de 95 hóspedes na baixa temporada, 163 na média temporada e 233 turistas na alta temporada, sendo que hotéis como o Portal do Vale e Mutuípe e o Vale do Jiquiriçá, no município de mesmo nome, chegam a registrar a passagem de 600 a 1.000 mil turistas nos meses de alta temporada.

A maioria dos turistas vem de Salvador, seguidos de outros estados – Minas Gerais (20%), São Paulo (18%) e Rio de Janeiro (13%)–; outras cidades da Bahia – Feira de Santana (28%), Jequié (22%) e Vitória da Conquista (19%)–, outros países – já foram registrados turistas da França (23%), Itália (15%), Alemanha (15%) e Estados Unidos (15%) – e, finalmente, turistas procedentes de outras cidades do próprio Vale do Jiquiriçá – Santa Inês (25%), Jaguaquara (25%), São Miguel das Matas (25%), Cravolândia (12,5%) e Iguai (12,5%). Segundo os hoteleiros, os turistas permanecem, em média, entre um e dois dias nas cidades visitadas.

No tocante aos serviços e equipamentos oferecidos pelos meios de hospedagem, observou-se que a maioria tem estacionamento (77,0%), lanchonete (61,5%) e restaurante (53,8%). Alguns possuem espaço para eventos (38,5%) e sala de jogos (21,3%); poucos (15,4%) oferecem piscina, quadra de esportes, informações turísticas, animais para montaria e lojas / artesanato. Equipamentos para pesca, charretes e serviço médico / enfermagem são

oferecidos por apenas 1 MH (7,7%). Nenhum dos meios de hospedagem analisados oferece serviço bilíngüe, sauna, agência de viagens, aluguel de carro, farmácia ou salão de beleza.

Analisando as relações de parceria dos hotéis e pousadas com outros agentes, apenas se observou a parceria do hotel Vale do Jiquiriçá com agências de viagens de Salvador e com o CIVJ e a parceria do Projeto Semente também com algumas agências de viagens de Salvador. Nenhum dos outros hotéis apresenta qualquer relação de parceria e / ou cooperação, ou seja, praticamente não existe articulação do e no *trade* turístico do Vale do Jiquiriçá.

Os fornecedores de alimentos, bebidas, cama, mesa e banho, móveis e serviços de contabilidade geralmente localizam-se em outros municípios da Bahia (56%), principalmente em Santo Antônio de Jesus, Jequié, Itabuna e Valença, como também no próprio Vale do Jiquiriçá (36%). Apenas 4% (Hotel Portal do Vale) compram seus produtos de cama, mesa e banho através de um fornecedor localizado no estado de São Paulo e 4% (Hotel Assunção) compram em Salvador. Os hotéis não reclamaram de problemas com fornecedores, registrando-se apenas uma reclamação sobre assistência técnica e outra relativa a transporte. O mesmo procede para a questão 13 B (p. 192) que aborda as dificuldades dos meios de hospedagem em obter produtos e serviços. A maioria (77,0%) não apresenta dificuldades, entretanto, alguns (23,1%) registraram dificuldades em obter serviços de contabilidade, produtos eletro-eletrônicos e de cama, mesa e banho. Enfim, a relação comprador-fornecedor encontra-se baseada no local, o que é um fator positivo para a possível articulação entre estes atores, pois faz com que a renda indireta da atividade turística circule dentro da própria região.

### 5.3.1.3 Pesquisa com Prefeitos, Gestores e Dirigentes

Foram entrevistadas, formal e informalmente, pessoas de grande relevância social, política e econômica para os municípios pesquisados, como se pode observar no APÊNDICE H (p. 195). Destacam-se abaixo alguns trechos de depoimentos gravados em entrevistas com essas pessoas de acordo com questões abertas e pré-elaboradas (APÊNDICE G, p. 193). Vale ressaltar que esses depoimentos seguirão em itálico e que não se declarará os nomes dos entrevistados no intuito de preservar a identidade dos mesmos. Assim, a referência de cada dirigente entrevistado será feita a partir de uma indicação, utilizando-se o título “Dirigente” seguido de um número (Dirigente1, Dirigente2...).

Os entrevistados forneceram informações úteis respaldando assim a análise dos resultados e as considerações finais. Outras informações obtidas de maneira informal com pessoas da comunidade foram também de grande importância no processo da coleta dos dados e foram utilizadas ao longo desta dissertação.

Para as perguntas 1 e 1A do questionário (APÊNDICE G, p. 193), que solicita ao dirigente caracterizar o turismo em seus municípios e comentar os benefícios para a região, segue os comentários abaixo:

*- O município tem um potencial turístico muito grande. São onze cachoeiras, algumas até desconhecidas. Existe também um vestígio da Mata Atlântica e vários rios que formam vales muito bonitos e que ainda não foram explorados turisticamente. (Dirigente 1)*

*- Caracterizo como um município que tem um grande potencial. Infelizmente esse potencial ainda não está sendo explorado nem reconhecido pela população, nem pelo Governo Estadual, nem por outras instituições. O turismo traz benefícios porque além do nome do município estar sendo divulgado, ele gera renda e preserva a cultura. (Dirigente 2)*

*- Temos as cachoeiras como principais atrações, mas às vezes a superlotação nos fins de semana é prejudicial por causa da poluição e da superlotação. Estamos pensando em criar uma espécie de atendimento ao turista, onde os ônibus e excursões de fim de semana possam nos contatar antes de vir e desta forma poderemos planejar e controlar a quantidade de visitantes nas cachoeiras. Temos que educar o turista e, acima de tudo, educar a população local para recebê-los. (Dirigente 3)*

*- A atividade turística ainda é incipiente, apesar do grande potencial existente. Eu considero que os municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra são muito parecidos. Em todos eles ainda existem áreas de Mata Atlântica preservadas. Temos potencial para desenvolver o turismo ecológico e o turismo rural. Na verdade, aqui no município ainda não existe um trabalho forte voltado para o turismo, existem apenas algumas atuações isoladas. (Dirigente 4)*

De acordo com os dirigentes entrevistados, a participação do Governo do Estado na atividade turística do Vale do Jiquiriçá satisfaz alguns municípios e deixa a desejar para outros. As respostas à pergunta 3 do questionário (APÊNDICE G, p. 193) “o que o Estado tem feito ou planejado para incentivar o turismo na região do Vale do Jiquiriçá?” foram bastante contraditórias, como demonstram os depoimentos abaixo.



- *Resumindo: nada. Eu procurei a BAHIATURSA por diversas vezes nos primeiros anos de mandato e nós não tivemos nenhum apoio, nenhuma reposta para os nossos pleitos. Os municípios não têm estrutura para desenvolver projetos de turismo, tem que haver um incentivo do Governo do Estado. Nós também não temos como conseguir recursos do Governo Federal porque, para tal, o município precisaria ter uma Secretaria de Turismo. Como o município é pequeno, não comporta mais secretarias porque onera os cofres públicos. Nossa intenção é que o turismo seja incorporado à expansão econômica, e isso nós estamos tentando viabilizar através da Câmara para depois buscarmos o Governo Federal que tem recursos, mas que, devido a esse empecilho legal, nós não conseguimos ainda nenhum investimento para a área de turismo. (Dirigente 1)*

- *No final do ano de 2005, o município foi convidado a assinar um termo, uma intenção de protocolo e pude perceber a preocupação do Governo do Estado juntamente com a BAHIATURSA em querer fazer um estudo do turismo na região como também implementar algumas ações. (Dirigente 2)*

- *o Estado trouxe, através da BAHIATURSA, o 1º Seminário de Turismo da Região do Vale do Jiquiriçá, que aconteceu na Pousada Chácara dos Prazeres e, neste Seminário, foi criado o Conselho Regional de Turismo “Caminhos do Jiquiriçá” que é composto por dezoito municípios. (Dirigente 3)*

A pergunta 5, “quais os planos, programas e/ou projetos, atuais e futuros, com relação à atividade turística no município?” suscitou algumas idéias para a gestão do turismo em cada município, desejando que projetos e ações voltadas para a atividade turística sejam fomentados e consolidados.

- *A prefeitura então já está tomando decisões para que futuramente seja realizado o turismo na região. Eu estive no ano passado na BAHIATURSA e pedi que eles viessem aqui, no município, para verificar nosso potencial e esta visita já está programada. Também nos visitará em breve o SEBRAE, que vem avaliar o diagnóstico do potencial turístico do município, já realizado através do Consórcio do Vale do Jiquiriçá. (Dirigente 2)*

- *Pretendemos promover acesso e infra-estrutura a outras cachoeiras, no intuito de descentralizar o turismo exacerbado da Cachoeira dos Prazeres, como também dar condições de trabalho para à população local, pois, no cenário atual, existem muitas famílias que vivem do turismo da Cachoeira dos Prazeres. (Dirigente 3)*

- *Recentemente foi criado um Conselho da BAHIATURSA chamado “Caminhos do Jiquiriçá”, acho que este será o melhor caminho para se discutir, de forma integrada, novos planos de turismo para a região. (Dirigente 4)*

Para a pergunta 6 - “qual a participação da população no processo de desenvolvimento local sustentável?” (APÊNDICE G, p. 193) – foram obtidas as seguintes informações:

- *Nosso município tem uma característica diferente: uma economia de pequenos e médios produtores rurais. Então, a grande maioria da população se sustenta através da agricultura e conseqüentemente nossa população rural é maior do que a urbana. Cerca de 70% dos moradores do município vivem na zona rural. Nós temos tido toda uma ampliação das atividades agrícolas no município, principalmente nos últimos anos com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), onde mais de 500 famílias foram beneficiadas. A população participa e acompanha através do sindicato dos trabalhadores rurais e das associações existentes em cada zona rural. (Dirigente 1)*

- *Percebe-se a participação da população de uma maneira ainda um pouco tímida. Mesmo porque a maioria desconhece o quão benéfico pode ser o desenvolvimento do turismo na região. Convidamos o SEBRAE para viabilizar um encontro onde haja a participação da comunidade. Atualmente a população participa ajudando a organizar os eventos, principalmente o São João. No mês de fevereiro a comunidade se reúne para formar uma comissão que tem o poder de definir como deve ser o São João na cidade. (Dirigente 2)*

- *Temos um departamento de turismo vinculado à Secretaria de Educação onde a população local é procurada pelo responsável para compartilhar suas idéias, reclamações e para acompanhar o desenvolvimento da atividade turística no município. (Dirigente 3)*

- *A população tem participação no desenvolvimento da cidade. Nós reativamos agora o Conselho de Desenvolvimento Integrado do Município, que envolve associações comunitárias e sindicatos, tanto da sede como da zona rural. Nesse Conselho se discute todo o desenvolvimento do município nas áreas de economia, educação, saúde, assistência social, etc. Então há realmente uma participação efetiva da sociedade. Com relação à atividade turística, ainda não foi criado um conselho de turismo municipal, nem um setor ou departamento específico para a área do turismo na prefeitura. (Dirigente 4)*

Com relação às perguntas 12 e 13 do questionário (APÊNDICE G, p. 193), quais sejam: "na sua opinião, o que é necessário fazer para incentivar o turismo na região?" e "de

que forma acontecerá isso e com apoio de quem?", alguns dos dirigentes entrevistados ressaltaram:

*- Eu acho que falta em primeiro lugar a infra-estrutura. Porque não adianta você trazer turistas se não tiver nenhuma comodidade para eles. Em segundo lugar, falta divulgação. Creio que o caminho para a consolidação do Vale do Jiquiriçá como produto turístico está vinculado à possibilidade de parceria com o Ministério do Turismo, com recursos sendo disponibilizados, com as prefeituras viabilizando um trabalho em conjunto e com o consórcio participando de forma mais efetiva. (Dirigente1)*

*- Falta divulgação e parceria entre as instituições. Eu não consigo ver um município agindo isoladamente. Vejo a necessidade da integração de Governo do Estado, de ONG's, universidades, comunidade... Sem que haja essa integração com certeza não teremos condições de viabilizar o desenvolvimento local. Convidamos o SEBRAE para visitar o nosso município, acredito que ele possa viabilizar algumas ações voltadas para o artesanato local. O Consórcio também tem feito um trabalho voltado para o turismo e existe também, atualmente, o Conselho Municipal de Turismo Caminhos do Jiquiriçá, onde prefeitos de dezoito municípios se reúnem para discutir sobre o turismo na região. (Dirigente 2)*

*- Para incentivar o turismo na região é necessário criar condições básicas para receber o turista. Para que isso aconteça dependemos de recursos do Governo do Estado. A prefeitura fornece apoio, mas não tem condições de investir, até porque não existe uma Secretaria de Turismo, então não recebemos recursos específicos para o turismo. Existe o Consórcio, que é mais voltado para a parte de recursos hídricos e despoluição da bacia. A prefeitura fiscaliza as ações do Consórcio, cadastra famílias que moram próximo aos leitos de rios e riachos, cria poços para cessar o esgoto que escoar no rio. Isso é um trabalho da prefeitura voltado para o saneamento básico, mas também pensando no turismo, afinal se trata das águas que vão desembocar nas cachoeiras. Foi feito um mapeamento no município para detectar onde há residências às margens dos rios e riachos para que haja a despoluição dos mesmos. (Dirigente 3)*

*- O turismo para ser incentivado na região, primeiro precisa de divulgação. E, enfim, infra-estrutura. Apesar da região ter alguns hotéis e pousadas, não se tem uma divulgação grande disso. E também não se tem um investimento direcionado ao turismo. O Vale do Jiquiriçá tem um dos primeiros consórcios intermunicipais do Brasil e eu acho que através*

*do consórcio teria condições de se fazer um grande trabalho, não só na área de turismo, mas em todas as outras áreas. O que falta muito também é a união dos prefeitos. (Dirigente 4)*

Para confirmar a existência de alguma política de desenvolvimento local integrado e sustentável com relação ao turismo nos municípios e na região, aplicou-se a questão 17 do questionário (APÊNDICE G, p. 193), que possibilitou uma visão geral da gestão relacionada à atividade turística no Vale do Jiquiriçá.

***- Não existem políticas de turismo. O que se tem de concreto é o Consórcio do Vale do Jiquiriçá, que já elaborou um diagnóstico turístico dos municípios. Eu acredito que, a partir desse momento, em que muitas prefeituras já assinaram o termo de protocolo da BAHIATURSA, o turismo começará a acontecer de uma forma mais visível em toda a região. (Dirigente 2)***

A questão 20 do questionário (APÊNDICE G, p. 194) investiga se existem outras entidades cooperativistas além do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá, que integrem comunidade, prefeitura e empresas, voltadas para o desenvolvimento local e regional sustentável.

*- Existe o Fórum do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), que é uma ação do Governo Federal que, em parceria com o Banco do Brasil, criou essa iniciativa no intuito de promover ações econômicas, sociais e ambientais, principalmente nas áreas de saúde e educação. Nós incorporamos o DRS juntamente com os fazendeiros, a Câmara de Vereadores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as associações municipais e obtivemos o apoio também do Banco do Nordeste e da escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. (Dirigente 1)*

*- Existem as associações de pequenos produtores rurais, que têm por objetivo promover o desenvolvimento sustentável em cada localidade. Como temos mais de 30 localidades rurais em todo o território municipal, conseqüentemente temos também mais de 30 associações de classe. Cada uma dessas associações desempenha esse papel do desenvolvimento criando toda uma infra-estrutura nessas localidades. (Dirigente 2)*

A cultura e a política local influenciam diretamente no desenvolvimento local sustentável e conseqüentemente do desenvolvimento turístico em toda a região do Vale do Jiquiriçá, como se pôde observar, em particular, nos quatro municípios analisados, através também dos depoimentos de gestores e empresários locais.

*- A formação cultural e educacional do povo não permite que se criem associações e instituições cooperativistas que se desenvolvam. (Dirigente 5)*

*- Para desenvolver essa região precisa-se em primeiro lugar de vontade política. A maior dificuldade que enfrentamos é o “bairrismo” na região. Cada prefeito, cada administrador só pensa em si e em sua cidade. Eles se esquecem que para desenvolver as suas cidades é necessário antes que se desenvolva o Vale do Jiquiriçá como um todo.(Dirigente 5)*

Após analisar teorias que amparam o desenvolvimento local sustentável através das aglomerações industriais e de serviços, apontar e analisar quatro modelos multiorganizacionais de gestão e vislumbrar sua aplicação à atividade turística como um meio de desenvolver regiões, especificamente, no caso desta dissertação, à região do Vale do Jiquiriçá, após diagnosticar os quatro municípios escolhidos como universo desta pesquisa e avaliar os dados levantados em pesquisa de campo, se apresentará, no próximo capítulo, algumas considerações finais referentes aos propósitos desta dissertação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bahia ainda é predominantemente conhecida por ser um destino turístico calcado em “sol e praia”. Torna-se necessário constituir uma nova imagem e uma nova forma de pensamento e gestão do turismo baiano, para reverter este quadro estático que acaba por manter um ciclo vicioso na dinâmica do turismo no Estado. Segundo Athayde (2001), “o inconsciente coletivo do turista internacional está à procura da terra da felicidade. Precisamos nos preparar com inteligência para este encontro. Temos *in natura* o que a *Disney* produz em ficção”.

É hora de apostar no reposicionamento estratégico do turismo da Bahia através da perspectiva de gestão integrada e articulada. É hora de buscar e implantar novas soluções para os problemas do Estado, principalmente para a educação e o desemprego. Há necessidade de se investir em qualificação, começando com a educação da população para o turismo e, paralelamente, modificar o perfil de “turismo de massa” para “turismo de qualidade”, agregando valores ao “produto Bahia”. A tendência de crescimento aponta para novos destinos, que ofereçam atrações diferenciadas e diversificadas, abrangendo a “indústria” do entretenimento em áreas potencialmente atrativas. A Bahia já possui alguns destinos consolidados e outros com grande potencial de crescimento.

A busca do desenvolvimento local sustentável cria novos paradigmas e promove a inserção de modelos de gestão integrada como alternativa sinérgica para o crescimento de setores econômicos e sociais, respeitando-se os valores culturais e ambientais de uma região específica. Como visto, os modelos multiorganizacionais criam um ambiente favorável a novas empresas, aumentando a competitividade, que, por sua vez, também possibilita a sustentabilidade da atividade turística no processo de desenvolvimento socioeconômico local. Observa-se então que os modelos de gestão em forma de redes, clusters, arranjos produtivos

locais e consórcios são conceitos extremamente modernos e relevantes no que diz respeito ao associativismo, cooperativismo, competitividade, participação comunitária, interação dos poderes público e privado, além de constituírem bases fortes para o desenvolvimento endógeno sustentável calcado nos diversos setores da economia – agricultura, indústria, comércio e serviços – e, principalmente, no turismo.

Investir em turismo é oportunidade de participar do crescimento planejado e sustentável de uma região, haja vista que se trata de uma atividade relativamente nova, recém-nascida do setor terciário da economia. Apostar na idéia de modelos organizacionais produtivos e articulados, hoje, em um país em desenvolvimento como o Brasil, e sustentar a responsabilidade do Estado no incentivo da sua formação, descortina o espírito inovador e desafiador dos atores envolvidos nesta empreitada.

Com fortes efeitos multiplicadores na produção, no rendimento e no emprego, o turismo é exigente no que se refere ao meio ambiente físico, ao sistema de valores dominante e à cultura e costumes locais. Sendo uma atividade fortemente difusora, o turismo é, em primeiro lugar, difusor de cultura, de costumes, de produtos típicos da região que recebe os turistas. A propagação destes efeitos difusores depende do rigor do plano de desenvolvimento turístico da região e da capacidade mobilizadora que o mesmo tiver em relação aos empresários e às populações da mesma região.

O Vale do Jiquiriçá, como visto, possui visível potencial para a atividade turística, embora haja uma grande desarticulação político-espacial entre os municípios que o compõem. O seu potencial turístico vincula-se às atividades econômicas peculiares à região. A fabricação de polpas, licores e vinhos de cacau é comum nos quatro municípios, com menos expressividade em Laje. O cultivo de outras frutas também viabiliza a produção de polpas e derivados, como pode ser observado nos municípios de Mutuípe, Ubaíra e Jiquiriçá. A mandiocultura é mais intensa no município de Laje, entretanto, é em Jiquiriçá que se localizam as casas de farinha com melhores condições de visitação – turismo rural e agroturismo. Dentre as fazendas que produzem flores está também o Projeto Semente. A floricultura pode ser observada nos municípios de Jiquiriçá e Ubaíra, sendo que neste último existe até uma associação formada com oito produtores – Associação de Produtores de Flores da Bacia do Jiquiriçá.

Foi detectada em Ubaíra a existência de um “pesque e pague”, de uma usina de café na Fazenda Buri, próxima ao Projeto Semente, e de uma fábrica na região de Pindoba, voltada

para o beneficiamento de leite e produção de derivados. Existe, em Mutuípe, uma grande fábrica de biscoitos, a Flor do Vale, além de várias produções caseiras espalhadas pela cidade. Além de todas as culturas e produções citadas, ressalta-se de forma peculiar a produção de cachaça, que pode ser observada no município de Jiquiriçá e a de castanha de caju, que aparece como uma nova tendência da agricultura no município de Laje. Tudo isso revelando-se como grande potencial para o desenvolvimento do turismo rural no Vale do Jiquiriçá.

O potencial natural e a possibilidade de reorganizar eventos pré-existentes e mal articulados como caminhadas, cavalgadas, visitas às fazendas e outras atividades que envolvem o turismo rural e ecológico, colocam Laje, Mutuípe Jiquiriçá e Ubaíra frente a um desafio de caráter plausível e talvez mais político do que econômico: desenvolver a região também através da atividade turística, gerando melhores condições de vida e aprimorando as relações sociais da população local. Cabe observar que os espaços indicados para a realização de eventos e convenções, destacados nos APÊNDICES A, B, C e D (p. 173, p. 175, p. 179 e p. 182, respectivamente), incluindo o Hotel do Vale do Jiquiriçá, são explorados de forma insignificante pelos articuladores de eventos na região, pelas prefeituras, pelos turistas e pela própria população. Analisando-se o potencial existente e o conjunto da infra-estrutura turística – equipamentos e serviços –, ainda incipiente, percebe-se uma grande falta de disponibilidade, divulgação e qualidade do turismo atualmente praticado nos municípios avaliados.

Segundo os dados analisados, observa-se que se faz urgente a realização, nos pontos turísticos, de uma divulgação mais ampla sobre os serviços oferecidos pelas cidades, principalmente dos eventos relacionados à cultura e do artesanato popular. Além disso, uma melhoria nas vias de acesso e nos terminais rodoviários, dentre outros pontos destacados nesta dissertação.

Os municípios e os empresários locais não têm condições de, sozinhos, competirem com destinos turísticos consolidados e equipamentos de turismo rural mais próximos de Salvador. A filosofia dos modelos multiorganizacionais consiste em buscar, através de estratégias de ações integradas intermunicipalmente, a consolidação de objetivos e metas para o desenvolvimento do turismo no Vale do Jiquiriçá, com a interação dos atores públicos e privados, assim como da comunidade, na busca de um meio socioeconômico, cultural e ambiental cada vez mais articulado e integrado. Uma das ferramentas necessárias para a efetivação desses objetivos é a realização de planos diretores municipais.



Ao analisar a relação político-institucional da atividade turística sob uma perspectiva local, nos quatro municípios estudados nesta dissertação, vale ressaltar que apenas o município de Jiquiriçá possui um departamento de turismo, ligado à Secretaria de Educação, com uma única pessoa contratada pela Prefeitura, para diagnosticar, acompanhar, organizar e promover a atividade turística municipal. Pelo que foi observado *in loco*, com exceção de Laje, que inclui, na sua estrutura orgânica, uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico, os outros três municípios apresentam apenas cinco secretarias básicas: Educação; Saúde; Administração e Finanças; Infra-Estrutura; e Ação Social. Embora as atividades culturais e, conseqüentemente, turísticas estejam ligadas *a priori* à Secretaria de Educação, esta última é também bastante significativa para o turismo, haja vista que é de projetos sociais desta Secretaria que brotam o artesanato regional, o preparo da comunidade para a atividade turística, assim como a interação da comunidade com as universidades e com as esferas pública e privada. Os projetos sociais constituem uma ótima base para futuros clusters ou arranjos produtivos locais.

Como visto, o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) funciona como ferramenta facilitadora de uma gestão integrada. A existência de um consórcio não anula a possibilidade da formação natural de um cluster ou de um arranjo produtivo turístico na região, uma vez que o turismo é contemplado pelo CIVJ apenas com pequenas ações.

Observou-se também a recente formação de um Conselho Regional de Turismo (CRT), denominado “Caminhos do Jiquiriçá e Recôncavo Sul”, sediado provisoriamente em Santo Antônio de Jesus, que visa ao desenvolvimento acelerado do turismo na região através da melhoria dos equipamentos turísticos, dos serviços e da infra-estrutura dos quinze municípios partícipes, dentre eles os municípios analisados nesta dissertação. A ação conjunta desses municípios, através do Conselho, reflete a necessidade da aglomeração de estruturas organizacionais, físicas e sociais, assim como de esforços comuns, voltados para identificar as potencialidades turísticas da região e para otimizar a atividade turística, dentro dos contextos local e regional, a um custo mais baixo do que se cada município atuasse com ações isoladas. Uma reportagem sobre a primeira reunião realizada pelo Conselho pode ser observada no ANEXO C (p. 200).

É importante ressaltar que a criação deste CRT é essencial para que os municípios possam receber recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – 2ª Fase (PRODETUR / NE II), caso este venha a contemplar, em algum momento futuro, a região do

Vale do Jiquiriçá, que, aliás, já está inclusa no Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR / BA) através da nova “Estratégia Turística do Estado 2003-2020” também conhecida como “Século XXI: Consolidação do Turismo”.

O objetivo principal desta dissertação foi compreender o turismo desenvolvido no Vale do Jiquiriçá - Ba, assim como seus impactos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais, verificando a viabilidade de adoção do modelo de cluster econômico como uma estratégia de desenvolvimento local.

Ao verificar o potencial turístico da região; diagnosticar a infra-estrutura básica, de acesso e turística nos municípios em foco; analisar a esfera político-institucional da atividade turística e identificar as relações de cooperação entre os componentes dos segmentos associados ao turismo, constatou-se que, diante da realidade do Vale do Jiquiriçá, ainda não é possível, nos dias de hoje, a aplicação do modelo de cluster para a otimização do potencial turístico daquela região, o que se pode constatar diante das observações que seguem:

- a) Ao analisar as teorias de Castells, percebe-se que a interação entre o público e o privado deve possuir também uma característica essencialmente social. Este fato não ocorre de forma efetiva nos municípios analisados e, portanto, ainda não se tem as condições ideais para a imediata aplicação, na região estudada, neste momento, do modelo de cluster ou arranjo produtivo local (APL), haja vista a carência da participação real da sociedade nos processos de planejamento e gestão. Os poucos projetos existentes relacionados ao turismo são coordenados pelo CIVJ, já que as prefeituras não apresentam, atualmente, projetos específicos para a área de turismo;
- b) Uma outra observação pode ser feita ao se reportar à análise de Michael Porter, quando ele aborda questões referentes à aliança entre empresas e à concentração geográfica de empresas, clientes, fornecedores, instituições e, como já visto, comunidade, dentro do processo de formação e da dinâmica das aglomerações econômicas. Constatou-se, em relação à gestão de empresas direta ou indiretamente ligadas ao turismo nos municípios analisados, que praticamente inexitem alianças ou mesmo algum tipo de articulação. O único vestígio de interatividade entre empresas e atividades associadas ao turismo é a parceria do Projeto Semente e do Hotel Vale do Jiquiriçá com algumas agências de viagens de Salvador, já que também se verificou a inexistência de agências de viagens em Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra. Os fornecedores dos hotéis, as empresas em setores correlatos, os promotores de eventos,

os próprios hotéis, os prestadores de serviços, as prefeituras, a comunidade e os poucos exploradores autônomos existentes – guias – não interagem entre si, não enxergam e não aproveitam a vantagem que representa o fato de estarem todos concentrados numa região dotada de expressivo potencial turístico;

- c) Com relação à interação entre os centros de poder, além da questão da participação da comunidade, que já foi analisada, existem também as parcerias com instituições de ensino da capital ou até mesmo de Santo Antônio de Jesus – município que abarca a maior parte dos estudantes do ensino superior do Vale do Jiquiriçá –, no intuito de que estas possam prover os demais atores com recursos de tecnologia e de informação necessários para a implementação de um plano diretor de turismo, por exemplo. Enfim, na prática, a infra-estrutura básica e turística, a dinâmica da organização sócio-política e o funcionamento da gestão não atendem, efetivamente, ao que se expõe e se propõe em teoria.

Compreendidas então as similaridades e diferenças entre os modelos multiorganizacionais abordados nesta dissertação, e diante da semelhança entre os conceitos de rede e consórcio, assim como entre os de cluster e arranjo produtivo local, questiona-se qual modelo melhor se adequa à concentração e articulação das empresas e serviços relacionados à atividade turística nos municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra, tendo em vista a realidade regional? Diante de toda a análise realizada nesta dissertação, a resposta indica o modelo de consórcio como sendo o mais adequado à gestão da atividade do turismo, conducente a um processo de integração e dinamizador do desenvolvimento local.

O CIVJ prioriza os projetos de sustentabilidade dos recursos hídricos da Bacia, mas não deixa de ter a atividade turística como um dos seus alvos de ação. No intuito de fomentar o desenvolvimento econômico, o consórcio incentiva o empreendedorismo agroindustrial e o turístico, que podem ser realizados isoladamente ou em conjunto, por meio do agroturismo. Do mesmo modo, realiza projetos de desenvolvimento rural, estimulando a produção de energias renováveis, de polpa de frutas, flores, etc. Dos vinte projetos do CIVJ citados nesta dissertação, a maioria contempla os municípios analisados, salvo o projeto “Tecendo a rede de negócios para o artesanato na Bacia do Jiquiriçá”, que abrange apenas o município de Laje. Este projeto, em especial, aponta o artesanato como um dos fatores de potencialização do turismo no Vale do Jiquiriçá, descortinando um segmento favorável à formação de um futuro cluster, ou APL, voltado para o turismo. Existem ainda outros dois projetos relacionados ao

turismo: “Desenvolvimento Setorial de Turismo” e “Desenvolvimento Setorial de Agronegócios”. O Consórcio está executando apenas o primeiro, contando com financiamento por parte do SEBRAE. Ao serem conquistados os objetivos comuns desses projetos, há de se observar um fato que talvez seja o mais importante para a presente análise: o da possibilidade da formação de um futuro cluster turístico. Enquanto isto não acontece, o Consórcio permanece como a melhor opção para a otimização e o fomento do turismo na região.

Apesar de, atualmente, atuar priorizando as questões dos recursos hídricos da Bacia, é bem mais viável que o próprio CIVJ estabeleça e execute mais ações diretamente relacionadas ao turismo do que esperar que as condições necessárias para a formação de um cluster aconteçam. Essas ações podem ser direcionadas de acordo com as rotas turísticas já comentadas, mostradas na Figura 13 (p. 113). Desta forma, a probabilidade para que a articulação efetiva entre um menor número de municípios aconteça é maior, viabilizando também a participação popular. O Quadro 2 apresenta os elementos potencializadores e os entraves à ação do CIVJ.

<b>ELEMENTOS POTENCIALIZADORES DO CIVJ</b>	<b>ENTRAVES AO CIVJ</b>
Trata-se de uma solução inovadora, considerando-se que os municípios do Estado da Bahia não têm um histórico de associativismo.	É grande o número de municípios integrantes do CIVJ – vinte e cinco, dificultando a articulação entre eles e entre os outros atores envolvidos.
Oferece maior prioridade às ações públicas que promovam o desenvolvimento local integrado e sustentável.	A grande diversidade nos eixos de atuação dificulta a escolha daqueles projetos que são prioritários, ou seja, há uma grande quantidade de projetos, mas efetivamente poucas realizações.
Contribui para implementar a produtividade, bem como para a melhoria da qualidade e escoamento da produção de pequenas e médias propriedades agrícolas.	A participação da população, assim como seu papel, ainda não foram efetivamente definidos, contrariando o conceito de rede e do próprio Consórcio.
Tem a atividade turística em foco, pois já atua com alguns projetos diretamente ligados ao turismo.	São poucos os projetos voltados para a atividade turística – apenas três dos vinte projetos.

Quadro 2 - Avaliação do Consórcio do Vale do Jiquiriçá

Nota: Elaboração nossa.

Com os entraves superados, principalmente no tocante à falta de articulação efetiva por conta de questões políticas – através da pesquisa de campo, percebeu-se que é fato, na região do Vale do Jiquiriçá, a força que o partidarismo político exerce, de forma negativa, sobre a tentativa de se implementar alguns tipos de políticas integradas –, o modelo de Consórcio tem plena condição de atuar como viabilizador do desenvolvimento sustentável do turismo em Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra.

Não se deve esquecer que, nesse sistema de valor, mobilizador de tantos recursos físicos e humanos, está se tratando, em verdade, de um mercado sustentado por um produto abstrato, portanto complexo em todos os sentidos e âmbitos de análise: o **Turismo**.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo. Pequena empresa e desenvolvimento local: os limites da abordagem competitiva. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 245-260.
- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno: (re) construção de um conceito, reformulação de estratégias alternativas (à guerra fiscal). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23., 1995, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 1995.
- AMATO NETO, João. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**. São Paulo: Atlas, 2000.
- AMORIM, M. A. "**Clusters**" como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará. Banco do Nordeste, Fortaleza, 1998.
- ANDERSON, David Ray. **Estatística aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.
- BAHIA. Governo do Estado. **Diagnóstico de Municípios: Jiquiriçá**. Série Desenvolvimento Regional 2. Salvador : SEBRAE; PRODEM; FACS, 1995a.
- \_\_\_\_\_. **Diagnóstico de Municípios: Laje**. Série Desenvolvimento Regional 2. Salvador : SEBRAE; PRODEM; FACS, 1995b.
- \_\_\_\_\_. **Diagnóstico de Municípios: Mutuípe**. Série Desenvolvimento Regional 2. Salvador : SEBRAE; PRODEM; FACS, 1995c.
- \_\_\_\_\_. **Diagnóstico de Municípios: Ubaíra**. Série Desenvolvimento Regional 2. Salvador : SEBRAE; PRODEM; FACS, 1995d.
- BAHIA. SCT- Secretaria Cultura e Turismo. **Guia cultural da Bahia: Recôncavo**. Salvador, 1997.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.
- BATISTA, Márcia Aguiar Nogueira. **Estudo de caso: Jiquiriçá – gestão participativa dos recursos hídricos da Bacia do Rio Jiquiriçá. Os 25 municípios da Bacia do Rio Jiquiriçá- BA**. Rio de Janeiro: IBAM; CAIXA, 2003.
- BEDÊ, Marco Aurélio. **Subsídios para a identificação de clusters no Brasil: atividades da indústria**. São Paulo: SEBRAE-SP, 2002.
- BENI, Mario Carlos. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Turismo em Análise**, São Paulo: ECA/USP, v.10, n.1, p.7-17, maio 1999.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras**. Oeiras: Celta, 1994.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1995**. 2. ed. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução a geografia do turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.

DENCKER, Ada de Freitas. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI. O Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRIEDMANN, John R.P. Introdução ao Planejamento Regional. **Série Cadernos de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV) 1960

GARRIDO, Inez Maria Dantas. **Modelos multiorganizacionais no turismo: cadeias, clusters e redes**. Salvador: SCT – Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, 2002.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. The triple c approach to local industrial policy. **World Development**, v. 24, n. 12, p. 1859-1877, 1996.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1994.

IGLIORI, Danilo Camargo. **Economia dos clusters industriais e desenvolvimento**. São Paulo: FAPESP, 2001.

IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

LAGE, Beatriz H. G.; MILONE, Paulo César. (Orgs.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LASUÉN, José Ramón. **Ensaio sobre economia regional y urbana**. Barcelona: Editorial Ariel, 1976.

LOIOLA, Elizabeth; MOURA, Suzana. Análise de Redes: Uma Contribuição aos Estudos Organizacionais In: FISCHER, Tânia. (Org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LOPES NETO, Alfredo. **O que é o cluster?** México: Edições IPLANCE; Fortaleza: [S.l.], 1998.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia:** tratado introdutório. Tradução de Ottolmy Strauch. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1982. vol. I e II.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MELO, Vanessa. et al. Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá – Bahia: uma Análise sob a Ótica das Configurações em Rede. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2002, Recife. **Anais...** Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício. (Orgs.) **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito.** Brasília: Ibama, 2002.

NUNES, Edílson. Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. In: NUNES, Edilson. **O novo município: economia política local.** São Paulo: Fundação SEAD, 1996.

OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

PERROUX, François; FRIEDMANN, John; TINBERGEN, Jan. A planificação e os pólos de desenvolvimento. **Cadernos de Teoria e Conhecimento**, Porto: Rés, n.6, 1975.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de pólos turísticos.** São Paulo: Futura, 2001.

PORTER, Michael. Cluster e Competitividade. **HSM Management**, Jul.-Ago 1999a

\_\_\_\_\_. **Competição.** Rio de Janeiro: Campus, 1999b

\_\_\_\_\_. **A vantagem competitiva das nações.** Rio de Janeiro: Campus, 1993.

QUEIROZ, Lucia Aquino de. **A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade do Salvador.** 2005. Tese. (Doutorado Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional). Universidade de Barcelona, Barcelona, 2005.

\_\_\_\_\_. **Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento.** Salvador: SCT-Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Turismo e espaço.** São Paulo: Hucitec, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo: Hucitec, 1996.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papirus, 1997. (Col. Turismo)

SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia regional: textos escolhidos.** Belo Horizonte: Cedeplar; Cetrede; Minter, 1977.



SFORZI, Fabio. La Teoria Marshalliana para explicar el desarrollo local In: GUTIERREZ, Fermín Rodríguez.(Ed.). **Manual de Desarrollo Local**. Astúrias: Ediciones Trea. Gijón, 1999.

SILVA, Francisca de Paula Santos. Turismo em rede: uma teia de múltiplas relações. In: CONGRESSO DA ABAV, 24., 2000, Salvador. **Anais...** Salvador: Faculdade de Turismo da Bahia, 2000.

SILVA, Jorge Antonio Santos. Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano regional baseada em cluster. Tese (Doutorado) Escola de Comunicação e Artes – USP. São Paulo: ECA/USP, 2004a.

\_\_\_\_\_. O modelo da base econômica e o grau de endogenização do desenvolvimento turístico. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador: UNIFACS, v.6, n.10, p. 76-87, jul. 2004b.

\_\_\_\_\_. Nova dinâmica espacial da Cultura e do Turismo na Bahia: base para o planejamento do desenvolvimento turístico fundamentados nos conceitos e práticas de cluster econômico. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador: UNIFACS, dez./2001.

SILVA, Sylvio Bandeira de M.; SILVA, Barbara-Christine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Teorias de localização e desenvolvimento regional. **Geografia**, v.1, n.2, p. 1 – 23. Rio Claro, 1976.

SPINOLA, Carolina de Andrade. **O turismo como fator de desenvolvimento sócio-econômico: o impacto de atividade turística na Praia do Forte**. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração)- Núcleo de Pós - Graduação em Administração da Escola de Administração da UFBA, Salvador, 1996.

SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: [s.n.], 2003.

TOLEDO, Geraldo; VALDÈZ, Jesús; POLLERO, Álvaro. Turismo en el ambiente globalizado y su reconfiguración espacial para un desarrollo regional. Estudio de casos de clusters Turísticos. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador: UNIFACS, jul. 2002.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.

VERA, J.F.; LÓPEZ PALOMEQUE, F.; MARCHENA, M. ; ANTON, S. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel Geografía, 1997.

## REFERÊNCIAS DA INTERNET

AGENDA 21. In: **Base de Dados Tropicais**. 1992. Disponível em: <http://www.bdt.org.br/bdt/agenda21>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogenização no desenvolvimento econômico regional e local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, n.23, jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2006.

ATHAYDE, Eduardo. Cluster de Todos os Santos. **Gazeta da Bahia**, n. 693, 8 ago. 2001. Disponível em: [http://www.wuiuma.org.br/gmercantil\\_clusters.htm](http://www.wuiuma.org.br/gmercantil_clusters.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2003.

BAHIA. SCT- Secretaria de Cultura e Turismo. **1º Censo Cultural da Bahia**. Salvador, 1998. Disponível em: [www.censocultural.ba.gov.br](http://www.censocultural.ba.gov.br)>. Acesso em 11.fev. 2006.

\_\_\_\_\_. **Estratégia turística da Bahia**. Disponível em: [http://www.sct.ba.gov.br/estrategia\\_turistica.asp#](http://www.sct.ba.gov.br/estrategia_turistica.asp#)>. Acesso em: 7 fev. 2006.

BARBOSA, Maria Alice; ZAMBONI, Roberto. **Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito – MS**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 772). Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td\\_772.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_772.pdf) >. Acesso em: 11 jul. 2003.

BARTELÓ, Cassandra. Economia / Cluster busca incentivar Turismo – Ação coordenada. **Correio da Bahia**, Salvador, 8 mar. 2003. Disponível em: <http://www.correiodabahia.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2003.

CARVALHO, Fernanda; SANTOS, Valdeci. A SUDENE e as novas teorias de desenvolvimento regional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, 15., 2003. **Anais eletrônicos...** 2003. Disponível em: [http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/economia/xv\\_cbe/014.pdf](http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/economia/xv_cbe/014.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2006.

CAVALCANTE, Magnólia. A vocação da Bahia é para o entretenimento: pingue-pongue com César Souza. **Correio da Bahia**, Salvador, 4 de maio 2001. Disponível em: <http://www.correiodabahia.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2003.

CLUSTER DE ENTRETENIMENTO, CULTURA E TURISMO DA BAHIA. [**Home page**]. Disponível em: <http://www.cluster.org.br>>. Acesso em: 7 dez. 2005.

CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Informações Municipais: indicadores**, 2004. Disponível em: <http://www.portalmunicipal.org.br>>. Acesso em: 11 fev. 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Relatório Brundtland = Nosso Futuro Comum. 1987. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio\\_Brundtland](http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_Brundtland)>. Acesso em: 14 fev. 2006.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO JQUIRIÇÁ (CIVJ) [**Home page**]. Disponível em: <<http://www.consortio.org.br/mambo/>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

DIAS, João Salazar; CORREIA, Vitor. Economia Mundial: sociedade em rede, economia digital ou nova economia? **Informação Internacional. Análise Econômica e Política**, v.2, 1999. Disponível em: <<http://www.dpp.pt>>. Acesso em: 16 jul. 2003.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA POTUGUESA. 2005. Disponível em: <<http://www.dicionariohouaiss.com.br/index2.asp>>

GORAYEB, Daniela. **Políticas para aglomerações setoriais de pequenas empresas: algumas reflexões**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/neit/download/teses/gorayeb,daniela%20s.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2005.

HERREROS, Mario M; PINHO, Elizabeth; BARROS, Fernanda. APL de pecuária de corte bovina: entraves e potencialidades à formação nos Municípios Paraenses de Conceição do Araguaia e Redenção. Basa. Brasil. In: WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL E GESTÃO DO CONHECIMENTO NA EMPRESA. INTEMPRES, 5., 2004. **Anais eletrônicos...** 2004. Disponível em: <<http://www.intempres.pco.cu/Intempres2000-2004/Intempres2004/Sitio/Ponencias/4.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [**Home page**]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

LEMONS, Cristina; ALBAGLI, Sarita; SZAPIRO, Marina. **Produção de arranjos produtivos locais: iniciativas em nível federal**. Arranjos Produtivos Locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. Rio de Janeiro: Redisist; UFRJ, 2004. Disponível em: <<http://redesist.ie.ufrj.br/nts/nt44/Mapex.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2006

LUCCHESI, Tiago. **Rede de cooperação turística: instrumento de desenvolvimento do turismo rural local**. Disponível em: <<http://www.presidentekennedy.br/retur/volume2/artigo06.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2003.

MASCARENHAS, Cecília. Seminário discute cluster de entretenimento. **Correio da Bahia**, Salvador, 25 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.correiodabahia.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2003.

MEYER-STAMER, Jorge. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Empreender, Joinville-SC, 2000. Disponível em: <<http://www.desarrollolocal.org/documentos/deslocal.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2003.

MUTUÍPE. Bahia. Brasil. Portal. Disponível em: <<http://www.mutuípe.com>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE = ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT [**Home page**]. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 7 dez. 2005.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 1991-2000**. 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 11 fev. 2006.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 11 fev. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Laje: história, arte, tradição – 1905-2005 In: IBGE. **Pesquisas e levantamentos correntes do IBGE / INEP / MEC**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

PROJETO SEMENTE. **[Home page]**. Disponível em: <<http://www.projetosemente.com.br>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

REDE DLIS – DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL. **[Home page]**. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br>>. Acesso em: 7 fev. 2006.

SEBRAE BAHIA. **[Home page]**. Disponível em: <<http://www2.ba.sebrae.com.br>>. Acesso em: 11 fev. 2006.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Anuário Estatístico 2003**. População estimada, área e densidade demográfica, segundo as regiões econômicas e municípios, Bahia – 2002/2003. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2006a.

\_\_\_\_\_. **Censo 2000**: resultado das amostras. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH\_M) segundo os Municípios Bahia, 1991/2000. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2006b.

\_\_\_\_\_. **[Home page]**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2005.

SILVA, Antenor Roberto Pedroso da. Pólo regional ou Cluster: o caso de Rio Verde – Goiás – Brasil. **Caminhos de Geografia – Revista Online**, Uberlândia, Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) v.13, n.5, p. 41-55, out.2004. Disponível em <<<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 8 jul. 2006.

ZAPATA, Tânia. Referências conceituais do desenvolvimento local. **Revista SEBRAE**, n. 8, mar./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/revistasebrae/08/index.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2006.

## **APÊNDICE A – Relação dos Atrativos e Equipamentos Turísticos do Município de Laje**

### Meios de Hospedagem

O parque hoteleiro de Laje registra 45 leitos, disponíveis em um único hotel, o Grande Vale.<sup>37</sup>

### Atrativos Naturais

- Cachoeira do Furo - Povoado Ponte de Juriçá – localizada a 15km da sede
- Cruzeiro - próximo à Fazenda Poço do Óleo
- Encontro das Águas – localiza-se a 2km da sede
- Morro do Capão, na Vila do Capão, cuja distância é de 17km da sede

### Patrimônio Cultural

Construções do século XIX - nenhuma delas é protegida por tombamento:

- Antiga estação ferroviária
- Barragem
- Casa da Fazenda - Vila de Engenheiro Pontes
- Igreja de São Benedito – Bairro do Penedo
- Prédio da antiga Prefeitura
- Prédio escolar Mário Augusto Teixeira de Freitas
- Sobrado – Bairro do Penedo

### Artesanato

- Nossas Artes Lajistas - Instituição Promotora de Cursos e Oficinas Culturais
- Barracas na BR-101

---

<sup>37</sup> Dados obtidos através de pesquisa de campo.

Infra-estrutura*Entidades e Espaços Culturais*

- Belvedere Milton Assis
- Biblioteca Arlete Maron Magalhães

*Espaço para Eventos e Convenções*

- Auditório da Biblioteca Arlete Maron Magalhães (capacidade para 130 pessoas)
- Auditório do Centro Administrativo (capacidade para 150 pessoas)

*Espaços Poliesportivos: 06 (seis)*Eventos

EVENTO	DATA	OBSERVAÇÃO
Festa do Trabalhador	01/05	Homenagem aos trabalhadores com manifestações populares. No festejo dá-se ênfase à cultura da laranja.
Aniversário da cidade	20/06	Início das comemorações do São João.
São João	24/06	Festas juninas.
Dia da Pátria	07/09	Com desfiles da fanfarra local.
Festa dos Professores	15/10	Festa com premiação para os dez professores mais atuantes no município.
Concurso de Redação e Desenhos	Data móvel entre Outubro e Novembro	Concurso destinado a alunos da rede municipal e estadual de ensino.
Nossa Senhora da Conceição	08/12	Padroeira da cidade.

## **APÊNDICE B – Relação dos Atrativos e Equipamentos Turísticos dos Municípios de Mutuípe**

### Meios de Hospedagem

O parque hoteleiro de Mutuípe registra 4 meios de hospedagem num total de 150 leitos<sup>38</sup>, divididos da seguinte forma: Hotel Portal do Vale – 68 leitos; Hotel Ravilu – 65 leitos; Pousada Sol Dourado – 09 leitos e Fazenda N. S. de Fátima – 08 leitos.

### Atrativos Naturais

- Cachoeira Alta – localizada a 22km da sede
- Cachoeira da Roda D'água – localizada a 2km da Cachoeira Alta
- Cachoeira Três Saltos – zona rural Roda D'água
- Cachoeira Véu da Noiva – zona rural Água Fria
- Balneário Cachoeira Grande – zona rural Ribeirão
- Pequenas quedas d' água nas zonas rurais de Mutum, Capim, Bom Jesus e Rio do Braço
- Reserva ecológica - Fazenda Nossa Senhora de Fátima
- Riacho do Mutum na entrada da cidade

### Patrimônio Cultural

- Antiga estação ferroviária - século XIX
- Estrada Real do século XIX (Valença a Jequié) km 0 – Fazenda N. S. de Fátima
- 1º prédio da Prefeitura - 1ª sede da cidade – século XX
- Balaustrada – século XX
- Busto de Bartolomeu Chaves – século XX

---

<sup>38</sup> Informações obtidas através de pesquisa de campo.

- Casa urbana à Av. Dr. Bartolomeu Chaves, nº 95 - século XX
- Casa à Praça Góes Calmon, nº 58 - século XX
- Escola de 1º grau Rui Barbosa - prédio escolar do século XX
- Estrada Real do século XIX (Valença a Jequié) km 0 – Fazenda N. S. de Fátima
- Igreja matriz de São Roque – século XX
- Obelisco – século XX
- Ponte do Arco – século XX
- Igreja Católica - Capela Santo Antônio da Moenda (zona rural da Moenda) – Século XIX
- Palmeiras coloniais – século XX

### Artesanato

Existe no município uma instituição promotora de cursos e oficinas culturais, a Associação de Proteção a Maternidade e Infância (APMI), além do Barracão Cultural Mutuipense, local dedicado à exposição e venda do artesanato produzido no município – retalhos, arranjos de flores, crochê, bordados, renda de bilro, cerâmica, cestaria, cipó, madeira, couro, doces, biscoitos, etc. – restabelecendo o vínculo entre moradores e turistas com a cultura local.

### Infra-estrutura

#### *Entidades e Espaços Culturais*

- Casarão Recreativo de Mutuípe
- Centro de abastecimento – 5km do centro
- Praça da Bandeira
- Reserva Ecológica Fazenda Nossa Senhora da Luz – 1km do centro
- Biblioteca Clélia Chaves Rebouças
- Biblioteca de consulta do Centro Espírita
- Biblioteca do Colégio Dr. Julival Rebouças
- Biblioteca do Professor



- Biblioteca José Pedro Souza
- Biblioteca Pública Municipal de Mutuípe
- Biblioteca Teológica

*Espaço para Eventos e Convenções*

- 02 clubes sociais
- Espaço para shows – área externa do centro de abastecimento municipal
- Auditório Paroquial de São Roque – capacidade para 200 pessoas
- Salão do Anexo da Prefeitura – capacidade para 100 pessoas
- Salão para Convenções Brasil - Estados Unidos – capacidade para 600 pessoas
- Salão Paroquial da Capela de Santo Antônio – capacidade para 100 pessoas

*Espaços Poliesportivos: 02 (dois)*

Destaque para o Ginásio Antônio Rodrigues do Nascimento Filho, maior da região, com capacidade para 12.000 espectadores.

Eventos

EVENTO	DATA	OBSERVAÇÃO
Festa de Santo Antônio	01 a 13/06	Esta festa consta de trezena antecipatória, com cânticos e orações, realizados nas residências urbanas e nas comunidades rurais, culminando com a celebração da missa solene em 13/06 em louvor ao santo português.
São João	24/06	Esta festa junina aos longos dos anos, foi perdendo tradição da festa popular. Atualmente a comunidade e a prefeitura reconhecem a necessidade de manter a tradição, resgatando a manifestação na rua, com troca de comidas, barracas, fogueiras e todos os atrativos juninos típicos do interior.
Festa de São Pedro	28/06	Festejo popular em homenagem a São Pedro realizado nos clubes da cidade com apresentações de quadrilhas e espetáculos musicais.
Festa Chique	Último domingo de julho	Feira livre que acontece no Centro de Abastecimento Municipal com bingos, apresentações musicais, jogos, brincadeiras e leilões de animais.
Dia do Estudante	11/08	Carreata que vai do centro até a Fazenda Nossa Senhora de Fátima, onde ocorre o hasteamento de bandeiras, palestra, discursos, plantação de árvores em extinção e um almoço ecológico.
Festa de São Roque	16/08	Padroeiro da cidade, feriado Municipal com quermesses e missas durante o dia.
Dia do Folclore	22/08	Acontece normalmente no Ginásio ou no Casarão Recreativo. Apresentação de “maculelê” e outras manifestações culturais da região.
Cavalgada de Mutuípe	07/09	Está se firmando no calendário da cidade onde os participantes cavalgam até outros povoados.
Aniversário da Cidade	12/10	É realizada a “micareta” da cidade com a presença de bandas da capital.
Festa de N. S. das Graças	18 a 27/11	Novena seguida de missa solene, procissão e realização da Primeira Eucaristia de jovens da cidade.
Festa de Santa Luzia	10 a 13/12	Procissão e missa festiva.

## **APÊNDICE C – Relação dos Atrativos e Equipamentos Turísticos do Município de Jiquiriçá**

### Meios de Hospedagem

O parque hoteleiro de Jiquiriçá registra 4 meios de hospedagem num total de 168 leitos, divididos da seguinte forma: Hotel Vale do Jiquiriçá – 80 leitos; Pousada dos Prazeres – 72 leitos; Pousada da D. Zenilda (conhecido como Hotel Jiquiriçá) – 09 leitos e Pousada do Vale – 07 leitos.<sup>39</sup>

### Atrativos Naturais

- Cachoeira dos Prazeres – localizada a 3km da sede
- Cachoeira da Fazenda Boqueirão – conhecida como Cachoeira de Cloves, localiza-se a 5km da sede de Jiquiriçá, mas na realidade pertence ao território do município de Ubaíra
- Cachoeira da Fazenda Muritiba – conhecida como Cachoeira dos Amores ou ainda como Zeca Marinho, localiza-se a 2km da sede
- Cachoeira do Guigó
- Cachoeira Três Pancadas
- Cachoeira da Cutia
- Cachoeira Guararibá
- Cachoeira da Palmeira
- Pico da Serra Pelada – Ponto mais alto da região, localizado a 2,5km da sede, na subida ao seu cume existe uma gruta

### Patrimônio Cultural

- Prédio da Prefeitura – século XX
- Igreja Matriz Senhor do Bonfim – século XX

---

<sup>39</sup> Informações obtidas através de pesquisa de campo.

- Antiga estação ferroviária – existe projeto para ser um centro de artesanato local

### Artesanato

- Bordados
- Pintura em tela e em sabonete

### Infra-estrutura

#### *Entidades e Espaços Culturais*

- Biblioteca do Colégio Estadual José Malta Maia

#### *Espaço para Eventos e Convenções*

- Coreto
- Auditório da Câmara Municipal – capacidade para 100 pessoas
- Auditório do Clube Cultural e Social de Jiquiriçá – capacidade para 500 pessoas
- Salão Paroquial – capacidade para 200 pessoas

#### *Espaços Poliesportivos: 01(um)*

*Campo de futebol com capacidade para 100 pessoas*

### Eventos

EVENTO	DATA	OBSERVAÇÃO
Festa do Senhor do Bonfim	06/01	Principal evento do município festejando o padroeiro local e atraindo visitantes de localidades vizinhas. No lado religioso, há missa solene e procissão. Na parte profana, destacam-se a feira chique (venda de produtos diversos), o leilão e o bingo. O evento é realizado no mercado municipal.
Carnaval	Data móvel entre Fevereiro e Março	A manifestação carnavalesca local realizada na praça Dom Florêncio não tem apresentado a eletrificação sofrida na maioria das cidades da Bahia, ao contrário, guarda o clima tradicional, com muitos mascarados e alegria. Também tem o chamado “Carnaforró”, que acontece no clube com apresentação de forró e ainda blocos carnavalescos, como “Os Cães”, que saem sujando a população de óleo e carvão.

Eventos

EVENTO	DATA	OBSERVAÇÃO
Festas de São João e São Pedro	22 a 29/06	Festejo característico, em que as ruas são ornamentadas com bandeirolas, fogueiras são montadas nas portas das residências. Na praça principal arma-se um palanque para apresentação de sanfoneiros.
Festa de Santo Antônio	01 a 13/06	Esta festa consta de trezena antecipatória, com cânticos e orações, realizados nas residências urbanas e nas comunidades rurais, culminando com a celebração da missa solene em 13/06 em louvor ao santo português.
São João	24/06	Esta festa junina aos longos dos anos, foi perdendo tradição da festa popular. Atualmente a comunidade e a prefeitura reconhecem a necessidade de manter a tradição, resgatando a manifestação na rua, com troca de comidas, barracas, fogueiras e todos os atrativos juninos típicos do interior.
Festa de São Pedro	28/06	Festejo popular em homenagem a São Pedro realizado nos clubes da cidade com apresentações de quadrilhas e espetáculos musicais.
Festa Chique	Último domingo de julho	Feira livre que acontece no Centro de Abastecimento Municipal com bingos, apresentações musicais, jogos, brincadeiras e leilões de animais.
Dia do Estudante	11/08	Carreata que vai do centro até a Fazenda Nossa Senhora de Fátima, onde ocorre o hasteamento de bandeiras, palestra, discursos, plantação de árvores em extinção e um almoço ecológico.
Festa de São Roque	16/08	Padroeiro da cidade, feriado Municipal com quermesses e missas durante o dia.
Dia do Folclore	22/08	Acontece normalmente no Ginásio ou no Casarão Recreativo. Apresentação de “maculelê” e outras manifestações culturais da região.
Cavalgada de Mutuípe	07/09	Está se firmando no calendário da cidade onde os participantes cavalgam até outros povoados.
Aniversário da Cidade	12/10	É realizada a “micareta” da cidade com a presença de bandas da capital.
Festa de N. S. das Graças	18 a 27/11	Novena seguida de missa solene, procissão e realização da Primeira Eucaristia de jovens da cidade.
Festa de Santa Luzia	10 a 13/12	Procissão e missa festiva.

## **APÊNDICE D – Relação dos Atrativos e Equipamentos Turísticos do Município de Ubaíra**

### Meios de Hospedagem

O parque hoteleiro de Ubaíra registra 157 leitos, divididos da seguinte forma: Hotel Joabe, 26 leitos; Pousada Novo Horizonte, 28 leitos – antiga Pousada Ninho do Vale; Pousada da D. Lúcia, 40 leitos – conhecida também como Hotel Assunção – e o Projeto Semente, 63 leitos – localizado na Fazenda Três Lagoas.<sup>40</sup>

### Atrativos Naturais

- Cachoeira da Risada – queda d'água de 90m localizada na zona rural de Três Braços
- Cachoeira da Perema
- Fazenda Boqueirão

### Patrimônio Cultural

- Antiga estação ferroviária – século XX
- Igreja de São Vicente Ferrer – século XX
- Prédio da Ceplac
- Praça São Vicente
- Alto da Lagoinha – onde se encontra a Capelinha de São José

### Artesanato

- Couro
- Licor caseiro

---

<sup>40</sup> Informações obtidas através de pesquisa de campo.

Infra-estrutura*Entidades e Espaços Culturais*

- Biblioteca Municipal Castro Alves
- Biblioteca Municipal Professora Evergista Maria Galvão da Cunha

*Espaço para Eventos e Convenções*

- Rua da Estação
- Quadra Polivalente

*Espaços Poliesportivos: 2 (dois)* – Estádio Mário Muniz Monteiro – capacidade para 700 pessoas e a Quadra Polivalente, onde são também realizados os festejos juninos – capacidade para 500 pessoas. Ubaíra tem uma escolinha de futebol patrocinada pelo time do Bahia.

Eventos

EVENTO	DATA	OBSERVAÇÃO
Festa do padroeiro São Vicente Ferrer	01 a 23/01	Precedida por novena, esta festa religiosa e popular acontece com festa de largo desde o dia 1º do mês, culminando com missa solene e procissão na data consagrada ao santo (23/01)
Festa de Santo Antônio – zona rural de Jacuba	01 a 13/06	É armada uma grande barraca coberta com palhas, para a realização de uma trezena de forrós. No entorno são levantadas pequenas barracas que comercializam alimentos e bebidas típicos da região.
Festa de Santo Antônio – sede do município	01 a 13/06	Evento de caráter religioso e popular que acontece na Igreja de Santo Antônio. Consta de trezenas com rezas em louvor ao santo. No entorno são erguidas barracas para a venda de doces, salgados e bebidas típicas.
Festa de São João	20 a 24/06	Evento característico com apresentação de quadrilhas, bandas de música e muito forró. É uma das maiores festas do gênero na região do vale do Jiquiriçá.
Festa de São Pedro	27 a 29/06	Festejo na comunidade do Alto da Lagoinha com danças e barracas de alimentos e bebidas.
Aniversário da cidade	30/06	Festejo cívico. Consta de alvorada de fogos, seguida por apresentação de filarmônica.
Festa da Independência	07/09	Desfile cívico nas ruas da cidade.

## APÊNDICE E - Questionário de pesquisa - Turistas

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / 2005

Elaborador / Supervisor: Polyana Almeida Simões

Nome do Pesquisador: \_\_\_\_\_

Questionário nº:

Nome do Entrevistado: \_\_\_\_\_

1 – Qual o seu lugar de residência permanente?

- a) Outras cidades do Vale do Jiquiriçá: \_\_\_\_\_
- b) Salvador  c) Outras cidades da Bahia: \_\_\_\_\_
- d) Outros Estados: \_\_\_\_\_  e) Outro País: \_\_\_\_\_

2 – Em qual município do Vale do Jiquiriçá o (a) Sr.(a) pernitoiu?

- a) Laje  b) Mutuípe  c) Jiquiriçá
- d) Ubaíra  e) Outros: \_\_\_\_\_

3 – Sexo:

- a) Masculino  b) Feminino

4 – Idade:

- a) 18 a 25 anos  b) 26 a 35 anos  c) 36 a 50 anos
- d) 51 a 65 anos  e) acima de 65 anos

5 – Qual a sua ocupação principal?

- a) Industrial  b) Industriário  c) Comerciante
- d) Comerciarío  e) Banqueiro  f) Bancário
- g) Funcionário público  h) Militar  i) Aposentado/pensionista
- j) Dona de Casa  k) Estudante  l) Prof. Liberal
- m) Outra (citar): \_\_\_\_\_



6 - Qual a sua renda mensal individual?

Se brasileiro:

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> a) de 1 a 3 SM    | <input type="checkbox"/> b) + de 3 a 5 SM   |
| <input type="checkbox"/> c) + de 5 a 10 SM | <input type="checkbox"/> d) + de 10 a 20 SM |
| <input type="checkbox"/> e) + de 20 SM     | <input type="checkbox"/> f) Sem rendimento  |

Se estrangeiro:

\_\_\_\_\_

(registrar na moeda declarada pelo entrevistado)

7 – Quais os fatores motivacionais de sua viagem?

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> a) Passeio               | <input type="checkbox"/> b) Visita parente / amigo |
| <input type="checkbox"/> c) Evento                | <input type="checkbox"/> d) Negócio / Trabalho     |
| <input type="checkbox"/> e) Saúde                 | <input type="checkbox"/> f) Religião               |
| <input type="checkbox"/> g) Outros (citar): _____ |  |

8 – Modalidade da Viagem:

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> a) Excursão      | <input type="checkbox"/> b) Individual |
| <input type="checkbox"/> c) Outros: _____ |  |

9 – Quantas pessoas viajam incluindo o(a) Sr.(a)? \_\_\_\_\_

10 – Meio de transporte utilizado:

- |                                    |   |
|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> a) Ônibus | <input type="checkbox"/> b) Carro próprio               |
| <input type="checkbox"/> c) Van    | <input type="checkbox"/> d) Outros (especificar): _____ |

11 – Meio de hospedagem utilizado:

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> a) Hotel                       | <input type="checkbox"/> b) Pousada                      |
| <input type="checkbox"/> c) Camping                     | <input type="checkbox"/> d) Casa de Parentes e/ou amigos |
| <input type="checkbox"/> e) Outros (especificar): _____ |  |

12 – Qual será o seu tempo de permanência média na cidade?

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> a) Entre 1 e 2 dias | <input type="checkbox"/> b) 3 a 4 dias    |
| <input type="checkbox"/> c) 5 a 6 dias       | <input type="checkbox"/> d) 7 a mais dias |



Ubaíra

- v) Projeto Semente                       w) Igreja de São Vicente                       y) Alto da Lagoinha Ferrer
- x) Associação Professora Isaura (Artesanato)                       z) Prédio da antiga estação ferroviária                       aa) Fazenda Boqueirão
- ab) Outros \_\_\_\_\_

15 – Quais as atividades de lazer que você desenvolveu em Jiquiriçá?

- a) Caminhadas ecológicas                       b) Banho de cachoeira                       c) Cavalgadas
- d) Visita a Fazendas                       e) Festas Populares                       f) Passeios de Charrete
- g) Outras: \_\_\_\_\_

16 – Caso tenha visitado alguma Fazenda, que tipo de cultivo observou?

- a) Floricultura                       b) Fruticultura                       c) Mandiocultura
- d) Cacauicultura                       e) Bovinocultura                       f) Equinocultura
- g) Psicicultura                       h) Outras: \_\_\_\_\_

17 – Como você avalia o Vale do Jiquiriçá:

**ATRATIVOS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS / ASPECTOS**

- |                                   |                                     |
|-----------------------------------|-------------------------------------|
| a) Atrativos Naturais             | o) Serviços de Táxi / Moto-táxi     |
| b) Patrimônio Histórico/Cultural  | p) Artesanato                       |
| c) Manifestações Populares        | q) Banco                            |
| d) Equipamentos de Lazer          | r) Atendimento                      |
| e) Passeios oferecidos            | s) Comunicações (correios/telefone) |
| f) Empresas/Serviços de Receptivo | t) Sinalização Urbana               |
| g) Hospitalidade/Povo             | w) Iluminação Pública               |
| h) Informação Turística           | x) Segurança Pública                |
| i) Sinalização Turística          | y) Limpeza Pública                  |
| j) Guias de Turismo               | z) Ônibus Urbano                    |
| k) Meios de Hospedagem            | Aa) Terminal Rodoviário             |
| l) Bares/Restaurantes             | Ab) Vias de acesso                  |
| m) Comércio/ Compras/ Feiras      | Ac) Transporte                      |
| n) Diversões Noturnas             |                                     |

Legenda:      1=Bom                      2=Regular                      3=Ruim                      4= Não sabe / Não se aplica

18 - Pensa em voltar a esta localidade?

- a) Sim                     b) Não                     c) Não sabe

19 - Recomendaria esta localidade a outra pessoa?

- a) Sim                     b) Não                     c) Não sabe

20 – Aspectos negativos da cidade:

---

---

21 – Aspectos positivos da cidade:

---

---

22 – Sugestões para melhoria dos produtos / serviços / infra-estrutura:

---

---

## APÊNDICE F - Questionário de pesquisa - Meios de Hospedagem

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2005

Elaborador / Supervisor: Polyana Almeida Simões

Nome do Pesquisador: \_\_\_\_\_

Questionário nº: \_\_\_\_\_

Nome do Estabelecimento: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_ Tel: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

1 – Tipo

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> a) Hotel               | <input type="checkbox"/> b) Pousada       |
| <input type="checkbox"/> c) Pensão / Hospedaria | <input type="checkbox"/> d) Albergue      |
| <input type="checkbox"/> e) Camping             | <input type="checkbox"/> d) Outros: _____ |

2 – O meio de hospedagem é oficialmente registrado em algum órgão oficial de Turismo?

- a) Sim                       b) Não

2 A – Caso a resposta anterior seja SIM: Em qual órgão é registrado?

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> a) Secretaria Municipal  | <input type="checkbox"/> b) Bahiatursa    |
| <input type="checkbox"/> c) Ministerio do Turismo | <input type="checkbox"/> d) Outros: _____ |

3 - Nº de UH's: \_\_\_\_\_

4 – Nº de Leitos\*: \_\_\_\_\_

\*Cama de casal deve ser contada como 2 leitos.

5 - Qual o período correspondente à alta, média e baixa temporada? (meses)

ALTA \_\_\_\_\_

MÉDIA \_\_\_\_\_

BAIXA \_\_\_\_\_

6 – N° de empregados fixos:

- a) 01 a 04                       b) 05 a 09                       c) 10 ou mais

7 - O estabelecimento costuma contratar mão-de-obra temporária?

- a) Sim                       b) Não

7A – Caso afirmativo: em que período?

- a) Alta Temporada                       b) Média Temporada                       c) Baixa Temporada

7B – Caso afirmativo: Quantos empregados por temporada?

ALTA                       a) 01 a 04                       b) 05 a 09                       c) 10 ou mais

MÉDIA                       a) 01 a 04                       b) 05 a 09                       c) 10 ou mais

BAIXA                       a) 01 a 04                       b) 05 a 09                       c) 10 ou mais

8 – Média do N° de Turistas / Mês:

Baixa Temporada: \_\_\_\_\_ Média Temporada: \_\_\_\_\_ Alta Temporada: \_\_\_\_\_

9 – Procedência dos turistas no último ano (especificar n° de turistas):

- a) Outras cidades do Vale do Jiquiriçá: \_\_\_\_\_
- b) Salvador: \_\_\_\_\_                       c) Outras cidades da Bahia: \_\_\_\_\_
- d) Outros Estados: \_\_\_\_\_                       e) Outros Países: \_\_\_\_\_
- Quais? \_\_\_\_\_                      Quais? \_\_\_\_\_

10 – Permanência média na cidade:

- a) Entre 1 e 2 dias                       b) 3 a 4 dias
- c) 5 a 6 dias                       d) 7 a mais dias

11 – Serviços e Equipamentos oferecidos:

- a) Restaurante                       b) Espaço para Eventos
- c) Bar / Lanchonete                       d) Piscina
- e) Sauna                       f) Quadra de Esportes
- g) Sala de Jugos                       h) Equipamentos para Pesca
- i) Charretes                       j) Animais para Montaria

- k) Informações Turísticas
- m) Agência de Viagens
- o) Farmacia
- q) Salão de Beleza
- s) Estacionamento
- l) Serviço Bilingüe
- n) Aluguel de Carro
- p) Lojas / Artesanato
- r) Serviços Médicos / Enfermaria
- t) Outros: \_\_\_\_\_

12 – Parcerias / Redes de Cooperação vinculadas ao estabelecimento:

---



---



---

13 – Quais os 5 (cinco) principais fornecedores deste estabelecimento; os respectivos produtos ou serviços fornecidos e a origem dos produtos e serviços (indicar estado ou país)?

Fornecedor	Produto / Serviço	Origem*

\* 1=Vale do Jiquiriçá 2=Salvador 3=Outro município da Bahia(citar) 4=Outro Estado(citar) 5= Outro País(citar)

13 A – Problemas com Fornecedores:

- a)  Identificação de Fornecedores
- b)  Seleção de Fornecedores
- c)  Nível e Negociação de Preços
- d)  Qualidade de Produtos e Serviços
- e)  Assistência Técnica
- f)  Prazo de Entrega / Atendimento
- g)  Localização do Fornecedor
- h)  Transporte
- i)  Todos constituem problemas
- j)  Não há problemas
- k)  Outros (especificar):

*13 B* – Dificuldades para obter produtos e serviços:

- |    |                          |                                       |
|----|--------------------------|---------------------------------------|
| a) | <input type="checkbox"/> | Alimentos / Mat. Comestíveis e Afins  |
| b) | <input type="checkbox"/> | Bebidas e Afins                       |
| c) | <input type="checkbox"/> | Mobiliário                            |
| d) | <input type="checkbox"/> | Inst. e Equip. de Ar Condicionado     |
| e) | <input type="checkbox"/> | Eleto-Eletrônicos                     |
| f) | <input type="checkbox"/> | Roupas de Cama, Mesa e Banho          |
| g) | <input type="checkbox"/> | Equip. e Utensílios p/ Cozinha        |
| h) | <input type="checkbox"/> | Equip. p/ Lavanderia                  |
| i) | <input type="checkbox"/> | Materiais de Limpeza e Manutenção     |
| j) | <input type="checkbox"/> | Serviços de Limpeza                   |
| k) | <input type="checkbox"/> | Serviços de Manutenção                |
| l) | <input type="checkbox"/> | Serviços de Segurança                 |
| m) | <input type="checkbox"/> | Serviços de Transporte                |
| n) | <input type="checkbox"/> | Serviços Financeiros e Contábeis      |
| o) | <input type="checkbox"/> | Serviços Promoção/Propag./Publicidade |
| p) | <input type="checkbox"/> | Todos apresentam dificuldades         |
| q) | <input type="checkbox"/> | Não há dificuldades                   |
| r) | <input type="checkbox"/> | Outros (especificar):                 |



## APÊNDICE G - Questionário para Prefeitos, Gestores e Dirigentes

- 1 – Como o Sr. (a) caracteriza o turismo no seu município?
- 1 A – Na sua opinião o turismo traz benefícios para a região? Comente.
- 2 – Existe alguma secretaria ou conselho municipal da prefeitura voltada (o) para a questão do Turismo?
- 3 – O que o Estado tem feito ou planejado para incentivar o turismo na região do Vale do Jiquiriçá?
- 4 – E a Prefeitura?
- 5 - Quais os planos, programas e/ou projetos, atuais e futuros, com relação a atividade turística no município?
- 6 - Qual a participação da população no processo de desenvolvimento local (sustentável)?
- 7 – A população já faz parte de algum projeto relacionado ao Turismo? Quais?
- 8 – Quais os produtos turísticos que o Sr.(a) julga importantes para a divulgação do potencial turístico do município?
- 9 – O que falta no Vale do Jiquiriçá para ele ser mais vendido?
- 10 – Na sua opinião, qual a vocação turística do seu município:  
- Turismo de Férias    -Turismo Rural                      - Turismo Ecológico
- 11 – Em que período o destino é mais procurado?
- 12 – Na sua opinião, o que é necessário fazer para incentivar o turismo na região?
- 13 – De que forma acontecerá isso e com apoio de quem?
- 14 – O Sr.(a) já ouviu falar no “Cluster de Entretenimento da Bahia”? Caso positivo, o que pensa sobre a formação de um cluster de fazendas voltadas para o turismo (agroturismo, turismo rural e ecológico) no Vale do Jiquiriçá?
- 15 – O que o Sr.(a) acha da interação entre governo, município, comunidade e empresas privadas em prol do desenvolvimento local/regional e conseqüentemente do turismo?
- 16 – O Sr.(a) acha que os municípios, em conjunto, têm condições de desenvolver uma boa infra-estrutura para a formação de um futuro cluster turístico?
- 17 – Existe alguma política de desenvolvimento local integrado e sustentável com relação ao turismo no município / região? Caso positivo, comente.

18 – O Município está inserido em algum plano, projeto ou política do Governo Federal? Qual?

18 A - E do Governo Estadual? Qual?

19 – Em que consiste o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá? Comente.

20 – Existe atualmente algum outro tipo de associação entre comunidade, prefeitura e empresas (além do consórcio) voltada para o desenvolvimento local/ regional? Qual?

21 – Quantas associações de classe existem no município? Quais são elas?

## **APÊNDICE H – Lista de Pessoas Entrevistadas**

- Ana Verena Brasileiro da Cunha – Empresária (Hotel Vale do Jiquiriçá)
- Dalmar Batista de Almeida – Chefe da Unidade da CEPLAC de Laje
- Dilza Ferreira da Silva – Fazendeira e funcionária do Fórum de Mutuípe
- Dilza Peixoto dos Santos – Pequena Empresária de Biscoitos Caseiros em Mutuípe
- Élio de Jesus Almeida – Ex-Vereador de Mutuípe
- Ilma Maria Barreto – Prefeita de Laje (Partido: PFL)
- Lenilton Almeida – Responsável do Setor de Cultura e Turismo da Prefeitura de Jiquiriçá
- Luciana Nascimento – Funcionária do Banco do Brasil de Mutuípe
- Lucio Passos Monteiro – Prefeito de Ubaíra (Partido: PFL) e Presidente do CIVJ
- Luis Carlos Cardoso da Silva – Prefeito de Mutuípe (Partido: PT)
- Luiz Coriolano Souza – Empresário local
- Maria Aparecida Presídio – Empresária (Projeto Semente)
- Marilda Sampaio de Almeida – Secretária de Educação de Laje
- Osvaldo Nascimento – Historiador residente no município de Mutuípe
- Paulo Sérgio Miranda – Secretário de Infra-Estrutura de Ubaíra